

**PRISCILLA PLACHA SÁ**

***Mal-estar de Arquivo:  
As polícias como Arquivistas do Soberano***

**TESE DE DOUTORADO**

**Orientador: Professor Titular de Direito Processual Penal  
Doutor JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CURITIBA - 2013**

**PRISCILLA PLACHA SÁ**

***Mal-estar de Arquivo:***

***As polícias como Arquivistas do Soberano***

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Titular Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
CURITIBA - 2013**

***Mal-estar de Arquivo:  
As polícias como Arquivistas do Soberano***

**PRISCILLA PLACHA SÁ**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direito do Estado, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela banca formada pelos Professores:

Orientador Professor Titular Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Membro Professor Doutor

Membro Professor Doutor

Membro Professor Doutor

Membro Professor Doutor

Curitiba, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2013.

Ao **Jonathan**,  
que, pelo *amor*, tenta ao menos – porque não é fácil –  
compreender a *transgressão* do feminino.

**Que estranha experiência é essa de contar mortos e esconder os corpos?**

## Agradecimentos

**As gramáticas classificam as palavras em substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, conjunção, pronome, numeral, artigo e preposição. Os poetas classificam as palavras pela alma, porque gostam de brincar com elas, e pra brincar com elas é preciso ter intimidade primeiro. É a alma da palavra que define, explica, ofende ou elogia que se coloca entre o significante e o significado pra dizer.**

(FALCÃO, Adriana. Palavras. In *O doido da garrafa*. São Paulo : Planeta. 2003, p. 97).

A escolha mais difícil desse texto parece não ter sido nem a seleção dos marcos teóricos, nem a proposição de tese, nem o que consistiu toda essa jornada para aqui estar. Tal dificuldade está na escolha das *palavras* para agradecer *gente* muito importante e que se não existisse isso tudo não teria começado, seguido e, menos ainda, terminado. Foi *gente* de todo lado e de todo *lugar*. Alguns já são *doutores*, outros serão; uns nem conhecem as *letras*, também há os que sempre têm uma *palavra*. Tem *gente* que estava aqui e ainda estará pelo *amor* e pela *amizade*. Teve até quem, como minha *mãe*, que achou que estava tudo pronto no dia em que começou. Mas tudo o que aqui disser será realmente *pouco* para o que foi o  *muito* que cada qual *significou* e que ainda *significa*. Tentarei começar pelo começo. O *desejo* de fazer o doutoramento na Universidade Federal do Paraná exigia uma travessia difícil a começar por um dos processos seletivos mais sérios e qualificados do Brasil. O *desejo* move, mas não basta. Os amigos-irmãos de quase quinze anos de jornada, Érica de Oliveira Hartmann e Guilherme Roman Borges, foram fundamentais; desde o contato com o futuro Orientador, indicação de leituras, colaboração de ideias e realização do projeto. Mas não parou por aí, durante esses quatro anos, os conselhos, o empréstimo de material, e, agora já na escrita do trabalho, mantiveram-se como *sempre*: companheiros afáveis e críticos gentis; amigos-irmãos-muito-queridos. A indicação da amiga-Érica fez-me encontrar com o Professor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Passado o temor inicial – não pela pessoa, mas pelo que *significa* – ele, entretanto, deixou claro que o caminho seria árduo: “quem quer moleza não faz doutorado”. O Professor Jacinto foi imprescindível, inestimável, pessoa que jamais me legou à distância e ao desamparo; que exerceu – palavras dele, na reunião da Congregação da Faculdade de Direito pelo Centenário da Universidade Federal do Paraná – a firmeza e o limite da função *paterna* e o amor e a ternura da função *materna*. O *lugar de autoridade*, para quem sabe o que ele *significa*, lhe cabe como *Professor*. A Banca do Processo Seletivo de 2009 foi, também, fundamental por escolher como possibilidade de tese o projeto apresentado. A seriedade e a gentileza de sua avaliação deram conta do *expertise* e do comprometimento de seus membros Professores Doutores Cesar Serbenna, Egon B. Moreira, Eroulths Cortiano Júnior e Vera Karam de Chueiri, sob a presidência de Luiz Edson Fachin. Outros Professores durante a jornada tiveram importância primordial pelas lições, e, por todos, refiro: Fabrício de Limas Tomio, Luis F. L. Pereira e Vera K. de Chueiri. Alguns, também pelo incentivo e pelo apoio institucional: José A. P. Gediél e Ricardo Marcelo Fonseca. Outros pela escuta e pelos desabafos: Katie S. C. Argüello. Houve quem chamasse o tema à serenidade e à reflexão: Paulo César Busato. Na jornada, foi possível fazer amigos mesmo, *gente* muito companheira:

Marcelo Conrado, Pablo M. da Cunha Frota e Rodrigo Luís Kanayama. A Banca de qualificação (Professores Doutores Clara M. R. Borges, Luis F. L. Pereira e Pedro R. B. de Moraes) foi fundamental, não apenas no dia, mas no antes e no depois para refletir sobre o mundo-que-não-cabe numa proposta de tese. No meio desse caminho, ainda aconteceu de vir-a-ser Professora da Universidade Federal do Paraná e ser acolhida pela Turma do Centenário que acompanhou essa travessia por três de seus quatro anos, cujo carinho e cuja acolhida foram muito confortantes. Todo o apoio institucional e a logística, que também existem nesse processo, colocam a presença dos competentes servidores da Pós-graduação (Ana Maria, Fátima, Laura, Luiz Antonio, Maria Cecília, Mauro, Rosana e Sandra) e da Graduação, a querida-amiga Jane do Rocio S. Kiatkoski, pela prontidão e pela competência, mas sobretudo pela generosidade e pela amizade. Teve também *gente* de outro lado, lá da PUCPR. Renata Ceschin Melfi de Macedo que, nem é só da PUCPR, depois de três décadas de idas e vindas de uma *coautoria*, com toda a *loucura* e a *desrazão* que contrapõe uma pretensa *serenidade* deu, para além da amizade, o compadrio e o afilhado-original Matheus e o afilhado-emprestado Thiago. Daniel Laufer pelo companheirismo e pelo incentivo. Luís Alexandre C. Winter e Célia F. C. Winter pela sólida amizade construída, pelo apoio e porque sem essa presença a coisa toda não terminava. Kleber B. Birollo Candiottto que me dá o privilégio de ter um *aluno-amigo*, que é doutor, e dos bons, em Filosofia. Professor Rodrigo Sánchez Rios que soube compreender meu *desapaixonar* – pelo menos de modo direto – pelo direito penal econômico e que ainda assim sempre esteve presente, inclusive, com a gentileza e a generosidade de sempre, até mesmo mandando vir material de fora. Do *lugar* direto da amizade, pela delicadeza de sempre, pelo apoio e por tudo, às *futuras-doutoras* Bruna Araújo Amatuzzi e Aline Guidalli. Também ao amigo Daniel Ribeiro Surdi de Avelar pelo companheirismo e pela interlocução qualificada, por me deixar contar dele aqui. Aos policiais, sobretudo, da Polícia Militar do Estado do Paraná, na pessoa de Antonio Claudio da Cruz, que – antes pela amizade – permitiu uma *fala* e uma *escuta* cuja interlocução foi fundamental para a reflexão sobre o objeto central dessa pesquisa. À ‘caríssima’ Lisane Conte, amiga querida que, além de tudo, fala, escreve e traduz italiano e que fez o “riassunto”. Por fim, a *gente* de casa que é tudo: Ana Lúcia Kappeller Urias, cheia de *estórias* e de *causos*, pronta para dar a última *palavra* até na tese; Laura, genial, fundamental e *doutora-livre-docente* na especialidade “mãe”; Gabriel e Silvia, irmãos: a *gente* está aí pelo *gene* e pelo *amor*. Suzana e Tereza, tias-queridas, pelo apoio, pelo carinho e pelo mais. Jonathan, porque sem você, nada seria possível. Para você em um só tempo, deve-se desculpas e agradecimentos. Lembra sempre: quando menos mereço, mais preciso de você. Como se pode ver foi bastante *gente*, além daqueles que foram esquecidos, num momento em que a memória já se cansa e o prazo se aproxima. Eles tentaram e, de *verdade*, ajudar. Se a *coisa* não está boa e se inscrevem aí muitas *faltas*, a culpa não é deles. Mas era preciso, não terminar, mas colocar um ponto, que não pode ser – como de fato não é – um ponto final.

**Toda palavra tem a cara do seu significado.**

**A palavra pela palavra tirando o seu significado fica estranha.**

(FALCÃO, Adriana. Palavras. In *O doido da garrafa*. São Paulo : Planeta. 2003, p. 99).

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I – Dos Arquivistas do Soberano .....</b>	<b>19</b>
1.1. Do estado de polícia ao estado policialesco .....	19
1.1.1. Do estado de polícia .....	20
1.1.2. Do estado de direito .....	28
1.1.3. Do estado policialesco .....	30
1.2. Dos Arquivistas à brasileira: recolhendo <i>impressões</i> da e sobre a <i>polícia</i> brasileira .....	32
1.2.1. Do <i>mal-estar</i> da civilização e da matriz <i>inquisitorial</i> .....	32
1.2.2. O <i>Fichamento</i> prévio: o inquérito como lugar da inquirição e da produção da <i>verdade</i> .....	51
1.2.3. Da matriz bélico-militar: o discurso da <i>guerra</i> em nome da <i>segurança</i> .....	57
1.2.4. Seleção policizante: quem é a <i>polícia</i> ? .....	84
1.2.4.1. As polícias militares .....	86
1.2.4.2. As polícias civis .....	97
1.2.4.3. A polícia federal .....	101
1.2.4.4. As guardas municipais .....	104
1.2.5. Cultura policial: do Major Vidigal ao Capitão Nascimento .....	107
1.2.5.1. Da tortura: “bandido bom é bandido morto” .....	114
1.2.5.2. Da corrupção: entre o <i>jeitinho brasileiro</i> e o <i>sabe com quem está falando</i> .....	127
1.2.6. Da reputação policial: o que se fala da <i>polícia</i> ? .....	134
1.3. Os Magistrados: os mais nobres dos nove <i>Arcontes</i> .....	141
1.3.1. O princípio arcôntico e o poder de selar os <i>arquivos</i> .....	141
1.3.2. A mediação dos <i>tribunais da justiça</i> com os <i>tribunais da polícia</i> no Brasil .....	148
1.4. <i>Polícia</i> é coisa para homem (!?) .....	168
<b>Capítulo II – A prisão como <i>lugar</i> e não-<i>lugar</i> de Arquivo: recolhendo impressões no sistema prisional brasileiro</b> .....	<b>174</b>
2.1. Da <i>Ágora</i> ao <i>shopping center</i> : mediações pelos <i>Arquivos</i> das prisões .....	174
2.2. <i>Gozo</i> do ódio e <i>desejo</i> de <i>Arquivo</i> .....	184
2.3. (Des)afetos de <i>Arquivo</i> : <i>medo</i> , <i>culpa</i> e <i>vergonha</i> .....	187
2.4. Escolha de <i>Arquivo</i> : a seletividade penal .....	208
2.5. O que está nos <i>Arquivos</i> .....	231
2.5.1. Crimes de furto, roubo e latrocínio .....	235
2.5.2. Crimes de tráfico de entorpecentes .....	242
2.5.3. Crimes de “não ter onde morar ou onde viver” .....	249



	VIII
2.6. O que não está nos <i>Arquivos</i> .....	258
2.6.1. Crimes de tortura .....	260
2.6.2. Crimes de corrupção .....	264
2.6.3. Crimes de homicídio .....	266
2.6.3.1. “Autos de resistência seguidos de morte” ou “da cadeia para a vala” .....	277
2.6.3.2. O risco de <i>morte</i> ou “no meu bairro se mata por menos” .....	283
2.7. Cadeia é coisa para homem (!) .....	286
<b>Capítulo III – Desarquivando: é possível não desistir das pessoas?</b> .....	291
3.1. <i>Transgressão: palavra, olhar e ação da mulher</i> .....	291
3.2. Limites para a constituição <i>Arquivo</i> .....	297
3.2.1. Desejo de <i>liberdade</i> e vida comunitária .....	297
3.2.2. A democracia como valor e os direitos humanos como fundamento ....	306
3.2.3. O abolicionismo como horizonte .....	310
3.2.4. A desjudicialização dos conflitos e a despolicização da vida .....	314
3.3. Limites para os <i>Arquivistas</i> .....	321
3.3.1. A compreensão de que os “problemas” das polícias são antes de tudo “problemas” estruturais .....	321
3.3.2. A concepção da atividade das <i>polícias</i> como serviço público e não como força .....	324
3.3.3. A concepção das atividades de <i>polícia</i> fora de um discurso de <i>guerra</i> e a consequente desmilitarização das <i>polícias</i> .....	326
3.3.4. A mudança de critérios para a seleção policizante, a formação policial e a necessidade de valorização profissional .....	328
3.3.5. A superação da matriz inquisitorial e o distanciamento entre <i>polícias-Arquivistas</i> e <i>magistrados-Arcontes</i> .....	330
<b>Conclusão</b> .....	335
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	341

## TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual por faixa etária e por grau de escolaridade .....	234
<b>TABELA 2</b> – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual de acordo com o crime pelo qual foi condenado .....	234
<b>TABELA 3</b> – Quantidade de Presos e Presas no âmbito nacional e estadual condenados por crimes contra a Administração Pública e por Tortura .....	260
<b>TABELA 4</b> – Posição das cidades paranaenses que estão entre as 200 com o maior número de homicídios no Brasil .....	272
<b>TABELA 5</b> – Posição das cidades paranaenses que estão entre as 100 com o maior número de homicídios de crianças e adolescentes, cuja população tem 20 mil ou mais crianças e adolescentes, no Brasil .....	275
<b>TABELA 6</b> – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual condenados por homicídio simples ou qualificado .....	277
<b>TABELA 7</b> – Quantidade de Presas no âmbito nacional e estadual por faixa etária e por grau de escolaridade .....	286
<b>TABELA 8</b> – Quantidade de Presas no âmbito nacional e estadual de acordo com o crime pelo qual foi condenada .....	289
<b>TABELA 9</b> – Comparativo entre os anos de 2000 e 2010, destacando o número de presos e o de presas já condenados no âmbito nacional .....	290

**SÁ, PRISCILLA PLACHA.** *Mal-estar de Arquivo: As polícias como Arquivistas do Soberano.* f. 364. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo propor um novo *olhar*, uma nova *fala* e uma nova *ação* das *polícias* a partir do que considera a *transgressão* do feminino, porque pode permitir a inscrição do *outro* como limite do *gozo* e favorecer o respeito a uma subjetividade plural. O texto gira em torno das obras: *Mal-estar da civilização*, de Sigmund Freud; *Mal de Arquivo*: uma impressão freudiana, de Jacques Derrida, e *Arquivos do mal-estar e da resistência*, de Joel Birman. É daí que decorre a metáfora usada no texto de que as *polícias* são os *Arquivistas* e a prisão é o *lugar-de-Arquivo*, de onde se recolhem as *impressões* do *desejo* das gentes e do Soberano. Assim, após colocados três momentos da *polícia* (Estado de Polícia, Estado de Direito e Estado Policialesco), a primeira parte da pesquisa se propõe à coleta de *impressões* da e sobre a *polícia* brasileira. Tal tarefa propõe-se a identificar três vetores estruturantes que são i) a questão do *mal-estar*; ii) a matriz *inquisitorial* e seu legado para o sistema de justiça criminal; e iii) a matriz bélico-militar, com seu discurso de *guerra* e a noção de *inimigo*. Na sequência, a proposta é investigar quem são as *polícias*, para se refletir se há uma *cultura* da e sobre a *polícia*. Depois, a ligação entre as *polícias* e os *magistrados*. Ao final dessa primeira parte, pretende-se olhar se a atividade de *polícia* é uma atividade “típica” dos *homens*. A segunda parte da pesquisa considera que o *real* do sistema de justiça criminal desemboca ainda na *prisão*, como *lugar-Arquivo* último do Soberano, *lugar* que concretiza todo o empenho punitivo social e estatal, cujas portas de entrada são abertas pelas *polícias* e fechadas pelos *magistrados*. Por isso pretende coletar *impressões* desse *lugar*, em especial a partir de duas questões: i) os (des)afetos e o *gozo* que permitem compor os *Arquivos-prisão*; e ii) quem é tido como criminoso e está dentro dos *Arquivos* e quem não é assim considerado e fica fora desses mesmos *Arquivos*. Na sequência, tal e qual em relação às *polícias*, coloca-se a questão de ser ou não o crime uma atividade “típica” dos *homens*. Assim, com a coleta das *impressões* sobre o que é a atividade de *polícia* e o que ela produz para os *Arquivos-prisão*, a proposta é que o *olhar*, a *fala* e a *ação* da *mulher*, isso no sentido de que a *transgressão*, ao por em questão um sistema dado, pode considerar o *outro* como limite do *gozo* e inscrever uma outra *subjetividade*. O sentido da liberdade e de uma vida comunitária podem sugerir que Eros fique em evidência em detrimento de Tânatos, ao desapegar-se do sentido da *guerra* e do poder-saber do Soberano, rompendo a ligação entre *polícias* e *magistrados*.

**Palavras-Chave:** Arquivo; Mal-estar; Polícia; Prisão; Segurança Pública.

**SÁ, PRISCILLA PLACHA.** Disagio di *Archivio*: Le *polizie* come *Archiviste* del Sovrano. f. 364. Tesi (Dottorato in Diritto) – Dipartimento delle Scienze Giuridiche, Facoltà di Giurisprudenza, Università Federale del Paraná, Curitiba, 2013.

## RIASSUNTO

La presente ricerca ha come scopo proporre un nuovo sguardo, un nuovo discorso e una nuova azione delle *polizie* partendo da quello che considera la *trasgressione* del femminile, perché può permettere l'iscrizione dell'altro come limite del *godimento* e favorire il rispetto ad una soggettività plurale. Il testo è basato sulle opere: *Il disagio della civiltà*, di Sigmund Freud; *Mal d'archivio*: un'impressione freudiana, di Jacques Derrida; e *Arquivos do mal-estar e da resistência*, di Joel Birman. La metafora usata nel testo che le polizie sono le *Archiviste* e che la prigione è *il luogo di Archivio*, dove si raccolgono le *impressioni* del *desiderio* delle persone e del Sovrano proviene dalle opere sopranominate. Così dopo aver esposto i tre momenti della polizia (stato di polizia, stato di diritto e stato poliziesco), la prima parte della ricerca si propone di raccogliere le impressioni della e sulla polizia brasiliana. Questo studio si propone ad identificare i tre vettori strutturali che sono i) il problema del disagio; ii) la matrice *inquisitoriale* e il suo legato al sistema della giustizia criminale; e iii) la matrice bellico-militare, con il suo discorso di *guerra* e la nozione di *nemico*. In seguito la proposta è investigare chi sono le polizie per riflettere se c'è una cultura della e sulla polizia. Dopo il legame tra le polizie e i magistrati. Alla fine di questa prima parte dello studio si pretende di guardare se l'attività di polizia è un'attività "tipica" degli *uomini*. La seconda parte della ricerca considera che la *realtà* del sistema della giustizia criminale sbocca ancora nella *prigione*, come *luogo-Archivio* ultimo del Sovrano, *luogo* che rende concreto tutto l'impegno punitivo sociale e statale le cui porte di entrate sono aperte dalle *polizie* e chiuse dai *magistrati*. Per questo motivo si pretende di raccogliere le *impresioni* di questo luogo, specialmente partendo da due questioni: i) gli (dis)amori e il godimento che permettono comporre gli *Archivi-prigione*; ii) chi è tenuto come criminoso ed è dentro gli *Archivi* e chi non è tenuto così e rimane fuori di questi stessi *Archivi*. In seguito, tale e quale in rapporto alle polizie si pone la questione di essere o non il crimine un'attività "tipica" degli uomini. Così dopo la raccolta delle impressioni su che cos'è l'attività della polizia e che cosa questa attività produce per gli *Archivi-prigione*, la proposta è che lo *sguardo*, il *discorso* e l'azione della *donna*, tenendo in conto che la *trasgressione*, quando mette in questione un determinato sistema, può considerare l'altro come limite del *godimento* e iscrivere un'altra soggettività. Il senso della libertà e di una vita comunitaria possono suggerire che Eros rimanga in evidenza a scapito di Tânatos stacandosi dall'idea di *guerra* e del "*potere-sapere*" del Sovrano rompendo il legame tra le polizie e i magistrati.

**Parole chiave:** Archivio; Disagio; Polizia; Prigione; Pubblica Sicurezza.

**SÁ, PRISCILLA PLACHA.** *Malestar de Archivo: las policías como Archivistas del Soberano.* f. 364. Tese (Doctorado en Derecho) – Sector de Ciencias Jurídicas, Facultad de Derecho, Universidad Federal del Paraná, Curitiba, 2013.

## RESUMEN

La presente investigación tiene por objetivo proponer una nueva mirada, una nueva habla y una nueva acción de las policías a partir de lo que se considera la *transgresión* del femenino, porque se puede permitir la inscripción del otro como límite del gozo y favorecer el respecto a una subjetividad plural. El texto gira en torno de las obras: *El malestar en la cultura*, de Sigmund Freud; *Mal de archivo. Una impresión freudiana*, de Jacques Derrida y *Arquivos do mal-estar e da resistência*, de Joel Birman. Es de ahí que transcurre la metáfora utilizada en el texto de que las policías son los *Archivistas* y la prisión es el *lugar de archivo*, de donde se recogen las impresiones del *deseo* de las gentes y del Soberano. Así, tras puesto tres momentos de la policía (estado de policía, estado de derecho y estado policial), a la primera parte de la investigación se propone a la colecta de impresiones de la y sobre la *policía* brasileña. Tal tarea se propone a identificar tres vectores estructurantes que son i) la cuestión del *malestar*; ii) la matriz *inquisitorial* y su legado para el sistema de justicia criminal; y iii) la matriz bélico militar, con su discurso de *guerra* y la noción de *enemigo*. En la secuencia, la propuesta es investigar quienes son las *policías*, para se reflexionar si hay una *cultura* de la y sobre la *policía*. Después, la conexión entre las policías y los magistrados. Al final de esa primera parte, se pretende mirar se la actividad de *policía* es una actividad “típica” de los *hombres*. La segunda parte de la investigación considera que lo *real* del sistema de justicia criminal desemboca aún en la prisión, como *lugar archivo* último del Soberano, *lugar* que concreta todo el empeño punible social y estatal, cuyas puertas de entrada son abiertas por la policía y cerradas por los *magistrados*. Por eso pretende colectar impresiones de ese lugar, en especial a partir de dos cuestiones: i) los desafectos y el *gozo* que permiten componer los *Archivos-prisión*; ii) quien es considerado como criminoso y está dentro de los *Archivos* y quien no es así considerado y se queda fuera de esos mismos *Archivos*. En la secuencia, tal y cual en relación a las policías, se pone la cuestión de ser o no el crimen una actividad “típica” de los hombres. Así, con la colecta de las *impresiones* sobre lo que es la actividad de *policía* y lo que ella produce para los *Archivos prisión*, la propuesta es que la mirada, la habla y la acción de la *mujer*, eso en el sentido de que la transgresión, al poner en cuestión un sistema dado, puede considerar el otro como límite del gozo e inscribir una otra *subjetividad*. El sentido de la libertad y de una vida comunitaria pueden sugerir que Eros se ponga en evidencia en detrimento del Tanatos, al apartarse del sentido de *guerra* y del poder saber del Soberano, rompiendo la relación entre *policía* y *magistrados*.

**Palabras Clave:** Archivo; Malestar; Policía; Prisión; Seguridad Pública.

## Introdução

Enquanto eu tiver perguntas e  
não houver respostas ...  
continuarei a escrever.  
(Clarice Lispector)

A proposta inicial desse trabalho estruturava-se a partir da apresentação dos conceitos de *cultura* e de *civilização*<sup>1</sup> tomando-se em conta os trabalhos de Sigmund Freud, Norbert Elias e Iúri Mikailovich Lótman, em particular. Desde aí já se evidenciara a necessidade de trabalhar com a expressão freudiana *mal-estar da civilização* ou da *cultura*. Posteriormente, o texto propunha-se a coletar na história do Brasil elementos que pudessem indicar o que e quem contribuiu para se ter uma *polícia* como a que se tem hoje.

Mesmo se sabendo dos riscos que essa tomada de ponto de partida implicava, era importante, em particular, tratar da questão de uma *matriz inquisitorial e bélico-militar*, bem como de que – por essa “história” as *polícias*

---

<sup>1</sup> Cumpre observar que embora Sigmund Freud, no texto *O futuro de uma ilusão* (FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago. 1997), tenha dito “desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização” (p. 10), em *Mal-estar na civilização* (FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). In *O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2010) acaba por fazê-la, mesmo que de algum modo tais expressões tenham um sentido bastante próximo. É importante assinalar, desde logo, que não é apenas na língua alemã que há certa disputa sobre o significado de tais palavras (‘cultura’ e ‘civilização’) e se ambas têm o mesmo significado, se tal significado é distinto, ou, ainda, se é possível que eles flutuem. Tal questão não está apenas nas próprias palavras, mas talvez no que designam, o que atravessam para lá na língua alemã; e também aqui. A propósito a observação de Paulo Cesar de Souza, tradutor do texto *O Mal-estar da civilização* (1930) de Sigmund Freud, em nota de rodapé acerca do próprio título do trabalho em que está inserida: “\*No original, *Kultur*, termo que consta no título deste ensaio. Em alemão também existe ‘*Zivilisation*’, mas seria um simplismo verter automaticamente os dois termos por ‘cultura’ e ‘civilização’ em português, pois o campo semântico – ou o conjunto de sentidos – de cada um deles não é idêntico nas duas línguas, e pode variar até mesmo no interior de uma delas, de acordo com a época. Assim, em determinado período considerava-se *Kultur* algo interior, profundo, germânico (numa concepção devedora do romantismo alemão), diferentemente de *Zivilisation*, que seria algo externo, superficial, francês. Talvez seja a essa oposição que Freud se refere, ao afirmar, em *O futuro da civilização*, que se recusa a distinguir entre *Kultur* e *Zivilisation*. Para chegar ao(s) sentido(s) de um termo, é preciso verificar os contextos em que é usado – o significado se depreende do uso. Neste texto, *Kultur* é empregado muitas vezes o que se chamamos de ‘civilização’, ou seja, uma cultura onde há enorme desenvolvimento das instituições, técnicas e artes, e algumas vezes para designar ‘cultura’ num sentido mais antropológico, digamos; sendo que em várias ocasiões os termos são intercambiáveis. Portanto, o leitor, também encontrará ‘cultura’ no texto.” (FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 48).

(não necessariamente com a configuração que se tem atualmente) já tinham de lidar com *inimigos*<sup>2</sup>. Isso com o intuito de, na sequência, a partir da premissa de que as *polícias* desempenham tarefa fundamental no processo de seletividade do sistema de justiça criminal, passar pelo sistema prisional e verificar quais crimes geram prisões e quais, embora se diga estarem a acontecer, não aparecem nesses lugares.

Por derradeiro, orientando-se pelos conceitos de vergonha e de medo, pretendia-se uma proposta de *polícia*, fundada na democracia e na alteridade.

O texto preliminar, apresentado para a Banca de Qualificação, rumou – pelas relevantes considerações todas que se fez – em outro sentido. Assim, a pesquisa incursionou por um outro caminho, embora não tenha sido possível se descolar de alguns aspectos. A proposta da escrita que ora se apresenta é a de tomar as *polícias* como *Arquivistas* do Soberano.

O ponto de partida ainda é o texto *O Mal-estar na civilização*, de Sigmund Freud porque suscita uma série de questões; questões aqui tomadas – prioritariamente – a partir de Jacques Derrida (*Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*<sup>3</sup>) e de Joel Birman (*Arquivos do mal-estar e da resistência*<sup>4</sup>), mas outras são importantes, dentre as quais é possível citar as perspectivas de Jean-Pierre Lebrun<sup>5</sup> e de Zygmunt Bauman<sup>6</sup>.

A complexidade do texto freudiano (e na visão de Derrida o que referido texto coloca para a própria ciência) ao tratar da questão do *mal-estar* da *civilização* ou da *cultura* comporta uma série de possibilidades. Zygmunt Bauman põe em evidência o fato de que Freud ali poderia estar a desafiar o “folclore da modernidade”<sup>7</sup>. Para o autor, é relevante a possibilidade de trabalhar com as mensagens que os conceitos sobre *beleza*, *limpeza* e *ordem* podem evocar a partir da própria ideia de *modernidade*; nesta reflexão, a questão da *liberdade* e

<sup>2</sup> Expressão que já teria sido usada para se referir aos indígenas.

<sup>3</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>4</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>5</sup> LEBRUN, Jean-Pierre. *O Mal-estar na subjetivação*. Trad. Mario Fleig, Francisco F. Settineri e Cristóvão A. Viero. Mario Fleig (Org.). Porto Alegre: CMC, 2010.

<sup>6</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.

<sup>7</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 7.

da *segurança* são fundamentais para se ter em conta o que se ganha e o que se perde a partir da *civilização* ou da *cultura*. De onde se evidenciam as dificuldades da apreensão do sentido de *mal-estar* e de sua complexidade conceitual.

Também importa considerar o fato de que a expressão *mal-estar da civilização* se refundou para colocar em cena os paradoxos expostos pelo que sobra e pelo que falta fazendo surgir daí interrogações: Se antes sobrava *liberdade*, agora falta? Se antes faltava *ordem*, agora sobra? Se a obtenção de coisas implica renúncia, quando se renuncia a tudo o que se pode obter? Que coisas se está disposto a perder e a ganhar?<sup>8</sup>

Das questões expostas pelo texto freudiano, a da *morte* é fundamental para a pesquisa pelo fato de que seria possível notar que se começa a renunciar ao humano (ou seria esta renúncia uma continuidade!?). Seria impensável que o projeto civilizacional permaneça tocando a barbárie a ponto de se renunciar às pessoas ou delas desistir?

A interrogação freudiana “afinal o que querem as mulheres” também influenciou essa pesquisa, porque – na pista que Joel Birman oferta – se pode ter desde a visão do feminino, como tomado aqui nessa pesquisa, frestas ou janelas para o *mal-estar*: “isso porque é por se inscrever no olho do furacão que o desejo de resistência pode se apresentar na sua efetividade e se enunciar com eloquência.”<sup>9</sup> A *resistência* dá conta de que há um sujeito presente.

O *mal-estar* aqui é tomado, num recorte do conjunto, a partir do “real” do sistema de justiça criminal, no que ele representa na contemporaneidade, não apenas como *dor*, mas sobretudo como *sofrimento*. Sistema operado na linha de frente pelas *polícias*, em nome de um Soberano.

Do texto de Jacques Derrida é que se toma a metáfora que nomina essa pesquisa e os capítulos que a estruturam: a ideia de *Arquivo*. Da ciência da *Arquivologia*, os *Arquivistas* são aqueles que selecionam e que formam os *Arquivos*; *Arquivistas* são aquele escolhidos pelo Soberano e detêm sua

<sup>8</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 8-9.

<sup>9</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 10. Também: p. 11-12.



confiança, pois são eles que constituem o *Arquivo* e representam a pulsão *arquiviolítica*. Os *Arquivos* – parecem por isso – poder ofertar *impressões* dos *desejos* do Soberano; os quais dada a sua importância eram guardados nas casas dos *Magistrados*. Os *Magistrados*, de sua vez, eram tidos como os mais nobres dos nove *Arcontes*.

A metáfora então faz com que as *polícias* sejam tomadas como os *Arquivistas* (porque são elas que detêm o *first-line enforcer*); a prisão seja tomada como o *Arquivo*, lugar em que se *arquivam* as pessoas que representam não apenas os *desejos*<sup>10</sup>, mas também os (des)afetos sociais e o gozo próprio. Quem sela esses *Arquivos* são ainda os *Arcontes-Magistrados*.

A proposta da escrita agora se apresenta estruturada em três partes.

A primeira propõe-se à coleta de *impressões* dos *Arquivistas* do *Soberano* (as *polícias*). De início, a ideia é procurar marcar uma espécie de transição entre o Estado de Polícia até o Estado Policialesco, passando pelo Estado de Direito. Posteriormente, necessário colher *impressões* como elementos que permitam propriamente significar o que se tem desses *Arquivistas* à brasileira.

Assim – tendo em conta a questão do *mal-estar* – pretende-se incursionar por aquilo que se constitui como uma *matriz inquisitorial* e *bélico-militar*, dado o que se pode observar como *impressões* que ainda estão aí, mas que apareceram desde há muito. Faz-se necessário olhar para o que se constitui como um legado *inquisitorial* e um discurso *bélico-militar* que podem estar colados no tema das *polícias* e também nos *magistrados*.

Na sequência, pretende-se coletar *impressões* sobre como são escolhidos e formados esses *Arquivistas*; também o que se diz sobre uma “cultura” e uma “reputação” policial. O propósito é tentar compreender as bases nas quais se estrutura um pretense binômio reducionista (*tortura* x *corrupção*) que estaria a definir as *polícias*. Estão aí – na ficção e na realidade – alguns policiais famosos e lendários para permitir essas reflexões.

---

<sup>10</sup> “Desejo” nesse texto não aparece rigorosamente com o sentido que a psicanálise a ele empresta. Assim é possível encontrá-lo com a expressão “desejo de”, como faz, por exemplo, Joel Birman ao falar em “desejo de resistência”, como transcrito anteriormente (citação, com referência na Nota 9 supra).

Parece necessário também compreender a relação entre *Arquivistas* e *Arcontes*, como se entrelaçam as figuras dos “tribunais das polícias” com os “tribunais das justiça” e se resta estabelecida uma dependência dos *fóruns* em face do que se colhe nas *ruas*.

Ao final dessa primeira parte, a proposta é olhar como esse “mundo policial” de conotação viril e violenta – que estaria identificado com um “mundo de homens” – lida com a mulher nesse espaço, sobretudo a partir de alguns vetores que podem talvez estar a reproduzir o que se tem em outras sendas.

A segunda parte está orientada para os *Arquivos-prisão*. Antes disso porém, a escrita passa por dois pontos que parecem ser relevantes: a) o primeiro refere-se ao modelo econômico, em que se situa o debate e a própria inscrição da prisão *moderna*; b) o segundo refere-se ao *desejo* e ao *gozo* próprio que parecem contribuir para a formação dos *Arquivos* ou que representam uma pulsão anarquívica quando se renuncia aos *Arquivos*, eliminando as pessoas que podem constitui-los.

O passo seguinte é a busca de *impressões* nos *Arquivos*, no que os compõem e nos enunciados de suas *faltas*. Esse item divide-se, então, em dois momentos: i) os crimes que permitem a constituição dos *Arquivos* (os crimes que prendem), ponto em que a pesquisa irá se ater aqueles que compõem a grande massa de encarceramento (furto, roubo e tráfico de drogas); ii) os crimes que – embora se diga existirem e, nesse caso, atribuíveis às *polícias* – não parecem constar nos *Arquivos* (como tortura e corrupção).

Um ponto que parece fulcral é ver como a “máquina mortífera” do sistema penal lida com a *morte*, com as milhões de *mortes* produzidas em tão pequeno espaço histórico; *mortes* produzidas pelas *polícias* e pelos demais sujeitos.

Ao considerar que outros *Arquivos* (entendidos como os “bancos de dados” de que dispõe o Soberano) podem ofertar *impressões* sobre o projeto do *Soberano*, estas impressões serão buscadas nas estatísticas oficiais do Ministério da Justiça sobre os dados prisionais e os registros do Sistema DATA-SUS acerca do número de *mortes*, em particular, as *mortes* “matadas”.

Na tentativa de pensar sobre o *feminino*, parece ser preciso olhar se o “mundo da prisão” é um “mundo de homens”. Aí se coloca a questão se a “prisão de mulheres” indica alguma permanência acerca de um domínio masculino, ou se outros fatores, como o econômico permitem alguma pista sobre o que se tem sobre elas.

A terceira e última parte do texto orienta-se para uma proposta de *desarquivamento*, por isso inscreve no horizonte o abolicionismo, para que ele possa servir de *sonho*. Sob o influxo abolicionista, pode-se pensar sobre as *polícias* e as tarefas que podem ou devem desempenhar, bem como o modo pelo qual devem fazê-lo. Nesse ponto é que é necessário olhar para modos alternativos de resolução de conflitos, se compreendida como limitada a atuação do sistema de justiça criminal, de modo geral.

Também se é possível mudar a forma de seleção e formação das *polícias* a partir do reconhecimento de que os problemas que sobre elas podem ser enunciados são antes de tudo problemas estruturais. Não apenas por isso retomam-se os vetores das *matrizes inquisitorial* e *bélico-militar* para que se pense nas possibilidades de sua superação, que culminaria inclusive num distanciamento entre *polícias* e *magistrados*, valorizando seus lugares constitucionais. A cogitação dessas possibilidades está permeada por um ideário democrático e fincado no respeito aos direitos fundamentais.

Essa escrita pretende considerar que tais *possibilidades*, que se colocam como um desafio ao que está posto, podem se dar a partir da *transgressão* e da *rebeldia* do *feminino*, da *mulher* em luta, que põe em questão o poder; o poder que o *Soberano* exerce sobre a vida e a morte dos súditos. Pode-se anotar que a própria ideia do *feminino* coloca-se – desde aqui – como a possibilidade de uma inscrição diferente, de uma outra subjetividade plural, mas não que se estaria a falar em “melhor” ou em “superior”. Apenas que, talvez ela, possa constituir um *olhar* e uma *fala* distintos.

## Capítulo I – Dos Arquivistas do Soberano

**O primeiro arquivista institui o arquivo como deve ser, isto é,  
não apenas exibindo o documento mas estabelecendo-o.  
Ele o lê, interpreta e classifica.**

(DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 73).

### 1.1. Do estado de polícia ao estado policialesco

**Entre as instituições da área de justiça e segurança pública,  
a polícia é uma espécie de “gata borralheira”,  
jamais convidada para os bailes dos teóricos, mas sempre muito comentada neles.**

(BATISTA, Nilo. Trocando em Miúdos. In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 170).

A proposta do presente texto é falar de *polícia*. *Polícia* não pelas particularidades impostas por suas configurações institucionais e por uma pretensa subdivisão, de acordo com *matérias* ou *atribuições*, a partir da divisão realizada pela Constituição da República de 1988. Mas *polícia* como exercício de *força* pelo poder estatal: o braço armado do Estado. Tanto faz que seja tal *força* exercida pelas guardas municipais, polícia federal, civil ou militar, embora estas duas últimas apareçam por sua etnografia com maior frequência no texto do que as demais. Nem mesmo se pretende centralizar em unidades ou grupos especiais ou de elite, apesar de em dado momento ser necessário tanto falar de uma “polícia de grife” como uma “polícia de milícias”. *Polícia* como o “novo aparelho tecnológico” de que lança mão o Soberano para o trato da criminalidade e o modo pelo qual suas atividades são desempenhadas no sistema de justiça criminal (em sua larga concepção a partir das *escolhas de arquivo*, passando pelos inquérito policiais e processos judiciais até chegar na prisão). Essa *função policial* nasce com um estado moderno e por isso é preciso compreender que gerir a questão criminal foi algo que a ela não esteve ligado desde uma concepção de *estado de polícia*. Por dado percurso – talvez pelo abandono da

alteridade, pelo apego ao bélico-militar e por um registro simbólico masculino – é que teria se permitido ou exigido a ligação das *polícias* com a criminalidade. Ligação que se tornaria tão implicada, que suas atividades permitiriam conduzir a uma referência de *estado policial*.

### 1.1.1. Do estado de polícia

A possibilidade de que no estado moderno se fale em monopólio estatal da violência, no qual há aquela legal e legítima, permitiria conceber que todos a ela estão sujeitos e por ela se obrigam. Submetendo poderosos e protegendo os mais desfavorecidos. O fato é que não se disse nada sobre sua legitimidade concreta e acerca da justificativa da força utilizada concretamente; força que pode se converter em terror.<sup>11</sup> Preciso é ponderar que a *polícia* aparece como o braço mais visível e concreto dessa violência estatal; um termo médio entre *força* e *liberdade*, segundo Winfried Hassemer.<sup>12</sup>

O olhar ao passado que propõe Hassemer ao voltar – em termos de *polícia* – ao século XVI alinha-se ao mesmo ponto proposto por Michel Foucault. Antes porém de tratar sobre o sentido ou o conceito da palavra *polícia*, registra Foucault que para manter o equilíbrio europeu, como forma de compensação e instrumentalização de forças, apareceu como técnica diplomático-militar o primeiro grande conjunto tecnológico da nova arte de governar: a instância diplomática e o exército profissional. O segundo grande aparelho tecnológico seria a *polícia*, mas não o que se pode compreender como

---

<sup>11</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad*: bases para una teoría de la imputación en derecho penal. Traducción de Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Valencia: Tirant lo blanch. 1999, p. 251.

<sup>12</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad*: bases para una teoría de la imputación en derecho penal. 1999, p. 252.

tal a partir do século XVIII. Seria a *polícia* que iria propriamente trabalhar para a manutenção do equilíbrio europeu.<sup>13</sup>

Michel Foucault indica três grupos de características associados a *polícia* até o final do século XVI: i) um sentido comunitário, em que se podia falar de cidades, províncias e em *polícias* que se encontravam sob uma autoridade pública; ii) o conjunto dos atos que regem essa comunidade, e aí que vem a expressão *regimento*, como o que rege, que ordena; e iii) o que positiva ou concretiza um bom governo.<sup>14</sup> Essa associação ao *bom* governo ou à *boa* ordem, e até à ‘civildade’ e ‘urbanidade’, remete-a ao seu significado originário.<sup>15</sup>

A partir do século XVII é que surge um significado muito diferente daquele que se tinha até então para a palavra *polícia* e o que representava. Para Foucault, a palavra *estranha* que permitirá significar *polícia* é a compreensão de que a ela incumbe garantir o “esplendor” do Estado.

O que é o esplendor? É ao mesmo tempo a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que se irradia. Portanto, a polícia é de fato a arte do esplendor do Estado como ordem visível e força brilhante.<sup>16</sup>

A *boa polícia* mediará as relações internas entre diplomacia e exército, mas também as do âmbito externo de modo que não houvesse a superação do poder de um Estado por outro. Esse fato ensejaria inclusive a situação complexa de que cada Estado zelaria por uma *boa polícia* do outro, pois uma *má polícia* poderia comprometer o equilíbrio europeu, por completo. Tal

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. Revisão Claudia Berlinger. São Paulo: Martins Fontes. 2008, p. 420-423.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 420.

<sup>15</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. A “Polícia” e as funções do Estado – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime. Revista da Faculdade de Direito – UFPR. Curitiba, n. 49. 2009, p. 74. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/download/17033/11240>. Acesso em: 19 mar. 2013.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 422. Polícia definida como “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. [...] o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das forças do Estado e sua boa ordem.” (*Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 422).

como se pretendeu garantir pelo Tratado de Viena e pela política da Santa Aliança, em 1815.<sup>17</sup>

A medida do equilíbrio de um determinado Estado, do qual restaria incumbida a *polícia*, seria garantida pela *estatística*: conhecendo sua circulação monetária, sua produção, seu povo, seu território é possível conhecer o outro Estado. Passa a importar, igualmente, a questão do comércio.<sup>18</sup> O certo é que a pretensão de uma universalidade não foi acompanhada pelos diversos Estados, mesmo por fatores de configuração dos próprios Estados<sup>19</sup>. Se na Itália, a questão seguiu pelo campo da diplomacia, onde não se teve rigorosamente um *estado de polícia*, na Alemanha – apesar da questão territorial – houve intensa produção teórica sobre a *polícia*. Hassemer destaca, Johann Heinrich Gottlob Von Justi, como um destes grandes teóricos *da polícia*.<sup>20</sup>

À *polícia*, nesta concepção do século XVIII e segundo Winfried Hassemer, davam-se tarefas como “uma carta aos Reis Magos, na qual se escreveram todos os sonhos sobre uma vida feliz.”<sup>21</sup> Hassemer pondera, entretanto, que a amplitude de tarefas delegadas teoricamente não significava a possibilidade de sua realização prática, mesmo na Alemanha do século XX.

Apesar disso, a “superteorização” da polícia permitiu buscar na *universidade* o novo pessoal que a comporia<sup>22</sup>. Na *universidade* alemã é que se desenvolveu francamente, como não ocorreu em nenhum outro lugar da Europa,

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 423.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 424. A observação de que o fator “economia” como o governo da casa, agora expandido para o Estado, importava para o poder monárquico, uma “polícia do reino”, também está em: SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime*. 2009, p. 74.

<sup>19</sup> A peculiaridade do aspecto civilizacional, embora mirando Inglaterra, França e Alemanha, também em ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, volume 1: uma história dos costumes. Tradução Ruy Jugmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011. Interessante notar do mesmo autor, as inferências para o caso da Alemanha, sobre o qual Michel Foucault e Winfried Hassemer chamam a atenção para uma “ciência de polícia” no *lugar* da universidade: *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1996.

<sup>20</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 254.

<sup>21</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 255.

<sup>22</sup> Vale registrar que a *universidade* na Alemanha ocupava lugar de destaque num cenário fragmentado.

a *Polizeiwissenschaft*: a ciência da política. Disso decorreria uma pujança literária e razoável produção bibliográfica sobre o tema.<sup>23</sup>

Na França, a *polícia* – com a precocidade da afirmação de Estado, se comparada com os outros povos – seguiria outra linha: um *estado de Polícia*, equivalente ao *Polizeistaat* dos alemães. Uma utopia de *estado de polícia*.<sup>24</sup> Utopia que irá abrir, na análise de Michel Foucault, a partir do que chama como o *texto precoce* de Turquet de Mayerne, em 1611, uma ampla gama de funções que se atribui às *polícias*: cuida dos homens, sua quantidade e integração estatal; as necessidades que esses homens têm para que possam viver, no sentido de uma subsistência; de sua saúde; de suas atividades; da circulação de suas mercadorias.

De maneira geral, no fundo, o que a polícia vai ter de regular e que vai constituir seu objeto fundamental são todas as formas, digamos, de coexistência dos homens uns em relação aos outros.<sup>25</sup>

...

Quero dizer com isso: a polícia deve assegurar-se de que os homens vivam, e vivam em grande número, a polícia deve assegurar-se de que eles tenham de que viver e, por conseguinte, tenham de que não morrer muito, ou não morrer em quantidade grande demais. [...] A polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao momento das forças do Estado.<sup>26</sup>

E é aí que Michel Foucault tentando substituir a palavra *felicidade*, citando uma expressão usada no século XVII por Montchrétein, irá falar de uma função primordial da polícia, além do esplendor do Estado: a *economia política*. Dessa *economia política* evocam-se a disciplina (importante para o bem do

---

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 427.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 428-429.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 437.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 438.



Estado e para que todos vivam bem e honestamente) e a arte (a fim de que todo homem tenha o útil e o necessário, o decente e o agradável).<sup>27</sup>

O fato é que além desse sentido de *estado de polícia*, começava a adquirir um sentido administrativo (em especial, na França) e jurídico. O *Traité de la police*, de N. Delamare, de 1705, que mesmo publicado em francês era usado não apenas na França, mas também na Alemanha, aparece como a grande compilação sobre *polícia*. Nele se encontrariam treze funções – ligadas com a ideia de urbe e com os problemas da cidade – que lhe incumbiriam:

[...] a religião, costumes, saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim o cuidado e a disciplina dos pobres, como ‘parte considerável do bem público’. [...] aquilo de que a polícia deve se ocupar é o viver e o mais que viver, o viver e o melhor viver.<sup>28</sup>

Todavia, as produções de peso, viriam – como assinalado – dos territórios de língua alemã, tanto do já citado Von Justi (1770) quanto de Sonnenfels (1817), a quem se poderia atribuir uma *Ciência de Política* (*Polizeiwissenschaft*). Eis que aí estaria o legado de uma “tradição local de reflexão sobre os meios de gerir o tesouro de um Príncipe (‘Cameralística’), tal ciência ia muito além disso, veiculando um amplo programa de racionalização e disciplinamento da vida econômica e social.”<sup>29</sup>

A *economia política* permitiria que à *polícia* fosse possível atribuir a conotação de uma *polícia das cidades*. *Polícia* que, todavia, estava orientada por legislações muito antigas sobre o comércio (até mesmo do século XIV) e que usava a força do poder real (*maréchaussée*) para evitar a desordem e a

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 440.

<sup>28</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 450.

<sup>29</sup> SEELANDER, Airtton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime*. 2009, p. 75.

delinquência que os soldados dispensados e desempregados praticavam, e tudo o mais que vinha como decorrência das guerras.

“Policar” e “urbanizar” tinham similar conotação,<sup>30</sup> embora o controle e a vigilância das ruas pudessem ser assuntos locais ou privados.<sup>31</sup> Todavia, a *polícia* aqui, ainda que derivasse do poder régio, não era percebida como *justiça* e tampouco como algo à disposição dos magistrados, pois não se tratava de uma *polícia* da qual poderia se valer o poder judiciário para aplicar as leis.

Não é um prolongamento da justiça, não é o rei agindo através de seu aparelho de justiça, é o rei agindo diretamente sobre seus súditos, mas de forma não judiciária. [...] Em outras palavras, a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente.<sup>32</sup>

Das *Instructions* de Catarina II, espécie de *Código de Polícia* orientado pela filosofia francesa, podia-se ver um modo regulamentar que legaria uma orientação bastante peculiar (talvez não percebida como “lei”) das *polícias*:

Os regulamentos da polícia são de uma espécie totalmente diferente das outras leis civis. As coisas da polícia são coisas de cada instante, enquanto as coisas da lei são coisas definitivas e permanentes. A polícia se ocupa das coisas miúdas, enquanto as leis se ocupam das coisas importantes. A polícia se ocupa perpetuamente dos detalhes.<sup>33</sup>

Aí se inscreveria um modo *regulamentar*, uma forma disciplinar exercida pelas *polícias*, segundo Foucault. Configuração que mudaria na França a partir do problema dos cereais e da polícia dos cereais que passaria pela crise da produção e iria ter de mediar os conflitos do campo.

Podia-se notar em Portugal esse poder *regulamentar*, também como um excesso de ‘leis de polícia’ intervindo em diversos setores, orientados por valores tradicionais cristãos, repreendendo condutas que com eles se chocassem

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 452-453.

<sup>31</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 1ª. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc. 2009, p. 43.

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 457.

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 457.

ou mesmo as novidades dos modos de vida, como o cigano ou o burguês rico que imitava a aristocracia.

O legado dessa *polícia* como mediadora urbana, especialmente ligada ao comércio, faria vingar também em Portugal o uso de técnicas policiais para o estímulo econômico. A partir das reformas pombalinas, ante a crise que acometeu Portugal ao final do século XVIII, seria criada a Intendência Geral da Polícia e fornecido algum aporte teórico para os futuros servidores da Coroa com a reforma da Universidade de Coimbra em 1772.<sup>34</sup>

Começa, então, a se reconfigurar localmente o conceito de *polícia*, bem como as funções que a ela se atribuíam. “A ‘polícia’ se convertia, agora, no conceito-síntese da gestão interna do Estado.”<sup>35</sup> Agora não apenas como quem mantinha uma “boa ordem”, mas a quem era dado “transformar o existente”; atividade que se fazia suprimindo as assembleias, afastando os tribunais “de justiça” e criando os “tribunais e as intendências de polícia”.<sup>36</sup>

As mutações da *polícia*, com feições absolutistas, em países como França, Prússia e Áustria espalharam efeitos em Portugal e Espanha, e estes em seus territórios de desenvolvimento econômico. O declínio experimentado ao final do Antigo Regime e a (re)discussão do papel e da legitimidade do Estado, culminariam nas tentativas de contenção do poder régio e das bases ideológicas pelas quais operavam as *polícias*, em especial com a Revolução Francesa. Esse episódio, entretanto, não encerraria os debates sobre a superação da ideia de *polícia*, como filha do Absolutismo, embora SEELANDER lembre da dificuldade de pensar um mundo jurídico sem *polícias*, onde houvesse apenas *justiça*.<sup>37</sup>

O fato de a *polícia* encontrar um paradigma na Revolução Burguesa (quiçá um paradoxo) pode advir da atuação d’*A Guarda Burguesa*, chefiada por

---

<sup>34</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado* – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime. 2009, p. 76.

<sup>35</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado* – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime. 2009, p. 78.

<sup>36</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado* – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime. 2009, p. 75.

<sup>37</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado* – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime. 2009, p. 80-81.

La Fayaette, na Paris de 1789, a qual incorreria nas permanências do Regime que pretendia findar. Assombra esse cenário dito iluminista o que Gabriel Ignacio Anitua conceitua como *ordem burguesa*, em que a segurança agora se coloca como a ordem imposta de uns sobre os outros. A forma discricionária de agir assumiria uma feição violenta. Emergem os conceitos de *ordem interna* e, sobretudo, *ordem pública* como conceitos sempre alheios ao direito.<sup>38</sup>

Uma *junção* entre as atividades de *polícia* e de *justiça* começava a se delinear, mormente porque a primeira auxiliaria a segunda: uma *polícia judiciária*, embora mantivesse suas atividades de *polícia administrativa*. A *polícia* na França, segundo o Código “Merlin” (o *Code des délits et des peines*, aprovado pós-Revolução Francesa, em 25 de outubro de 1795), indicaria esta ambiguidade e amplitude funcional:

[...] a polícia está instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual (art. 16); sua característica principal é a vigilância, e a sociedade, considerado o povo, é o objeto de sua atenção (art. 17); ela se divide em “polícia administrativa” e ... “polícia judiciária” (art. 18); tendo por seu objeto a manutenção habitual da ordem pública, a administrativa tendo principalmente a prevenção de delitos (art. 19); a judiciária persegue os fatos penalmente relevantes (por formas diversas de constatação ou recebendo a notícia), no recolhimento das provas para o julgamento dos acusados pelos tribunais (art. 20).<sup>39</sup>

O momento Pós-Revolução Francesa, segundo Franco Cordero, implica nova alteração da própria concepção da *polícia*, apesar de algumas questões e divisões (*polícia administrativa* e *judiciária*) permanecerem. Vale pontuar, ainda tendo em conta Franco Cordero, que a *polícia* assume, no campo jurídico, um papel de relevo no âmbito da acusação, mas que não poderia operar

<sup>38</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 48-49.

<sup>39</sup> Tradução livre da autora de: <<la police est instituée pour maintenir l’ordre public, la liberté, la propriété, la sûreté individuelle>> (art. 16); <<son caractère principal est la vigilance>>, e <<la société, considérée en masse, est l’objet de sa sollicitude>> (art. 17); <<elle se divise en “police administrative” et ... “police judiciaire”>> (art. 18); avendo <<pour objet Le maintien habituel de l’ordre public>>, l’administrative <<tend principalement à prévenir les délits>> (art. 19); la judiciaire <<recherche>> i fatti penalmente rilevanti (atto inventivo diverso dal constatare o ricevere notizia), <<en rassemble les preuves et en livre les coupables aux tribunaux chargés par la loi de les punir>> (art. 20). (CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. Settima edizione. Milano: Giuffrè. 2003, p. 224).

indiscriminadamente em favor de uma parte (*pubblico ministero*), se as provas colhidas implicassem na condenação do acusado.<sup>40</sup> É nessa linha que o *sistema processual penal* em que se insere a *polícia* pode dizer muito sobre ela. Portanto, é aí que Cordero aponta para um carácter ambíguo da polícia, especialmente envolvida em um *modelo inquisitorial*. Isso para alertar sobre a atividade de polícia: “o negócio nasce mal ou mais além, morto”.<sup>41</sup>

### 1.1.2. Do estado de direito

A tentativa de delimitar os poderes e as funções da *polícia*, num modelo inserido num “Estado de Direito” ensinaria, segundo Winfried Hassemer, ao mesmo uma complicação e a necessidade de sua delimitação.<sup>42</sup>

A delimitação passa a acontecer a partir do momento em que, especialmente pelas reformas prussianas nas *leis de polícia* (inclusive de 1931), vão-se aclarando os reais intentos, para além do decoro e da limpeza, como a vinculação com a segurança e a ordem pública, a prevenção relacionada a um só tempo ao geral e ao indivíduo.<sup>43</sup> Esse fato – sobre a delimitação das funções de polícia – não interessaria aos nazistas, pois que o uso da *polícia* como arma e como meio para os interesses do Partido encontraria barreiras em tal delimitação. Num Estado de Direito, parece imprescindível o controle das *polícias*.<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. 2003, p. 226-227. Questões que também aparecem em João Mendes de Almeida Júnior (*O Processo Criminal Brasileiro*. V. 1. 4<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos 1959, p. 249-250).

<sup>41</sup> Tradução livre da autora de “l'affare nasce male o addirittura morto.” (In CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. 2003, p. 228-229).

<sup>42</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y responsabilidade Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 256.

<sup>43</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y responsabilidade Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 257.

<sup>44</sup> Neste contexto é que a *polícia*, então tomada como força e como braço armado do Estado, e o Estado como leviatã, ocupa lugar de destaque em Teoria do Estado: cf. HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y responsabilidade Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 258.

A *polícia*, nessa nova configuração que começa a aparecer no início do século XX e ainda que fora de estados totalitários, não pode dispensar o controle de suas atividades e o estabelecimento de seus limites.<sup>45</sup>

Situada no limiar do complexo processo da *law in action*, a polícia é não só a instância que processa o caudal mais volumoso de *desviante*, mas também a que a faz em condições de maior *discricionariedade*. Por princípio, a polícia interage apenas com <<leigos>> - os denunciante ou os suspeitos -, em posição de domínio e à margem da vigilância dos demais intervenientes processuais que vão progressivamente povoando o cenário. Em segundo lugar, a polícia reduz drasticamente as alternativas ao dispor das instâncias de controlo situadas a jusante, condicionando mesmo o sentido das suas decisões.<sup>46</sup>

As limitações que pretendem impor os liberais burgueses para que a *polícia* persiga um fim dentro do direito e vise a segurança do cidadão estão ligadas à segurança constituída pelos limites que se quer impor ao poder do monarca absolutista e ao modo discricionário do exercício desse poder. O princípio da legalidade é que norteia os limites do uso da violência do soberano.<sup>47</sup>

Para Winfried Hassemer, ainda haveria a complicação, fato que também se enuncia da observação de Gabriel Ignacio Anitua: a *polícia* que é a detentora exclusiva da força num Estado moderno é a que deve ao mesmo tempo garantir as liberdades. A *polícia* está no campo de tensão entre a garantia das liberdades e o exercício destas mesmas liberdades.

Daí – ainda que talvez se esteja diante de um paradoxo ou mesmo de uma aparente oposição – a política de *segurança* e a política de *justiça* operam em âmbitos separados de violência estatal. A *polícia* aparece como quem protege as liberdades e como a primeira que se apresenta em caso de ofensa a estas liberdades; sem no entanto ofendê-las, senão na exata medida para que sejam

<sup>45</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 44.

<sup>46</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. 2a. reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora. 1997, p. 443.

<sup>47</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 43.

protegidas.<sup>48</sup> A *polícia* que protege direitos é a que ao reprimir violações de direitos não pode ela mesma violá-los.<sup>49</sup>

O fato é que está nas mãos da *polícia* o poder para decidir, nos casos concretos de conflitos, como mediar ao mesmo tempo a proteção e a violação das liberdades. Por isso, por exemplo, o debate sobre uso de novas tecnologias em casos de controle de distúrbios, está muito além de mera questão logística ou tática.<sup>50</sup> *Liberdade e segurança* são dois conceitos relacionais que, no nascedouro das funções de *polícia* não eram necessariamente excludentes ou contraditórios.

### 1.1.3. Do estado policialesco

A *polícia* – diante de uma hipérbole do conceito de *ordem pública* ou quando a *segurança* sobressai como um dos grandes temas – que tem ao mesmo tempo tem um peso específico e alimenta expectativas sobre si mesma pode interferir cada vez mais e mais na vida dos cidadãos<sup>51</sup>. Todavia, embora esse pareça ser um tema atual, é possível observar que isso já ocorrera em outros momentos.

Mesmo após a Revolução Burguesa é possível notar que a *polícia* alinhava-se por uma trilha não necessariamente liberal. Se a *polícia* no Antigo Regime operava em favor do poder, pós-Revolução passaria a se constituir ela mesma num poder dotado de força e que parecia estar orientado pelos interesses de uma burguesia recém-instalada. A *polícia* tradicional agora cuidava das dissidências. Ao lado da discricionariedade aparece a violência, inclusive, pelo

---

<sup>48</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 260.

<sup>49</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 44.

<sup>50</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 261.

<sup>51</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 261-263.

exercício desse poder notadamente de forma bélico-militar, onde se eleva uma forma vertical, hierárquica e centralizada.<sup>52</sup>

Numa nova teoria da *polícia*, a função da agência policial apresenta-se articulada em torno de três funções: controle dos riscos, manutenção de sua autoridade e a racionalização dos recursos que a mantém. A hipertrofia desse discurso permitiu a instalação dos regimes ditatoriais na América Latina, porque fundados sobretudo numa *guerra* contra os perigosos e dissidentes.<sup>53</sup> Não sem frequência o discurso político e eleitoral estrutura-se em torno de políticas de *segurança pública*, para as quais são destinadas vultosas somas em dinheiro, não raro muito superiores ao que se refere à saúde e educação.

O fato é que a vinda dos regimes ditos democráticos ainda conviveria com os paradoxos dessa *polícia*. De um lado porque *ordem pública* se transformaria primeiro em *segurança pública* e depois em *doutrina da segurança nacional*<sup>54</sup>. Tal e qual já ocorrera: usava-se dos mesmos fundamentos do Antigo Regime do qual se pretendia fugir. De outro, porque emergia o discurso do *medo* e do perigo, da luta contra a criminalidade e da *segurança* dos cidadãos.<sup>55</sup>

A policização da vida passaria a se justificar pelo sentimento de insegurança e pelas ameaças permanentes e atmosféricas, mesmo que desacompanhados da real possibilidade de ser vítima de crime. Corroboram esse cenário o desapego a normas de vivência coletiva, a presença do sentimento narcísico e o fato de que se está numa “sociedade de risco”.<sup>56</sup>

O estado benfeitor passa a *estado policial*, como se – por uma forma violenta e repressiva – pudesse “limpar” os rastros deixados pela retirada de um estado de bem-estar.<sup>57</sup>

Paradoxalmente, a ideia de vivência comunitária evoca uma polícia de mesmo nome (“polícia comunitária”) o que é apenas uma demanda pela maior

<sup>52</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 48-50.

<sup>53</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 51-52.

<sup>54</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 52.

<sup>55</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 262.

<sup>56</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, Mundo y Responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 263.

<sup>57</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 55.



presença policial, mas não pelo fortalecimento dos laços sociais que a dispensariam. Do contrário, a manutenção das diferenças sociais entre a burguesia, como “gente decente”, e o “bom proletário” temeroso ou controlado é que a sustenta<sup>58</sup>, mas dela não se liberta.

As primeiras observações sobre como a *polícia* se constitui de acordo com o tempo e o lugar em que está inserida pareceram relevantes para ver que não necessariamente os modelos que se sucedem de forma não linear tendem a orientar-se por uma premissa que se possa dizer “melhor”. Há algumas armadilhas que se colocam e que permitem o retorno do que se não quer ou a permanência do que não mais deveria ser.

## **1.2. Dos Arquivistas à brasileira: recolhendo *impressões* da e sobre a *polícia* brasileira**

[...] as elites que sempre governaram o país usaram-nos historicamente, enquanto funcionários do estado, para os serviços mais difíceis, mais brutais e brutalizantes, inclusive algumas vezes para serviços sujos; usaram-nos e mantiveram-nos bem longe de qualquer coisa importante; bons para a porta da garagem, porém sem nenhum acesso à sala de visitas.  
(BATISTA, Nilo. *Trocando em miúdos*. 1990, p. 170-171)

### **1.2.1. Do *mal-estar* da civilização e da matriz *inquisitorial***

Sigmund Freud alerta acerca da dificuldade em analisar determinado campo (como aqui, em relação as *polícias*) quando se está inserido no contexto de uma *civilização* na qual se vive, se funda e onde se partilha a própria experiência. A dificuldade é que, normalmente, restringe-se a um ponto do todo, além do que há certa ingenuidade no olhar que se debruça apenas sobre o presente, sem voltar ao passado e não mirar o futuro.

---

<sup>58</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policía*. 2009, p. 59.

Olhar para o que é uma *civilização*, mas não no que poderá se transformar ou no que já foi, é quase uma armadilha.<sup>59</sup> *Civilização* humana é a “expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais e que deve ser usada para proteger dos impulsos hostis dos homens tudo o que contribui para a conquista da natureza e a produção de riqueza.”<sup>60</sup>

Os defeitos e as dificuldades de sua compreensão mais estariam relacionados com as formas culturais do que com a própria *civilização*. Para Freud, os poucos méritos de uma frágil *civilização* adquirida representariam a contenção das pulsões destrutivas antissociais e anti-culturais, como se fossem uma espécie de coerção que consideraria duas características: os homens não são espontaneamente amantes do trabalho e os argumentos não valem contra suas paixões.

Para que se tenha em conta a metáfora deste texto a partir das expressões “*mal de arquivo*”, sintagma de Jacques Derrida<sup>61</sup>, e “*arquivos do mal-estar*” de Joel Birman<sup>62</sup>, foi necessário olhar para o que o sistema de justiça criminal coletou na Inquisição. Em que pese se possa ter como superada a expressão “*sistema inquisitorial*”.

Por isso é que os riscos de um corte historiográfico não conseguiram impedir que se considerassem a Inquisição e as matrizes ibéricas do período colonial<sup>63</sup> como importantes elementos para o tema, embora não se tivesse lá propriamente a figura de uma instituição *policia*l nos moldes atuais. Nem mesmo no nascedouro da palavra *policia*, apesar dos meios usados no século XVII como instrumentos de repressão aos modos de vida que contrariassem a tradição cristã. Embora se tivesse algo muito mais ligado ao novo e ao moral, do que propriamente à heresia.

<sup>59</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 09-10.

<sup>60</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 11.

<sup>61</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001.

<sup>62</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006.

<sup>63</sup> Sobre a dificuldade de fontes acerca de uma organização policial, como atualmente concebida: SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007, p. 57.

Apesar de a feição contemporânea da *polícia*, como segundo *aparelho tecnológico* da nova arte de governar, ter surgido provavelmente apenas no final do século XVIII, ou como um aparato de matriz biologicista, na visão de Nilo Batista e Eugenio Raúl Zaffaroni, parece ser necessário olhar para o que essa *prática inquisitorial*<sup>64</sup> fez especialmente no Brasil-colônia.

As controvérsias sobre o que tenha sido em realidade a Inquisição na Europa<sup>65</sup> (ou as *inquisições* na Europa, inclusive como propagadas nas Colônias dentre as quais o Brasil, seja pela variedade das formas seja pelos modelos que adotou, bem como as localidades em que se desenvolveu) não parecem superar a necessidade de refletir sobre o modo como isso tudo impregnou o discurso jurídico processual-penal e o sistema de justiça criminal. Talvez se pudesse mesmo inferir que se diverso o quadro acontecido dos relatos vários que se tem, a força com que esse dado discurso da e sobre a Inquisição e os modelos de atuação verifica-se não apenas no transcurso histórico, mas também na atualidade.

Assim, a configuração social da Inquisição, a condição dos acusados e as possibilidades de *contradita*<sup>66</sup> perante o Santo Ofício, os próprios inquisidores e os demais funcionários que compunham o aparelho inquisitorial<sup>67</sup> são importantes para se poder buscar um significado para o que a palavra *polícia* pode designar ou mesmo para compreender o que ela faz.

A agência inquisitorial utilizava de matrizes biológicas bastante próximas àquelas usadas pela agência policial, além do que o aparato e o *modus* desta em muito se aproximam daquela, especialmente pelo apreço à *confissão* e à

---

<sup>64</sup> Cabe pontuar que, de fato, pode-se falar em *inquisições*, como modos de proceder distintos: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>65</sup> Nesse sentido: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. 2000.

<sup>66</sup> Sobre algumas inferências a respeito das possibilidades de defesa e das contraditas: LIMA, Lana Lage da Gama. As contraditas no processo inquisitorial. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 11, Números 15 e 16, 1º. e 2º. semestres de 2007, p. 307-316. A autora destaca as disposições do Primeiro regimento da Inquisição Portuguesa (escrito em 1552) com recomendações aos inquisidores sobre as possibilidades dos acusados, em especial, a respeito do número e das declarações das testemunhas por eles arroladas (p. 308).

<sup>67</sup> CALAINHO, Daniela Buono. Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8. 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 237.

*tortura*<sup>68</sup>. E é nesse “acontecimento político da Inquisição”, na expressão de Vera Malaguti Batista, que apareceu o primeiro modelo integrado de criminologia com regramento penal, processual penal e político criminal.<sup>69</sup>

Franco Cordero pondera que no *estilo inquisitório* o processo aparece como “tarefa terapêutica”, em que a pena é o remédio a ser ministrado e querendo ou não o acusado deverá cooperar; já o *ritual acusatório* consiste numa “aventura agonística” em que o acusado joga com suas chances e está garantido no espaço psíquico.<sup>70</sup>

A Inquisição<sup>71</sup> visava a “contenção e eliminação de um mal que ameaçava a existência da humanidade, primeiro como heresia e depois como bruxaria. (...) Praticamente a Inquisição foi a *agência-mãe* ou o *tronco comum de onde se emanariam mais tarde todas as demais agências especializadas que exerceriam o poder de controle social*.”<sup>72</sup>

A “manualística” da Inquisição também pode ser exemplificada pelo *Directorium Inquisitorum* (*Manual dos Inquisidores*, escrito pelo Frei Nicolau Eymerich em 1376, ampliado posteriormente por Francisco Peña, em 1578<sup>73</sup>), que explicitamente recomendava punir os hereges, dentre eles os piores que eram os que mais pareciam ser inocentes; quanto aos loucos, o mesmo manual vaticinava não ser possível entrega-los à morte tampouco deixa-los impunes.<sup>74</sup>

O prefácio de Leonardo Boff, nominado como “Inquisição: um espírito que continua a existir” permite que se admita várias das *práticas* que

<sup>68</sup> Sobre a tortura e os métodos acusatório e inquisitório: CORDERO, Franco. *Guida Alla Procedura Penale*. Torino: Utet. 1986, p. 48-51.

<sup>69</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan. 2011, p. 31.

<sup>70</sup> CORDERO, Franco. *Guida Alla Procedura Penale*. Torino: Utet. 1986, p. 47.

<sup>71</sup> Sobre as práticas nos processos eclesiásticos e no Tribunal da Inquisição, inclusive com reflexos no Brasil-Colônia: ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 72-89.

<sup>72</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2003, p. 278-279.

<sup>73</sup> EYMERICH, Nicolau; comentários de Francisco Peña. Trad. Maria José Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília. 1993. Interessante observar todo o empenho que Nicolau Eymerich teve em fornecer dados sobre o modo pelo qual o Inquisidor seria escolhido e investido, até mesmo como as autoridades civis poderiam prestar juramento e fazer-se obedecer nas cidades.

<sup>74</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Posfácio* in GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso; trad. dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras. 2006, p. 196.

ainda impregnam o sistema de justiça criminal, que vão desde a ‘pretensão de verdade’, passando pelo discurso autoritário, intolerante que primeiro apenas excluía os hereges, mas que depois culminaria em sua morte, até chegar ao fato que é entender a heresia como algo político, que desafia e que leva a perseguição dos hereges e não apenas das próprias heresias.<sup>75</sup>

No que toca à obsessão repressiva operada contra os delitos das bruxas e a feitiçaria cabe referir, um tanto mais tarde, o *Malleus Maleficarum* (*O martelo das feiticeiras*, de 1484, de autoria de Heinrich Kramer e James Sprenger<sup>76</sup>), antecedido pela *Summis desiderantes affectibus* (1484), a Bula das Bruxas do Papa Inocêncio VIII. O *Malleus* implica num legado de enorme complexidade e de nefastos efeitos para o sistema de justiça criminal – pois era aplicado não apenas pelas autoridades eclesiásticas – ao conceber as feiticeiras como o “mal em si”<sup>77</sup>. Eugenio Raúl Zaffaroni assevera que desde aí se sucederam discursos com idêntica estrutura: alega-se uma emergência (como elemento discursivo), uma ameaça extraordinária que põe a humanidade ou todo mundo em risco e para tanto não se pode colocar nenhuma barreira para o exercício do poder punitivo.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> BOFF, Leonardo. *Prefácio*. In EYMERICH, Nicolau; comentários de Francisco Peña. *Manual dos Inquisidores*. 1993, p. 9-28. O autor pondera que é um verdadeiro manual de ‘como fazer’ (In EYMERICH, Nicolau; comentários de Francisco Peña. 1993, p. 14).

<sup>76</sup> KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. Introdução histórica de Rose Maria Muraro. Tradução de Paulo Froés. Do original: *Malleus Maleficarum*. 22a. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 2011.

<sup>77</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2003, p. 510-513.

<sup>78</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La Cuestión Criminal*. 3a. ed. Buenos Aires: Planeta. 2012, p. 42. O autor chega a elencar vinte itens que demonstram sua permanência, embora registre que existem outros: o crime que provoca a emergência é o mais grave de todos; a emergência justifica o combate por meio da *guerra* e de todo o discurso bélico; a frequência dos crimes é alarmante; o pior criminoso é o que duvida da emergência; toda fonte que diga o contrário deve ser neutralizada; a valoração dos fatos se inverte por completo; o delírio serve como desculpa para encobrir crimes; algumas figuras superiores são imaculadas; os inimigos são inferiores; a inferioridade pode ser estendida; as vítimas não podem colocar-se em situação de inferioridade; o poder punitivo descontrolado quer um mundo cinza e chato, o qual pode ser controlado sem problemas; os inquisidores negam danos colaterais e terceiras vítimas; os inquisidores são infalíveis e puros; os inquisidores nunca erram, pois quem é condenado é culpado e a prova disso é a condenação; eximem-se de toda ética, podem se arrepender dos compromissos e deixar de cumpri-los; os inquisidores são imunes ao mal que combatem; o mal tende a prolongar-se; a crença no poder das bruxas era um prejuízo para a época; o *Malleus* garante a reprodução da clientela (ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La Cuestión Criminal*. 2012, p. 42-48).

Na mesma linha, o relato do inquisidor Pierre de Berne denominado *O Formicarius* (O “Formigueiro”), obra demonológica que insiste na figura da mulher como feiticeira.<sup>79</sup>

Carlo Ginzburg, a respeito dos processos de feitiçaria e contra as bruxas, diz ser possível colher certa uniformidade nas confissões dos acusados sobre os encontros de bruxas e de feiticeiros. Em contraposição, notava-se variedade das expressões doulas. A descrição uniforme dos encontros (o “sabá”) sugeriam para a época, segundo o autor, “a existência de uma verdadeira seita de bruxas e feiticeiros, bem mais perigosa que as figuras isoladas, conhecidas havia séculos, dos portadores de malefícios ou dos encantadores.”<sup>80</sup> Os encontros podiam ser descritos de forma sumária, simbolicamente representando muitos elementos da cultura circunstante (nem sempre bem compreendidos pela visão inquisitorial), de onde se colhem alguns traços comuns como um estereótipo do “sabá”:

Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite, geralmente em lugares solitários, no campo ou na montanha. Às vezes, chegavam voando, depois de ter untado o corpo com unguentos, montando bastões ou cabos de vassoura; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados eles próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagem ao diabo, presente sob a forma humana ou (mais frequentemente) como animal ou semianimal. Seguiam-se banquetes, danças, orgias sexuais. Antes de voltar para casa, bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficis, produzidos com gordura de criança e outros ingredientes.<sup>81</sup>

As referências ao demônio e às orgias sexuais nubliariam um possível significado e uma compreensão de que tais ritos representavam desde então as raras possibilidades de reunião de grupos sócio-culturalmente excluídos.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado; tradução e notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras. 2009, p. 527-528.

<sup>80</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. Trad. Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras. 2012, p. 9-10.

<sup>81</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. 2012, p. 9.

<sup>82</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. 2012, p. 294 e ss.

Em contraposição, sobretudo ao que significavam as práticas inquisitoriais e colocando em xeque a própria existência das bruxas, mais de um século depois seria publicado anonimamente, em 1631, pelo jesuíta germânico Friedrich Spee von Langenfeld<sup>83</sup> o *Cautio Criminalis, de Processibus contra Sagas Liber* ('Precaução para os Promotores: um Livro sobre o Julgamento de Bruxas'). O escrito constituía uma espécie de livro-denúncia, apresentado na forma de "dúvidas", sobre os métodos para identificar os culpados e as bruxas, bem como os horrores produzidos e que levaram inocentes à fogueira. Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, o texto de Spee era uma demonstração perspicaz, porque não negava a existência das bruxas, mas porque dizia que os métodos usados não conseguiam demonstrar tal existência; é um texto de transgressão e rebeldia<sup>84</sup>. O texto parece ser um alerta aos promotores, em particular ao fato de que os juízes:

[...] não eram de boa índole, sendo gananciosos e fracos de espírito. Seu principal argumento relevou a ganância dos magistrados, os quais recebiam pagamento por sentença de morte – de 4 a 5 tálares por sentença. (...) Para que esse interesse financeiro nos processos fosse exterminado, Spee exigia que fosse dada mais autonomia e salários fixos aos magistrados, assim como deveria ser aumentada a sua responsabilidade em relação aos processos, havendo, também, maior fiscalização por parte dos soberanos governantes.<sup>85</sup>

Renato Janine Ribeiro adverte que, para os dias atuais, em que a tolerância religiosa está consideravelmente assentada, parecem incompreensíveis os reais fundamentos que orientavam esta prática.

Perseguir-las talvez não resulte tanto da intolerância que alguns associam às 'trevas', e sim da intolerância de uma religião que se leva mais a sério. Se assim for, entenderemos por que os evangelizadores protestantes foram tão implacáveis. Na Inquisição católica, na evangelização protestante, está presente o intuito de eliminar o *Outro* (lembremos que em português esse é

<sup>83</sup> LANGENFELD, Friedrich Spee von. *Cautio Criminalis, or, a Book on Witch Trials*. Second edition. Virginia: University of Virginia Press. 2003.

<sup>84</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La Cuestión Criminal*. 2012, p. 53-56

<sup>85</sup> OESTERIE, Pauline. *Friedrich Spee*. In *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Maringá, v. 26, no. 1, p. 169-175. 2004, p. 172. Disponível em [http // periodicos.min.br/ojsindex.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../925](http://periodicos.min.br/ojsindex.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../925). Acesso em: 17 mar. 2013.

um dos termos para designar... o diabo), para isso sendo necessários devassar os seus caminhos.<sup>86</sup>

As *práticas inquisitoriais* (ou ao menos de alguma inquisição) pretendiam desde então uma legitimidade fundada no discurso do medo, tendo o extermínio como método contra o mal, baseado na confissão e no dogma da pena; a tortura como princípio, a delação como meio e a execução espetacular como fim.<sup>87</sup>

Os Livros dos Culpados e os processos de Inquisição de Lisboa<sup>88</sup> dão conta de que aproximadamente dois mil brasileiros tenham sido presos, julgados e condenados em Portugal até o século XIX. No Brasil, as atividades do Tribunal da Inquisição iniciaram em 12 de fevereiro de 1579, com a designação de D. Antonio Barreiros (bispo e governador da Bahia) como comissário do Santo Ofício.<sup>89</sup>

Aos comissários (que podiam ser substituídos por bispos) dava-se o poder de prender e julgar; função compartilhada com os familiares, “homens leigos, de influência, com ‘sangue limpo’”<sup>90</sup>. Pertenciam ao “aparelho inquisitorial de todo o mundo ibérico no Antigo Regime que, desfrutavam de inúmeros privilégios”<sup>91</sup>; podiam prender, investigar, e confiscar bens.

<sup>86</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Posfácio*. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006, p. 196.

<sup>87</sup> BATISTA, Nilo. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I*. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. v. 5. Rio de Janeiro: Revan. 2002, p. 194-205.

<sup>88</sup> Neusa Fernandes indica que “a Inquisição se estabeleceu em Portugal em 1547, por força da bula *Mediati Cordis*, de Paulo III. Já em 1536, o rei D. João III havia conseguido que o tribunal do Santo Ofício atuasse no reino, fazendo suas primeiras vítimas, apresentadas no primeiro auto-de-fê, em 1540. Era regulamentado por um regimento que foi, através dos tempos, modificado, conforme os interesses políticos e econômicos da instituição. O primeiro regimento data de 1552. O segundo, de 1613, permaneceu até 1649, quando entrou em vigor um novo regimento, que durou 134 anos, sendo substituído somente em 1774, pelo Marquês de Pombal.” (Cf. *A Inquisição e as etnias*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 235, nota 1).

<sup>89</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 231.

<sup>90</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 231. Também chamados de “limpos de sangue” (Cf. CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 239).

<sup>91</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 238. Acerca dos privilégios tanto papais quanto temporais, e até mesmo uma sucessão endógena pela transmissão dos títulos aos filhos: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. 2000, p. 138-140.



Os familiares eram informantes, investigadores e policiais, os quais apareciam de forma espetacular e impactante ao lado dos réus nas procissões dos autos. A denominação *familiar* indica sua proximidade com os Inquisidores e com o próprio Tribunal, com seu lema *Misericordia et Justitia*. Tudo tornava muito atrativa a obtenção de uma “carta de familiatura”, dado o seu elevado *status* social, sua honorabilidade, seu poder e, sobretudo, a importância para o Santo Ofício.<sup>92</sup>

A primeira Bula a instituir o Tribunal da Inquisição em Portugal, sob o pontificado de Paulo III, foi a *Cum ad nihil magis*, na primeira metade do século XVI.<sup>93</sup> Inaugurada a ação inquisitorial, com a vinda do licenciado Heitor Furtador de Mendonça, o Brasil, na visão de Ronaldo Vainfas, teria ficado nesse período a salvo de uma atuação forte, embora desde antes houvesse o registro de prisões e processos.<sup>94</sup> Ao final do século XVI, o Santo Ofício faria a primeira visitação, não apenas por conta dos novos cristãos, mas por questões de natureza econômico-militar, quando se ensaiaria um modo de atuar similar ao que fizera a inquisição hispânica.<sup>95</sup> Embora ausente no Brasil um *típico* Tribunal de Inquisição como havia em Portugal, foi aqui bastante atuante.<sup>96</sup>

As *Confissões da Bahia*<sup>97</sup>, na visão da Inquisição, indicariam a concepção sobre certo modo de vida reprovável da Colônia, modo compartilhado por índios, africanos e europeus: uma vida de orgia, onde os delitos percebidos como os mais frequentes eram bigamia e concubinato. Havia, também, os casos de blasfêmias e ofensas aos dogmas católicos.

A expressão do holandês Gaspar von Barleus, quando aqui esteve, teria dado ensejo a conhecida cantiga brasileira: “Não existe pecado ao sul do

<sup>92</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 238.

<sup>93</sup> VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997, p. 6.

<sup>94</sup> VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*. 1997, p. 7.

<sup>95</sup> VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*. 1997, p. 9-10.

<sup>96</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 231.

<sup>97</sup> Coletânea de depoimentos de colonos sediados na Bahia ao Santo Ofício da Inquisição e seu visitador, Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591-1593: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*. 1997, Também os comentários de BOCAYÚVA, Helena. *Pecados nefandos ao sul do Equador*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 225. Neste sentido, o trabalho de Anita Novinsky que de forma crítica apresenta a historiografia da inquirição na Bahia, especialmente as devassas voltadas aos cristãos novos: *Cristãos novos na Bahia – 1624/1654*, publicado em 1972.

Equador.”<sup>98</sup> Os pecados *nefandos*, nome usado pela Inquisição para se referir a estes delitos, representavam a preocupação da Inquisição e do Visitador (os visitantes concretizavam importante instrumento da política religiosa, percorrendo as freguesias e oficializando as Mesas de Visitação<sup>99</sup>).

Os processos de devassas (“inquirições para informação dos delitos”<sup>100</sup>), nos quais não havia citação da parte e nem características judiciais, confirmaram essa atuação da Inquisição, por meio do Santo Ofício. Isso “interferiu profundamente na vida colonial, durante mais de dois séculos, perseguindo portugueses, brasileiros, índios e africanos, nos quatro cantos do Brasil.”<sup>101</sup> Cabe registrar que na Paraíba a maioria era de mulheres que praticavam *feitiçaria*, diversamente do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, nos quais as condenações envolviam médicos, cientistas e comerciantes.<sup>102</sup>

Entretanto, o Santo Ofício, especialmente por meio dos familiares, fazia refletir na Colônia os valores hierarquizantes do Antigo Regime, dispondo de uma taxonomia e de critérios classificatórios para a investigação, especialmente voltados para a etnia e a religião<sup>103</sup>. Os sujeitos “infectos”, que portavam os estigmas depreciativos<sup>104</sup> de judeus, cristão novos, negros, mulatos, índios e ciganos, eram perseguidos pelos *puros* (sobre os quais, para a outorga da familiatura se fazia uma verdadeira devassa), ativando um preconceito interno na Colônia, incitando o medo, o desprezo e a acusação.<sup>105</sup> Nos processos, era comum

<sup>98</sup> BOCAYÚVA, Helena. *Pecados nefandos ao sul do Equador*. 1999, p. 225.

<sup>99</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 231.

<sup>100</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 132. O autor esclarece que havia dois tipos de devassas; as *devassas gerais* (de competência dos juízes de fora, e ordinários e corregedores, versavam sobre delitos incertos e deveriam durar trinta dias depois de começadas; as iniciadas no começo do ano chamavam-se *Janeirinhas*) e as *devassas especiais* (de competência dos juízes do território em que o delito ocorrera ou dos juízes e ministros determinados para elas, referiam-se a delitos certos mas de autoria incerta, com prazo de oito dias para seu início a partir do crime, em regra, e até trinta dias para sua conclusão) (ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 132-133). As devassas já estavam previstas nas Ordenações do Reino.

<sup>101</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 232.

<sup>102</sup> FERNANDES, Neusa. *A Inquisição e as etnias*. 1999, p. 232.

<sup>103</sup> Houve uma ampliação do rol de heresias e do campo penal, até mesmo pela semântica: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia*. 1997, p. 9-11.

<sup>104</sup> HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. (Coleção Olhares). São Paulo: Annablume. 2010.

<sup>105</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 238-239. Esta investigação realizada no passado dos familiares, também viria a ser feita para o ingresso dos membros do Partido Nazista. “Os candidatos à SS tinham de vasculhar seus antepassados até o ano de 1750. Os que candidatavam a posições de liderança partidária tinham de responder a apenas três

o uso de tormentos em face do acusado “a fim de compeli-lo a dizer a verdade por meio de tratos do corpo.”<sup>106</sup>

Começaria aqui um apreço por quem detinha a função de policiamento das atitudes e das ideias, como os detentores do elo entre o tribunal e o réu; sobretudo, ao adotar o medo como estratégia.<sup>107</sup>

A violência da Inquisição aliava-se ao fato de que o modelo social brasileiro fundava-se na escravidão, com todo o seu aparato de uma violência legal e que tinha nos escravos a condição de meros objetos, “pertencendo ao seu dono, ele e seus filhos, como um boi ou uma mesa”<sup>108</sup>. A violência se apresentava como a mediadora das relações do tecido social.

A análise de processos daqueles que se apresentaram como familiares ou que extrapolaram seus poderes indica o quanto “inspiravam o medo e respeito no cotidiano social da colônia”<sup>109</sup>. Muitas vezes apenas por se apresentarem como tais já despertavam pânico e terror: foram criados pelo Santo Ofício e por ele mesmo eram difíceis de controlar. Os processos instaurados para punir os familiares indicam que os métodos que impunham foram usados contra si, muito mais como forma de erradicar a possível contaminação da Inquisição pela heresia do que propriamente sancionar os erros praticados contra terceiros.

Por muito que se pretenda reconhecer os contrapontos de uma *matriz inquisitorial* – para alguns mais como episódio, como retórica e até mesmo mito – parece que desde aí veio, de fato, um legado. Legado que atravessou o tempo e desembocou no sistema de justiça criminal atual, constituindo uma “epistemologia inquisitorial”, pois é “no âmbito da repressão ao crime e aos

---

perguntas: 1. O que é que você fez pelo Partido? 2. Você é absolutamente são, física, mental e moralmente? 3. Sua árvore genealógica está em ordem?” (Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Trad. de Roberto Barroso. São Paulo: Companhia das Letras. 1989, p. 405, nota 35). Ainda sobre a forma de escolha dos *familiares*: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. 2000, p. 134-147, que destaca a questão da pureza do sangue que devia ser apurada “sem falhas” (Obra citada, p. 135).

<sup>106</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 136.

<sup>107</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 240.

<sup>108</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1º. e 2º. semestres de 2004, p. 28.

<sup>109</sup> CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia*. 1999, p. 241.

desvios que a mentalidade inquisitória se infiltra de forma mais vigorosa e produz seus mais consistentes efeitos.”<sup>110</sup>

Na travessia que se tem, o discurso e a prática de um *processo civilizador* e o mal-estar produzido pelas agências, sobretudo, as policiais permitem notar algum ranço de barbárie, onde é possível tomar o corpo e a alma para confirmar no processo aquilo que se sabe: “o primado das hipóteses sobre os fatos.”<sup>111</sup>

A fundação de um *modo de agir inquisitório* é fruto daquilo que se opera no campo de uma ideação de *verdade*; ideação forjada no seio da Igreja Católica, no IV Concílio de Latrão<sup>112</sup> e que permitiu construir todo um conjunto de binômios que seria utilizado para o sistema de justiça criminal: o criminoso como pecador, o crime como pecado, a pena como castigo, a prisão como penitência. O mal em si. “A Igreja Católica tocava à barbárie que tanto havia criticado no início do catolicismo romano, quando os católicos foram perseguidos, torturados e mortos.”<sup>113</sup>

Os métodos da Inquisição invadiram o sistema de justiça criminal e desde aí o que se tinha – no que concerne ao uso pelas leis da justiça, agora como poder político – voltava-se à questão dos burgos, ou seja, o uso dos métodos para a gestão de pessoas e de lugares<sup>114</sup>. Era a *civilização* que, pelo discurso de contraposição à barbárie, agia como a própria. A tal da *polícia das cidades* que, para protege-las, investiu contra os camponeses, de modo similar e talvez pelas mesmas razões ao que se fez com a heresia cátara.<sup>115</sup>

Em outro momento, mas pelo mesmo olhar do prenúncio de uma *guerra* (como a *guerra* que se travou contra os cristãos novos), é que indaga

<sup>110</sup> CARVALHO, Salo de. *O papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo* (O Exemplo Privilegiado da Aplicação da Pena). (Coleção CriminologiaS: Discursos para a Academia). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 75.

<sup>111</sup> CORDERO, Franco. *Guida alla procedura penale*. 1986, p. 51.

<sup>112</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O Novo Processo Penal à luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei no. 156/2009, do Senado Federal). Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 2.

<sup>113</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O Novo Processo Penal à luz da Constituição*. 2010, p. 4.

<sup>114</sup> Sobre o legado da Inquisição, numa perspectiva ampliada: CARVALHO, Salo de. *Revisita à desconstrução do modelo jurídico inquisitorial*. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais. V. 2. Ano 2. Janeiro-Junho 2005, p. 229-252.

<sup>115</sup> BOFF, Leonardo. *Prefácio*. In EYMERICH, Nicolau; comentários de Francisco Peña. *Manual dos Inquisidores*. 1993, p. 13.

Freud se abolir a *civilização* poderia dar lugar a uma força da natureza igualmente cruel. É contra isto que se teria criado a própria *civilização*, ponto em que lembra a questão religiosa e que a América reivindica ser o “Próprio País de Deus”. Talvez isso possa se inserir no que Freud chama de “forma final assumida por nossa atual civilização branca e cristã.”<sup>116</sup> A religião, como pontua o autor, teria aparecido como patrimônio cultural com a “missão de solucionar os enigmas do universo e nos reconciliar com os sofrimentos.”<sup>117</sup> Mas àquilo a que se lançou a Inquisição foi em direção completamente oposta.

As implicações dos tais *métodos* de Inquisição estão para além dela. A confissão, que figurou como *regina probationum*<sup>118</sup> para a Igreja Católica, alcançaria alto valor nas execuções públicas do Antigo Regime. Michel Foucault<sup>119</sup> retrata tal importância para uma *cultura inquisitória*, a qual resta impregnada de forma até atmosférica no sistema de justiça criminal que se tem: nos “inquéritos policiais”, passando pela fase judicial, até chegar à execução penal. Esses postulados confessionais, ao passo que impregnam a prática do sistema penal autorizando a tortura<sup>120</sup> como meio apto a demonstrar a “verdade sabida”<sup>121</sup>, são – com frequência – colocados como algo de que se dúvida acontecer em alguns *lugares* penais. Tal como se dava lá na Inquisição onde se permitia que “*Inquisitor* e *Socius* se absolvessem mutuamente por eventuais demasias, dentre elas na tortura.”<sup>122</sup>

Pertinente registrar a observação de Freud que considera mesmo a possibilidade de um superego da *cultura* e pondera ser a *civilização* o que

<sup>116</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 33. No Capítulo 3, as ponderações de Contardo Calligaris (*Quinta Coluna*. São Paulo: Publifolha. 2008) e Jurandir Freire Costa (*A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. In Ari Róitman (Org.) *O Desafio ético*. 2001; *Violência e Psicanálise*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2003) indicam como uma civilização branca e cristã livra-se do sentimento de culpa pelo que faz com o *resto*, ponto que o próprio Sigmund Freud retoma em *O Mal-estar na civilização* (1930).

<sup>117</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 43.

<sup>118</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O Novo Processo Penal à luz da Constituição*. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 3.

<sup>119</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 30ª. ed. Petrópolis: Vozes. 2005, p. 34-37.

<sup>120</sup> CORDERO, Franco. *Guida alla procedura penale*. 1986, p. 51.

<sup>121</sup> Conferir observações de Sigmund Freud sobre a confissão e a “história verdadeira”, e mesmo sobre o descontentamento com a religião a ponto de que seria menos mal seu abandono do que sua manutenção (*O Futuro da Ilusão*. 1997, p. 45-47).

<sup>122</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O Novo Processo Penal à luz da Constituição*. 2010, p. 4.

paradoxalmente, a um só tempo, limita o sofrer e é a causa deste sofrimento<sup>123</sup>. Isso enseja uma hostilidade à *civilização* em alguns momentos pontuais, dentre os quais – considerado pelo autor como o penúltimo de tais momentos – o “das viagens do descobrimento”<sup>124</sup>. Momento em que se pode notar o uso da tal *matriz inquisitorial* e de algumas práticas civilizatórias, normalmente como forma de se contrapor a alguém *incivilizado*, *bárbaro* ou culturalmente *inferior*.

Para Freud, no momento das *viagens do descobrimento* havia observação insuficiente e compreensão equivocada dos usos e costumes dos índios, que pareceram aos europeus levar uma vida simples e feliz, de poucas necessidades, inatingível para os visitantes culturalmente *superiores*. A experiência posterior corrigiu vários julgamentos dessa ordem; em muitos casos se atribuíra erroneamente à ausência de complicadas exigências culturais uma maior facilidade no viver, que realmente se devia à generosidade da natureza e à comodidade na satisfação das grandes necessidades.<sup>125</sup>

A vinda dos portugueses representaria uma verdadeira *catástrofe* para os indígenas, pois o *homem branco* era visto como detentor de poderes especiais, por isso temido, respeitado e odiado.<sup>126</sup> Entretanto, não se pode atribuir apenas aos portugueses toda a sorte de desgraça que se abateu sobre a população indígena e que produziram no Brasil um cenário de horror; os espanhóis também o fizeram na América Central.

Os países da Península Ibérica – libertos dos árabes e sob o amparo ideológico da *guerra santa* – viriam às Américas onde encontrariam povos com estrutura sócio-política complexa e com uma cosmovisão muito mais ampla que a do próprio colonizador. A tarefa de estabelecer colônias produtoras restaria facilitada ao aliar o discurso sobre sua visão de mundo ao demônio, mesmo sendo possível notar que boa parte das discussões de certo cunho *criminológico*

---

<sup>123</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 44. O autor indica três fontes de nosso sofrer: “[...] a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos da família, no Estado e na sociedade.” (FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 43).

<sup>124</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 45.

<sup>125</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 21.

<sup>126</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2a. ed., 3a. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2010, p. 16. A palavra *catástrofe* é usada pelo autor para “designar o destino da população ameríndia”.

miravam as origens dos próprios índios. Os índios eram considerados como apóstatas e por isso era possível que a Inquisição e a Igreja se preocupassem especialmente com eles. Ou mesmo – por igual argumento – era necessário defendê-los, como na visão de Las Casas.<sup>127</sup>

Bartolomeu de Las Casas<sup>128</sup>, Religioso de São Domingos, conhecido como *apóstolo dos índios* e que se autodenominava protetor e procurador dos povos indígenas, pelas denúncias que fez a respeito da colonização espanhola era tido em alguns lugares como um antipatriota.<sup>129</sup> Denúncias que outorgaram aos espanhóis a *legenda negra* – “rótulo mordaz através do qual se propagou por todo o mundo protestante europeu a imagem dos espanhóis como um povo sanguinário, cruel e corrupto: analfabetos truculentos que se lançaram sobre o Novo Mundo como aves de rapina [...]”.<sup>130</sup> Mas parecia não estar sozinho em seus relatos, pois ele mesmo refere uma carta “de próprio punho”, que teria sido escrita pelo Frei Marc de Nise, Comissário Superior da Ordem de São Francisco e um dos primeiros da ordem religiosa a entrar com os espanhóis nas províncias do Peru.<sup>131</sup>

Para Bartolomeu de Las Casas, a justificativa última de todo o empreendimento letal a que se propuseram os espanhóis era o ouro (o Deus dos espanhóis). Ouro que lhes propiciaria um enriquecimento rápido. A avareza foi a

<sup>127</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología*: aproximación desde un margen. Bogotá: Editorial Temis S.A. 2003, p. 62/63.

<sup>128</sup> Sobre este Frei que teria sido um dos grandes delatores do que se fazia nas Américas, cumpre anotar que ele também teria se lançado ao Novo Mundo imbuído de interesses e ambições colonizadoras; desde criança e adolescente estava próximo de Cristóvão Colombo, ficando de certo modo distante – mesmo quando sacerdote – das perspectivas de justiça social dos Frades Dominicanos. Mudança que parece se iniciar no *padre fazendeiro*, o primeiro a ser ordenado nas Américas, com o sermão do Frei Montesinos, em 21 de dezembro de 1511. O Clérigo de Las Casas chega a fazer fortuna e sem relatar nenhum evento especial, além da leitura do livro do Eclesiástico, converte-se à causa dos índios, aos trinta anos de idade, numa missa de Pentecostes, quando detinha a condição de capelão militar. Sua experiência de colonizador permite levar a cabo a defesa dos índios; vale-se da ideia da justiça social e do direito: “Sua conversão aparece como o amadurecimento de um processo racional e livre, sob o influxo de uma mensagem de justiça e solidariedade, que move um homem adulto de ação e de pensamento.” (JOSAPHAT, Frei Carlos. Nota da introdução: LAS CASAS, Bartolomeu. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*. Obras Completas I. Frei Carlos Josaphat (coordenação geral, introduções e notas). Tradução Noelia Gigli, Hélio Lucas. São Paulo: Paulus. 2005, p. 13-14).

<sup>129</sup> Vide nota de apresentação de Eduardo Bueno: LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM. 2011, p. 11.

<sup>130</sup> Observação de Eduardo Bueno em LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 12.

<sup>131</sup> LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 107-110.

retribuição ofertada de forma cruel e vil aos índios que neles passaram a confiar. Milhões de índios mortos “sem Fé e sem Sacramentos [...]”. Isso eu posso afirmar como tendo visto e é cousa tão verdadeira que até os tiranos confessam que jamais os índios causaram desprazer algum aos espanhóis, que os consideraram como descidos do céu até o momento em que eles, ou seus vizinhos, provaram os efeitos da tirania.”<sup>132</sup> Tirania que Las Casas chamava de *diabólica*, pois buscava por dois modos exterminar aquele povo: por uma guerra injusta que só deixava vivos praticamente crianças e mulheres e pela opressão por meio de uma servidão pesada e extenuante “a que jamais se tenham submetido homens ou animais.”<sup>133</sup>

Os relatos do Frei teriam levado o Rei de Castela e León a proibir determinadas práticas e cessar maldades, primeiro em Barcelona em 1542 e no ano seguinte em Madri.<sup>134</sup> Embora o cronista do Imperador, Doutor Sepúlveda, tenha estabelecido um embate com Las Casas e concluído que os dois pontos levantados sobre o modo de exterminar as gentes não podiam ser assim

<sup>132</sup> LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 29.

<sup>133</sup> LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 29. O autor empreende o seguinte relato sobre a colonização levada a cabo na ilha Espanhola (hoje, República Dominicana): “Na ilha Espanhola que foi a primeira, como se disse, a que chegaram os espanhóis, começaram as grandes matanças e perdas de gentes, tendo os espanhóis começado a tomar suas mulheres e filhos dos índios para deles servir-se e usar mal [...] Depois de muitos abusos, violências e tormentos a que se submetiam, os índios começaram a perceber que esses homens não podiam ter descido do céu. Alguns escondiam suas carnes, outros suas mulheres e seus filhos e outros fugiam para as montanhas a fim de se afastar dessa Nação. Os espanhóis lhes davam bofetadas, socos e bastonadas e se ingeriam em sua vida até deitar a mão sobre os senhores das cidades. E tudo chegou a tão grande temeridade e dissolução que um capitão espanhol teve a ousadia de violar pela força a mulher do maior rei e senhor de toda esta ilha. Cousa essa que desde esse tempo deu motivo a que os índios procurassem meios para lançar os espanhóis fora de suas terras e se pusessem em armas: mas que armas? [...] Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas; entravam nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espadas, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria melhor as entranhas de um homem em um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios da mãe e lhes esfregavam a cabeça contra os rochedos enquanto que outros os lançavam à água dos córregos rindo e caçoando, e quando estavam na água gritavam: move-te, corpo de tal?! Outros, mais furiosos, passavam mães e filhos a fio de espada. Faziam certas forcas longas e baixas, de modo que os pés tocavam quase a terra, um para cada treze, em honra e reverência de Nosso Senhor e de seus doze Apóstolos (como diziam) e deitando-lhes as duas mãos e assim os deixavam; diziam: Ide com essas cartas levar as notícias aos que fugiram para as montanhas. Dessa maneira procediam comumente com os nobres e os senhores; faziam certos gradis sobre garfos com um pequeno fogo por baixo a fim de que, lentamente, dando gritos e em tormentos infinitos, rendessem o espírito ao Criador.[...] Eu vi as cousas acima referidas e um número infinito de outras.” (Obra citada, p. 30-32).

<sup>134</sup> LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 123.



entendidos: a guerra dos espanhóis contra os índios fora justa e os índios eram obrigados a submeter-se, por sua precariedade intelectual.<sup>135</sup>

A pretensão de um empreendimento lastreado em uma justiça social e até mesmo *democrática* (nas palavras que o Frei Carlos Josaphat emprega nas notas que antecedem aquele que seria o texto essencial de Las Casas: *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*<sup>136</sup>) nunca fora levada a cabo, embora Las Casas pretendesse ter isso como um *manuscrito*. *Manuscrito* em que já falaria de um *ódio homicida, cego e irracional* nascido em meio à guerra, que “prepara o caminho às ações depravadas, suscita ódios e rancores e dá ousadia a costumes corruptos. Empobrece o povo e semeia a dor. [...] As casas se entristecem por causa do medo, do luto e das queixas. [...] Mas, na verdade, o que é a guerra, senão um homicídio comum e um latrocínio coletivo”.<sup>137</sup> Não poderia ela ser usada para implementar um *projeto cultural* de evangelização e promoção humanas. Isso só seria possível, segundo Las Casas, por uma forma suave, doce e racional, fruto da perspectiva cristã.<sup>138</sup>

A *civilização* que aprecia o prazer da beleza, da limpeza e da ordem rejeita o bárbaro, a sujeira e as doenças; *culturais* seriam os aspectos que colocam atividades e valores úteis para os homens.<sup>139</sup> Embora não tenha sido exatamente assim em alguns momentos, contra quem os aparatos de poder e os legados da Inquisição com sua reconfiguração sócio-histórica iriam laborar.

<sup>135</sup> LAS CASAS, Bartolomeu de. *O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola*. 2011, p. 126. O Frei produziu Doze Réplicas a esta manifestação de Doutor Sepúlveda.

<sup>136</sup> LAS CASAS, Bartolomeu. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*. 2011, p. 33-35.

<sup>137</sup> LAS CASAS, Bartolomeu. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*. 2011, p. 222-223. O autor sublinha este que seria o Capítulo Segundo (Sexto) como O modo contrário ao único modo humano e divino de evangelizar: recorrer à guerra para preparar a pregação.

<sup>138</sup> O autor em sete Argumentos pretende demonstrar o que chama de *provas* de que é possível confirmar a tese de que o *Único modo* é pela razão e pela suavidade: “por *razões*; pelos exemplos dos *antigos Padres*; pela missão e forma de pregar estabelecida ao longo da *vida de Cristo*; em seguida, exercida e estimulada pelos *Apóstolos*; por testemunhos dos *santos doutores*, pelo *costume antiquíssimo da Igreja* e numerosos *decretos dela*.” (LAS CASAS, Bartolomeu. *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*. 2011, p. 59. Nas páginas seguintes – entre 61 e 220 – irá desdobrar cada um destes sete argumentos).

<sup>139</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 50-55.

Por uma pretensa *civilização* é que se tornaria possível falar séculos à frente – a partir de uma perspectiva de criminologia de matriz marxista – em “direito penal de *luta de classes*”<sup>140</sup>.

Parece que algumas recorrências atravessariam os séculos, tocando, como já se disse, o atual sistema de justiça criminal. O discurso jurídico processual penal era construído tanto para afastar nulidades quanto para *validar* a prova produzida no inquérito policial (mesmo que com as ressalvas do próprio Código). Ou seja, para suprimir direitos e garantias do acusado, não raro, vale-se do argumento de que uma das fases da persecução criminal é *inquisitorial* ou *inquisitiva* e o que faz a *polícia* fica praticamente imune ao controle judicial.<sup>141</sup>

Por vezes, invocar o *método inquisitorial* parece impedir maiores questionamentos por parte do Poder Judiciário, mesmo em decisões posteriores à Constituição da República de 1988. Em particular, quanto à produção da prova, eis que colhidas – como os próprios julgados dizem, como crença ou como recurso de linguagem – num momento *inquisitorial*.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O Novo Processo Penal à luz da Constituição*. 2010, p. 4.

<sup>141</sup> Neste sentido, os seguintes julgados: “Eventuais irregularidades ocorridas na fase inquisitorial não contaminam o desenvolvimento da ação penal, tendo em vista ser o inquérito policial peça meramente informativa e não probatória, que tem por finalidade fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, conforme a natureza da infração, os elementos necessários para a propositura da ação penal.” (STJ, HC nº 132946/SP, T6, SEXTA TURMA, Rel. Min. Celso Limongi, DJe 20/09/2010). (Disponível no site oficial do Superior Tribunal de Justiça (STJ): [https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200900624554&dt\\_publicacao=20/09/2010](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=200900624554&dt_publicacao=20/09/2010). Acesso em: 30 mar. 2013)

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, §2º, INCS. I E III, DO CP). PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE NULIDADES DAS PROVAS PRODUZIDAS EM INQUÉRITO. PEÇA INFORMATIVA. NÃO ACOLHIMENTO. AVENTADA TORTURA NÃO COMPROVADA. EVENTUAIS IRREGULARIDADES QUE NÃO CONTAMINAM A AÇÃO PENAL. INVIABILIDADE DE ACOLHIMENTO DAS TESES DEFENSIVAS DE NEGATIVA DE AUTORIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 413, DO CPP. PEDIDO SUBSIDIÁRIO ELABORADO PELO 2º RECORRENTE DE EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E MEIO CRUEL. IMPROCEDÊNCIA. QUALIFICADORAS DESCRITAS NA DENÚNCIA E AMPARADAS EM INDÍCIOS SUFICIENTES PARA SUBMISSÃO À APRECIACÃO DOS JURADOS. RECURSOS DESPROVIDOS. (TJPR - 1ª C. Criminal - RSE 920535-2 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Macedo Pacheco - Unânime - J. 22.02.2013).” (Disponível no sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>. Acesso em: 30 mar. 2013).

<sup>142</sup> “HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. NULIDADE. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL SUPOSTAMENTE OBTIDA SOB TORTURA. VÍCIOS NA FASE INVESTIGATÓRIA. NÃO CONTAMINAÇÃO DA AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 1. Com o recebimento da denúncia em desfavor do paciente, restou prejudicado o exame da alegação da nulidade que estaria a contaminar o inquérito policial, porque eventuais irregularidades ocorridas na fase investigatória, dada a sua natureza inquisitiva, não contaminam, necessariamente, o processo criminal, consoante a iterativa jurisprudência deste Sodalício.(...) 3. Ordem denegada.(STJ - HC

Interessante observar que os avanços e as conquistas garantistas sobretudo propiciados pelo que seria um novo paradigma constitucional e que obrigam o jurista a operar sob essa orientação de matrizes democráticas, não parecem fazer questão para o discurso jurídico, especialmente no sistema de justiça criminal.

Seria possível falar propriamente de uma *matriz inquisitorial*, como *cultura inquisitorial*, a impregnar esse setor da justiça, cuja porta de entrada – o *first-line enforcer* da lei criminal<sup>143</sup> - é aberta pelas *polícias-arquivistas*. *Arquivistas* que, por obediência ao *soberano*, podem compor os *arquivos do mal-estar e da resistência* da mesma gente desvalida (mesmo que isso seja preenchido com conotações distintas ao longo do tempo). Uma gente que é o mal, o mal em si. Violência e discricionariedade podem até receber um selo de *arquivo dos Arcontes-Magistrados*. Uma junção das *leis da polícia* com as *leis da justiça*.

---

233118 / SP - Rel. Min. Jorge Mussi - julg: 28/08/2012." (Disponível no sítio oficial do STJ: [https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201200270965&dt\\_publicacao=05/09/2012](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201200270965&dt_publicacao=05/09/2012). Acesso em: 30 mar. 2013). "PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. DECRETO CONDENATÓRIO TRANSITADO EM JULGADO. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. NULIDADE DO INQUÉRITO NÃO EVIDENCIADA. CONDENAÇÃO FUNDADA APENAS EM PROVAS PRODUZIDAS NA FASE INQUISITORIAL. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE, NULIDADE ABSOLUTA OU TERATOLOGIA A SER SANADA. ORDEM DENEGADA.(...) V. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que eventuais irregularidades verificadas no decorrer do inquérito policial não contaminam a ação penal, considerando o fato de que o procedimento inquisitivo apenas se presta a fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, conforme a natureza da infração, os elementos necessários para a propositura da ação penal, podendo, inclusive, ser dispensado." (...) (STJ - HC 185256 / MG - Rel. Min. Gilson Dipp - julg: 14/08/2012) .(Disponível no sítio oficial do STJ: [https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201001711430&dt\\_publicacao=20/08/2012](https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/ita.asp?registro=201001711430&dt_publicacao=20/08/2012). Acesso em: 30 mar. 2013.)

<sup>143</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa Andrade. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. 1997, p. 444.

### 1.2.2. O *Fichamento* prévio: o inquérito como lugar da inquirição e da produção da verdade

O inquérito como *enquête* é um dos lugares em que é possível olhar para formas de verdade, segundo Michel Foucault; praticado por muitos pesquisadores e cientistas ganha assento na prática judiciária. Surge “como forma de pesquisa da verdade [...] Foi para saber exatamente quem fez o que, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica.”<sup>144</sup>

É nesse *lugar* que o discurso criminológico, tempos depois por sua vertente psiquiátrica – com ares de cientificidade – ganharia relevo. Mais do que saber a *verdade* sobre o crime, era preciso buscar a alma do criminoso, para que também houvesse o conhecimento tanto dele quanto da lei: “três condições que permitiriam estabelecer um julgamento como verdade bem fundada.”<sup>145</sup> Isso faria com que os juízes e os jurados de hoje fizessem outra coisa muito diferente de julgar. Para se escusar de ser aquele que castiga, surgiram em cena outros personagens extrajurídicos, que sustentariam um ‘tratamento médico-judicial’, livrando o juiz do peso da decisão.<sup>146</sup>

Refundado no seio da Igreja da Idade Média<sup>147</sup>, o inquérito está impregnado de categorias religiosas, com dimensões extraordinárias, ainda que trabalhe na instância criminal com o conceito de infração: “inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber.”<sup>148</sup> Sua influência

<sup>144</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim de Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora. 2003, p. 12.

<sup>145</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 20.

<sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 23.

<sup>147</sup> Michel Foucault esclarece, ao retomar o “saber do inquérito” e o modelo enciclopédico de Aristóteles, que “houve na Grécia, portanto, uma espécie de grande revolução que, através de uma série de lutas e contestações políticas, resultou na elaboração de uma determinada forma de descoberta judiciária, jurídica, da verdade. Esta constitui a matriz, o modelo a partir do qual uma série de outros saberes – filosóficos, retóricos e empíricos – puderam se desenvolver e caracterizar o pensamento grego.” (*A verdade e as formas jurídicas*. 2003, p. 55).

<sup>148</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2003, p. 77.

inquisitorial fará com que nele se produza o interrogatório, “tanto que a Inquisição deve o nome, justamente, ao seu procedimento de inquirição”.<sup>149</sup>

O interrogatório e a confissão tanto na Inquisição quanto nos intentos da justiça criminal buscam a *verdade*, como aquilo que já se sabe. Mas podem revelar coisas que os inquisidores não estão necessariamente preparados para ouvir: o que emerge nem sempre é a *verdade* que se esperava obter. Não raro quando ela é capaz de colocar os pressupostos fundadores do próprio sistema em xeque.

O caso do moleiro Menocchio<sup>150</sup> é exemplo disso porque revela um outro saber, um saber interrogante, por sua *cultura popular*, forjada a partir de textos que não necessariamente lhe produziram um conhecimento ordenado ou formal, mas que lhe permitiram, dado certo proselitismo, questionar Cristo nos idos de 1583. Talvez o drama de Menocchio tenha sido tanto a incompreensão pelos seus quanto pelos outros, pois a todos assustava por arranhar o que era próprio de um saber *culto*.<sup>151</sup> Na defesa de Menocchio, os mesmos percalços que se enfrentam ainda hoje nos fóruns criminais, especialmente da justiça estadual, numa tentativa sôfrega de demonstrar seus *bons antecedentes* e aspectos morais-religiosos do defendido.<sup>152</sup>

O pavor que as leituras de Menocchio causaram nos inquisidores fora muito similar ao que experimentariam os membros da Comissão de Parlamentar de Inquérito no Brasil de 2006, ao ouvirem *Marcola*, apelido do dito Chefe do Primeiro Comando da Capital (Marco Willians Herbas Camacho).<sup>153</sup> Também chamado de *Professor*. Há quem atribua culpa ao próprio sistema que permitiu que ele lesse “certos” livros na prisão. Uma *cultura* dita *popular* e mesmo uma apreensão particular dos escritos que se lê acabam por estabelecer certo

<sup>149</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Posfácio*. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006, p. 197.

<sup>150</sup> Personagem-real de Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006).

<sup>151</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006.

<sup>152</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Posfácio*. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006, p. 38-40.

<sup>153</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos). In *Estudos Constitucionais*. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho *et al.* (Org.). Rio de Janeiro: Renovar. 2007, p. 145.

estranhamento entre inquirido e inquiridor. Por isso a crítica de Menocchio ao que seria um elitismo processual:

*Na minha opinião, falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras têm que ter um advogado.*<sup>154</sup>

O estranhamento, fruto mesmo da *linguagem*, não deixou de atribuir à confissão o lugar de *regina probationum*, mas também passou a ser interpretada como a consagração de que se encontrou o culpado, estabelecendo a *verdade* penal: a confissão torna a coisa notória e manifesta. “O criminoso que confessa vem desempenhar o papel de verdade viva. A confissão, ato do sujeito criminoso, responsável e que fala, é a peça complementar de uma confissão escrita e secreta. Daí a importância dada à confissão por todo esse processo de tipo inquisitorial.”<sup>155</sup>

Entretanto, quando os *confessos* são tidos como heróis ou mesmo quando se duvida do teor da confissão lida nos patíbulo, começa-se a reavaliar esta medida e prestigiar-se o sigilo. Isso pode ter contribuído para a abolição da confissão pública na França, pela primeira vez em 1791 e depois em 1830 (após breve retorno). Até a própria extinção do patíbulo em 1831. O que remodelaria a própria punição.<sup>156</sup>

Na contestação a uma *verdade* já conhecida, a prova testemunhal, mesmo a da “testemunha mais humilde”, como no caso de *Édipo-Rei*<sup>157</sup> – pelo mesmo jogo da *verdade*, ainda que sozinha – também poderia colocar os poderosos em situação de questionamento: “o testemunho do que viu pode contestar e abater o orgulho do rei ou a presunção do tirano.”<sup>158</sup>

Isso, todavia, parece atravessar os séculos e constituir para o âmbito do sistema de justiça criminal a forma de saber e de produção de *verdade* por

<sup>154</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Posfácio*. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 2006, p. 41.

<sup>155</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 35.

<sup>156</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 12.

<sup>157</sup> SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Trad. de Jean Melville. São Paulo: Martins Claret. 2012, p. 21-72.

<sup>158</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2003, p. 55.

excelência. Mesmo porque o ensino jurídico labuta incessantemente para que o saber conduza ao poder: o caminho do saber é tão natural e inquestionável quanto o do poder.<sup>159</sup> A investida disso nos diplomas jurídicos, a consagração no Código de Processo Penal vigente e as atribuições das *polícias* parecem reforçar estas assertivas.

O impacto da análise foucaultiana, ao retomar a tragédia de *Édipo-Rei* como texto que fala do poder e do saber, faz emergir o fato de que o nome do texto é *Édipo-Rei*: homem detentor de poder. Não se indagava de sua inocência, tampouco se Édipo iria se declarar assim. Fala-se da *verdade* da personagem. De um poder e da detenção do poder por um senhor. Um saber-e-poder e um poder-e-saber. Até que caia na armadilha. Pois é preciso renunciar a um dos polos: se há saber não há poder; se há poder não há saber.<sup>160</sup> “Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio.”<sup>161</sup>

Se Édipo cai em uma armadilha é precisamente porque, em sua vontade de encontrar, ele prolongou o testemunho, a lembrança, a procura das pessoas que viram até o momento em que foi desenterrado do fundo do Citerão o escravo que havia assistido a tudo e sabia da verdade. O saber de Édipo é esta espécie de saber de experiência. É ao mesmo tempo este saber solitário, de conhecimento, do homem que, sozinho, sem se apoiar no que diz, sem ouvir ninguém, quer ver com seus próprios olhos. Saber autocrático do tirano que, por si só, pode e é capaz de governar a cidade.<sup>162</sup>

O saber então era privilégio da acusação, pois todo o procedimento passava em sigilo não apenas para o público, mas ao próprio acusado, segundo recomendação expressa do édito francês de 1498, reforçado pela ordenação de 1670. Não se conhecia as provas e não havia direito de ter um advogado. Era possível receber denúncias anônimas, usar subterfúgios e insinuações. Mas os

<sup>159</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: aproximación desde un margen*. 2003, p. 58.

<sup>160</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2003, p. 40-51.

<sup>161</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 27.

<sup>162</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2003, p. 47.

magistrados recebiam tudo isso pronto, interrogando uma vez apenas os acusados antes de sentenciar.<sup>163</sup> A *enquête* colhia tudo.

Da tragédia de Sófocles é necessário retomar a proposta de metáfora desse texto ao usar a expressão *arquivos*, a partir do sintagma de Jacques Derrida. Da arquivística, da arquivologia, tem-se que aqueles que formam o *arkheion* são os *arquivistas*, aqueles que *arquivam* as coisas e as informações para o soberano. Aqui os *arquivistas* são pensados como as *polícias* que exercem o poder e o saber sobre a questão criminal, em primeira linha; poder que o soberano quer e deixa que as polícias exerçam para si e em seu nome. Poder que, não raro, começa na *enquête-inquérito*.

O pai-rei era, todavia, quem na Idade Moderna o exercia, agia na casa do reino também como *polícia* para com seus *filhos-súditos*. “Do mesmo modo que o ‘paterfamilias’ ou ‘Hausvater’ podia expulsar de sua propriedade um visitante indesejável, podia o rei expulsar da grande casa do reino comerciantes estrangeiros, ciganos, ordens religiosas e companhias mercantes de outros estados.”<sup>164</sup>

Parecem funções embrionárias ao que se teria como as funções de repressão e prevenção, as que incumbem à *polícia administrativa e judiciária*. Se o que permeia essa atuação ainda é a *matriz inquisitorial*, como parece ser possível supor, a *verdade* é a busca incessante que o sistema de justiça criminal credita às *polícias*, na *enquête*. Poder que, segundo Michel Foucault, está tramado com a política e é exercido de forma solitária<sup>165</sup>; a mesma solidão do inquisidor retratado por Franco Cordero.

As propostas de um modelo de orientação acusatória trazidas como forma de proceder a partir da Revolução Francesa, segundo Salo de Carvalho, parecem ter deixado “apenas o gosto de um triunfo não gozado.”<sup>166</sup> O tema da

<sup>163</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 33. O autor descreve todo o cuidado com o segredo que o procedimento devia observar para a obtenção de provas plenas, completas, semiplenas, meias-provas e adminículos, quase que uma operação matemática.

<sup>164</sup> SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *A “Polícia” e as funções do Estado – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime*. 2009, p. 75.

<sup>165</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2005, p. 50-51.

<sup>166</sup> CARVALHO, Salo de. *Antimanual de Criminologia*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris; ITEC. 2008, p. 73.



gestão da prova é, segundo Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, a marca forte para identificar o sistema em que se está: nas mãos do juiz, é o sistema inquisitório que se tem.<sup>167</sup> Parece, ainda, que o *arconte-magistrado* na fase judicial vale-se da *polícia* ou do que ela traz desde o inquérito, como o *lugar* em que muitas vezes transitam livres os dogmas da *Inquisição*.

A rearticulação do discurso jurídico e da dogmática processual penal fizeram com que se nublassem o tema da *verdade* para se criar mecanismos de *conquista da verdade*. “O processo penal transformou-se, pois, no laboratório no qual a realidade histórica, através dos instrumentos da instrução probatória, se adequaria à decisão do juiz.”<sup>168</sup>

Necessário refletir sobre o *mal-estar* e as três feridas narcísicas da civilização, agora especialmente na terceira e última, pelo viés da psicanálise<sup>169</sup>. Isso para tentar compreender – tendo em conta os limites que o “sistema acusatório” impõe ao saber e ao poder, se comparado ao inquisitório – as limitações do próprio alcance. Também importa considerar que o saber científico colocou em questão o poder – ao fragilizar o domínio sobre as coisas, em especial, sobre o conhecimento – e que é preciso conhecer os limites que a alteridade e o *outro* podem colocar na busca pelo conhecimento.

---

<sup>167</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O papel do novo juiz no processo penal. In *Crítica à Teoria Geral do Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Renovar. 2001, p. 24.

<sup>168</sup> CARVALHO, Salo de. *Antimanual de Criminologia*. 2008, p. 73.

<sup>169</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 332.

### 1.2.3. Da matriz bélico-militar: o discurso da *guerra* em nome da *segurança*

Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo. [...] A mística do cotidiano aí se associa à disciplina do minúsculo. (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 120.)

O Brasil Colônia tinha em sua política de base militar as milícias, como uma força privada. Os senhores de engenho (especialmente, os de açúcar) detinham, além do poder econômico, o de polícia, pela delegação do poder governamental e de capitão (que permitirá se falar em: capitânicas hereditárias). Para eles, era liberado o trânsito de armas, munições e instrumentos, inclusive o tráfico desde que entre os cristãos e os súditos do reino, obrigando o povo ao reconhecimento e à obediência em caso de guerra.<sup>170</sup> A instalação do poder na Colônia começava a se favorecer dos interesses de uma “gente vil” de pele alva, por meio de casamentos realizados por conta de terras, e a valer-se de certa ignorância de uma “gente baixa” que não detinha muito discernimento sobre o que de fato estava em jogo.<sup>171</sup>

A legislação militar apareceria em 1534, com a Carta de Doação de 10 de março e o Foral de 4 de setembro, ampliados com o Regimento do Governador-Geral do Brasil de 17 de dezembro de 1548, carta esta de diretriz militar, autorizando expressamente a fazer “a guerra a quem quer vos resistir.”<sup>172</sup> Isso prepararia a vinda do Primeiro Governo-Geral de Tomé de Souza, instalado no Brasil em 29 de março de 1549, ano em que se funda Salvador e que vem ao

<sup>170</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010, p. 26. Raymundo Faoro ressalta a carta de Digo de Gouveia (de 1532) que teria indicado um propósito colonizador em torno do pau-brasil (*Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 3a. ed. rev. São Paulo: Globo. 2001, p. 129 e ss).

<sup>171</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 131-134.

<sup>172</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 34, p. 26-27. O autor observa que a própria expedição de Tomé de Souza era “uma expedição militar caracterizada” e, adiante, o cuidado que o Regimento teve em descrever, inclusive, todo o arsenal bélico-militar que cada capitão e senhor de engenho deveria ter, bem como a própria estrutura física das *ditas* terras.

Brasil aproximadamente 600 soldados portugueses. O Regimento de Tomé de Sousa instalaria uma dicotomia administrativa e tinha no pelourinho seu simbolismo legal: “instrumento e símbolo da autoridade, coluna de pedra ou de madeira que servia para atar os desobedientes e criminosos, para o açoite ou o enforcamento.”<sup>173</sup>

A igreja e a alfândega aliavam-se ao rei para demonstrar superioridade e seduzir os colonos e os indígenas incultos, então atraídos pelas vilas, que nada mais eram do que a imposição de um modo de vida por meio de cartas, decretos, alvarás e ordens régias. Homens que se enfileiram em bandos armados, adeptos do caudilhismo, passam sob a pecha de “homens bons” a integrarem o Senado da Câmara.<sup>174</sup>

Ao Governo-Geral de Tomé de Souza antecedeu a expedição de Martim Afonso de Sousa (1534-49) imbuída do propósito de assegurar a defesa do território, com a instalação do regime das capitanias hereditárias.<sup>175</sup> As primeiras feitorias com função policial foram criadas para tentar a um só tempo *disciplinar* os indígenas e coibir o tráfico na costa.<sup>176</sup> Mas uma força militar própria, ainda que de caráter irregular, seria criada para expulsar os franceses, por Mem de Sá e Estácio de Sá, ao final do século XVI, vinculada às *bandeiras*, com nítido caráter medieval dada a base da qual provinham. Com o passar do tempo desempenham também tarefa policial “na defesa dos interesses dos grandes proprietários, visando destruir os redutos de escravos foragidos, os quilombos.”<sup>177</sup>

---

<sup>173</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 173.

<sup>174</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 173. Mais a frente esclarece que a expressão “homens bons” compreenderia “num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes.” (Obra citada, p. 202). E da qual se excluíam “os operários, os mecânicos, os degredados, os judeus e os estrangeiros” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 41).

<sup>175</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 129.

<sup>176</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, p. 35-36. Tentando superar, talvez, os problemas enfrentados na colonização das Índias. Uma preocupação que permanece em face dos indígenas e dos corsários (cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 135 e p. 143).

<sup>177</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 38.

Em meados do século XVI, surgiam os *Terços* de formação regular<sup>178</sup>, vindos da metrópole, de quem recebiam apoio em situações extremas. Mem de Sá, na tentativa de se estabelecer no Rio de Janeiro, teria nomeado pessoas em cargos públicos para a atividade de alcaide-carcereiro, que seria – talvez – a única, daquela época, a remeter ao que se tem hoje como instituição policial.<sup>179</sup>

Cumprе salientar que a própria questão dos Governos Gerais, por iniciativa de D. João III, estaria mais preocupada com os lucros que poderiam ser obtidos da Colônia do que propriamente por um prenúncio de ruína, especialmente das donatarias. Isso permitiu a um só tempo a criação de um poder de polícia próprio e particular difundido entre os capitães, embora concentrado num governo estabelecido.<sup>180</sup>

Na cidade do Rio de Janeiro, as Ordenações Filipinas permitiram a organização dos Quadrilheiros em 1626, os quais – juntamente com os Capitães-Mores de Estradas e Assaltos (os Capitães-do-Mato) – formariam algo que atuaria com característica de policiamento civil. Havia, de igual sorte, um poder militar (as Tropas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup> Linhas) e paramilitar exercidos com o apoio do Reino. Talvez desde aí não houvesse delimitação fática acerca das funções de prevenção e repressão, embora houvesse labor acentuado contra pobres e escravos.<sup>181</sup>

As Ordenações<sup>182</sup> firmaram uma *cultura de polícia* já ensaiada no modelo dos regimentos e na organização militar pelas forças armadas na Colônia

<sup>178</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 42.

<sup>179</sup> SULOCCI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 57.

<sup>180</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 166-167.

<sup>181</sup> Cf. SULOCCI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 60.

<sup>182</sup> Sobre o programa de criminalização da Colônia, por meio das Ordenações, vale conferir as ponderações de Zaffaroni e Batista, especialmente ao registrar que as funções que o direito penal desempenha contemporaneamente eram diversas daquele momento, apesar de olhar para classes subalternas ou perigosas desde aí. Os autores indicam pontos que, em certa medida, foram referidos neste texto por outros autores, e que dificultariam sobretudo uma difusão dos dispositivos destas Ordenações, especialmente a partir de uma relação publico-privada: a) frágil e lenta implementação burocrática estatal; b) o escravismo privilegiava um direito penal doméstico e c) o modelo das capitanias hereditárias que remontava à organização feudal (ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 411-413). Acerca das disposições sobre o procedimento de investigação, a partir das Ordenações: MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal*. v. 1. Campinas: Bookseller. 1997, p. 92-99.

dando conta dos propósitos do colonizador, olhando tanto para a defesa interna quanto para as agressões externas.<sup>183</sup>

Apenas em 1809 (13 de maio), seria criada a Guarda Nacional ou Real, denominada como Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, com atribuições de *polícia das cidades* para patrulhar as ruas e “manter uma tropa aquartelada para ser empregada na garantia à ordem pública”<sup>184</sup>. Instituição que daria ensejo às polícias militares estaduais, com forte atuação junto aos quilombos e aos antros de feitiçaria.<sup>185</sup>

O fato é que a atuação dessas instituições (a Intendência e a Guarda Real) voltava-se tanto para fornecer uma sensação de *segurança* ao trânsito da nobreza quanto para garantir a instalação de um comércio liberal diante da abertura dos portos às nações amigas ocorrida no ano anterior. Começa aqui o delineamento de uma política criminal, firmada em dois rumos (ainda hoje muito evidentes): a segurança nacional e o livre comércio. Talvez como imitação do equilíbrio europeu.

A Independência das colônias inglesas da América, as Revoluções Francesa e Industrial, mas especialmente a extinção ou limitação da escravidão influenciariam não apenas o âmbito europeu, mas surtiriam efeitos também nas terras colonizadas, inclusive o Brasil.<sup>186</sup> Cabe registrar, particularmente, a Restauração de 1640, que já propiciaria certa abertura de Portugal ao que circulava na Europa ganhando ênfase com as reformas pombalinas. Reformas que, no entanto, deixariam de lado as questões próprias da Península Ibérica (e a partir daí os reflexos no Brasil), apesar dos progressos, para conferir certa admiração ao racionalismo germânico.<sup>187</sup>

<sup>183</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 219.

<sup>184</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. Trad. de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco. 1997, p. 41; SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 64.

<sup>185</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 65.

<sup>186</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012, p. 94-95.

<sup>187</sup> NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2000, p. 101-103; p. 106.

Proclamada a independência do Brasil, a Constituição de 1824 representaria os fatores reais de poder como “a família real, os grandes latifúndios, os traficantes de escravos e a Igreja Católica”<sup>188</sup>. Isso permitiria que as relações de classe se mantivessem<sup>189</sup>, muito porque a nova configuração política aproximaria os detentores do poder (senhores de terras e escravos, em especial), favorecendo a centralização (por meio do Poder Moderador, que poderia dentre tantos atos nomear os juízes e os promotores públicos) e o controle das províncias por meio do chefe de polícia (figura que perduraria até 1870). Tal figura estaria acompanhada de delegados, subdelegados, inspetores de quartelão, carcereiros e demais subalternos.

O texto constitucional ensejaria uma das primeiras providências do Imperador que foi a reforma do Exército Imperial, especialmente concentrado no Rio de Janeiro, mas que acabou por influenciar as demais províncias e permitir a própria reforma das polícias.<sup>190</sup> A Portaria de 4 de novembro de 1825 tratava da figura dos comissários de polícias, os quais eram designados dentre “pessoas de reconhecida honra, probidade e patriotismo; e só empregados públicos em outro serviço incompatível podiam ser isentos do cargo, todo em benefício público.”<sup>191</sup>

Era o apego à ordem e à segurança que começava a se espalhar como modo de proceder político do Império que colocaria nas mãos das classes senhoriais (particularmente dos senhores de terra) o comando local da Guarda Nacional. Criada em 8 de agosto de 1831<sup>192</sup>, com feições de milícias (no intuito de fortalecer um necessário instrumento militar<sup>193</sup>), seria ela comandada apenas pelos senhores que poderiam votar e os proprietários de terra. Isso tinha por intuito conter a ameaça abolicionista e republicana que se ensaiava sobretudo com a abdicação de D. Pedro I.

---

<sup>188</sup> SULLOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 67.

<sup>189</sup> SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 10a. ed. rev. São Paulo: Malheiros. 1995, p. 76-77.

<sup>190</sup> SULLOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 72.

<sup>191</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 257.

<sup>192</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 427.

<sup>193</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 149.

A Guarda Nacional, força auxiliar do Exército Brasileiro, que desapareceria apenas em 1922 ao ser absorvida pelo próprio Exército como Tropa de 2ª. Linha<sup>194</sup>, era resultante da experiência das Milícias e das Ordenanças (estas como antecedentes das recentes e fracassadas Guardas Municipais). Detinha certa notoriedade por ser constituída por cidadãos (os eleitores, uma espécie de seleção “por cima”) armados, comandados diretamente pelo comandante-geral do distrito. Estava subordinada imediatamente aos juízes de paz (escolhidos dentre os “homens bons”, também proprietários), embora pudesse servir aos juízes criminais e a outras autoridades públicas.<sup>195</sup> Cabe notar que outro tanto desse poder era exercido pelo Exército, cuja política remuneratória precária já rendia a pecha de corrupção e de favorecimento a atitudes mercenárias, fato que se agravaria em meados do século XIX, com as Revoluções populares.

Nesse contexto, cumpre notar que havia em meados do século XIX um desgaste do Exército em comparação à Guarda Nacional. A última gozava de prestígio, além de ser instrumento de força da classe dominante, por exemplo, pelo fato de que quem servisse a esta se isentava do serviço militar. Isso fazia com que o recrutamento do Exército fosse propriamente cruel. O ápice dessa situação fora alcançado na Guerra do Paraguai, com as mortes e as doenças que se abateriam sobre os soldados, mas também pelo fato de que eram obrigados a atuar como *policia*, segundo o próprio Ministro da Guerra advertira em 1852.<sup>196</sup>

O desgaste ocupava igualmente o cenário político e econômico, especialmente a partir da crise do Segundo Reinado, com o advento do novo Regime e a tensão entre Estado e Igreja. Além disso, as propostas abolicionistas (pois os escravos libertos não eram como a população livre, sendo passível de se revogar sua liberdade pelos senhores ante a simples alegação de ingratidão, nos

---

<sup>194</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 74.

<sup>195</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 150-152.

<sup>196</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 160-161. Para o autor, isso era uma herança do modelo colonial (p. 162) e se consolidaria desde a criação da Guarda Nacional em 1831 (Obra citada, p. 164 e ss).

casos de alforria mediante pagamento<sup>197</sup>), a organização das forças locais e o ideário republicano que borbulhava quase que desde a própria Independência, ou ao menos seu projeto liberal, sinalizavam mudança.<sup>198</sup>

O manifesto republicano carioca de 1870, assinado por Lopes Trovão e a defesa revolucionária de Silva Jardim, encontraria uma vazão pacífica na proposta de Quintino Bocaiúva. Embora se pudesse dizer que o grande contributo para a República viria do Partido Republicano Paulista.<sup>199</sup>

Crescia a insatisfação dos militares, particularmente em Porto Alegre, dando ensejo à Questão Militar: uma inquietação insuflada por Benjamin Constant e vertida por cartas de Marechal Deodoro dando conta de uma agitação, definida por eles mesmos como uma disciplinada contestação ao tratamento dispensado ao Exército.

O estopim decorreria, particularmente, do episódio da repreensão feita publicamente na ordem do dia pelo Ministro da Guerra ao tenente-coronel Antônio de Sena Madureira. O acirramento disso culminaria na prisão de referido militar e de Cunha Matos (punição que seria contestada por Saldanha Marinho) e na destituição de Deodoro do comando da Província do Rio Grande do Sul, pelo Barão de Cotegipe. A demissão do Ministro da Guerra, no entanto, ameniza momentaneamente a situação até a queda do próprio Cotegipe em março de 1888.<sup>200</sup>

Mas antes mesmo da Proclamação da República, em abril de 1889, o Rio de Janeiro organiza o policiamento uniformizado e em novembro do mesmo ano, pelo Decreto 958, de 6 de novembro, denomina tal policiamento de Brigada Policial da Capital Federal, subordinada ao Ministério da Justiça. Instituição que

---

<sup>197</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 194. O autor relata pesquisa feita com 7 mil libertos dando conta de que a idade média era de quinze anos.

<sup>198</sup> SULOCHI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 75.

<sup>199</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 195.

<sup>200</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 190-195. Boris Fausto assinala que os militares teriam dado um contributo a parte para a República (*História do Brasil*. 2012, p. 195-196).



será reestruturada mais três vezes (em 1893, 1901 e 1905) até se chamar Força Policial do Distrito Federal em 1905.<sup>201</sup>

A possibilidade de elaboração do Código de Processo Penal, pelos Estados, a partir da Constituição de 1891, que extingue a pena de morte, fez com que vários estados tivessem uma expansão das suas Forças Públicas, podendo organizar suas próprias forças militares.<sup>202</sup> Essa expansão contava com a interferência do poder dos militares, particularmente do Rio Grande do Sul, que nos rumos da República conseguiram ter na figura do Marechal Deodoro da Fonseca (que co-protagonizara o episódio da Questão Militar) seu representante na Constituinte.

Na Primeira República, a estruturação de uma polícia política aparece como medida importante, visto que começava a se organizar o movimento operário e anarquista (favorecido pela crise do primeiro ano da República). O ideário desses movimentos encontrava resistência de parte do Exército que detinha uma visão limitada da República e opunha-se aos ideais do liberalismo.

A atividade de *polícia* política era compreendida e empregada para identificar uma atuação direcionada a reprimir a oposição ao governo vigente, usando armas ou não, mas visando garantir a ordem pública.<sup>203</sup> É o que se tem com o Decreto nº 3.640/1900, que regula o serviço policial do Distrito Federal e vincula-se exclusivamente ao Chefe de Polícia, com instruções do Ministério da Justiça. O Chefe de Polícia era nomeado pelo Presidente da República, ante a escolha do próprio Ministro (embora devendo ser bacharel ou doutor em direito<sup>204</sup>). Critérios políticos de escolha que alcançaram os dias atuais.

---

<sup>201</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 44.

<sup>202</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 214.

<sup>203</sup> KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: os arquivos do Dops (RJ e SP). Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 7, Número 12, 2º. semestre de 2002, p. 220, nota 7.

<sup>204</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 85.

Tem-se como força auxiliar a Guarda Civil (pelo Decreto 4.762/1903) e a Força Policial dos Estados e da Capital federal, comandada por um coronel ou general do Exército.<sup>205</sup>

O descontentamento experimentado com a política estava igualmente nos militares que com a opressão vivida fariam a revolução tenentista, rebelando-se poucos anos depois. A revolução tenentista (que não envolveria a cúpula das Forças Armadas) fora precipitada na disputa eleitoral iniciada em 1921 por conta de outra Questão Militar<sup>206</sup>; antecedida pelo lema de Hermes de Fonseca, em 1920, lançado no Clube Militar: “as situações passam e o Exército fica.”<sup>207</sup> A tentativa de apaziguar os ânimos seria bem recebida por São Paulo e Minas Gerais, mas não pelo Rio Grande do Sul, “sempre enigmático, rebelde e potencialmente subversivo.”<sup>208</sup>

Anos mais tarde, a Constituição de 1934 estabeleceria normas sobre segurança nacional e pela primeira vez as forças policiais apareceriam no texto constitucional. Com o Dec. lei nº 24.531, de 2 de julho, a polícia sofreria ampla reforma.<sup>209</sup> No ano seguinte, é aprovada a Lei de Segurança Nacional; em 1936, a Lei Federal n. 192 (de 17 de janeiro) dispõe sobre as funções da Polícia Militar, ano em que também é criado o Tribunal de Segurança Nacional<sup>210</sup>. Tal Tribunal detinha competência para julgar inclusive crimes contra a economia popular, funcionando como evidente aparato de intervenção econômica.

A crise econômica e as promessas não cumpridas pelo capitalismo, que favoreceram a Revolução de 1930 e o surgimento do Estado novo,

<sup>205</sup> SALÉM, Marcos David. A polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, Ano 11, Número 15 e 16, 1º e 2º semestres de 2007, p. 286. O autor observa que “em verdade, a polícia no início da república funcionava como uma agência de empregos no âmbito estatal, posto que aqueles que aspirantes a cargos políticos nela ingressavam em busca da autoridade que os cargos conferiam.”

<sup>206</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 263. Raymundo Faoro observa, entretanto, que o período de 22 a 27 não era de mera inquietação, nem poderia ser entendido como mais um “surto militarista, obra da indisciplina dos quartéis.” (*Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 747).

<sup>207</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 749.

<sup>208</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 742. Outros detalhes sobre as questões políticas em torno da sucessão presidencial: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 255-258.

<sup>209</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 467.

<sup>210</sup> SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 91-92.

polarizaram de um lado a cultura autoritária e o fortalecimento do Exército e de outro a onda grevista (entre 34 e 37), o que coloca o regime em xeque. Entre o movimento fracassado de novembro de 1935 e o golpe de novembro de 1937 decorreu certo lapso de tempo: foram necessários dois anos de propaganda maciça, de violências de toda espécie, de terror policial, para gerar as condições ditas indispensáveis à suspensão de todas as garantias.<sup>211</sup>

O Estado Novo seria formalizado pela Constituição de 1937, cuja previsão de plebiscito jamais se realizaria. Tal Constituição estabeleceu um modelo de centralização política e econômica em que o Governo federal poderia intervir nos Estados, inclusive nomeando interventores militares, o que ensejaria a larga utilização da polícia política como força de repressão do Estado Novo.<sup>212</sup>

De um lado, esse modo centralizador seria um repúdio à “política de governadores” e ao “coronelismo” que se instalou na Primeira República;<sup>213</sup> de outro, constando a “luta de classes”, a “infiltração comunista” e o “apoio das Forças Armadas” no preâmbulo da Constituição, daria ensejo à ampliação da competência do Tribunal de Segurança Nacional, que poderia determinar, inclusive, a pena de morte, por força de emenda constitucional de 38.<sup>214</sup> Nesse *estado de guerra*, com a equiparação do estado de sítio, a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares que apoiaram ou ao menos simpatizaram com a ANL; o Congresso aceitou a prisão e autorizou processamento de parlamentares.<sup>215</sup> Em 1936, o Ministério da Justiça criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o já referido Tribunal de Segurança Nacional.

A palavra *guerra* parece assumir, mais uma vez, um sentido até mesmo vulgarizado especialmente quando se alude atualmente à *guerra urbana*. O tema da *guerra* interfere na reorganização sobre a política externa do primeiro Governo Vargas, inclusive sobre a posição a ser tomada na Segunda Guerra

<sup>211</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 335.

<sup>212</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 284 e 291.

<sup>213</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 459.

<sup>214</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 469.

<sup>215</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 309.

Mundial. Esse fato desagradaria aos militares, acirrando uma polaridade entre os que apoiavam os Aliados e os que simpatizavam com o regime nazi-fascista. Dissabor que parece, entretanto, vir de um tempo antes, no mesmo assunto das relações externas do Brasil muito mais do que ligado a problemas de ordem interna.<sup>216</sup>

Outro item sensível fora a aproximação entre polícia e Forças Armadas em torno da chamada *polícia política*.<sup>217</sup> Essa aproximação entre o próprio Getúlio Vargas e as Forças Armadas era, por vezes, nodosa. Isso apesar de a influência militar ter tomado muitas das organizações que surgiram e se fortaleceram no Estado Novo, como o Conselho de Segurança Nacional e mesmo o Conselho Nacional do Petróleo.<sup>218</sup>

Todavia, o Tribunal de Segurança Nacional permanece sendo um *locus* da política autoritária, como uma instância militar, e por isso diversas são as reformas que lhe rodeiam, inclusive a da própria Constituição de 37, que admitiu a pena de morte para crimes políticos. Em 38, foi ampliada por Dec. lei (o de n.º 431) a criminalização de condutas no que toca aos delitos contra a segurança externa e a pena de morte por fuzilamento (que jamais teria sido executada). Referido Tribunal foi extinto em 1945, pela Lei Constitucional n.º 14, de 17 de novembro,<sup>219</sup> ano em que Vargas é deposto.

O que viria, entretanto, na visão Nelson Werneck Sodré, seria o prolongamento da face negativa do Estado Novo: sua veia autoritária. E foi esse *dispositivo pretoriano* que permitiria a deposição de Vargas, em 1945.<sup>220</sup> O fato desencadeante teria sido o afastamento de João Alberto da chefia de polícia do Distrito Federal e a colocação em seu lugar do irmão Benjamin Vargas, conhecido como “Bejo”.<sup>221</sup>

O processo constituinte desencadeado após as eleições culminou na Constituição de 1946. O texto abandonou a nomenclatura de forças policiais e fez

<sup>216</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 326-327.

<sup>217</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 351-352.

<sup>218</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 314-315.

<sup>219</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 469-470.

<sup>220</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 355-356.

<sup>221</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 331.

referência unicamente às polícias militares, embora na condição de reserva do Exército, o que teria o intuito – ao contrário do que se poderia supor – de conter as forças oligárquicas. Mas desde aí as Forças Armadas se colocavam em posição de destaque, pois cioso o texto constitucional da questão da *segurança nacional*.<sup>222</sup> Esse fato conformaria, ao lado de outros, um ambiente propício ao golpe militar na década de 60.

Episódio marcante do segundo governo de Vargas – acerca da gestão da polícia pelo Exército – foi a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda. Do fato conhecido como o *Crime da Rua Toneleros*, precipitado pela coluna escrita por Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa*, Lacerda saiu incólume, mas vitimou fatalmente o major Rubens Vaz. Na investigação, dentre os envolvidos estava Climério Eurides de Almeida, que integrava a Guarda do Palácio do Catete. Carlos Lacerda na mesma *Tribuna da Imprensa* acusaria Vargas expressamente como responsável pelos fatos. O Vice-Presidente Café Filho em discurso proferido no Senado levantaria ainda mais suspeitas.<sup>223</sup> Na investigação do delito, pôde-se ver a gestão nas atividades de polícia judiciária pelas Forças Armadas.<sup>224</sup> Fato comum, mas que já parecia não contar com o apreço de Vargas.

Após uma sucessão de eventos político-militares, dentre os quais “a greve dos 300 mil”, assevera-se a crise no governo, momento propício para que novos atores se coloquem, como Jânio Quadros e Luís Carlos Prestes. Os militares (polarizando uma disputa entre *nacionalistas* e *entreguistas*) lançariam o “*memorial dos coronéis*”, que pretendia resgatar os valores morais, repor a ordem, combater os comunistas e preservar as instituições.<sup>225</sup> Talvez descontentes com certa flexibilização no tratamento dos comunistas e na

---

<sup>222</sup> SULLOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 97-98.

<sup>223</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1954: um tiro no coração*. Porto Alegre: L&PM. 2010, p. 253; 271-272.

<sup>224</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1954: um tiro no coração*. 2010, p. 229-230. Para mais detalhes sobre o inquérito policial, conhecido como o *Inquérito do Galeão*, em particular acerca do possível mandante do crime, acusação que pendeu sobre o General Ângelo Mendes de Moraes, Gregório Fortunato, Brigadeiro Nicoll. Ao final o primeiro e o último aqui referidos foram inocentados: Obra citada, p. 239 e ss.

<sup>225</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 354.

repressão política em face da Lei 1.802/53, de 05 de janeiro, que suavizara a Lei de Segurança Nacional.<sup>226</sup>

Na expectativa de não colocar mais um militar em seu Governo, Vargas solicita a presença do Embaixador do Brasil na Argentina João Baptista Luzardo no Catete, em 26 de julho de 1954, para tratar da Chefatura de Polícia, então ocupada pelo general Armando de Moraes Âncora. Luzardo já teria ocupado o cargo em 1930 e Vargas julgava que, novamente, ele como civil poderia a ele voltar. Mas recusa, sob a seguinte justificativa:

Na hora atual, os militares não entregarão aquele posto de chefia. Eles estão dominando. É um posto de primeiríssima ordem. Está no domínio militar, no domínio do ministro da Guerra, e você não o tira, não consegue tirar, absolutamente não consegue. Não posso ser, não devo ser, a bem do seu governo e, também, para resguardar um pouco o meu patrimônio, bem conquistado. A situação é muito delicada, é premente e tem de nomear um homem de fibra para a chefia de Polícia do Rio de Janeiro. Eu me permito indicar dois nomes: um é o coronel Amauri Kruehl e o outro, o coronel Correia Lima. Qualquer desses coronéis. São getulistas, têm influência no Exército, valorosos militares com muito brio e servindo a uma causa como esta aí. Estará muito bem.<sup>227</sup>

A morte de Getúlio Vargas em 23 de agosto de 1954 finaliza o seu segundo mandato. “Encerrou-se o ciclo de Vargas com a vitória de seus inimigos, sobretudo militares. O feitiço voltara-se contra o feiticeiro.”<sup>228</sup> assumindo o vice Café Filho. Após polêmica *eleição de minoria*, um golpe militar preventivo<sup>229</sup> asseguraria a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart no poder; o mesmo João Goulart que seria Vice de Jânio Quadros.

O período que se segue a Getúlio Vargas parece um tanto tranquilo, pois Juscelino Kubitschek é alguém que aparentemente não afrontava às Forças

<sup>226</sup> DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 280.

<sup>227</sup> SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *1954: um tiro no coração*. 2010, p. 234.

<sup>228</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 116. O autor ainda acrescenta: “De 1930 a 1964, mudaram as Forças Armadas, mudou Vargas, mudou o Brasil. Politicamente, mudou o Brasil em boa medida em função das relações entre Vargas e as Forças Armadas.” (Obra citada, p. 116).

<sup>229</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 358-359.

Armadas e chegava mesmo a combinar com seus propósitos. A política de Kubitscheck poderia bem se alinhar aos propósitos de *ordem e progresso*. O lema de JK “cinquenta anos em cinco” era exemplo disso e contava com o apoio do general Lott (militar com um currículo sem manchas e que não tinha partido político), Ministro da Guerra em quase todos os cinco anos de Governo JK, cuja candidatura à sucessão não se sairia bem. Embora talvez menos evidentes, o movimento sindical, as articulações de oposição e as atividades comunistas seguiam em ação.<sup>230</sup>

Juscelino seria o responsável pela efetivação da *doutrina da segurança nacional* e cederia à pressão americana de instalar o Serviço Secreto no Brasil, oferecendo inclusive apoio financeiro. JK cedeu à pressão de John Foster Dulles na luta contra os comunistas e traiu seus aliados do PCB. Em abril de 1956, seria instalado com sede no Rio de Janeiro o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (o Sfici), pertencendo ao Conselho Nacional de Segurança, composto por três militares do Exército e por um Delegado de Polícia. A chefia estava a cargo do coronel de infantaria Humberto de Souza Mello, que perpetraria atrocidades, durante a Ditadura Militar. A forma e os contornos seriam aprendidas pelos integrantes em Washington, na CIA e no FBI. Incluía-se lições de tortura: a primeira regra era tirar a roupa do preso para afetar a sua dignidade.<sup>231</sup>

O surgimento de novos atores sociais e o conflito democrático não eram bem aceitos pelos generais. A posse de João Goulart, garantida pelos sargentos (que se rebelariam em 1963<sup>232</sup>), já indicaria a efemeridade de sua permanência, inclusive pela imposição do regime parlamentarista. Isso porque o plebiscito esmagador pelo presidencialismo, logo após a crise dos mísseis cubanos, deu apenas uma folga a João Goulart.

---

<sup>230</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 358-368.

<sup>231</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Record. 2011, p. 63-67.

<sup>232</sup> No início do ano seguinte, seria a vez de marinheiros e fuzileiros navais. Embora cabe registrar que as ações destes militares, na verdade, não chegavam a atingir a dimensão alardeada: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 483.

O aceno radical de Leonel Brizola de que se preparava um golpe<sup>233</sup> fez com que Jango adotasse uma postura mais extrema. Apoiado pela *esquerda*, alardeou os discursos sobre as reformas de base, como o da Central do Brasil, e o mais entusiasta na festa dos sargentos, no dia 30 de março de 64 faria, literalmente, os militares marcharem a partir do dia seguinte.<sup>234</sup> Como havia ocorrido dias antes, com a sociedade brasileira na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

O golpe que instaurou o regime militar em 1º de abril de 1964 e que depôs João Goulart inauguraria um dos períodos mais nefastos e longos da história brasileira, com o comando da nação, inclusive de suas polícias civil e militar, pelas Forças Armadas. Fato que já se ensaiara por muito tempo, talvez por mais de um século e, embora esperado, parece ter sido relativamente fácil; uma primeira surpresa, segundo José Murilo de Carvalho.<sup>235</sup>

Sobretudo porque as Forças Armadas e o modelo militarizado propiciariam um dos legados mais arraigados ao modelo policial de gestão da *segurança nacional e pública*, sob o discurso da *guerra*.

A conjuntura de fatores políticos e econômicos asseverados pela influência das Forças Armadas e o apoio da sociedade civil, especialmente, da classe média teria colaborado fortemente para mais um tempo de ditadura.<sup>236</sup> A aliança tímida de antes agora se tornava evidente.<sup>237</sup> O plano de Góis Monteiro de imunizar as Forças Armadas estava em execução.<sup>238</sup>

A *doutrina da segurança nacional* ganharia destaque com a revogação da Lei n. 1.802/53, de 05 de janeiro, que flexibilizara o tratamento dos crimes políticos pelo Dec. lei n. 314/67, de 13 de maio. O caráter autoritário do regime,

<sup>233</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *O Ministério do Silêncio*. 2011, p. 110.

<sup>234</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 115-117.

<sup>235</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 118.

<sup>236</sup> Zaffaroni e Batista afirmam categoricamente: “[...] o golpe de estado de 1964, quando as oligarquias brasileiras, valendo-se das Forças Armadas e com dissimulado mas incontestável apoio norte-americano, depuseram o presidente João Goulart e instauraram uma ditadura.” (Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 479). O apoio americano parece estar embrenhado no regime a partir da tomada da doutrina norte-americana da *National War College* (fundada no pós-Segunda Guerra Mundial) pela Escola Superior de Guerra brasileira com o intuito de combater o avanço comunista (DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus Inimigos*: a repressão política na história do direito penal. 2006, p. 280).

<sup>237</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 117.

<sup>238</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 116.



por meio das leis penais, seria exacerbado pelos Dec. lei n. 510/69, de 20 de março (que punia atos preparatórios) e n. 898/69, de 29 de setembro (que tratava das penas de prisão e de morte).<sup>239</sup>

Mas desde antes, os Atos Institucionais (AIs) – editados pelos Governos de Castelo Branco e Costa e Silva – passaram a reger o país e dar o tom ditatorial até que viesse a Constituição de 1967 (por meio do AI-4), emendada quatro vezes, sendo a primeira Emenda considerada a Constituição de 1969. Os Atos Institucionais começaram com a suspensão das garantias constitucionais, a cassação de mandatos, passando à extinção dos partidos políticos e à eleição indireta de Governadores e Vice-Governadores.<sup>240</sup> Em 1968, o Ato Institucional de n. 5, a segunda surpresa a que alude José Murilo de Carvalho atribuindo-o fundamentalmente a Góis Monteiro<sup>241</sup>, daria ensejo ao mais terrificante momento do regime, pelo qual “estavam lançadas as bases para todo tipo de arbitrariedade e uso da força bruta. É o Estado Polícia, em toda sua realidade crua, que se levanta.”<sup>242</sup>

Cumprir notar, entretanto, que no início da década de 70, o regime experimentava certo enfraquecimento, talvez mesmo no sentido de uma crença dos próprios militares. Situação em muito favorecida pelo déficit do alardeado “milagre econômico”, implantado pelo governo de Emílio Garrastazu Médici.

A *doutrina da segurança nacional* – reforçada pela atuação da Escola Superior de Guerra, na sucessão do governo por Ernesto Geisel<sup>243</sup> – passaria a ser a base de ensinamento das Polícias Militares Estaduais treinadas para resolver pela força problemas de natureza policial, entendidos como tais ampla gama de fatos do cotidiano. As polícias civis foram deslocadas de suas atividades de polícia judiciária e de investigação e passaram a atuar também como polícia ostensiva. A perda da identidade de ambas parece não ter sido superada nem pela

<sup>239</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 477.

<sup>240</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia*: aspectos constitucionais das políticas de segurança. 2007, p. 100.

<sup>241</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 118.

<sup>242</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia*: aspectos constitucionais das políticas de segurança. 2007, p. 100.

<sup>243</sup> SANTOS, Everton Rodrigo. *Poder e Dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974-1989)*. Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: Feevale. 2010, p. 130-132.

Constituição de 1988.<sup>244</sup> Provavelmente, em face das permanências que o modelo e o discurso bélico iriam deixar.

A década de 80 começava a exigir, talvez pelas mesmas circunstâncias que paradoxalmente ensejaram o Regime, o seu próprio fim: a crise econômica era aguda, havia pressão interna e externa, inclusive da Igreja e dos Estados Unidos. A Lei de Anistia já fora aprovada. A transição lenta e gradual iria ceder à pressa ditada pelos mesmos interesses de sempre: o Regime pode ter sido interessante para o capitalismo, mas não para os capitalistas; os militares por meio das estatais geraram concorrência *desnecessária* aos empresários civis.<sup>245</sup>

O fim do Regime representaria apenas formalmente o fim da *polícia política*<sup>246</sup>, com o remanejamento desses agentes, sob o manto da redemocratização<sup>247</sup>. O legado de militarização e beligerância, com toda a sua *doutrina* e o seu *manual de práticas*, agora iria operar em face de *outros inimigos*: os jovens pobres dos centros urbanos, não raro, negros.

O inimigo continua sendo *interno*, mas já não é mais o mesmo. As forças armadas estão começando a participar da luta contra os chamados *delinquentes comuns*. A doutrina da segurança nacional está sendo substituída pela histeria da segurança pública. Em regra, os militares não gostam nem um pouco desse rebaixamento à categoria de meros policiais, mas a realidade o exige.<sup>248</sup>

O trabalho constituinte<sup>249</sup> deparou-se com acirrado debate em torno da questão dos militares e da *segurança nacional*: segurança pública como direito, a dicotomia polícia civil e militar, o controle externo das polícias. O tema da *segurança pública* foi de difícil compatibilização, especialmente na denominada dualidade ou duplicidade do modelo policial: a polícia judiciária, com a

<sup>244</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança*. 2007, p. 105-108.

<sup>245</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). Rio de Janeiro: Record. 2005, p. 56.

<sup>246</sup> SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança*. 2007, p. 107.

<sup>247</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura: os arquivos do Dops* (RJ e SP). 2002, p. 209.

<sup>248</sup> GALEANO, Eduardo. *O grande perigo do fim do século*. In De pernas pro ar.: a escola do mundo ao avesso. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: LP&M. 2011, p. 83.

<sup>249</sup> Com todo o ajuste que os militares teriam promovido: Cf. ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 58.

responsabilidade pela apuração das infrações criminais, e a polícia militar, baseada na disciplina e na hierarquia, com a atuação preventiva e de repressão (na forma do Art. 144, CR/88), fazem surgir uma nova estrutura de *segurança pública*, com as atividades de polícia, suas subdivisões e funções. Vale observar que às polícias militares, durante o Regime Militar, não incumbia a atividade de polícia ostensiva, ficavam nos quartéis na maioria das capitais e quem atuava no patrulhamento das ruas eram as polícias não-militares, que também faziam as vezes de polícia judiciária, tendo no Delegado certa função jurisdicional.<sup>250</sup>

Não se pode, entretanto, deixar de se observar que o Art. 144, geograficamente, apresenta-se como o último artigo do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, antecedido por Capítulos que tratam do Estado de Defesa e Estado de Sítio e Forças Armadas. Atribuiu, ainda, a Constituição da República, ao Ministério Público, o controle externo da atividade policial. Todavia, manteve intacto o cerne autoritário da Constituição de 1967: nas “cláusulas relacionadas com as forças armadas, polícias militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral.”<sup>251</sup>

O novo cenário mesmo envolvido num discurso democrático ainda veria atitudes próprias da Ditadura Militar, premiando inclusive os próprios militares. O general Nilton Cerqueira, ex-chefe do DOI-CODI baiano, que atuara pessoalmente no episódio que matara Carlos Lamarca, seria responsável por instituir pós-1988 “um sistema de promoções ‘por bravura’ na carreira de policiais, que tomava em consideração a morte de suspeitos [...] reuniu assassinos de extração de distinta num amplo programa de feições genocidas.”<sup>252</sup> Sobre tais mortes, o general Cerqueira, alçado à chefia da Segurança Pública do Rio de Janeiro, no início da década de 90 explica: “Não são cidadãos, são bandidos.”<sup>253</sup>

<sup>250</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 74.

<sup>251</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 59.

<sup>252</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al. Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 479.

<sup>253</sup> GALEANO, Eduardo. *O ensino do medo*. In *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: LP&M. 2011, p. 82.

Toda a estrutura ligada ao Serviço Nacional de Inteligência foi mantida sem controle congressional, o que somente foi abolida por Fernando Collor de Mello. Mas o Governo de Fernando Henrique Cardoso criaria a Agência Brasileira de Inteligência.<sup>254</sup>

Embora se tentasse consolidar, os direitos e garantias individuais dos investigados pelas forças policiais<sup>255</sup>, seria intenso e infrutífero o debate – na visão dos tribunais – sobre o fato de o investigado estar amparado pelo contraditório e pela ampla defesa. Isso porque o inquérito policial representaria a sobrevivência da veia *inquisitorial*.

No âmbito da segurança pública, o Sistema Integrado de Segurança Pública de 1995 seria consolidado pelo Plano Nacional de Segurança Pública e pelo Projeto de Segurança Pública para o Brasil, respectivamente dos anos de 2001 e 2003. O Plano congregava temas como a municipalização da segurança, modernização, informatização, formação das polícias e dos policiais, registro e tratamento dos dados criminais, administrativos e do sistema de justiça criminal – pretende-se gerir a ordem e reduzir o crime. A militarização ganha cada vez mais força: em 2003, por exemplo, o Exército usava tanques e estava incumbindo de patrulhar as ruas e proteger as festas do carnaval.<sup>256</sup>

Mas esse plano já vinha se delineando, especialmente, a partir do evento conhecido como RIO 92. Evento que nublou as repercussões do acontecimento da “Chacina da Candelária”, onde milicianos mataram diversas crianças que dormiam na rua. Uma delas de nome Sandro seria, de novo, alvo do noticiário criminal pelo “caso do Ônibus 174” (Sandro que seria morto, dentro da viatura, a caminho da Delegacia).

Como em outros segmentos políticos, a modelagem favorece a criação de ONGs e Fóruns; de Grupos e Núcleos que estudam *segurança* formado por

---

<sup>254</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 62.

<sup>255</sup> COSTA, Luiz Henrique Manoel da. O controle externo da atividade policial militar. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 207.

<sup>256</sup> WACQUANT, Lôic. Rumo à militarização da marginalização urbana. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 11, Números 15 e 16, 1º. e 2º. semestres de 2007, p. 205-206.

intelectuais e que formam intelectuais, por vezes, os próprios policiais (é só ver os  *cursos de especialização*, ofertados pela própria Universidade Federal do Paraná, cujo público alvo são essencialmente os próprios policiais militares<sup>257</sup>). Fomenta-se a criação de conselhos comunitários e oficiais de *segurança pública* que reúnem membros da sociedade e das próprias polícias. A mídia cidadã ganha espaço como a realizadora de segurança, ao passo que denuncia uma *falência* do Estado, oferece seus préstimos cidadãos para a população<sup>258</sup>. Parece existir certa urgência; urgência de *segurança*.

Isso dá ensejo a uma (re)configuração contemporânea, vertida por uma nova *estética da segurança* e das próprias *polícias* (até mesmo dos próprios policiais, que vai desde as suas roupas, em particular as fardas e os uniformes, até o físico, a linguagem, as tatuagens e ganha o mundo virtual com *blogs* e *facebooks*). É como se houvesse uma efetiva participação social que estaria apta técnica e democraticamente a exigir, sobretudo, o controle social das *classes suspeitas* e o “combate à criminalidade.”<sup>259</sup>

O velho sentimento de *guerra* agora parece ser aferido numa sociedade que talvez sempre tenha estado ligada ao *medo* e à *violência*. A “pedagogia do medo” é hiperbolizada (como muitas coisas na *ultra* ou na *pós-modernidade*) pelos meios tecnológicos e pela velocidade comunicacional que usa o fato-crime como item de primeira ordem e a segurança como produto de mídia e de política.<sup>260</sup>

<sup>257</sup> O momento emblemático dos eventos mundiais de natureza esportiva deixa escapar uma exigência de organismos privados internacionais de que haja um número mínimo de profissionais da área de segurança pública com “nível de especialização”.

<sup>258</sup> A campanha “Paz sem voz é medo”, lançada pelo Grupo GRPCOM, no Estado do Paraná, é um exemplo emblemático disso. Talvez não por coincidência, pouco tempo após o seu lançamento, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, lança o Programa Paraná-Seguro, e a primeira unidade Paraná-Seguro instala-se no Bairro Uberaba, mas apenas na parte pauperizada do referido bairro, especialmente na Vila Icarai, onde ocorrera dois anos antes uma “chacina”.

<sup>259</sup> LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. semestres de 2010, p. 360.

<sup>260</sup> BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 7, Número 12, 2º. semestre de 2002, p. 271-289; KARAM, Maria Lucia. Segurança pública e processo de democratização. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 3, Número 5 e 6, 1 e 2º. semestres de 1998, p. 170.

A proximidade e até mesmo um hibridismo entre as ações da polícia e das Forças Armadas ainda se faz presente. Não apenas pelo dito comum de que é necessário *colocar o Exército nas ruas* ou *subir o morro*. A própria Constituição da República, por Emenda Constitucional, consagrou a Força Nacional de Segurança (composta por membros das Forças Armadas e das polícias militares) que bem demonstra essa imbricada relação e tanto mais pelo fato de que a ordem interna do país ficou a cargo das Forças Armadas<sup>261</sup>.

Em Portaria anterior, editada pelo Ministério da Justiça, já se admitia a formação de *grupo especial*, composto por policiais estaduais, sob o comando das Forças Armadas, em ações de grande impacto ambiental, de repercussão internacional, desastres, catástrofes e para “manutenção da ordem pública”<sup>262</sup>. Se não fosse por tudo, esse último item pode demonstrar a porosidade de suas atribuições e a complexidade de sua atuação.

Uma concepção desejante de *guerra* e do *combate* ao *inimigo* parece se enunciar. Mesmo que evidenciada por paradoxos que rompem com os laços comunitários e que começam a se construir como verdadeiro círculo vicioso: o poder econômico expulsa o empobrecimento, encastelam-se em hotéis, condomínios e shopping centers, nos quais aquele grupo de desvalidos presta serviços, inclusive de segurança. Cria-se um mundo irreal completamente desapegado da comunidade. Cria-se mais medo e exige-se mais segurança. E o estado oferece uma resposta por meio do discurso do medo e da estratégia bélico-militar.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 66.

<sup>262</sup> Ver Portaria 394, de 4 de março de 2008, do Ministério da Justiça, Publicada no DOU Nº 44, quarta-feira, 5 de março de 2008, Seção 1, página 37 que regulamentou a Lei 11.473/2007, estabelecendo as hipóteses de atuação da Força Nacional de Segurança, a forma de solicitação desta Força, bem como os critérios que a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça usará para deferir o uso da Força. Fernando Henrique Cardoso, na mesma linha, baixou em 2001 o Dec.-Lei n. 3.897, de 24 de agosto, que dava poder de polícia para as Forças Armadas em ações ostensivas de segurança pública (Cf. ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 74).

<sup>263</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, Seguridad y Policía*. 2009, p. 150.

Esta utilización tiene un componente novedoso. Por un lado, aparece un nuevo discurso político criminal, que conjuga el discurso del riesgo y del enemigo, y pretende lograr un control actuarial de la locura bélica amparada en el miedo irracional. Por el otro, esta utilización del miedo y la inseguridad tiende a aumentar el mismo miedo y la inseguridad.<sup>264</sup>

É nessa linha de uma globalização neoliberal que o projeto burguês encontra sua maior contradição: promete “mais estado” na área policial para resolver os infortúnios deixados pelo “menor estado” social<sup>265</sup>. Uma espécie de globalitarização: como globalização militarizada, que acessa apenas as áreas de enorme fratura social. O fato é que “a polícia é tão temida e desprezada pelos habitantes das zonas pobres como os bandidos que ela deveria combater.”<sup>266</sup>

Uma prática orientada por *linguagem e imagem* militares atua, de fato, como se estivesse investindo em *território ocupado* e a combater um *inimigo*. E isso não é propriamente algo que só tenha aparecido com as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora, apresentadas sob o argumento de uma pretensa polícia comunitária e não como *polícia de guerra* que parece ser, protagonizada por *fuzileiros, mariners e combatentes*. Realizam algo parecido com as estratégias urbanas de intervenção em vários lugares do mundo, em especial mirando as concepções dos Estados Unidos da América.<sup>267</sup>

Um esforço mais significativo poderia mesmo aproximar sua concepção atuarial ao modo de agir das tropas romanas, em seu alinhamento, sua ordem, sua investida: um *ethos* de *guerra*, orientado a aniquilar o inimigo. O fato é que o problema da *guerra*, pode ser encarado “como gabarito de inteligibilidade dos processos históricos.”<sup>268</sup>

*Guerra* que, segundo Michel Foucault, atravessa todo o século XVIII como *guerra das raças*, mas se transforma quando se passa a partir do século XIX a um racismo de Estado pela possibilidade de o soberano matar o súdito, de

<sup>264</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, Seguridad y Policia*. 2009, p. 152.

<sup>265</sup> WACQUANT, Lóïc. *Rumo à militarização da marginalização urbana*. 2007, p. 205.

<sup>266</sup> WACQUANT, Lóïc. *Rumo à militarização da marginalização urbana*. 2007, p. 206.

<sup>267</sup> BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal*. Curitiba: FAE Centro Universitário. V. 3, n. 5, jul./dez. 2011, p. 105.

<sup>268</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2005, p. 285.

exercer o poder de vida e de morte, dando ensejo a um paradoxo teórico realizado por um desequilíbrio prático que pende sempre em favor de morte. O direito à vida só é exercido pelo soberano porque ele detém também o direito de espada: “não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver.”<sup>269</sup> O biopoder que se exerce sobre o homem-espécie, de que fala Foucault, poderá colocar em choque o poder da soberania da morte e o da regulamentação da vida, no exemplo da morte de Franco.<sup>270</sup>

Os homicídios de Estado – de que fala Eugenio Raúl Zaffaroni – por ação ou omissão contabilizam uma cifra significativamente superior a todas as outras mortes.<sup>271</sup>

O fato, entretanto, de que a forma de realização de *segurança pública* atualmente ainda é concebida com essa potência letal, lesiva aos direitos fundamentais e às instituições democráticas – por tradição – parece estar reconhecida pelo próprio Governo. O PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania, instituído pela Lei 11.530, de 24 de Outubro de 2007, propõe uma remodelagem do conceito, algo que ocorre ainda apenas em termos teóricos. Este Programa insiste, porém, em vícios históricos sobre a ação da polícia e do próprio sistema de justiça criminal: a cultura do controle, a prevenção pelas ações de polícia, a repressão qualificada da criminalidade, o acirramento das relações entre as diferentes instituições policiais, entre outros itens.

Com pretensos ares de cientificidade e de democracia, organizam-se as conferências municipais e estaduais preparatórias para a 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública<sup>272</sup>, que ocorreu no ano de 2009. No relatório final, o então Secretário Nacional de Segurança Pública Ricardo Brisolla

<sup>269</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 2005, p. 287.

<sup>270</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 2005, p. 297.

<sup>271</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos*: conferências de criminologia cautelar. Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini (coord.). Trad. Sérgio Lamarão. Saraiva: São Paulo. 2012, p. 371.

<sup>272</sup> Havia, inclusive, uma Cartilha disponibilizada pelo Governo Federal, com um Texto-Base: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Publica/texto\\_base\\_1\\_conferencia\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/texto_base_1_conferencia_seguranca_publica.pdf). Acesso em: 29 mar. 2013.



Balestreri confirma o tom e o modo de proceder, incorrendo nas permanências quanto às políticas de *segurança pública*:

A 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública marca profundamente a história da segurança pública em nosso país. Ao propor a democratização da discussão sobre o tema, a 1ª. CONSEG eleva a segurança pública a um novo patamar de reflexão, não mais como uma emergência frente a alguma situação de grave comoção social, mas como política pública que demanda uma estruturação sistêmica e um pensamento estratégico de longo prazo. Seu processo foi marcado por uma abertura ao diálogo. Diálogo entre segmentos que nunca tiveram a oportunidade de sentar à mesa, de forma conjunta, e propor princípios e diretrizes para a Política Nacional, como tiveram a oportunidade de fazê-lo trabalhadores da área, sociedade civil e poder público. Essa marca permitiu que novos atores surgissem na cena da luta pela realização do direito à segurança e possibilitou que novas redes pudessem se formar, ampliando o capital social em torno do tema. Processos como este da 1ª. CONSEG são valiosos exatamente porque democratizam a discussão sobre a política pública, fortalecem o controle social sobre elas, organizam os cidadãos e cidadãs para proporem demandas e dão transparência às ações desenvolvidas por governos. O que pudemos perceber, na 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública, foi exatamente essa riqueza. Vimos um debate plural ser realizado de forma responsável e respeitosa em todo o país. Percebemos o compromisso das três esferas de poder com o processo da conferência e com a transformação da segurança pública em nosso país. Percebemos que a dimensão valorativa dos resultados da 1ª. CONSEG apontam para a necessidade de um novo paradigma para a segurança pública e para um novo patamar de discussão sobre o tema que inclua todos os segmentos envolvidos. Um novo paradigma que abrange áreas de atuação que extrapolam a ação policial, ao mesmo tempo que desenha um novo lugar para as polícias na política de segurança pública, reconhecendo na violência e na criminalidade expressões graves da desigualdade que vitima a sociedade brasileira. Percebemos que alguns consensos sobre avanços para o setor já estão fortemente estabelecidos e que reafirmam os caminhos adotados pelas políticas em andamento, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP e a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP. Verificamos que questões importantes, como as reformas institucionais, são necessárias e urgentes, e já possuem campos majoritários formados nesse sentido. Assim, a explicitação dos consensos e dos dissensos ao longo do processo foi fundamental para lançar bases de um processo de concertação capaz de estabelecer metas e objetivos comuns entre os diversos órgãos da segurança pública e entre os diversos níveis de

governo para que avanços possam ser realizados. Desta forma, a 1ª CONSEG representou um marco importante na Política Nacional de Segurança Pública, registrado pelos princípios e diretrizes que foi capaz de produzir, os quais enunciam um novo paradigma para a área; pelo valoroso processo de debate público que foi capaz de estabelecer ao demonstrar que a segurança pública precisa alcançar novos patamares de discussão. Ainda, que a sociedade brasileira tem compromisso e interesse em ver transformada a política pública a fim de que ela possa de fato contribuir com o desenvolvimento do nosso país e para que todos tenham o direito de conviver em liberdade e sem violência.<sup>273</sup>

Dentre os sucedâneos da Conferência, estão o Sistema Único de Segurança Pública (cujo órgão primordial é o Gabinete de Gestão Integrada), o Conselho Nacional de Segurança Pública e a Estratégia Nacional de Segurança Pública.<sup>274</sup> Pode-se notar a preocupação em estabelecer verdadeiras “operações de guerra” quando há interesses econômicos em jogo ou a exposição das clivagens urbanas do Brasil à população estrangeira<sup>275</sup>, como no caso dos Jogos Pan-americanos de 2007 e da RIO + 20.

Mais recentemente, o empenho bélico-militar evidencia-se de modo bastante dedicado em relação aos eventos esportivos mundiais que não apenas deram ensejo à Lei da Copa, mas à criação de uma Secretaria Especial: a SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, que já está em atividade. Atuará em 2013 na Copa das Confederações e nas Jornadas da Juventude, e, em especial, na Copa de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016. Para o que foi elaborado o “Plano Estratégico de Segurança da Copa do Mundo FIFA 2014”, cuja execução poderá contar inclusive com a Interpol - Organização Internacional de Polícia Criminal.<sup>276</sup>

Este labor pode ser uma tentativa de evitar que os norte-americanos e europeus vejam no Brasil o prenúncio de sua própria tragédia urbana.

<sup>273</sup> Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/25098935/Relatorio-Final-1%C2%AA-CONSEG>. Acesso em: 29 mar. 2013.

<sup>274</sup> Sobre a composição desses órgãos e suas atividades, conferir sítio oficial do Ministério da Justiça: Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

<sup>275</sup> WACQUANT, Lôic. *Rumo à militarização da marginalização urbana*. 2007, p. 212.

<sup>276</sup> Disponível na íntegra no site oficial do Ministério da Justiça: <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2013.

Nós que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos. (depoimento de Cleonice Dias, líder comunitária da ‘pacificada’ Cidade de Deus).<sup>277</sup>

O fato é que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, e as Unidades Paraná-Seguro (UPS), no Paraná, já começaram a atuar, segundo larga crítica, por essa lógica bélico-militar de forma hipertrofiada. Adotando uma estética e ética orientadas pela *linguagem de guerra* (é recorrente, por exemplo, o uso de termos como “pacificação” e “retomada de território”, embora no Paraná tenha aparecido também ligada aos termos “limpeza” e “higiene social”) são instaladas especialmente nas áreas que formam os chamados “corredores da copa”. Esses lugares, não raro, são os bairros estigmatizados e completamente à margem de qualquer serviço público. Estabelece-se aí uma política penal e de segurança pública de primeira ordem.

Na mais espetacular atuação das UPP (pois transmitida como espetáculo em tempo real nas mídias de massa), a “(re)tomada do Complexo do Alemão”, o que se viu nas cenas amplamente divulgadas pela mídia era uma gente completamente pauperizada, composta por jovens negros. Eram rapazes bastante magros, de bermudas e chinelo, muitos sem camisa: corriam de um morro para outro, alvejados por tiros de fuzil e metralhadora. Uma cena que foi repetida sofregamente pelos meios de comunicação deixando de trazer uma crítica às mortes produzidas. Parece que não se buscava prender e sim *abater*. Não tardaram a surgir denúncias sobre casos de violência e corrupção a que a tomada de território deu ensejo.

Palavras “felizes” como *liberdade*, *segurança* e *paz* foram usadas nos noticiários e sobrepuseram-se às denúncias de corpos jogados na mata, às atrocidades, aos roubos e às extorsões; até mesmo às escutas que mostravam os policiais cometendo crimes e dividindo o *ganho* decorrente das ocupações. O apoio da Rede Globo com a manchete “O Rio é nosso” faria nublar o grande

---

<sup>277</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. 2011, p. 105.

mistério que era o número de corpos (os *danos colaterais*). O lançamento simultâneo do filme “Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida” e a contratação da figura inspiradora do Capitão Nascimento (protagonista do filme) como comentarista global das *políticas de segurança* seriam o ápice.<sup>278</sup> José Simão faria a síntese desse episódio, segundo Vera Malaguti Batista:

E sabe o que a Globo falou pro Bope: PODE INVADIR QUE A GENTE DÁ COBERTURA; e Policial do Bope que mata 3 traficantes pode pedir música no Fantástico. E a Globo fez o Ibope do Bope: 88% apoiam as ações no Rio... E os corpos dos outros 12% não foram encontrados para opinar. Rarara! Eu já falei que o Bope fechou contrato com a Globo!<sup>279</sup>

O discurso, entretanto, de uma polícia de matriz comunitária, acessível à população, e não militarizada, apesar de sua própria e distinta comunicação imagética por meio da *farda preta*, do uso de fuzis e metralhadoras de forma ostensiva e do símbolo da *caveira*, acaba por se sobrepor. Notícias veicularam as seguintes atividades de inserção comunitária e apoio popular: “no tatame dos *Caveiras*, senhoras fazem ginástica”; “a Escola de Samba do Salgueiro tem 270 ritmistas vestido de *Caveiras*”. No Natal daquele ano (2010), o Papai Noel usou num *shopping center* carioca o uniforme do BOPE, no lugar da roupa vermelha.<sup>280</sup>

A comunicação midiática também se fez presente não apenas na criação do Batalhão de Operações Policiais Especiais, na Polícia Militar do Estado do Paraná, mas também no dia em que foi instalada a primeira Unidade Paraná-Seguro, em Curitiba, no Bairro Uberaba. Não sem antes acompanhar o trajeto e toda a parafernália bélico-militar que desfilou pela Avenida das Torres. Necessário refletir até mesmo sobre o símbolo-escudo das UPPs que em cores (verde-branco-azul) e em formato e nas próprias cores muito similar ao da própria Rede Paranaense de Comunicação TV, afiliada da Rede Globo no Paraná.

<sup>278</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. 2011, p. 111.

<sup>279</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. 2011, p. 111.

<sup>280</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. 2011, p. 117.

A pretensa pacificação ou retomada de território parece que a um só tempo fortaleceu o tráfico de entorpecentes e suas ações violentas, um dos grandes *inimigos públicos*, segundo o discurso que pretende sustentar as ações de *segurança pública*, e favoreceram a instalação de milícias e a expropriação econômica das comunidade.

O sistema se reinventa e se reorganiza. Impõe a morte, permite a vida, mas um certo modo de vida, quando não um destino de morte. Talvez nisso, o anti-herói Capitão Nascimento, no segundo filme da série “Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro”<sup>281</sup>, tenha razão. Inclusive, quando afirma: “o policial não puxa esse gatilho sozinho”.

#### 1.2.4. Seleção policizante: quem é a *polícia*?

A *policização* é o processo de seleção, treinamento e condicionamento institucional pelo qual passam os membros das *polícias*.<sup>282</sup> Esse processo pode parecer mais perceptível nas polícias militares, em particular nas Escolas de Formação de Oficiais e nos Cursos de Formação para Praças, ministrados pelas Academias Militares. Talvez por decorrer da transposição de uma vida civil para uma carreira *militar*, bastante similar ao que se pode ter quando do ingresso nas carreiras das Forças Armadas (embora se saiba obrigatório o alistamento militar). Seguir a carreira – ao lado de outros fatores – também é uma escolha do candidato, no particular exemplo da Academia Militar das Agulhas Negras.<sup>283</sup> Instituições – tanto das Forças Armadas, quanto das Polícias Militares – priorizam um recrutamento de homens jovens.

<sup>281</sup> *Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro*. Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. *Blu-ray Disc* (115 min.). Colorido.

<sup>282</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 56.

<sup>283</sup> Sobre a criação de um *espírito militar*, como o principal objetivo da Academia Militar das Agulhas Negras, conferir: CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

Todavia, as Escolas de Polícia (dito assim em termos gerais, como os locais para formação das polícias) estão presentes também nas demais instituições, como as Escolas de Polícia Civil (a partir do início do século XX) e Federal (muito mais recente, ainda, na década de 60), bem como a formação das Guardas Municipais. Estes locais podem refletir uma futura tomada de posição institucional por seus novos membros.

Vale ressaltar que, atualmente, as Escolas de Polícia devem observar nas atividades de formação dos funcionários responsáveis pela aplicação da lei (ou seja, “todos aqueles que exerçam o poder de polícia, principalmente no que diz respeito àqueles que exerçam as funções de polícia judiciária, de investigação criminal, bem como a de preservação da ordem pública”<sup>284</sup>) o “Manual de Formação em Direitos Humanos para as Forças Policiais”, do Alto Comissariado das Nações Unidas, no qual estão dispostos inclusive princípios deontológicos que as polícias devem seguir.

Da mesma forma, é possível encontrar certas peculiaridades a respeito do ingresso nessas *carreiras policiais*, ainda que todos ingressem mediante concurso público; fatores que podem interferir na *fachada* do policial, no modo de proceder e até mesmo na forma pela qual a instituição a que pertencem é vista pela população em geral. São também diversos os requisitos para ingresso e promoção em cada qual, como no caso dos Delegados de Polícia Civil e Federal em que é obrigatório ser bacharel em direito. Na Polícia Federal, vale dizer, todo e qualquer policial federal (agente, escrivão, papiloscopista e perito) deve ter formação superior.

Outros fatores podem ser relevantes como, por exemplo, quadro de pessoal, valorização da carreira, remuneração. Ainda, o apreço e a confiança que a população tem em relação às suas atividades, e até mesmo o grau de exposição ao perigo e às violências.

De todo modo, como – regra geral – seria possível até mesmo, segundo Erving Goffman, refletir sobre os motivos ou ao menos a racionalização

---

<sup>284</sup> GRECO, Rogério. *Atividade Policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais*. 2a. ed. Niterói: Impetus. 2009, p. 17.

desses motivos na escolha de uma profissão que expõe o sujeito ao perigo em maior ou menor escala:

[...] é possível que o indivíduo descubra uma alternativa, por mais custosa que seja, e então se defina como alguém que escolheu livremente entre esta certeza indesejável e a incerteza possível. É pegar ou largar, mas isto é o bastante para permitir que a situação seja lida como uma em que a autodeterminação é central. O perigo é redefinido como risco assumido; as possibilidades favoráveis como oportunidades agarradas.<sup>285</sup>

O mesmo Goffman segue no tema sobre a autodeterminação e a consequentialidade problemática e ressalta:

[...] há a vocação do soldado e a do policial – posições na vida pública que se encaixam fora das categorias de trabalho normais, e fazem o encarregado ser oficialmente responsável por sofrer perigo físico nas mãos das pessoas que pretendem causar isto. O fato de que essas vocações são classificadas fora das posições civis parece reforçar a noção de autodeterminação.<sup>286</sup>

As peculiaridades de atuação de cada uma das polícias, de acordo com os ditames constitucionais, perante o sistema penal e o sistema de justiça criminal, suscita a possibilidade de algumas características que mais estejam presentes em umas do que em outras, bem como distintos aspectos desta *policização*.

#### **1.2.4.1. As polícias militares**

Os processos de institucionalização e condicionamento podem testar a autodeterminação dos candidatos com mais ênfase nesse segmento policial. Isso porque especialmente no início (mesmo os que estudavam nos Colégios

---

<sup>285</sup> GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 163.

<sup>286</sup> GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2011, p. 165.

Militares) submetem-se a um novo cenário onde *hierarquia* e *disciplina* são as normas de regência. O *poder disciplinar* ainda parece ter destacada função nessas instituições policiais, muito pelo que as escolas-militares e os quartéis são em concepção e arquitetura modelos *panópticos*.<sup>287</sup> As disciplinas são de formação geral, técnicas e de direito.

A pressão, a humilhação verbal e o constante chamamento a desistir da carreira seriam usados pelos Oficiais, especialmente os Tenentes com quem os alunos tem mais contato, como forma de testar seu desejo de fazer parte da Corporação.<sup>288</sup> A expressão usada, no já comentado filme “Tropa de Elite I: missão dada é missão cumprida”, “pede pra sair” parece realmente ter aqui sua razão de ser.

Os alunos ficam em regime de internato, pelo menos nos primeiros meses, para que seja possível avaliar sua adaptação ou não à vida militar. A semelhança com o que se dá nas instituições das Forças Armadas decorre, também, de sua condição residual como reserva estadual de poder militar. Tanto assim que o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), aprovado pelo Decreto 4.346/2012, de 26 de agosto, é aplicável aos policiais militares.

Um dos temas que mais inflama os debates em torno das categorias de policiais militares, especialmente as de base (ou seja, as Praças: soldados, cabos, sargentos e subtenentes), embora se possa deparar com essa problemática em relação aos oficiais é a ausência de critérios objetivos para promoções e transferências<sup>289</sup>. À disposição do Poder Executivo e sob o influxo de interesses políticos, também estão o Comando Geral e toda a cadeia de sub-grupamentos, companhias e batalhões que não têm mandato estabelecido.

Sob o influência disciplinar do RDE, o comportamento dos policiais militares é aferido sem critérios objetivos. Há mais de cem infrações disciplinares a que estão sujeitos, e algumas que investem na vida fora dos muros

<sup>287</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 121-123.

<sup>288</sup> CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2004, p. 19-22. Sobre a elegância e a relação custosa e violenta da disciplina: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 117-119.

<sup>289</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 56.



do quartel e outras de cunho absolutamente moral, como por exemplo: “[...] 34. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição; 40. Portar-se de maneira inconveniente ou sem compostura; 46. Disseminar boatos no interior de OM (organização militar) ou concorrer para tal.”

Outrossim, é tolhida a sua sindicalização e vedada a reivindicação, mesmo em prol da sua categoria, consistindo também infração ético-disciplinar, constante no mesmo RDE: “05. Autorizar, promover, assinar representações, documentos coletivos ou publicações de qualquer tipo, com finalidade política, de reivindicação coletiva ou de crítica a autoridades constituídas ou às suas atividades.”

O fenômeno grevista ocorrido na Bahia, em 2011, com ensaios no Rio de Janeiro e até mesmo de maneira velada no Estado do Paraná, teve seus antecedentes na década de 90, em que a população teria ficado “desprotegida e a mercê de grupos criminosos”<sup>290</sup>. Esses fatos apontam, de um lado, para a possibilidade do uso da força e poder em situações socialmente complexas e conflituosas; de outro, para a prevalência de interesses políticos por meio do mesmo discurso da ordem contra aqueles que deveriam preservá-la.

Até mesmo se pode cogitar de um controle ideológico dos reclamos dos policiais, em *blogs* e outros meios eletrônicos e telemáticos, como os perfis constantes da rede social do *facebook*. Tais greves, porém, não seriam apenas uma problemática nacional, como enunciado no filme *RoboCop 2*.<sup>291</sup>

Isso faz com que alguns policiais, como refletem Zaffaroni e Batista, passem a se valer de um *discurso duplo*: um externo que apresenta o tom da moral e do cumprimento do dever; outro interno que é racionalizador e não raro desqualifica a vítima de suas ações, usa linguagem pejorativa e elementos de etnia e classe social, para exemplificar as ações dos suspeitos.<sup>292</sup>

<sup>290</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1º. e 2º. semestres de 2004, p. 119.

<sup>291</sup> MATOZINHOS, Dea Rita. “*RoboCop, o policial do futuro*” (O futuro da paz urbana). Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1º. e 2º. semestres de 2004, p. 198.

<sup>292</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 56.

No entanto, vale registrar o exemplo do texto “Deontologia Policial-Militar: ética profissional recomendada para os Cursos de Formação, Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia Militar”, de autoria do Coronel da Polícia Militar do Paraná Wilson Odirley Valla. Na nota à 3<sup>a</sup>. edição do livro, feita por outro Coronel da Polícia Militar, uma pista sobre o que se apresenta aos futuros policiais militares:

Assim, funciona como um anteparo moral e ético às influências negativas a que está sujeito o militar estadual, no dia-a-dia de sua atividade profissional, no convívio com as camadas mais nefastas da sociedade, ajudando-o a resistir às inevitáveis tentações e impulsos de desvios de conduta.<sup>293</sup>

Mas a postura de fomento ao que pode se transformar em verdadeira idiossincrasia institucional sobre determinadas classes, por meio de um discurso estruturado em preconceitos pode aparecer de modo mais evidente, para além desse *manual* deontológico, naquele que é usado para o ensino da “função típica” dessa *polícia*: o policiamento ostensivo. Em especial, para a identificação dos “suspeitos”.

O “Manual de Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado”, de autoria do Capitão da Polícia Militar do Paraná Élio de Oliveira Manoel<sup>294</sup>, teve sua adoção determinada por Portaria Oficial do Comando da Polícia Militar aos Aspirantes a Oficial da Academia Militar do Guatupê, datada de 2004. Consta expressamente em referido *Manual*: “recomendado como fonte de consulta para alunos e instrutores pelo Comandante da Academia Policial-Militar do Guatupê, após aprovação pelos Chefes de Departamentos de Ensino. (BI n. 065, de 07 de abril de 2004 – APMG).”

O *manual* faz uma clara distinção entre quem acessa a polícia e quem por ela pode ser abordado; os primeiros são os “cidadãos” e os demais “suspeitos

<sup>293</sup> RIBAS, Abelmídio de Sá. *Nota à 3a. edição*. VALLA, Wilson Odirley. Deontologia Policial-Militar: ética profissional recomendada para os Cursos de Formação, Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia Militar. 3<sup>a</sup>. ed. rev. e amp. Curitiba: Associação Vila Militar, 2003.

<sup>294</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Manual de Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. Curitiba: Optagraf, 2004.

ou pessoas vadias”<sup>295</sup>. O *manual* explica que “a questão do que é suspeito não pode ser respondido pelo patrulheiro individualmente. Cada patrulheiro precisa procurar esta resposta para si mesmo com base em seu conhecimento da área.”<sup>296</sup> Mas o *manual* fornece indicativos sobre as “causas de suspeitas típicas”:

A ação, as roupas ou a localização de uma pessoa frequentemente classificam-na como suspeita na mente de um patrulheiro. As pessoas e situações mencionadas, nesta seção são típicas e descrevem somente umas poucas circunstâncias que podem indicar a necessidade de um interrogatório de campo.<sup>297</sup>

Na sequência, são detalhadas as atitudes suspeitas em itens, tais como, “pedestres suspeitos”, “ocupantes de automóveis suspeitos”, “circunstâncias suspeitas”, como o rol é bastante extenso, algumas são emblemáticas. No rol dos “pedestres suspeitos”, consta:

- Homens vagando em locais de grande frequência de mulheres, como empresas, lojas, hospitais podem ser pervertidos sexuais.
- Homens vagabundeando próximos a bares na hora de fechar podem ser passadores de maconha ou outro tóxico.
- Qualquer pessoa que seja observada correndo pode estar deixando a cena do crime.
- Pessoas vagueando próximo a altos edifícios, rios profundos, cruzamento em linha férrea e locais similares podem estar querendo se suicidar.
- Na cena de um incêndio qualquer pessoa que mostre sinais de excitação ou emoção cujas calças mostrem traços de urina recente ou ejaculação podem ser piromaníacos.<sup>298</sup>

No grupo, “ocupantes de automóveis suspeitos”:

---

<sup>295</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 122-123.

<sup>296</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 126.

<sup>297</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 123.

<sup>298</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 124.

Serviçais em uniforme e que estejam dirigindo podem ser ladrões de automóveis. A maioria dos serviçais que dirigem seus próprios carros o fazem fora do serviço. Alguns serviçais ou jovens que dirigem carros de alto valor podem ser ladrões de automóveis e sempre são sujeitos para um interrogatório de campo.<sup>299</sup>

Por fim, no grupo “circunstâncias suspeitas” aparece a generalidade da vida: “Em qualquer ocasião, um conjunto de circunstâncias numa área de patrulha podem despertar a suspeita do patrulheiro e por outro lado pessoas até então com aparência de honestidade tornam-se sujeitos a um interrogatório de campo.”<sup>300</sup> E para isso, em tais abordagens – segundo o *manual* – é possível valer-se de uma “ampla gama de recursos”:

[...] o uso de subterfúgios é de grande valor nas relações públicas ao se concluir um interrogatório de campo, durante o qual o sujeito foi solicitado a identificar ou foi objeto de outras questões. Ao pedestre pode ser dito que ele lembra um sujeito a quem a polícia está procurando ou alguém na lista de pessoas desaparecidas. Aos motoristas pode ser dito que seus automóveis lembra um recentemente roubado ou cuja placa é semelhante.

...

Os patrulheiros devem evitar ofender as pessoas ou ferir o orgulho delas. O que o policial considera local de risco, pode ser onde o cidadão mora há 30 anos, bem como toda a sua família.<sup>301</sup>

Há também dados que o policial deve observar no interrogatório de rua para “tirar o sujeito”; dados que vão desde a sua resistência à abordagem até a cor da pele (até mesmo se está ou não queimado do sol), observando se tem tatuagens (as tatuagens podem indicar se o sujeito *é viciado* e fornece uma boa

---

<sup>299</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 124.

<sup>300</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 126.

<sup>301</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 133.

quantidade de desenhos com os respectivos significados, como “homicida de PM” e presos que têm “corpo fechado”<sup>302</sup>).

Há recomendações especiais para a abordagem de mulheres. Policiais, segundo o *manual*, devem atentar para o fato de que “duas das defesas primárias que as mulheres usam durante o interrogatório são as lágrimas e sexo. A primeira é compreensível e a segunda ignorada.”<sup>303</sup>

Mas um dos fatores que o *manual* prega como eficiente indicativo do passado criminal de um sujeito abordado é a *linguagem*. Por isso adverte: “aprender o vocabulário dos marginais é um objetivo constante porque ele muda rapidamente, principalmente entre drogados.”<sup>304</sup> Interessante que apesar desses minuciosos *indicativos*, o *manual* faz o alerta de que todos, no limite, podem ser autores de crime ainda que diversos desse “típico criminoso” mesmo se “bem vestidos” ou de “boa aparência”.

O paradoxo reside no fato de que as *polícias militares*, mesmo pelo histórico de que receberiam os rejeitados pelo Exército, são recrutadas nas camadas social e economicamente mais desfavorecidas da população de onde saem também os *bandidos*.<sup>305</sup> “O estereótipo policial acha-se tão carregado de racismo, preconceito de classe social e outros tão deploráveis quanto aqueles que compõem o estereótipo criminal.”<sup>306</sup> A *polícia* é fundada em uma sociedade que tem como um de seus maiores problemas a cultura da discriminação.<sup>307</sup>

Além das possibilidades de ocasionar a deterioração de sua autoestima e ensejar uma péssima imagem que não toca aqueles que detêm o poder e são os

---

<sup>302</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo*: com ênfase no processo motorizado. 2004, p. 135. Os desenhos *típicos* são referidos com base nos indicativos da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, da Polícia Militar do Estado de São Paulo (ver nota 14 do Manual).

<sup>303</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo*: com ênfase no processo motorizado. 2004, p. 140.

<sup>304</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo*: com ênfase no processo motorizado. 2004, p. 137.

<sup>305</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança (Entre Pombos e Falcões)*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008, p. 76.

<sup>306</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 56.

<sup>307</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 217.

colaboradores por esse estado de coisas<sup>308</sup>, as péssimas condições de trabalho e os baixos salários podem levar esses policiais a obterem ganhos ilícitos, criando um direito penal *subterrâneo*<sup>309</sup>. Quando não, levam esses policiais para o serviço privado de segurança, como trabalhadores ou como empresários.

Os sindicatos e as associações policiais acabam por se restringir às questões salariais, deixando de lado as discussões acerca das limitações sobre o exercício de poder (tarefa que a opinião pública, acaba por desempenhar<sup>310</sup>); em alguns casos, chegam a tolerar casos de abusos de poder. Pouco contribuem com a administração institucional, com a construção da matriz curricular e a defesa dos direitos dos policiais.<sup>311</sup>

Todavia, é interessante observar como se atribui responsabilidade aos policiais militares (em particular, nos casos de homicídio) a partir da premissa de *falha individual*. Não se reflete acerca de que isso seja um sintoma, uma combinação um tanto complexa de diversos fatores (sem deixar de lado a análise da responsabilidade pessoal). Fatores, sobretudo, decorrentes mesmo de uma política estatal e dos reflexos todos em face de sujeitos que operam, não raro, em situações conflitivas sem o necessário preparo teórico-prático. Tampouco parecem contar com apoio multiprofissional pós-ocorrência.

Parece ser relevante olhar para aquilo que se poderia denominar de “vida privada do policial”. Para além do *habitus* e do primitivo da satisfação das necessidades, a figura do Capitão Nascimento da sequência de filmes “Tropa de Elite” pode ser aqui usado para ambientar a vida privada de muitos policiais, considerando – por certo – que se trata de uma produção cinematográfica. No “Tropa de Elite: missão dada é missão cumprida”, algumas cenas de seu cotidiano e do imagético de sua casa parecem muito significativas: num momento o anti-herói encontra-se na cozinha, desprovida de muitos luxos, a

<sup>308</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 56.

<sup>309</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 56.

<sup>310</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Trad. de Otto Miller. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense. 1995, p. 71.

<sup>311</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Outros aspectos da criminalidade da polícia. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 3, Números 5 e 6, 1º. e 2º. semestres de 1998, p. 189.

geladeira está vazia, os azulejos são velhos e demonstram a simplicidade do lugar; em outro, está ele no banheiro sem qualquer requinte ou luxo.

Vale ponderar que no filme seguinte (“Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro”), Roberto Nascimento já é um Coronel da Polícia Militar carioca e como tal ocupante de uma patente que lhe conferiria certa responsabilidade dentro da corporação, mas que estava longe de refletir um mínimo conforto material. Essas questões podem impactar uma série de outros itens: a cumulação com atividades fora da instituição, práticas ilícitas, desmotivação, etc. Além disso, aparece o fato de que a atividade policial contribuiu para o fim de seu casamento e até mesmo a reprovação por seu filho (“porque seu trabalho era matar”).

Os filmes em questão (“Tropa de Elite”), como se pode inferir do próprio nome e mesmo na inversão do sintagma “Elite da Tropa” (texto que colaborou com o roteiro do filme) faz eclodir nacionalmente uma “polícia de grife” ou “de elite”. Poderia mesmo se admitir a duplicidade de sentido que isso enseja que não nasce com o filme, é de dizer. Mas que pode ter restado fortalecida com ele. O *modelo* BOPE – Batalhão de Operações Especiais espraia-se pelo país, em diversas polícias militares estaduais.

Dentro das corporações policiais militares (mas também na civil e federal), os “grupos de elite”, por seus critérios altamente subjetivos para o ingresso (e a permanência) nos cursos de formação, podem incitar uma pretensa superioridade em relação aos demais. Atributos de macheza, virilidade e resistência, que compõem as características necessárias para pertencer a tais grupos, são comunicados subliminarmente como essenciais e diferenciadores dos demais policiais. Além da exaltação à honestidade, o filme e as ações reais que se lhes atribui tem matiz violenta e até mesmo cruel. A expressão “*faca na caveira, nada na carteira*” é por isso emblemática.

A “caveira” é o símbolo usado por esses grupos, além da farda preta, desde a criação do primeiro BOPE, em 1978, com o nome de “Núcleo da Companhia de Operações Especiais”, pelo Tenente-coronel da PMRJ Paulo Amêndola, que explicava que o símbolo representa a “vitória sobre a morte”. Se

para os seus integrantes o símbolo representa sabedoria e superação da morte, os críticos entendem que a “caveira” é símbolo da própria morte, da apologia ao crime e à violência. A polêmica em torno da “caveira” levou, em meados de março de 2013, à proibição de seu uso pelo BOPE da Paraíba, em recente decisão do Poder Executivo estadual. Mesmo após a justificativa do Comandante do BOPE daquele Estado, que assim se manifestou para a imprensa:

Um dos símbolos mais mal interpretados em nossa sociedade é justamente o símbolo da “Caveira”, que decodificado, por alguns, estaria associado à morte, a letalidade ou perigo de vida. Para que possamos esclarecer essa decodificação e descortinar essa ignorância sobre a heráldica do BOPE, não só da nossa Briosa, mas de todas as coirmãs que ostentam a Caveira como broquéis em suas bandeiras ou flâmulas e em suas fardas, analisamos que o ser humano em morte, ao se decompor, apresentará apenas ossos e dentes, essa seria a morte física, carnal, que tanto entrelaça a figura da Caveira com a morte. Contudo, lembremos que em vida, ela, a caveira, nos oferece sustentação, dureza e proteção para o corpo físico. E precisamos muito dessa sustentação. A caveira, em sua observação metafísica, representa uma grande mudança na vida, onde talvez a morte fosse a maior delas. Um novo ciclo. É um símbolo que nos remete a pensar que estamos aqui de passagem, em caráter transitório, pela vida, nos mostrando que todos somos iguais por dentro, não temos sexo, cor, classe social, preferências sexuais, raça, idade, ou quaisquer outras formas discriminatórias, o que nos remete ao nosso Preâmbulo Constitucional e Princípios Fundamentais, em seus Artigos 1º e 3º, em nossa Lei Maior, estruturando e fundamentando o Estado Democrático de Direito.<sup>312</sup>

Paradoxalmente, cabe registrar, que quando a *caveira* é usada pelos presos, exatamente como fazem esses policiais (uma *caveira* transposta por um punhal) ela significa segundo os *manuals das polícias* que quem a ostenta é “homicida de PM”.<sup>313</sup>

A simbologia, entretanto, não está adstrita a esses grupos de elite, embora uma postura estética e ética, vertida por insígnias e distintivos diversos

<sup>312</sup> Reportagem de Hermes Luna. Disponível em <http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/policia/policia-militar/2013/03/21/NWS,221422,8,160,NOTICIAS,2190-APOS-POLEMICA-CAVEIRA-RETIRADA-FARDA-BOPE-PARAIBA.aspx>. Acesso em: 22 mar. 2013.

<sup>313</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Manual de Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 135.



dos demais poderia destaca-los perante seus colegas, gerando questões internas e externas algo complexas. Questões que indicam superioridade e bravura.

No que toca ao sistema de justiça criminal, por suas atribuições constitucionais já referidas, não raro as polícias militares (além das prisões em flagrante-delito, como decorrência do patrulhamento e do atendimento do serviço de telefone de emergência 190) tem figurado – nos mesmos autos de prisão em flagrante, lavrados nas delegacias e nos distritos policiais – como condutores (o que de fato são), mas também como testemunhas. E isso faz com que venham a ser arroladas pelo Ministério Público nas denúncias-crime. Assim, são chamados em juízo para falarem sobre o crime. É comum verificar nos fóruns, os policiais chegando com certa antecedência para compulsar os autos de processo-crime, para verem do que se trata, seja pelo transcurso do tempo, seja pelo volume de atendimentos. Por certo, que – mesmo diante da proibição expressa de usar a prova produzida no inquérito policial para condenar o acusado – seria pouco crível admitir que o policial (mesmo por sua subjetividade e autodefesa) viria a juízo dizer que a prisão fora indevida ou mesmo ilegal, até mesmo que o denunciado não era o autor do crime.

Dentre as polícias, muito como decorrência da matriz bélico-militar, à polícia militar tem se delegado a pesada tarefa não apenas de conter e reprimir a criminalidade (isso no tosco discurso político), mas também a de sustentar as acusações em juízo. Em muitos casos, o “único meio de prova” coletado no inquérito policial, referendado em juízo, é utilizado então como prova produzida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa (isso porque os policiais vêm depor em juízo!). Tudo como tentativa de afastar uma condenação baseada “exclusivamente” na prova produzida no inquérito policial.

#### 1.2.4.2. As polícias civis

A criação no início do século XX das Escolas de Polícia Civil, em especial, tentava dar vida também à matriz científica, a fim de se constituir um sistema de identificação dos *criminosos*, por meio dos Institutos Médico-Legais e das Escolas de Polícia, especialmente em 1912<sup>314</sup>. Perspectiva esta reforçada pela publicação do periódico “Boletim Policial”, com diversos artigos de cunho criminológico e pelas orientações científico-forenses, como as de Edmond Locard, de nacionalidade belgo-francesa<sup>315</sup>, além dos “Archivos do Manicomio Judiciário” e da “Revista Policial”.<sup>316</sup>

Mas os primeiros passos deste pretenso caráter científico, no âmbito da América Latina, incluindo o Brasil, parecem ter sido dados nos três primeiros Congressos Médicos sobre a questão sanitária: o primeiro em 1898, na cidade de Buenos Aires, o seguinte em Montevideu, no ano de 1901 e o terceiro no Brasil,

---

<sup>314</sup> SULOCCI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 83.

<sup>315</sup> Rendia-se certa deferência a Edmond Locard e à própria França, pois “a França foi o primeiro país a elaborar um sistema de identificação objetivo, visando reprimir a criminalidade e a vadiagem. O sistema francês partia do registro de medidas corporais e traços particulares, inspirado na classificação de animais, plantas e insetos. Implantado oficialmente em 1882, o método ficou conhecido como *bertillonage* em homenagem ao seu criador, Alphonse Bertillon (1853-1914), um funcionário da Préfecture de Police de Paris. O sistema francês de identificação foi apresentado na Exposição Universal de 1889, espalhando-se rapidamente pelo mundo. Chicago e Buenos Aires adotaram em 1890, Londres em 1893, Nova York em 1895, e São Paulo em 1898. No entanto, o sistema francês tinha um grande defeito: era muito trabalhoso e de difícil adaptação fora da Europa. Os ingleses queixavam-se de que a *bertillonage* não servia para identificar indianos ou malaio. Os nativos, no modo de ver dos britânicos, eram totalmente desarmônicos, tinham olhos e pele escura, além de traços físicos diferentes daqueles colecionados por Bertillon.” (MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. “*Políciais habilitados não se improvisam*”: a modernização da polícia paulista na primeira república (1889-1930). *Rev. hist.* [online]. 2011, n.164, pp. 243-269. ISSN 0034-8309. Acesso em: 31 mai. 2012).

<sup>316</sup> Igual ponderação é feita por Roberto Kant de Lima ressaltando que as “idéias, oriundas da ‘antropologia física’ e da ‘medicina legal’ brasileiras do século passado, ainda estão em vigência entre nossos ‘juristas’, legitimadas especialmente pelo saber médico-legal.” (*Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. Roberto Kant de Lima e Michel Misse (coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008, p. 65). À frente o mesmo autor alerta que as origens raciais, embora não tão mais em evidência, estão ainda em pauta como se poderia ver da reedição da obra de Nina Rodrigues.

na cidade do Rio de Janeiro, em 1907<sup>317</sup>. Deles vale destacar a preocupação com a higiene e a limpeza e como isso fora atribuível às funções de polícia. O sujo, o doente e o louco parecem estar sempre ligados à figura do *delinquente*, dando azo a uma união ainda hoje forte entre direito e medicina; particularmente em sua perspectiva determinista tão valorizada pelo positivismo criminológico.

As Escolas de Polícia tendiam a reforçar esse aspecto de cientificidade e buscavam propiciar um conhecimento e ofertar uma técnica aos policiais para identificar o crime e o criminoso. Essa foi a proposta do Delegado Auxiliar Mário de Castro Nascimento e do Diretor do Gabinete de Identificação Miguel Severo Santiago que propuseram “[...] o estabelecimento de Escola de Polícia, sob bases científicas, onde os agentes possam aprender os misteres de sua árdua e meritória profissão, tornando-se aptos para darem luta à criminalidade, atualmente prenhe de artimanhas.”<sup>318</sup>

A Escola de Polícia, então subordinada diretamente à Chefatura de Polícia, tinha por objetivo “ministrar os necessários conhecimentos profissionais aos encarregados da manutenção da ordem pública” e “o ensino das disciplinas e aplicações científicas que instruem e condicionem a instituição da carreira policial e ao mesmo tempo o uso da Polícia Técnica”<sup>319</sup>. Eram oferecidos três cursos distintos para a formação de delegados, peritos e investigadores. Para as nomeações dos candidatos seria adotado o critério exclusivo de aprovação nesses cursos.

No Paraná, a Escola foi oficialmente criada através do Decreto 1.968, de 1º de setembro de 1934, assinado pelo Interventor Federal no Estado, Manoel

---

<sup>317</sup> ALMEIDA, Marta de. Perspectivas sanitárias e representações médicas nos congressos médicos latino-americanos (1901-1913). *Horizontes*. v. 21. Bragança Paulista, p. 37-47, jan./dez. 2003. Disponível em [http://www.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume\\_06/uploadAddress/horizontes-7\[6297\].pdf](http://www.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_06/uploadAddress/horizontes-7[6297].pdf). Acesso em: 31 mai. 2012. Vale destacar a observação da autora sobre a natureza e a organização destes Congressos: “Os Congressos Científicos Latino-Americanos tinham, como o próprio nome indica, a pretensão de reunir os trabalhos científicos produzidos nas diversas áreas. Assim, congregava sessões de engenharia, direito, matemáticas, ciências físicas e químicas, ciências naturais, antropológicas e etnológicas, ciências pedagógicas, agronomia e zootecnia, além, é claro, das ciências médicas e higiene. Apesar de alguns membros dos congressos médicos latinos americanos participarem destes eventos mais gerais, percebe-se uma valorização maior por parte dos profissionais aos eventos de caráter exclusivo de medicina.”

<sup>318</sup> Disponível em <http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 30 mai. 2012.

<sup>319</sup> Disponível em <http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Ribas que referendou ato de Eurípedes Garcez do Nascimento<sup>320</sup>. Mas desde que funcionara na Repartição Central da Polícia Paranaense, a Escola já realizava um curso profissional de Guardas Cíveis dirigido por João de Paula Brito e Mário de Castro Nascimento, em atendimento ao que foi aprovado no encontro de São Paulo.<sup>321</sup>

Na década de 60, mesmo pertencendo à Secretaria de Segurança Pública, passou a ser vinculada à Polícia Civil, e em 2000 recebeu a denominação de Escola Superior de Polícia. Atualmente é responsável por ministrar cursos de formação e atualização para delegados de polícia, investigadores, escrivães e datiloscopistas.<sup>322</sup>

Por sua atribuição constitucional, a de polícia judiciária ou investigativa no âmbito de competência da justiça estadual, operam na outra ponta do que incumbe às policiais militares. Disso decorre que muitas das observações do que compõem o imaginário e o real desse segmento policial – com as peculiaridades e as especificidades – assemelham-se à carga negativa do que se tem em relação às polícias militares. Mesmo porque “policiais civis e militares não conseguiram se desvencilhar do modelo ideológico calcado no pensamento militar, muitos por concordarem com ele, mas muitos por não saberem como formular um novo modelo.”<sup>323</sup>

O imagético comunicacional – dos filmes e seriados – assevera em relação a estas duas instituições (a “civil” e a “militar”) uma complexa e ambígua relação com a classe média que faz com que elas – dentro do sistema de justiça criminal – sejam mais vulneráveis e sujeitas a um maior risco de criminalização.<sup>324</sup>

A proximidade com o poder e a força, até mesmo pela discricionariedade no exercício funcional, faz com que a *polícia* – dentre desses órgãos dos sistema de justiça criminal – esteja mais vulnerável a envolver-se com

<sup>320</sup> Garcez era ocupante do cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, desde julho de 1912.

<sup>321</sup> Disponível em <http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 30 mai. 2012.

<sup>322</sup> Disponível em <http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 2 abr. 2013.

<sup>323</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 189.

<sup>324</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 57.

a criminalidade, embora “contribuam bastante para essas violações a tolerância e a omissão de áreas da justiça e da promotoria criminal.”<sup>325</sup>

À polícia civil incumbe a feitura e a condução do inquérito policial, como decorrência de um *policialismo judiciário*, muito favorecido pela extensão territorial brasileira, mas também pelo fato de que às polícias era dado conhecer o crime e o criminoso. O inquérito já marcado como o lugar de produção da *verdade* autorizaria a adoção de meios de investigação lesivos aos direitos fundamentais, vendo na tortura, seu modo de consecução mais efetivo. Mas também é nesse “caderno investigativo” que a corrupção policial pode ter ganhado a vez.

Dividirá a polícia civil com a militar, ora uma e ora outra, por vezes no âmbito da investigação e outras tantas no da repressão, o binômio redutor *tortura e corrupção*, que lhes atribuirá uma fachada histórica que parece ter colado como sua reputação.

A avaliação dessas duas instituições na “Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010”, realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP), no qual não se considerou o estado do Paraná, dá um indicativo desse quadro: sobre a atuação policial militar os itens *regular*, *ruim* e *muito ruim* somaram 61,36%; considerando os mesmos itens, a polícia civil somou 56,07%.<sup>326</sup>

Dentres os *Arquivistas* do Soberano, as polícias civil e militar é que interessam particularmente para esse texto, em especial, pelo “volume” de *Arquivo* que têm produzido.

---

<sup>325</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Outros aspectos da criminalidade da polícia. 1998, p. 181.

<sup>326</sup> Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

### 1.2.4.3. A polícia federal

A polícia federal parece gozar de certo prestígio sócio-político, fruto de uma mistura política e imagética que comunica um setor de polícia livre de *tortura e corrupção*; algo como “com os *federais* não se brinca”. Em franca alusão à instituição americana de mesmo nome, embora lá com configuração algo distinta. Havendo até mesmo certo glamour comunicacional em relação a este segmento que pode decorrer também das atribuições que lhe cabem.

No que toca à polícia federal, todo o quadro de pessoal deve se submeter ao curso de formação profissional, que é considerado como a última etapa do concurso público, assim se o candidato desistir ou não for aprovado será eliminado. O curso é ministrado pela Academia Nacional de Polícia<sup>327</sup>, cuja motivação de criação durante o Regime Militar ainda parece estar presente quando se olha em sua *visão de futuro* a defesa da sociedade<sup>328</sup>:

A matriz curricular engloba diversas disciplinas, algumas tipicamente policiais, como técnicas de investigação policial e planejamento de ações e operações policiais, e outras, embora pertencentes a áreas do conhecimento operacionalizadas por outros profissionais, são abordadas sob a ótica da rotina policial e das estratégias de enfrentamento, como por exemplo, crimes ambientais e desvios de recursos públicos.<sup>329</sup>

A Academia Nacional de Polícia organiza duas publicações periódicas: os “Cadernos da ANP” e a “Revista Brasileira de Ciências Policiais”.

Por suas atribuições constitucionais (relativas à competência da Justiça Federal: Art. 109, CR/88), verifica-se que esse órgão de polícia judiciária lida com crimes de impacto nacional e repercussão política, como os chamados “crimes de colarinho branco”, lavagem de dinheiro, tráfico internacional de

---

<sup>327</sup> “A criação da Academia Nacional de Polícia concretizou-se por ato do então Chefe de Polícia, General Osmar Soares Dutra, tendo o documento constitutivo sido publicado no Boletim Interno nº 216, em 31 de dezembro de 1960.” Disponível em <http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formacao>. Acesso em: 30 mar. 2013.

<sup>328</sup> Disponível em <http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formacao>. Acesso em: 30 mar. 2013.

<sup>329</sup> Disponível em <http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formacao>. Acesso em: 30 mar. 2013.

drogas, armas e pessoas, entre outros. Esse órgão talvez tenha sido o responsável por inaugurar um *estilo* de polícia espetacularizada, nominando suas operações de forma bastante impactante e voltadas de algum modo ao objeto que investiga. Esclareça-se, a propósito, que a Polícia Federal não tem apenas a atividade de polícia judiciária, ao atuar, por exemplo, em conjunto com as Forças Armadas nas fronteiras, aeroportos e portos, entre outras atribuições.

Não raro, os envolvidos em suas investigações são detentores de cargos políticos, membros do alto escalão dos poderes da República e empresários de grandes e operosas organizações, embora não se restrinja a eles. Mas também acaba por encontrar pessoas de precárias condições socioeconômicas, como os “laranjas” nos delitos econômicos e as “mulas” do tráfico internacional de drogas, como se poderia verificar das condições de boa parte dos autuados nos aeroportos de Rio de Janeiro e São Paulo: africanos, em sua maioria, completamente pauperizados.

O fato é que a Polícia Federal parece operar com um critério de seletividade secundária bastante peculiar, incomum até, segundo Zaffaroni e Batista: “[...] alguém que, de modo muito excepcional, ao encontrar-se em uma posição que o tornara praticamente invulnerável ao poder punitivo, levou a pior parte em uma luta de poder hegemônico e sofreu por isso uma ruptura de vulnerabilidade (*criminalização devida à falta de cobertura*).”<sup>330</sup>

Talvez seja por isso que a Polícia Federal, quem sabe pelo sentimento de que atinge setores sociais intocados pelo poder punitivo, é uma das instituições de *segurança pública*, mais bem cotadas no país, ficando atrás apenas do Corpo de Bombeiros. Sobre a avaliação das *polícias*, concluiu a mesma pesquisa já referida que: “Em destaque está a Polícia Federal que, mesmo sendo desde 1999 a instituição policial mais bem avaliada em termos comparativos, teve um expressivo aumento no percentual de julgamentos positivos (soma das opiniões ‘boa’ e ‘muito boa’), passando de 42,2% para

---

<sup>330</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 49.

60,6% em 2010.”<sup>331</sup>

Todavia, a Polícia Federal também tem suas fissuras, no que toca à *tortura* e à *corrupção*, como é possível refletir a partir da matéria intitulada “Glória e Perdição”, publicada na Revista *Piauí*. A matéria relata o caso da “Operação Caravelas” (que investigou durante quase três anos um caso de tráfico internacional de drogas entre Brasil e Portugal). Como resultado da operação, que mobilizou vários agentes e delegados, a apreensão de 1691 quilos de cocaína armazenados em buchos de boi, num galpão frigorífico e de milhões de dólares em dinheiro, além de bens. A operação que seria uma das maiores realizações da Polícia federal, foi nublada pelas atividades da “Equipe Seven” (um grupo de sete policiais conhecido por seus desvios e ilegalidades, que já havia furtado dinheiro de uma outra operação numa casa de apostas de rinha de galo, onde estava Duda Mendonça). A “Equipe Seven” teria sumido, também, com boa parte do dinheiro apreendido na “Operação Caravelas” (de dentro das dependências da própria Polícia Federal) e de bens que estavam no galpão frigorífico em que fora apreendida a droga.<sup>332</sup>

Por essa proximidade que seus investigados possam ter com o poder, verifica-se que – por paradoxal que seja – seu poder de investigação, submetido ao Executivo Federal, por meio do Ministério da Justiça, acaba por sofrer direta interferência em suas atividades. O caso do Delegado Protógenes que investigava pessoas próximas ao primeiro escalão do Executivo Federal ainda suscita questionamentos.

Como o objeto dessa pesquisa pretende olhar para o que se houve por chamar de *Arquivo*, referindo-se ao sistema prisional, e aos delitos que engrossam as estatísticas de encarceramento, o que vem da Polícia Federal não aparece de forma tão significativa, pelo menos no quesito “quantidade de crimes”: de um total de 35.005 presos no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, apenas 434 são provenientes da Justiça Federal (398 homens e 36

---

<sup>331</sup> “Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010”, p. 179. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

<sup>332</sup> Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-75/anais-do-crime/ gloria-e-perdicao>. Acesso em: 17 jan. 2013.



mulheres)<sup>333</sup>, mesmo porque a criminalidade de rua ainda ocupa sensivelmente os segmentos da justiça criminal e das *polícias*. A Polícia Federal pode – por isso – enunciar uma *falta*, aquilo que não vai ou que não está nos *Arquivos*.

#### 1.2.4.4. As guardas municipais

No âmbito constitucional, as atribuições da guarda municipal não indicam uma relação direta com o crime e o combate à violência atuando no que poderia se definir como o cuidado do patrimônio das cidades. Alguma referência histórica acerca desta instituição em Curitiba pode ser obtida no sítio oficial da Prefeitura Municipal da cidade:

Em 1986, a cidade de Curitiba enfrentava um aumento nas depredações em seus “Próprios” Municipais, despertando a necessidade de se criar um grupo diferenciado, onde proteção a população seria prioridade. Com este intuito, em 17 de julho daquele ano, o Prefeito Municipal, sancionou após aprovação da Câmara Municipal de Curitiba, o Projeto de Lei n.º 56/84, surgindo assim a Lei n.º 6867/1986, que criou o Serviço Municipal de Vigilância - VIGISERV.<sup>334</sup>

Todavia, a sua configuração estrutural e a forma de atuação na cidade de Curitiba<sup>335</sup>, bem como em outras localidades, assumiu contornos distintos,

<sup>333</sup> Dados disponíveis em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.

<sup>334</sup> Informação constante no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba (<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/empresa/153-guarda-municipal-e-defesa-civil/54>). Acesso em: 13 dez. 2012.

<sup>335</sup> Informação constante no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba (Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/empresa/153-guarda-municipal-e-defesa-civil/54>) a respeito da Guarda Municipal: “A Prefeitura Municipal de Curitiba coloca a disposição da população, através da Secretaria Municipal da Defesa Social e do Centro de Operações de Defesa Social, o telefone nacional 153, que tem como objetivo ampliar ainda mais o bom atendimento, a proteção e a segurança da população e a Defesa Civil de nossa cidade. Os Guardas Municipais atuam nas escolas municipais, creches, postos de saúde, parques, praças, bosques, armazéns da família, no transporte coletivo e demais equipamentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a proteção da população, dos bens, serviços e instalações, através do trabalho preventivo. O número 153 pode ser acionado de qualquer telefone, 24 horas por dia, com o custo do impulso.” Acesso em: 13 dez. 2012.

inclusive por ter como dirigente, não raro, um membro da polícia militar, que esteja na reserva aliando uma concepção bélico-militar na gestão e atuação.

Essa institucionalidade tem implicações fundamentais na sua imagem e no seu modo de proceder, o que pode ser percebido em seus uniformes, suas viaturas e suas armas (são frequentes os policiais que usam fuzis e metralhadoras). Nota-se uma matriz bastante repressiva e uma atividade que tipicamente seria desempenhada pelas polícias militares: uma espécie de “reserva da reserva” das Forças Armadas, na qual aparecem os mesmos traços do discurso da *guerra* e do combate ao *inimigo*. *Inimigo* representado – não raro – pelos desvalidos socialmente, pelas prostitutas e pelos travestis, pelos bêbados, pelos pequenos traficantes que transitam e circulam pelas ruas, em especial os usuários de crack, configurando um cenário da capital paranaense muito distante de seu ideário europeu.

Ao lado disso, são frequentes as denúncias públicas, em especial, do Movimento da População em Situação de Rua, sobre as violências e os abusos perpetrados por esses agentes municipais, em atos de sua vida cotidiana: como beber água, comer um alimento ou dormir nas praças públicas e nas marquises. São os guardas municipais que acompanham os serviços de assistência social. Em Curitiba, o FAS – Fundação de Assistência Social da Capital é exemplo disso; serviço que “recolhe e ficha” essas pessoas encaminhando-as para lá ou para cá, de acordo com critérios não escritos. É praticamente a retomada das funções primevas de *polícia das cidades* aliando, contudo, a perspectiva bélico-militar ao discurso assistencialista.

As funções identificadas com características de “defesa civil”, quando o cidadão tem “problemas” com enchentes, árvores caídas, bueiros entupidos, etc., às vezes ficam em segundo plano. Na mesma página oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba, há um *link* sobre “dicas de segurança” as quais se referem, em sua maioria, a situações envolvendo a prática de delitos por “marginais” ou “pessoas suspeitas” a ponto de orientar os moradores de condomínios (que contam com item próprio para as tais “dicas”) sobre como se comportar em questões de segurança: “Elogiar as ações dos funcionários que

visam a garantir a segurança de todos os condôminos, mesmo quando representam algum transtorno para si ou para suas visitas”.<sup>336</sup>

O exercício da atividade policial e a sua atuação na política de *segurança pública* relacionam-se com o espaço e o tempo da constituição das cidades e com a própria caracterização da imagem das urbes; gerindo, classificando e selecionando as gentes; permitindo ou não o seu trânsito e a sua circulação. As imagens, os símbolos e a linguagem do delinquente e destes agentes ocupam duas facetas da mesma estereotipia, figuras presentes no imaginário das classes senhoriais, mas ausentes de seu cotidiano: é a guarda municipal que também segura a linha tensa e tênue que separa as pessoas “de-bem” e as “suspeitas”.

Talvez por isso, mesmo sem considerar a capital do Paraná, o mesmo estudo do NEVUSP já referido impressiona pela avaliação negativa feita acerca das Guardas Municipais em 11 capitais: os quesitos “muito ruim”, “ruim” e “regular” somaram 60,08% da opinião dos entrevistados.<sup>337</sup>

Com a precariedade de condições de trabalho da polícia militar, a atuação das guardas municipais em vários locais tem sido mais exigida, inclusive sob os argumentos da municipalização e da gestão integrada da segurança pública.

Não apenas em relação à guarda municipal tem se visto certa tolerância recíproca (no tocante às ilegalidades) entre as instituições policiais como fruto do reconhecimento (não declarado) dos limites de natureza pessoal e financeira de cada uma das *polícias*, como já acontecia – apesar das tensões – no início do Século XX entre polícia civil, polícia militar e guarda noturna. O que não impedia e não impede a existência de queixas recíprocas tanto sobre a invasão em sua esfera de atribuição quanto à impossibilidade de realizar as suas atribuições pelo descumprimento do que a outra incumbia.<sup>338</sup>

<sup>336</sup> Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/dicas-de-seguranca-smnds-secretaria-municipal-da-defesa-social/65>. Acesso em: 13 dez. 2012.

<sup>337</sup> “Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010”, p. 179. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em 2 abr. 2013.

<sup>338</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1997, p. 147-149.

### 1.2.5. Cultura policial: do Major Vidigal ao Capitão Nascimento

À *polícia* acaba por se atribuir o papel de sujeito ideal do processo de atribuição da *vergonha radical* e do *medo*, como parte do discurso bélico estatal<sup>339</sup>, muito porque também ocupante de uma categoria de não-cidadão<sup>340</sup> e porque conhece, dos “casos policiais”<sup>341</sup>, as “mentiras” e os “disfarces do marginal”; o “figurino social do delinquente” e os lugares que ele frequenta. Constitui-se como o sujeito ou grupo de sujeitos capazes de segurar (ligada mesmo a ideia de *segurança* para tornar seguro) a linha tênue e transparente que separa a *classe senhorial* dos *perigosos*.

Os policiais, por vezes, desprovidos de aparelhamento técnico e científico<sup>342</sup>, desapegados culturalmente do fundamento da legalidade e do respeito aos direitos humanos<sup>343</sup> criam e socializam uma prática de “casos”<sup>344</sup>. Funda-se aí um modelo individual inserido numa *cultura policial* e representado pela redução dual *tortura + corrupção*<sup>345</sup>.

Esse isolamento é prática que parece se assentar desde antes da Primeira República, confirmado pelo insucesso de uma concepção teórica de *polícia* a partir das Escolas de Polícia. O policial testava e apreendia suas

<sup>339</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. *Derechos, seguridad y policia*. 2009, p. 151.

<sup>340</sup> Normalmente proveniente do mesmo lugar onde se travará a *guerra* contra o *inimigo* (Cf. BATISTA, Nilo. Criminalidade e Favelas. In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 167-170; LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia do Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 237).

<sup>341</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia do Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 70.

<sup>342</sup> Para algumas considerações acerca de uma concepção teórico-científica da instituição policial: ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 246 e ss. Em especial notar a indicação de que a polícia também se constitui a partir de sistemas (polícia, jurídico, eclético e histórico: p. 247-249).

<sup>343</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *A segurança pública e suas políticas no Paraná*. Esboço de Anteprojeto das diretrizes básicas às Políticas de Segurança Pública ao governo do Paraná, gestão 2003-2006, p. 4.

<sup>344</sup> No sentido acima referido por Roberto Kant de Lima, cria-se um manual de estórias sobre as práticas de polícia (*Ensaio de Antropologia do Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 70).

<sup>345</sup> BATISTA, Nilo. Trocando em Miúdos. In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 170-177.

habilidades no próprio cotidiano, não havia surpresas em sua atividade porque detinha a possibilidade de, com seu conhecimento, “trabalhar na rotina”. A medida de seu sucesso ou desempenho era dada pela comparação com seus próprios colegas, os quais forjavam suas experiências do mesmo modo. Isso propiciava o compartilhamento de uma experiência comum.<sup>346</sup>

Não apenas na polícia civil, mas também nas polícias militares, a reprodução dessa cultura parece estar arraigada. “O patrulheiro novato fica admirado com a habilidade de seu velho companheiro em escolher pessoas suspeitas para o interrogatório do que resulta uma prisão em flagrante ou a obtenção de valiosas informações.”<sup>347</sup> Mas o policial deve saber que “inúmeros sociólogos e criminalistas afirmam que o ‘criminoso típico’ não existe. Os policiais mais experientes sabem ou concordam com isso. A maioria das pessoas que apresentam uma tendência criminosa parecem pessoas amigas, companheiras ou familiares.”<sup>348</sup>

Os valores dos policiais são coletados ou percebidos na própria comunidade em que estão inseridos<sup>349</sup>: a falta de *vergonha* do um (do que se diz homem-bom) quer o “policial corrupto para mim” e o “policial que tortura para o outro”.<sup>350</sup>

Destina-se ao policial a tarefa brutal de não conferir ou quem sabe até retirar a alteridade do *outro*, atribuindo-lhe a *vergonha radical*, muitas vezes – já destinada a esses *outros* – que justifica (e deseja) o justicamento, a executivização e a letalização do suspeito.<sup>351</sup> O policial escolhe quem tem direito ao julgamento da *justiça dos juízes* e quem não tem.

A *polícia* e o policial estão inseridos numa dada *cultura*, fazem parte da história de uma sociedade e compartilham as *nóias* desta mesma sociedade. E

---

<sup>346</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1997, p. 145.

<sup>347</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 122.

<sup>348</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento ostensivo: com ênfase no processo motorizado*. 2004, p. 134.

<sup>349</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1997, p. 145.

<sup>350</sup> Sobre os sentimentos *vergonha*, *culpa* e *medo*: vide Capítulo 2.3 – (Des)afetos de *arquivo*.

<sup>351</sup> BATISTA, Nilo. *Trocando em Miúdos*. 1990, p. 170-177.

a história brasileira que, por vezes, demonstra um hino à esperteza não poderia ter criado uma administração policial austera e zelosa. O “jeitinho brasileiro” e o “sabe com quem está falando” estão para além de meros ditos ou expressões populares.<sup>352</sup> A *cultura* dos agentes do Estado – com suas maneirices – tem sua versão latina.

Desde a Colonização do Brasil<sup>353</sup>, acostuma-se à violência, o que tira a pecha de povo pacífico-por-natureza<sup>354</sup>: começa-se com o extermínio sistemático dos índios, com a escusa da catequização e civilidade; a escravidão dos negros e a exploração dos imigrantes europeus, com a desculpa do progresso; e assim por diante, criando verdadeiros estereótipos que – indireta ou diretamente são fornecidos e mantidos pela sociedade – *auxiliam* na seleção criminalizante.<sup>355</sup> Diga-se, que, mesmo quando atinge “pessoas-de-bem”, a população parece resignar-se em função de um mal menor.<sup>356</sup>

Embora se diga que, perante a *justiça* e as *polícias*, “no Brasil todas as pessoas são iguais. Mas há sempre algumas que são mais do que outras.”<sup>357</sup> Tal comentário pode ser ilustrado por Roberto Kant de Lima pela discussão que se travou na cidade do Rio de Janeiro, em 1983, ante a ordem dada à polícia de que deveria tratar a “todos” como cidadãos.<sup>358</sup>

<sup>352</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>353</sup> BATISTA, Nilo. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro – I*. 2002.

<sup>354</sup> “Quatro quintos do nosso tempo de existência transcorreu sob a escravidão: é difícil imaginar violência maior do que o trabalho compulsório, em que o trabalhador estava sujeito à tortura legal e sistemática, pertencendo ao seu dono, ele e seus filhos, como um boi ou uma mesa. Diante desse fato, só por humor negro se pode dizer (como tantos dizem) que a sociedade brasileira *está se tornando definitivamente* violenta. Ela *sempre* foi violenta.” [...] Por alguma razão, os brasileiros gostamos de acreditar que nosso país é tradicionalmente pacífico. Ultimamente começamos a descobrir que não é, que a violência sempre esteve por toda parte, intermediando as relações sociais. A violência do tráfico sepultou o ‘crioulo amigo’ e a ‘filha bem-comportada’. Talvez seja um dos poucos serviços que lhe devemos.” (SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 27-30).

<sup>355</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 56-57.

<sup>356</sup> A referência aqui é ao Regime Militar, com a prisão de estudantes, intelectuais, jornalistas, como os branco-não-torturáveis retratados no filme *Quase dois irmãos*, de Lúcia Murat (SANTOS, Joel Rufino. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 27-30). *Quase dois irmãos*. Direção e produção Lúcia Murat. Brasil. 2004. Drama. DVD (102 min). Colorido.

<sup>357</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 3.

<sup>358</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 3.

O “princípio do isolamento”<sup>359</sup> e o “modelo individual de atuação profissional” apresentam-se como as facetas mais implicadas do cotidiano policial<sup>360</sup> que se pauta por uma prática (não escrita em nenhum manual ou regulamento). Prática que se exitosa ou desastrosa – e isso só se saberá *a posteriori*, com o aplauso ou a vaia da massa e da mídia<sup>361</sup> – levará (ou livrará) o atuante na *guerra* à condição de herói ou vilão. Permite-se a partir daí a “auto-reprodução da ideologia policial.”<sup>362</sup>

É possível coletar episódios vários na história do Brasil que bem dão conta de que a *polícia* acabou por fazer um trabalho de higienização e limpeza social. Ainda não havia propriamente a *polícia das cidades* mas já havia *uma* que atuava nas cidades. Mesmo que tais episódios insiram-se como mera ficção acabam por encontrar assento fático como *histórias de/da polícia*. As proezas do Major Vidigal, em *Memórias de um Sargento de Milícias*, aparecem como exemplo:

O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo o que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas que ele julgava não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas; exercia enfim uma espécie de inquirição policial. Entretanto, façamo-lhe justiça, dados os descontos necessários das idéias do tempo, ele em verdade não abusava lá muito de seu poder, e o empregava em certos casos muito bem empregado.<sup>363</sup>

<sup>359</sup> Cabe notar que o isolamento é referido por DaMatta como um modo próprio de não se considerar alguém socialmente, o que para ele, é “o ponto crítico da identidade social no Brasil”. (DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997, p. 59).

<sup>360</sup> BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. 1990, p. 171.

<sup>361</sup> BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema penal no capitalismo tardio*. 2002; MORETZSOHN, Sylvia. A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 261-266; MORETZSOHN, Sylvia. A ética jornalística no mundo avesso. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º. e 2º. semestres de 2000, p. 317-323.

<sup>362</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 6.

<sup>363</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Edição e posfácio: Reginaldo Pinto de Carvalho. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Globo. 2004, p. 44-45. Excerto desta passagem encontra-se na coluna *Passado e Presente* da Coleção *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, Ano 9, n. 14, 1º. e 2º. semestres de 2004, p. 196-197, em que – ao lado de outros trechos da história da polícia brasileira, aparecem fotografias da condução (humilhante e cruel) dos indesejáveis.

O Major Vidigal poderia ser um referencial: “olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz cansada e adocicada [...] aspecto de mansidão, não se encontraria por certo homem mais apto para aquela profissão, exercida pelo modo que acabamos de indicar.”<sup>364</sup> A companhia por ele comandada “fazia toda a ronda da cidade de noite, e toda a mais polícia de dia.”<sup>365</sup> O Major era referido como homem temido, sagaz e astuto, que conhecia o criminoso e o lugar por ele frequentado.<sup>366</sup>

Essa postura tem reflexos não só nos processos de seleção secundária<sup>367</sup>, mas espraia efeitos durante todo o processo criminal, em que na historicidade dos sistemas de investigação, verifica-se uma desmedida credibilidade às palavras dos policiais. Tendo como contraponto o descrédito que se atribui às palavras do acusado e das testemunhas arroladas pela defesa<sup>368</sup>. Uma mirada nos autos de processo criminal, particularmente da Justiça comum estadual, permitiria colher um verdadeiro ciclo do sujeito de polícia e a ampla gama de papéis por ele desempenhados: prender, conduzir, testemunhar o flagrante, sustentar a acusação em juízo.

O sistema criminal e os programas de política criminal não parecem questionar os aspectos subjetivos que estão delineados nessas múltiplas funções. Tanto por instinto de autopreservação como por crença pessoal, seria pouco crível que o policial apresentasse, em juízo, versão distinta da que constou nos autos de prisão em flagrante ou no inquérito, mesmo confessar eventuais abusos ou ilegalidades.

O poder de polícia e as ações policiais parecem tomar o espaço deixado por outras facetas da organização política e dos poderes públicos a cada dia de forma mais intensa. Há grande mobilização em torno desses agentes

<sup>364</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. 2004, p. 45.

<sup>365</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. 2004, p. 45.

<sup>366</sup> Veja-se o relato de Manuel Antônio de Almeida sobre estas *qualidades*: “Não havia beco nem travessa, rua nem praça onde não tivesse passado uma façanha artística do Sr. major para pilhar um garoto ou dar caça a um vagabundo. A sua sagacidade era proverbial, e por isso o seu nome incutia um grande terror em todos os que não tinham a consciência muito pura a respeito de falcatruas.” (*Memórias de um Sargento de Milícias*. 2004, p. 45).

<sup>367</sup> Sobre o tema, Capítulo 2.

<sup>368</sup> Ai se teria um silogismo, no âmbito do Direito Penal, conforme apresentado por SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal*: parte geral. Curitiba: ICPC ; Lumen Juris. 2006, p. 65-66.



públicos, sejam eles civis, militares estaduais ou das forças armadas, e até da híbrida Força Nacional de Segurança.

No que passa a ser um exercício político da *polícia*, a Primeira República começa a assistir a gestão da ordem pública como função primordial da polícia, que sob os auspícios de uma pretensa cientificidade, de forma disciplinar e profissional poderia identificar potenciais criminosos, vigiar a população e prevenir distúrbios públicos. Mais do que identificar criminosos, poderia reconhecê-los pois são “sempre os mesmos”, o que seria representado por frases como “eu sei que já vi você antes.”<sup>369</sup>

Capitão Nascimento, o mocinho-bandido dos filmes “Tropa de Elite” tem fortes amarras atávicas que lhe forneceram o manual-não-escrito da *cultura policial* que vitima não só *inimigos*, mas “pessoas-de-bem”. Representa, ambigualmente, a *polícia* que a *classe senhorial* quer (a da *corrupção*) e a que apenas as *classes perigosas* conhecem e temem (a da *tortura*). Em suas abordagens diferencia as “categorias de pessoas”<sup>370</sup>, tanto que os próprios alvos se apresentam ao policial como trabalhador, pai de família ou estudante, no sentido de livrar-se do que está reservado aos “traficantes” e “bandidos”.

Parece existir nas polícias um código não escrito de conduta: praticado pelos agentes, negado pelo Estado, desejado pela população. É comum, quase uma função, a polícia “tirar o sujeito”, ou seja, classificar o sujeito segundo critérios policiais.<sup>371</sup> Mas esse manual pode ser escrito e até mesmo ensinado nas Escolas de Polícia, como já se viu.

A própria crônica policial é que auto-referencia suas práticas, as quais renovam-se com um ar teórico, quase científico. Começa-se, entretanto, a adotar essa *cultura*, como o modo único – não fraterno, desigual e arbitrário – de

---

<sup>369</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 63.

<sup>370</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 59.

<sup>371</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 53-54.

aplicação de uma “solução final”, mesmo que desastrosa, para acabar<sup>372</sup> com o *inimigo*. Não se distancia do binômio redutor e tampouco os aproxima de uma perspectiva humanista (desde o ponto vista histórico) o que pode contribuir para uma outra visão desses mesmos agentes públicos, inclusive sobre as possibilidades de uma distinta concepção: de e sobre as atividades de *polícia*.<sup>373</sup>

Há o personagem que conta os “casos de polícia” e quem quiser que aprenda com ele; só os “bons” aprendem.<sup>374</sup> E a própria polícia que “entende de bandido” é que desenvolve técnicas de vigilância e procedimentos de investigação dando ensejo ao paradoxo da *polícia*.

As “categorias policiais” restam fincadas nas raízes sociais e como teria dito um Delegado da Polícia Civil ao próprio Kant de Lima “todo mundo tira todo mundo”.<sup>375</sup> Classificar o sujeito, no relato do Delegado, “é fundamental para orientar as práticas policiais e a maneira pela qual a lei será cumprida ou não.”<sup>376</sup> Aí aparecem as diferenças entre “doutores” e “marginais” numa tarefa “antropológica”<sup>377</sup> que a remete a uma raiz biologicista lombrosiana. O que faz com que se use mesmo uma linguagem, em relação aos autores de crimes, de

<sup>372</sup> Como se fosse uma executivização do sistema penal; uma *justiça sem processo*. Linha Direta é o exemplo por excelência da executivização do sistema penal e do mito da mídia cidadã. (MORETZSOHN, Sylvia. *O caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. Ano 7, n. 12, 2º semestre de 2002, p. 291-316; MENDONÇA, Kleber. *A não-voz do criminoso: o Linha Direta como crônica moral contemporânea*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. Ano 7, n. 12, 2º semestre de 2002, p. 319-323).

<sup>373</sup> ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo | FAPESP. 2010, p. 302 e ss.

<sup>374</sup> Neste sentido, Roberto Kant de Lima (*Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 70 e ss) assim se refere quando trata da “produção e da reprodução da cultura policial e a tradição da polícia”, com um modelo individual em que a prática não é nem da polícia e nem dos policiais, mas sim de um policial, que mostra sua *ética*. O autor esclarece que, nesse contexto, *ética* não está sendo usada como *moral*.

<sup>375</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 78 e ss.

<sup>376</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 54.

<sup>377</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 56/57.

natureza biopatológica (verme, micróbio, câncer social, doente) ou zoológica (inseto, besta ou animal).<sup>378</sup>

Do desempenho de suas atividades, o binômio *tortura + corrupção* como o que a caracteriza deflui quase como se fossem o real de seus atos, os únicos modos pelos quais operam. Como mito ou como realidade transitam numa história de *polícia*.

#### 1.2.5.1. Da tortura: “bandido bom é bandido morto”

O legado da *inquisição* parece ter sobrevivido incólume à transição histórica brasileira; sua resistência histórica pode ser atribuída ao aprimoramento e prática constantes, por vezes – inclusive – desejado e incentivado pela população, até mesmo aplaudido por ela, para muito além de que era algo próprio da ditadura. Salvo uma ou outra cena chocante, ou que acaba por atingir alguém que não corresponde ao imagético da delinquência.

A vulnerabilidade e a condição indefesa do *outro* facilitam não só a prática da *tortura*<sup>379</sup> como o alcance do fim a que ela parece servir historicamente, numa visão tradicional de que se deve obter *a verdade dos fatos*: a formação da *culpa* por meio da confissão.<sup>380</sup> “Esta prática está tão profundamente arraigada na rotina da polícia que quando a polícia é impedida de usá-la, o fracasso da investigação é quase certo.”<sup>381</sup>

<sup>378</sup> Observação de Eduardo Galeano ao analisar a entrevista do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 1982, ao se manifestar sobre quando a morte de uma pessoa por um policial: matou “um verdadeiro *micróbio social*” ao se referir a um suspeito de furto que foi morto com dois tiros nas costas, e o “assunto foi arquivado.” (O grande perigo do fim de século. In *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket. 2011, p. 81).

<sup>379</sup> Conferir observação acerca do cuidado ao se apropriar do conceito de *tortura* olhando tempos e espaços tão diferentes: MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2005, p. 108.

<sup>380</sup> THOMPSON, Augusto F. G. Reforma da polícia: missão impossível. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora Ano 5 – Números 9 e 10. 1º. e 2º. semestres de 2000, p. 245.

<sup>381</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 84.

As entrevistas que Kant de Lima faz com alguns delegados de polícia indicam como esse método é percebido por alguns policiais: “... a polícia usa a tortura para extrair a confissão quando ela já tem certeza de que o suspeito é culpado.”<sup>382</sup> Outro delegado lhe dissera “a confissão é tudo para a polícia”.<sup>383</sup>

O cenário atual, entretanto, desde o final do século passado, aponta para uma contínua atuação estruturalmente violenta<sup>384</sup> que agora não usa mais a *tortura* como meio, mas sim como fim: não se quer obter provas sobre o crime e sim combater o criminoso (como o mal em si) a qualquer preço, pois dirigida a quem ocupa a imagem do *delinquente*, normalmente autores de crimes contra o patrimônio.<sup>385</sup> Mas essa tecnologia também pode ser usada nos traficantes, naquilo que imagetivamente está comunicado como *guerra ao tráfico*, cujo ápice está nas ocupações feitas pela Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro ou Unidades Paraná-Seguro.

Pessoas já presas parecem ser o alvo mais vulnerável às práticas de *tortura* e o fato é de que a *tortura* não é – de fato – mais o meio senão o fim, pois que lá não se está a investigar. O episódio conhecido como “Caso do Presídio Urso Branco” é exemplo recente de graves violações de direitos humanos, praticadas por agentes penitenciários<sup>386</sup> e não por policiais, na Casa de Detenção José Mário Alves da Silva, em Rondônia, o qual levou o Brasil a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.<sup>387</sup>

<sup>382</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 40.

<sup>383</sup> LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 1995, p. 83.

<sup>384</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 180. O autor destaca, na sua condição de Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a análise dos processos internos em face das ocorrências nos casos Candelária e Vigário Geral.

<sup>385</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 175.

<sup>386</sup> A respeito das relações entre agentes penitenciários e presidiários a partir do *locus* da prisão: MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. 2005.

<sup>387</sup> Data da Resolução: 02/05/2008 - CIDH – Brasil – Medidas Provisórias – Urso – Branco – Rondônia – Violência – Segurança – Internos – Ordem – Disciplina – Isolamento – Maus tratos – Integridade pessoal – Superlotação – Abuso sexual – Propostas pedagógicas – Prisão – Penitenciária – Leitões. Legislação citada: Convenção Americana (arts. 8.1, 11, 16, 25, 28, 50, 62.3, 63.1), Regulamento da Corte (arts. 29, 31, 37.6, 56 e 58). Disponível em <http://dspace.cjf.local/jspui/handle/1234/45027>. Acesso em: 18 mar. 2013.

Sobre o uso de *tortura* pela *polícia* em relação aos presos verifica-se que há maior condescendência popular sobre o uso da violência, conforme a “Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010”, realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP):

A intervenção da polícia em uma rebelião em um presídio, em comparação às outras situações expostas acima, é a que mais divide opiniões nos dois períodos, mas prevalecendo o apoio a um maior uso da força. A maioria dos entrevistados em 2010 (86,6%) entende que a polícia deve intervir nesse tipo de situação de três maneiras principalmente “prender os mais exaltados sem usar armas”, “atirar e não matar” ou “usar o cassetete”. Entre todas as situações apresentadas, a rebelião em presídio é a situação em que os entrevistados mais esperam que a polícia atire e mate (5,4%).

...

Quanto ao uso da força por parte da polícia, a boa imagem e as boas expectativas em relação às forças policiais podem ser a razão pela qual as pessoas apoiem ações menos violentas para situações cotidianas da atividade policial. Em geral, os entrevistados demonstram um posicionamento negativo perante a possibilidade de uma atuação mais violenta pela polícia, tanto nas questões de invasão de imóvel domiciliar, quanto com relação ao uso de agressão e de desferir tiros contra um suspeito, mesmo que ele esteja armado. Isso indica maior apoio às ações policiais que preservam os direitos civis e integridade das pessoas, apesar dessas porcentagens terem sido menores em 2010.

O mesmo ocorre em relação ao uso da força no controle social. Os entrevistados demonstram uma tendência em reconhecerem, cada vez mais o direito de greve e manifestação, ao indicar que a polícia não deve interferir nessas ocasiões. Da mesma forma, o apoio à força mínima para ações de controle do comércio de rua e de ocupações de terra também revela essa maior intolerância às ações violentas da polícia, com exceção dos casos de ocupação de terras que, em alguns estados, ainda são motivos de divergências quanto ao modo como a polícia deve proceder. As rebeliões em presídios, por sua vez, são as situações em que os entrevistados demonstram mais diversidade de opiniões, com a presença de apoio a ações violentas, indicando que os direitos de pessoas que cumprem pena ainda são passíveis de divergências em todo o país.<sup>388</sup>

<sup>388</sup> Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em 17 mar. 2013, p. 186-188.

A mesma pesquisa também enfrentou, além da questão da violência policial em face dos presos, o grau de admissibilidade por parte dos entrevistados quanto ao uso propriamente da *tortura* como modo de agir dos agentes de Estado. Os resultados registram uma tendência da população em flexibilizar, inclusive, a admissão de provas obtidas por esses meios pelos Tribunais.

Outra forma de medir o apoio ao direito à proteção contra a tortura foi através de uma escala com um item: “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”. Novamente os entrevistados deveriam dizer se concordam ou discordam da frase e o quanto concordam ou discordam. Como esta frase também fora usada em 1999, é possível comparar os dados.

Ocorreu em 1999 uma clara discordância da frase em todas as faixas de idade. A discordância foi maior na faixa de 30 a 39 anos (75,3% de discorda totalmente) e menor na faixa de mais de 60 anos (66,2% de discorda totalmente). Em 2010, a maioria continua a discordar totalmente mas é uma maioria mais fraca (52,5%) . A maior discordância é de 56% e ocorreu entre aqueles na faixa etária de 60 anos ou mais, enquanto a menor discordância (49,5%) ocorreu entre os mais jovens, com idade de 19 anos ou menos. Nas capitais em 1999, a posição discorda totalmente foi fortemente majoritária com uma exceção: em Manaus a discordância total foi de 43,9% a menor da amostra, ainda assim a tendência dos entrevistados nesta cidade foi de discordar da frase.

Em 2010 esta situação se alterou bastante: discorda-se desta frase, de modo menos forte que em 1999, em sete das capitais, sempre com valores ao redor de 50%, discorda-se fracamente (somando-se com o “discorda em parte”) em outras três e em Porto Velho ocorreu uma inversão onde uma maioria (somando-se em parte com total) passou a concordar com a frase.<sup>389</sup>

Os resultados indicaram, também, uma tendência significativa em admitir o uso regular de tortura como meio de investigação ou de abordagem:

Solicitou-se também aos entrevistados que apontassem o que deveria fazer a polícia, caso prendesse pessoas praticando uma série de delitos, ou seja, qual deveria ser a ação da polícia em relação a cada um dos suspeitos.

Qual deveria ser a ação da polícia para cada uma delas: SE alguém fosse pego roubando um motorista no semáforo Alguém suspeito de participar de

---

<sup>389</sup> Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em 17 mar. 2013, p. 305.

uma gangue de seqüestradores Alguém suspeito de ser estuprador SE alguém fosse pego usando drogas SE alguém fosse pego vendendo drogas

Alternativas: 1 – Bater para obter informações; 2 – Ameaçar com palavras para obter informações; 3 – Interrogar sem usar de violência ou maus tratos; 4 – Ameaçar membros da família para obter informações; 5 – Deixar sem água nem comida; 6 – Dar choques/ queimar com pontas de cigarro; 8 – Nenhuma destas; 9 – Não sabe/não opinou

São apresentadas, nos quadros abaixo, as respostas para as ações: “interrogar sem violência”, “dar choques/queimar com ponta de cigarro”, “ameaçar membros da família para obter informações”, “bater para obter informações”, “ameaçar com palavras para obter informações” e “deixar sem água ou comida”. A resposta mais freqüente é a de “interrogar sem violência”; a esta seguem, em ordem de freqüência, as respostas “ameaçar com palavras”, “bater”, “deixar sem água ou comida”, “dar choques/queimar com ponta de cigarro” e “ameaçar membros da família”. As freqüências variam de acordo com o tipo de delito atribuído ao suspeito: roubo de motoristas em semáforos e uso de drogas são os delitos menos associados a maus tratos. Ainda assim, quase 1/3 dos entrevistados acham que a polícia, mesmo nestes casos, deveria usar de algum tipo de ação que pode ser tipificada como tortura: 32,1% (roubos) e 32,3% (uso de drogas). No caso de suspeitos de estupro, este percentual sobe para cerca de 40%. O segundo percentual mais elevado observado foi para suspeitos de tráfico de drogas: 38,8% dos entrevistados admitem o uso de alguma violência/maus tratos e, por fim, a pergunta referente aos suspeitos de participar de uma gangue de seqüestradores, situação na qual 36,2% dos entrevistados julgam que a polícia poderia usar de métodos não legais para obter informações.

Os resultados mostram que, quanto mais jovem o entrevistado, maior a tendência a responder utilizando algumas das opções que envolvem maus tratos. Os casos de suspeita de estupro, assim como visto anteriormente nas perguntas sobre atribuição de penas, são aqueles nos quais os suspeitos poderiam receber o pior tratamento durante a investigação policial. No caso do suspeito de estupro apenas 50,6% dos entrevistados disseram que ele deveria ser interrogado “sem violência ou maus tratos”, de forma que as alternativas com uso de algum grau de maus tratos quase se equivalem a este percentual. Outros dois suspeitos passíveis de tortura são os membros de uma gangue de seqüestradores e traficantes de drogas, sendo estes últimos principalmente do ponto de vista dos entrevistados mais jovens.

Belém e Fortaleza são as duas cidades onde menos foi escolhida a opção de interrogar sem usar violência. Em Belém isto ocorreu para todos os suspeitos, já em Fortaleza, aqueles que mais podem ser interrogados com alguma violência são os seqüestradores, os estupradores e os traficantes de

drogas. Outras cidades apresentaram baixas frequências apenas com relação a interrogar sem violência o suspeito de ser esturador. Em Belo Horizonte uma segunda categoria de suspeito torturável é a dos seqüestradores e em Salvador, é a dos traficantes de drogas.

Nas cidades acima há maior frequência de uso das alternativas dar choques e ameaçar membros da família para os suspeitos citados. Surpreendem os 10,3% de respostas de dar choques e queimar com ponta de cigarro um suspeito pego vendendo drogas em Salvador.

Estes dados exigem mais cruzamentos entre as diferentes questões que tratam da tortura para que se possa ter uma visão mais clara de quem apóia a tortura e porque apóia. O que os dados mostram é que há muito mais ambivalência a respeito do uso da tortura do que muitas respostas parecem indicar. O certo é que a tortura, nestes casos específicos, nada tem de dilemática: os casos apresentados não se referem a uma escolha entre torturar para obter informações de modo a prevenir a tempo um mal maior. Ou seja, não se estaria buscando informações para impedir que um grave delito com perdas de vida venha a ocorrer, como por exemplo, evitar que uma bomba exploda ou que um ato de terrorismo seja praticado. A situação que mais se aproximaria destas seria aquela que envolvesse alguém suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores.

É possível que neste caso os entrevistados tenham entendido que o que se esperava da polícia é que esta procurasse obter informações que permitissem localizar um local de cativo, por exemplo, e salvar uma vida, de modo que a escolha estaria, em tese, entre obedecer os limites e interditos legais e correr o risco de perdas de vida ou utilizar destes métodos como um “atalho”. Mas a pergunta não dizia ser este o caso, mas que se tratava de um suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores. Nenhuma das situações arroladas indicava que a polícia estaria em uma situação excepcional, tais como as apresentadas em vários contextos debatidos na literatura e conhecidos como “*ticking bomb*” envolvendo uma necessidade premente de informação, dado o alto grau de certeza que o suspeito possui. As informações a que se referiam a questão são de investigação de rotina, aqui parece mais tratar-se de usar da tortura e dos maus tratos como punição de suspeitos.<sup>390</sup>

Interessante observar que a população – e a pesquisa acima referida daria conta disso – parece se sentir pouco responsável ou sem nenhum contributo com o que se quer ou o que se faz pelas mãos das polícias. Mais: que de dez anos

<sup>390</sup> Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em 17 mar. 2013, p. 307-308.



para cá (entre 1999 e 2010) houve significativo aumento do percentual de pessoas que admitem práticas regulares de tortura, como meio ou como fim. Uma civilização que se flexiona à barbárie.

Em outro episódio igualmente emblemático, conhecido como Caso Carandiru, em que cento e onze presos foram mortos por policiais militares, em operação policial comandada pelo, a época, major Ubiratan Guimarães isso pode ser percebido. Para além do julgamento dos policiais envolvidos, ainda em fase de conclusão, vale registrar que Ubiratan Guimarães foi eleito como deputado por São Paulo, tendo como número de campanha política o “111”. Em seu sítio eletrônico, à época, uma das frases que aparecia era “bandido bom é bandido morto”. Além de outras, como o incentivo à redução da maioridade penal.

Essa frase “bandido bom é bandido morto” está, entretanto, em voga e ganhou o mundo virtual. Apesar de certa cautela nas informações e opiniões que aparecem nos meios eletrônicos, vale registrar que, no perfil oficial do *facebook* do BOPE/PMPR - Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Paraná<sup>391</sup>, tal expressão aparece postada diversas vezes ao lado de outros comentários de mesmo sentido. Veja-se o exemplo de notícia recente, postada em 06 de março de 2013:

INDIVÍDUO ATIRA CONTRA RONE E ENTRA EM ÓBITO APÓS CONFRONTO.

Em patrulhamento na região do bairro Parigot de Souza, uma equipe da RONE, pertencente ao Batalhão de Operações Especiais, deparou-se com um elemento em atitude suspeita, após a equipe perceber algo na cintura do indivíduo o mesmo empreendeu fuga para um matagal, na sequencia os policias adentraram ao matagal para realizar a abordagem, sendo assim o mesmo revidou com disparos de arma de fogo, e no revide da injusta agressão o suspeito de aproximadamente 35 anos foi alvejado.

Foi solicitado à presença do SIATE para socorrer o suspeito, que por fim não resistindo aos ferimentos veio a óbito. Com o marginal foi apreendido um revolver calibre .38 de quatro polegadas, sem mais a fazer foi acionado os órgãos competentes para procedimento.

---

<sup>391</sup> Disponível em <http://www.facebook.com/pmpr.bope>. Acesso em 29 mar. 2013.

Dos comentários postados por policiais militares e por outros “amigos” da página, vale destacar:

“padrão!!! menus 1”; “Menos 1”; “o importante que ta morto esse feladaputa!!; Ainda gastaram tempo e dinheiro com o siate!!!”; “Parabéns pela ação, a população pede bis e bis até acabar essas imundice!!! E quem não gostar que adote um bandido e leve pra casa...Fora o risco que correm os policiais!!!!”; “parabens a equipe...menos um....”; “Entra em óbito...” kkkkkkkk”; “parabens a guarnição de serviço.excelente trabalho”; “Bandido Bom é Bandido MORTO. RONE”.

Em outra notícia, na qual o BOPE/PMPR teria prendido alguns acusados de roubo, tendo vitimado fatalmente dois dos envolvidos, postada em 30 de dezembro de 2012, vejam-se os comentários:

“menos 2.... parabens ao BOPE, os outros 4 deveriam ir junto pro colo do capeta!!! vamos ficar sustentando na cadeia!!!!”; “PARABÉNS. BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO!”; “deviam ter ido todos ao encontro do capeta...”; “PARABÉNS; GALERA;;;que pena que não foram todos p fita,,,”; “Bandido bom é bandido morto e enterrado em pé para não ocupar espaço no cemitério”; “ai sim a rone apavora os malacos PARABENS GUERREIROS DO BEM”; “a caveira sorriu mais uma vez. .. desta vez ate as orelhas. .. RONE !!!”; “Menos dois. É isso aí. Azeitonas neles. parabens,guerreiros mas sem falsa demagogia da proxima vez matem todos, não deixem estes vermes irem pra cadeia e fazerem quadrilhas lá dentro e acabar ainda mandando matar policiais como acontece em são paulo, parabens RONE, vcs orgulham a corporação.”; “parabens a toda equipe. mais pode ser melhor se todos estiveser ido p vala ai seria barca cheia.”; “Parabéns, pena que a limpeza ocorre numa velocidade menor que a do lixo que se cria. Pena a grávida, filho de cobra é cobra. Sucesso e saúde a todos.”

As cantigas entoadas por esses grupos especiais como o BOPE/PMRJ – Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e a ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar da Polícia Militar de São Paulo são bastante significativas. Foram amplamente criticadas recentemente pelo

Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, no episódio já referido (que culminou na proibição do uso da “caveria” como símbolo), em particular, o uso de “jargões em músicas ou jingles de treinamento que fazem apologia ao crime e à violência, com a escusa de que os policiais se sentem mais estimulados para o trabalho.”<sup>392</sup> Algumas cantigas indicam exatamente isso:

*Comandos, comandos,  
e o que mais vocês são?  
Somos apenas malditos cães de guerra,  
somos apenas selvagens cães de guerra.*

E mesmo a cantiga conhecida como o *rap* da ROTA, feita pelo Sargento Lago:

*Tem boina negra, nervo de aço,  
braçal de couro leva no braço...  
Não da sossego pro inimigo, a viatura?  
Embaçada é apelido!!!!*

As críticas não eram novas, já teriam sido feitas anteriormente. Mas vale registrar o interessante episódio ocorrido num bairro nobre do Rio de Janeiro, onde os moradores teriam relatado o “susto” que levaram com a altura dos gritos com que treinavam os policiais do BOPE e não propriamente com o conteúdo do que gritavam. Foi notícia de Jornal, cuja reportagem tinha o seguinte título “Gritos de Guerra do BOPE assustam Parque Guinle”. A cantilena dizia:

*O interrogatório é muito fácil de fazer  
pega o favelado e dá porrada até doer  
O interrogatório é muito fácil de acabar  
pega o bandido e dá porrada até matar*

[...]

*Bandido favelado  
não se varre com vassoura*

---

<sup>392</sup> Reportagem de Hermes Luna, veiculada em <http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/policia/policia-militar/2013/03/21/NWS,221422,8,160,NOTICIAS,2190-APOS-POLEMICA-CAVEIRA-RETIRADA-FARDA-BOPE-PARAIBA.aspx>. Acesso em 23 mar. 2013.

*Se varre com granada  
com fuzil, metralhadora.*<sup>393</sup>

Isso não está apenas nas cantigas, mas na mensagem do que significam esses grupos de elite. Palavras proferidas por um dos instrutores do BOPE dão o tom: “você foram feitos para caçar e não para serem caçados na rua.”<sup>394</sup>

O fenômeno linguístico como elemento do discurso é também busca de sentido. Sua origem e sua finalidade, segundo Claude Lévi-Strauss, podem permitir o conhecimento de uma estrutura geral, entretanto são mais difíceis de compreender.<sup>395</sup> O que se pode observar do sistema de parentesco<sup>396</sup>, que não pretende apenas estabelecer uma nomenclatura (como sistema terminológico), é a relação entre os indivíduos ou classes de indivíduos. E quando se trata da instituição policial e dos próprios policiais, enquanto indivíduos ou classe de, os elementos ofertados por Lévi-Strauss são relevantes.

Para o autor, essa consideração implica em atitudes, que não tem necessariamente uma característica afilial, senão também institucional. As cerimônias, regras fixas, sanções (as quais estão presentes nas instituições policiais), e os sentimentos, direitos ou deveres (componentes dos sistemas de atitudes; sistemas que possuem entre si uma profunda diferença)<sup>397</sup> encontram no parentesco um simbolismo, como no campo linguístico.<sup>398</sup>

A *linguagem* como fenômeno social fornece, segundo Claude Lévi-Strauss, dois caracteres importantes para o estudo científico: i) todas as condutas linguísticas situam-se no nível do pensamento inconsciente e ii) a linguagem é

<sup>393</sup> MENEGAT, Marildo. Quem decidiu esta Guerra em que Todos Morremos? In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). *Criminologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005, p. 56.

<sup>394</sup> Notícia do Jornal O Dia, 18. Out. 00, primeira página. Florilégio. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 7, Número 12, 2º. semestre de 2002. Rio de Janeiro: Revan, p. 316.

<sup>395</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 6a. ed. Trad. de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão etnológica de Júlio Cezar Melatti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003, p. 51.

<sup>396</sup> Para Claude Lévi-Strauss, “o parentesco não é um fenômeno estático; só existe para se perpetuar” (*Antropologia Estrutural*. 2003, p. 65). E quem dá esta dinamicidade é a criança (*Antropologia Estrutural*. 2003, p. 64).

<sup>397</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 2003, p. 53. Ainda afirma o autor: “O sistema de atitudes constitui antes uma integração dinâmica do sistema terminológico.” (*Antropologia Estrutural*. 2003, p. 55).

<sup>398</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 2003, p. 69.

fruto da elaboração coletiva. Perspectiva em que o autor considera que as regras de conduta e os sistemas de parentesco operam como linguagem: “um conjunto de operações destinadas a assegurar, entre os indivíduos e os grupos, um certo tipo de comunicação.”<sup>399</sup> Tal observação é imprescindível para se pensar numa *linguagem* policial, muito além de gírias, ditos ou músicas, mas no aspecto *simbólico* que carregam, tanto nas referências sobre si e os seus colegas, como para se referir aos outros, especialmente sobre as pessoas acusadas de crime.

Ainda no campo da cultura, para colocar em xeque a polaridade *civilizados x primitivos*, anuncia Lévi-Strauss um novo problema: “excluindo-se a consideração do passado, que caracteres formais, afetando sua estrutura, distinguem as sociedades ditas primitivas daquelas que chamamos modernas ou civilizadas?”<sup>400</sup>

O *simbólico* que pode ser extraído daí, no que o autor chama de *sentido*, parece essencial para o presente texto, desde a questão da *linguagem* como elemento que identifica uma *cultura*. Mais ainda: no que é um modo de proceder (ou seja, como procede a *polícia*), seu sistema de atitudes, os mitos e os ritos que um policial ou grupos de policiais se permitem considerar e praticar. Mas também o que se espera do policial e de seu grupo.

As considerações de Lévi-Strauss também parecem ser relevantes para se considerar o que o rito em que se envolve e desenvolvem-se as atitudes pode representar, como irá ponderar Roberto DaMatta no que toca às paradas militares. O *simbólico* do *militarismo* e da *guerra* pode talvez – pela sua permanência – ajudar a compreender algumas das marcas que contornam uma *história* das instituições que exerceram *funções de polícia* no Brasil.

Não se poderia, entretanto, deixar de se levar em conta uma percepção social de que a tortura policial está destinada ao *outro*, o que faz com que ela seja menos reprovada pela população em geral – conforme indicou a pesquisa citada

---

<sup>399</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 2003, p. 77. A partir de onde se poderia buscar a origem da própria linguagem e que levará também a considerar a relação entre linguagem e cultura; problemas “dos mais complicados que existem.” (Obra citada, p. 86). E a questão é se aparecem como produto, como parte ou como condição.

<sup>400</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. 2003, p. 124.

– do que a corrupção, como o segundo componente do binômio que estaria a caracterizar as polícias.

Vale mais uma vez lembrar a questão do símbolo da “caveira”, que às vezes aparece com uma espada traspassada. Aliás, é um signo que acompanha vários desses grupamentos especiais, não apenas nas fardas e nas boinas, mas nas tatuagens próprias e identitárias, exclusivas para os que compõem esses grupos.

Daí pode-se observar que há um discurso *civilizatório*, higienista até, que é sustentado por práticas rudes e bárbaras tais como aquelas que a Carta Régia de D. Pedro II de Portugal, de 1700, pretendia coibir como maus-tratos impostos aos escravos. No final do século XVIII, em 05 de março de 1790, seria publicada lei que proibia a tortura afirmando que era “a mais segura invenção para castigar um inocente fraco e para salvar um culpado robusto, ou para extorquir a mentira de ambos”.<sup>401</sup>

Todavia, nem a Declaração dos Direitos Humanos, nem o Comitê contra Tortura e a Convenção Internacional para prevenir e reprimir a prática de tortura nem a Constituição da República, nem a própria Lei da Tortura (Lei n. 9.455/97), aprovada às pressas pelo caso de tortura policial com a execução dos envolvidos, conhecido como o episódio da Favela Naval de Diadema, fizeram-na desaparecer dos desejos e das práticas do sistema de justiça criminal.

Roberto Kant de Lima – partindo de algumas considerações feitas por Roberto DaMatta – enfatiza que é preciso ter em conta o sistema processual em que tais instituições estão inseridas (acusatório ou inquisitório, nos quais se inserem o inquérito e o sistema judicializado<sup>402</sup>). Isso pode trazer “características de processos culturais, mais amplos, nem sempre explicitados pela cultura a que pertencem.”<sup>403</sup> Neste ponto, o autor ressalta uma ambiguidade (a qual aparece também nos princípios a serem seguidos, nos métodos adotados, nas punições aplicadas por essas instituições policiais) que preocupa: a ideia de que se está

---

<sup>401</sup> BATISTA, Nilo. Tortura nunca mais – ou para sempre? In *Punidos e Mal Pagos*: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 111.

<sup>402</sup> A expressão usada por Roberto Kant de Lima não está construída no sentido rigorosamente técnico que se daria a ela pelos processualistas penais.

<sup>403</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 39.

diante de um sistema *misto*<sup>404</sup>, o que revela que o sistema que pugna pela ordem é o que detém um potencial desestruturador da própria ordem.<sup>405</sup>

Meu objetivo é mostrar como as práticas da polícia, percebidas pela cultura jurídica e pela cultura policial como características da polícia, resultantes de sua *prática*, são informadas por representações hierarquizadas e holistas da sociedade, presentes na cultura jurídica e em nosso pensamento social sob a *forma* de processos inquisitoriais de produção e reprodução de certezas e verdades que levam à resolução de conflitos.<sup>406</sup>

Tal análise, como pondera Kant de Lima, será feita a partir do contraste e não da semelhança olhando as concepções de “*ordem, lei, obediência, disciplina, repressão, etc.*”<sup>407</sup>, aliadas às concepções hierárquicas e igualitárias; análise que também considera como as instituições policiais afastam-se do controle externo da sociedade e do próprio controle interno, muito pela ausência de critérios explícitos de atuação. Aí existiria, para Kant de Lima, uma *tradição inquisitorial* “levada de mão em mão”.<sup>408</sup> E é no contraste entre o procedimento de “busca da verdade” do sistema inquisitorial e do acusatório que Kant de Lima pondera restar confirmada esta *tradição inquisitorial*.<sup>409</sup> Tradição que gravita nos meios policiais e nos fóruns criminais como uma espécie de iminência parda, interferindo nas decisões, mas não aparecendo propriamente.

<sup>404</sup> A mesma observação feita na Nota n. 381, acerca do rigor técnico da expressão “sistema misto”, tanto também pela crítica de que tal sistema misto seja passível de concepção.

<sup>405</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 42. Sobre os sistemas processuais, em sentido técnico: ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 223-231; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema Acusatório: Cada Parte no Lugar Constitucionalmente Demarcado. In Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei n.º 156/2009, do Senado Federal). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 1-19.

<sup>406</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 42.

<sup>407</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008 p. 40.

<sup>408</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 42.

<sup>409</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 43-50.

Por derradeiro, vale lembrar que a Constituição da República de 1988 proíbe expressamente a prática de tortura, mas ela tem seguido de algum modo reiterada. Seu par tem sido, também há tempo, a corrupção.

#### **1.2.5.2. Da corrupção: entre o *jeitinho brasileiro* e o *sabe com quem está falando***

Embora até o momento da Assembleia Nacional Francesa seja difícil identificar instituições ou pessoas que tivessem desempenhado um “papel policial”, como atualmente se concebe, alguns sinais permitem colher ensaios acerca de sua concepção. A questão da corrupção pode ser desde aí inserida no exemplo dos títulos de familiatura negociados indevidamente ou mesmo do mau uso destes títulos indicam quase uma *cultura de corrupção*.

Mais adiante, agentes demitidos e não processados mantinham contatos políticos em proveito próprio, até que em 1889, o Chefe de Polícia emitiu ordem cancelando as identificações de policiais, porque muitos chegavam a se passar por agentes da ativa, efetuando prisões, para – mediante suborno – liberar em seguida os presos.<sup>410</sup>

Entretanto, para além do que poderia ser uma herança ibérica – violenta e corrupta – a tentativa de fazer do ‘brasil’ Brasil, como propõe DaMatta, exige uma atividade relacional que conta ao mesmo tempo com o novo e o moderno, mas também com o antigo e o que se tem há anos. Para essa análise sócio-antropológica, o autor lança mão de dois espaços que “dividem a vida social brasileira” e “onde estão teoricamente, o trabalho, o movimento, a surpresa e a tentação”<sup>411</sup> (fundamentais para o presente texto): a *casa* e a *rua*. “A rua

<sup>410</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 49.

<sup>411</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco. 1986, p. 23.



compensa a casa e a casa equilibra a rua.”<sup>412</sup> Mas “não posso transformar a casa na rua e nem a rua na casa impunemente. Há regras para isso.”<sup>413</sup>

DaMatta considera que é na *casa*, não como espaço físico apenas e sim como lugar singular e moral, residência e espaço ligado numa forte moral, em que estão os conceitos de *vergonha*, *honra* e *respeito* especialmente ligados com as “famílias bem definidas e com alto sentido de casa e grupo”<sup>414</sup>. Esse *lugar* aconchegante e de relações calorosas inclui e exclui; inclui não só os membros da família “típica”, mas outros parentes e amigos, até mesmo pessoas estranhas, animais e plantas. Neste espaço moral, há um lugar especial para as visitas, que é a sala ou a sala de visitas, onde se abre a *casa* para os estranhos, e no qual se realiza um ritual de “requintes quase barrocos”.<sup>415</sup> É a sala de visitas, com outros espaços “arruados”, que aproxima a *casa* da *rua*.

A *casa* seria como uma metáfora da própria sociedade brasileira, que congrega pessoas e não indivíduos<sup>416</sup>. A identidade social que aí se funda não é algo da ordem prática, mas de sua “ordem mais profunda e perene”<sup>417</sup>; aí estão os símbolos para diferenciar e para ser único. “Algo que contrasta terrivelmente com a morada coletiva das prisões, dormitórios, alojamentos e hotéis e motéis, onde não se pode efetivamente projetar nas paredes, nas portas, no chão e nas janelas a nossa identidade social.”<sup>418</sup> Da *casa*, exclui-se o comércio; a política ocupa apenas os lugares marginais das varandas e dos quintais.

Na *rua* – lugar do anonimato, do indiferenciado e do desconhecido – está a “dura realidade da vida”<sup>419</sup>; imperam suas leis e sua polícia; transita um sentido negativo de trabalho (como tortura) e de cidadania<sup>420</sup>. Aqui transitam os malandros, marginais, meliantes, mesmo que “em casa possam ser seres

<sup>412</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. 1986, p. 31. O autor considera que a “casa” e a “rua” chegam a ser duas categorias sociológicas essenciais para a “compreensão da sociedade brasileira de uma maneira globalizada”. (*A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 14).

<sup>413</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 54.

<sup>414</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 1986, p. 24.

<sup>415</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 52.

<sup>416</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 53. Todavia, ressalta que a casa aí é concebida como uma entidade especial: é um santuário, um ninho e um espaço infenso.

<sup>417</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 1986, p. 27.

<sup>418</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 1986, p. 27.

<sup>419</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 1986, p. 29.

<sup>420</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 65-95.

humanos decentes e até mesmo bons pais de família”<sup>421</sup>; lugar moral em que está o “[...] nervosismo do confronto com o policial imbuído de sua autoridade legal, que nos trata como coisas e como indivíduos sem nome nem face, o reino é sinônimo de luta e sangue. Na *rua* não há, teoricamente, nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade.”<sup>422</sup> Seria mesmo uma tragédia, alguém ser tomado na *rua* de modo diferente do que é em *casa*.

As revistas e o *dar uma geral* da polícia podem ser exemplos nessa pesquisa para ilustrar o que diz DaMatta, como uma tomada do que o autor chama de pré-criminalidade<sup>423</sup> ou de que o cidadão brasileiro está sujeito ao poder brutal da polícia na *rua*.<sup>424</sup> Os vários indicativos fornecidos pelo Capitão Élio Manoel no “Manual de Policiamento Ostensivo” referem-se todos ao sujeito que está nas *ruas*, como espaço da vulnerabilidade. Embora já se encontre, sobretudo nas ocupações feitas em favelas uma transgressão aos lares, sob o apelo da “busca domiciliar”.

Segundo DaMatta, “todos sabemos, por experiência respeitável e profunda, que na rua não se deve brincar com quem representa a ordem, pois naquele espaço se corre o grave risco de ser confundido com quem é ‘ninguém’. E entre ser alguém e ninguém há um mundo no caso brasileiro”.<sup>425</sup> É na *rua* que se encontra um idioma mais frio, um discurso severo, com tom legal e jurídico: “é o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação.”<sup>426</sup>

No mundo brasileiro, ao tratar das “questões raciais”, especialmente dos mulatos como o modo invisível de difundir um profundo preconceito, o autor deixa entrever dois signos típicos usados para mediar as relações sociais. Um deles é a malandragem do *jeitinho brasileiro* daquele que “se vira” como Pedro Malasarte. Outro é o antipático *sabe com quem está falando*, próprio das *classes senhoriais*, detentora de outros signos que as singularizam e as autorizam a

<sup>421</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 55.

<sup>422</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 1986, p. 29.

<sup>423</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 59.

<sup>424</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p. 72.

<sup>425</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*, p. 31.

<sup>426</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 1997, p.19.

lançar mão desta hierarquia social<sup>427</sup>. Fato que ocorre particularmente na relação dos brasileiros com a operatividade das leis universais, que não raro nada tem a ver – conforme DaMatta – com a realidade social, mas que permite a coexistência entre malandros e autoritários, jeitosos e caxias.<sup>428</sup> Corrupção e autoritarismo poderiam daí emergir.

O fato contundente de nossa história é que somos um país feito por portugueses brancos e aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios. Os portugueses eram detentores de uma legislação discriminatória contra judeus, mouros e negros, muito antes de terem chegado ao Brasil, e quando aqui chegaram apenas ampliaram essas formas de preconceito.<sup>429</sup>

Apesar dos registros, inclusive legais, de contraponto a essas práticas, parece existir certo sentido *cultural* de corrupção que se cola às instâncias policiais. Às vezes favorecida pelo menoscabo do Estado com as suas várias polícias, prestigiando política e economicamente uma em detrimento da outra. Em outras ocasiões, a distinção de atribuições pode ser o mote para uma disputa entre os segmentos das polícias, polarizado – provavelmente por sua existência mais antiga – pelas polícias civil e militar.

O fato de nos anos 90 ter sido retirado da Polícia Civil carioca o poder de controle e vigilância do jogo do bicho, foi causa de ressentimento e frequentes reclamações dos policiais. O motivo real, segundo Marcos Luiz Bretas, era a redução da autonomia da polícia civil para negociar a aplicação de sua *ética*. Sua autonomia para aplicar ou deixar de aplicar a lei, baseada na capacidade de interpretar ou não um fato como crime, que passava a ser disputada em razão da superposição de funções com a polícia militar. O discurso, paradoxalmente, nas disputas entra as duas polícias passava por acusações mútuas de que a outra não

---

<sup>427</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 1997, p. 207-218. Expressão pela qual, segundo o autor, além de ser rico, é preciso ser *doutor e sábio*, ou tornar-se um *medalhão*; embora todos os estratos sociais possam contar com seus medalhões, inclusive os bandidos e a polícia. Para assim denominar-se é necessário ser “homem”, “figura” ou “personagem” (*Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 1997, p. 205).

<sup>428</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 1986, p. 43-46; p. 97 e ss.

<sup>429</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 1986, p. 46.

sabia bem cumprir a lei, o que implicitamente discutia o recebimento de dinheiro.<sup>430</sup> Dinheiro que pode fazer o sistema girar.

A tomada de solução das classes economicamente favorecidas para os seus problemas fez com que o Estado se sentisse confortável em não precisar adotar as políticas públicas sociais e de base para as classes populares, permitindo a um só tempo que o seu espaço geográfico fosse tomado por grupos criminosos oportunistas e pelas próprias milícias, formadas por policiais. A *corrupção* marca então esse sistema, estruturando e mantendo essa veia, mas de tal forma mimetizada, que poderia percorrer silenciosamente a hierarquia da polícia, do executivo e mesmo do judiciário.<sup>431</sup> A dificuldade para o pobre acessar a corrupção, também se estende ao criminoso “comum” incapaz de se beneficiar da corrupção ou da prevaricação.<sup>432</sup>

A corrupção policial pode vir então como herança do “jeitinho brasileiro” e da “administração parental” da coisa pública, que atravessa toda a sua hierarquia e associa-se ao crime organizado; proximidade que seria favorecida pelos seus baixos salários e pelas péssimas condições de trabalho.<sup>433</sup> Dessa precarização, práticas de corrupção invadem tanto a *polícia* de prevenção como a judiciária, mesmo que não necessariamente mediante o recebimento de dinheiro. Mas o fato de que policiais têm garantidas as refeições em dado estabelecimento comercial, pode implicar num atendimento mais rápido, em caso de uma ocorrência criminal. Ou mesmo de que é possível abastecer a viatura em tal posto de gasolina, mediante a mesma moeda.

A proximidade dos altos escalões das polícias e até mesmo do Executivo com as milícias, o jogo do bicho e o tráfico de entorpecentes vez ou outra é veiculada discretamente pela mídia, que logo arrefece. O modelo parental, que prestigia de um lado “o jeitinho brasileiro” e de outro “o sabe com quem está falando”, permeia, também, a atuação policial. A faceta da *corrupção* acaba dividindo o cenário com a *tortura*.

<sup>430</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 51.

<sup>431</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 127.

<sup>432</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 245.

<sup>433</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 119.

Os “bicos” (proibidos por lei) realizados por policiais, sobretudo as praças das polícias militares, mas conhecidos de todos geram, inclusive, uma moeda interna, negociada por meio de trocas de turno e dias de serviço, por exemplo. Tudo pela manutenção do silêncio.

A travessia mais complicada que isso parece enfrentar são as denúncias acerca do poder econômico que as *milícias* desempenham nos lugares de retomada, como nas favelas e nos bairros pobres. São razoavelmente frequentes as denúncias de que aquilo que o tráfico de drogas cobrava como proteção, inserida numa complicada relação de silêncio e violência, agora caberia a alguns setores das polícias que se instalaram no local. Cobrança que agrega tv a cabo e internet. Interessantes os depoimentos constantes do documentário “Notícias de uma guerra particular”<sup>434</sup>.

Mas o trabalho policial pode culminar na questão das empresas privadas de *segurança pública* – primeiro serviço público a ser privatizado, na visão de Joel Birman<sup>435</sup> – surgidas especialmente quando da concepção, especialmente, no Rio de Janeiro, por parte dos grupos sociais que se sentiam ameaçados, ante a limitada atuação do poder público. A precariedade na prestação do serviço policial se retroalimenta: os policiais, especialmente das categorias de base, percebem salários ruins e trabalham – mesmo sendo proibido – para empresas de segurança privada, as quais – por vezes – são de propriedade de policiais aposentados das categorias superiores. Seria uma nova roupagem à *economia política*.

A inércia e a incapacidade de o poder público colocar-se como o responsável pela prestação de segurança fez com que os grupos sociais economicamente privilegiados procurassem soluções fora do Estado. Soluções às suas expensas, mas que representariam a impossibilidade de que o poder estatal usasse tal oportunidade para promover reformas e políticas sociais de base que, a rigor, beneficiariam as classes populares. As classes abastadas, como ao longo da

---

<sup>434</sup> *Notícias de uma guerra particular*. Direção Katia Lund e João Moreira Salles. Produção Raquel Freire Zangrandi e Mara de Oliveira. Brasil. 1998-1999. Documentário. DVD (56 min). Colorido.

<sup>435</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 126.

história brasileira, não pensaram no coletivo, senão em seus próprios interesses.<sup>436</sup> As menos favorecidas, de sua vez, ficam à mercê do poder das milícias que são pagas para proteger as comunidades das próprias milícias.

A “Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010”, também coletou dados sobre a opinião popular a respeito do envolvimento da polícia com a corrupção.

Quando perguntado sobre o envolvimento da polícia com suborno, com a proteção do tráfico ou mesmo se acreditam que a polícia tem medo dos traficantes de drogas, não é possível apontar resultados mais precisos, uma vez que boa parte dos entrevistados não respondeu a essa questão. Os resultados obtidos permitem levantar algumas hipóteses. É possível que boa parte dos entrevistados não saiba realmente se esses casos ocorrem ou não. Há também a possibilidade do medo inibir que respondam esse tipo de questão. Outra possível interpretação é que as pessoas tenham uma baixa confiança na polícia, o que as leva a crer que essas situações são possíveis, muito embora não tenham informação suficiente para afirmarem a frequência com que isso ocorre. Neste caso, supomos que se as pessoas tivessem plena confiança na polícia, elas prontamente responderiam que ela não se envolve em ações ilegais. São hipóteses que não podem ser confirmadas através dos resultados aqui apresentados, mas que podem orientar análises futuras.<sup>437</sup>

Não parece ser difícil conceber uma recorrência ao binômio *tortura e corrupção* e refletir sobre as consequências disso para a concepção das instituições policiais. Sobretudo, nublar a possibilidade de que a atividade policial seja entendida como um serviço e não como força.

[...] as elites que sempre governaram o país usaram-nos historicamente, enquanto funcionários do estado, para os serviços mais difíceis, mais brutais e brutalizantes, inclusive algumas vezes para serviços sujos; usaram-nos e mantiveram-nos bem longe de qualquer coisa importante; bons para a porta da garagem, porém sem nenhum acesso à sala de visitas.<sup>438</sup>

<sup>436</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 126.

<sup>437</sup> Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013, p. 188.

<sup>438</sup> BATISTA, Nilo. *Trocando em miúdos*. 1990, p. 170-171.

As consequências de instituições armadas implicadas com a prática da *corrupção* também parece ter contribuído com o montante dos *Arquivos* senão com as escolhas de quem tem acesso ao sistema de justiça criminal.

#### 1.2.6. Da reputação policial: o que se fala da *polícia*?

A cultura de “contar casos”<sup>439</sup>, cujas histórias (nas quais se atribui certas particularidades e exalta-se a responsabilidade por suas práticas) permite criar “famosos policiais” ou “delegados lendários” e forjar uma tradição de polícia definindo os heróis e os exemplos que devem ser seguidos pelas polícias e pelos policiais: uma ética policial, que só é compreendida por eles próprios.<sup>440</sup>

A polícia justifica a aplicação de sua ética em substituição à lei quando considera que a aplicação da lei, em si, é ineficaz para “fazer justiça”. Então, para fazer justiça, desobedece à lei. Esta atitude é obviamente relacionada ao papel não-oficial que a instituição desempenha no sistema judicial.<sup>441</sup>

As polícias também podem ostentar uma *fachada*<sup>442</sup>:

[...] o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos

<sup>439</sup> Expressão cujo conteúdo parece se aproximar consideravelmente do que Nilo Batista apresenta como “modelo individual de conduta”: *Trocando em Miúdos*. 1990, p. 170-177.

<sup>440</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 71. O autor narra interessante história que lhe fora relatada por um delegado de polícia para ilustrar uma frase da *cultura* da polícia que é “com polícia não se brinca” (Obra citada, p. 72-73).

<sup>441</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 77.

<sup>442</sup> Expressão que não consegue representar, por conta da tradução, a ideia de Erving Goffman ao falar em *face*: GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2011, p. 13. Nota 1 do tradutor.

de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião fazer uma boa demonstração de si mesma.<sup>443</sup>

Mas, os atributos que sustentam ou que mantem essa *fachada* dependerão da *interação* (termo que o próprio Goffman entende não ser propriamente adequado) com o outro. Isso pode sustentar legitimamente a fachada ou fazer com que seja preciso “salvar a fachada”. Numa tradução que melhor caberia, segundo Goffman, “livrar a cara”.<sup>444</sup> Mas é dessa *face a face* que nascem importantes configurações, sobretudo quando se tem uma *interação* com a polícia, que se depara com setores tão impactantes para a vida social.

O caráter relacional que se funda a partir desse contato com a polícia, permite tanto uma interferência das polícias nas relações com os outros (sejam eles os alvos de suas ações – quando a polícia “tira o sujeito”; sejam os que por isso a demandam – os desejos sociais e políticos por suas ações) quanto desses outros para com elas.

Para Kant de Lima, a polícia identifica o fato de que é tratada como instituição de segunda classe (e a polícia então se reconhece ‘não-policialmente’, ao tempo em que se não desvincula do Ministério Público e do Poder Judiciário). À polícia delega-se (i) a responsabilidade pelos fatos jurídicos indesejados, (ii) a difícil tarefa de selecionar os que tem ou não direito aos seus direitos constitucionais; e (iii) a busca da *verdade* num sistema tipicamente *inquisitorial*, em que a tortura e a coação são seus componentes essenciais.<sup>445</sup> Identificando-a, por tradição, como violenta e corrupta.<sup>446</sup> E essa *reputação* como alarde se apresenta como algo que não é e não pode ser a regra. Daí alguns casos de “policiais famosos”.

<sup>443</sup> GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação*: ensaios sobre o comportamento face a face. 2011, p. 14.

<sup>444</sup> GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação*: ensaios sobre o comportamento face a face. 2011, p. 17.

<sup>445</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 129. Registre-se, novamente, a questão sobre o sentido técnico de *sistema inquisitorial*.

<sup>446</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 237. Nilo Batista em alusão, ao que Kant de Lima chamou de “irmãs siamesas”, fala em “binômio redutor” (*Trocando em Miúdos*. 1990, p. 172).



Um deles foi “Filinto Muller e sua polícia”<sup>447</sup> e ao que se atribui como os feitos deste policial. Nelson Werneck Sodré (ao tratar do episódio de tentativa de golpe comunista em 35) define a reprovação feita pela “polícia de Muller” como “a mais longa noite de terror que esse país jamais conheceu.”<sup>448</sup> Na ocasião, segundo Werneck Sodré, a “polícia matava nas ruas, invadia as casas a qualquer hora, inventava histórias, forjava documentos, arquitetava conspirações, torturava testemunhas e acusados.”<sup>449</sup>

Após esse episódio, protagonizado e chefiado pelo tal Muller (cuja atuação, no Estado Novo, seria elogiada por Getúlio Vargas<sup>450</sup>), o Deputado João Mangabeira (preso por suspeita de envolvimento com a Revolução Comunista de 1935 e levado a julgamento perante o Tribunal de Segurança Nacional<sup>451</sup>) faria um contundente pronunciamento:

E hoje o chefe de polícia tem a coragem de afrontar a opinião nacional, num relatório que é um padrão de imprudência, dizendo que a polícia não exagerou, ela que tem as mãos pingando de sangue de Augusto Medeiros, assassinado pela polícia dois dias após sua detenção e cujo cadáver foi transferido à noite para a Vista Chinesa e crivado de balas.

(...)

O que se fez com o estudante de engenharia Marighella, no dia 1º de maio, é de fazer piedade a um coração empedernido. As torturas infligidas a esse rapaz, a noite inteira chicoteado, pisado, ora na Polícia Central, ora na Polícia Especial, se revelam até nas fotografias que tenho, publicadas num dos jornais matutinos, com seu retrato como comunista, com tabela em que vem o seu número.(...) Tudo isso se passou, realmente, sob a chefia do senhor Müller. Tudo isso, de que a Câmara não tem notícia, monstruosidades como essa, que degradam a civilização brasileira e desonram nosso nome perante o mundo civilizado, tudo isso foi perpetrado por esse chefe de polícia que hoje tem a desfaçatez de aparecer de público dizendo que o governo agiu com brandura!”<sup>452</sup>

<sup>447</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 465.

<sup>448</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 337.

<sup>449</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 337.

<sup>450</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 309.

<sup>451</sup> Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresRepublica.htm>. Acesso em: 13 nov. 2012.

<sup>452</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 502, Nota 53.

Esse período da história veria sua polícia protagonizar um dos casos mais atrozes da crônica policial e um dos maiores erros judiciários do Brasil: o “Caso dos Irmãos Naves”. Os Irmãos Naves, mineiros, acusados da morte de seu primo (que com eles dividia a propriedade de um silo para armazenar cereais), mesmo diante de reiterada negativa e da ausência do próprio cadáver, foram vítimas de sevícias e torturas, bem como sua mãe e suas esposas, que chegaram a ser estupradas. Após várias sessões de tortura e sempre negando a prática do crime, acabaram por cavar próximo a uma ponte em que o suposto crime teria ocorrido no intuito de “localizar” o corpo e o dinheiro que portaria a vítima. Frustrada a diligência, quando a autoridade policial simulou a cada um dos irmãos que o outro seria morto com um tiro, ambos confessaram. E, após dois julgamentos pelo Tribunal do Júri, foram condenados. Quando um dos irmãos já havia falecido e o outro ainda cumpria pena, a pretensa vítima apareceu.<sup>453</sup>

Agora décadas à frente, o Regime Militar sabia aproveitar todo aquele que estivesse disposto a atuar na *guerra* e no *bom combate*. Destaque para o irmão de Amaury Kruel, o general Riograndino Kruel que a partir de 1965 receberia assessoria norte-americana para a instalação do Departamento Federal de Segurança Pública<sup>454</sup>.

No mesmo contexto, o Delegado Fleury, que apesar de civil, fora um grande auxiliar do Regime ditatorial. Responsável pela morte de um de seus grandes opositores o mesmo Carlos Marighella contra quem atuara Filinto Muller. Fleury atuaria durante muitos anos nos propósitos do Regime Militar, apesar de se constituir um “problema” para a Ditadura, o que pode ter ocasionado sua morte na Praia de Ilha Bela.

O Delegado Fleury estaria à frente de um dos “esquadrões da morte” mais atuantes no Estado de São Paulo, responsável por muitas mortes, chamando inclusive a atenção das autoridades públicas. Dentre elas, Hélio Pereira Bicudo, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo que, no final da década

---

<sup>453</sup> Para mais considerações sobre o episódio: DOTTI, René Ariel. *Casos Criminais Célebres*. 3ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003, p. 108-127.

<sup>454</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 478.

de 70, após se manifestar formal e expressamente no Colégio de Procuradores de São Paulo para que fosse levada a cabo rigorosa investigação, acabou por ser exonerado, sem vê-la concluída.<sup>455</sup> Um dos episódios mais marcantes do “Esquadrão da Morte” chefiado por Fleury foi a morte de Nego Sete, fuzilado dentro da própria casa. Em fotos relacionadas ao crime, aparecia a figura do Delegado Fleury<sup>456</sup>. O “Esquadrão da Morte” usava uma forma de ameaça muito peculiar que era feita por Lírio Branco. Lírio Branco talvez não fosse alguém em particular e sim o codinome usado por qualquer dos membros do grupo dos “Homens de Ouro” para tanto.<sup>457</sup>

Para proteger Sérgio Fernando Paranhos Fleury, o Congresso aprovaria em 1973, a Lei n. 5.941, de 22 de novembro, que seria chamada “Lei Fleury”. Referida lei, apenas referendaria o que já se encontrava previsto no Pacto de São José da Costa Rica, garantindo aos acusados a liberdade para responder aos processos. Apontando um “defeito” na Lei, está a crítica voraz de Nilo Batista: “Este defeito está na vergonha de ter sido necessário que um torturador, acusado de homicídio, tivesse necessidade de ver-se presumido inocente até decisão judiciária final, para que todos os brasileiros pudessem desfrutar de idêntico tratamento.”<sup>458</sup> Atuação que poderia ser uma forma de demonstrar que a Polícia Civil também sabia usar a força.<sup>459</sup>

Contra as atuações do “Esquadrão da Morte” e os demais abusos da Ditadura, alguns setores da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil, manifestaram-se também. Mesmo nos últimos suspiros da Ditadura, a resposta seria letal: em 1980, o atentado contra a sede da Ordem dos Advogados no Rio de Janeiro, presidida por Eduardo Seabra Fagundes, vitimaria fatalmente a secretária Lydia Monteiro da Silva. O texto de Heleno Cláudio

---

<sup>455</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. 1997, p. 36-44.

<sup>456</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. 1997, p. 45-53.

<sup>457</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. 1997, p. 24.

<sup>458</sup> Quem tem medo da Lei Fleury. In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 85.

<sup>459</sup> BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. 1997, p. 3.

Fragoso (*Lei de Segurança Nacional: uma experiência antidemocrática*)<sup>460</sup> seria usado pela Ordem como um manifesto contra a Lei de Segurança Nacional.

O combate aos comunistas, desordeiros e seguidores de Lamarca e Marighella é que faria surgir em São Paulo, em 15 de outubro de 1970, a ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar. Grupo que em 1º. de dezembro desse mesmo ano ganharia o direito de usar a boina preta “que para todos é um símbolo da grandeza de pertencer à ROTA e, através dela, bem servir à população.”<sup>461</sup> Sua forma de atuar reconfigura-se deixando o discurso de *combate ao comunismo*, para voltar aos problemas urbanos:

Sufocado o foco da guerrilha rural no Vale do Ribeira, com a participação ativa do então denominado Primeiro Batalhão Policial Militar “TOBIAS DE AGUIAR”, os remanescentes e seguidores, desde 1969, de “Lamarca” e “Mariguella” continuam a implantar o pânico, a intranquilidade e a insegurança na Capital e Grande São Paulo. Ataques a quartéis e sentinelas, assassinatos de civis e militares, sequestros, roubos a bancos e ações terroristas. Estava implantado o terror. Mais uma vez dentro da história, o Primeiro Batalhão Policial Militar “TOBIAS DE AGUIAR”, sob o comando do Ten Cel SALVADOR D’AQUINO, é chamado a dar sequência no seu passado heroico, desta vez no combate à Guerrilha Urbana que atormentava o povo paulista. [...] Surge então o embrião da ROTA, a Ronda Bancária, que tinha como missão reprimir e coibir os roubos a bancos e outras ações violentas praticadas por criminosos e por grupos terroristas. [...] Assim surgiu a ROTA, um policiamento especializado, criado para atender todo tipo de ocorrência, em especial as que o policiamento comum não tinha condições de fazê-lo; um policiamento com doutrina e características peculiares; uma jornada até nossos dias por entre esta guerra diária nas ruas de São Paulo, em qualquer circunstância ou em qualquer situação, norteadas pelo lema de “Dignidade Acima de Tudo.”<sup>462</sup>

Além do Coronel Ubiratan (um dos oficiais do comando da operação que culminou no Caso Carandiru), fez história, também na ROTA, o Tenente-Coronel Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada, conhecido como “Cel. Telhada”;

<sup>460</sup> DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal*. 2006, p. 281 (Cf. Nota 638, Obra citada).

<sup>461</sup> Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/1bpchq/boinas.htm>. Acesso em: 14 jan. 2013. Sobre a forma de atuação da ROTA: BARCELLOS, Caco. *ROTA 66: a história da polícia que mata*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

<sup>462</sup> Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/1bpchq/boinas.htm>. Acesso em: 14 jan. 2013.

policial que disse ter perdido a conta de quantos matou; detentor de “fama de mau”, adquirida na década de 80, quando ainda era Tenente. Aposentou-se compulsoriamente em 2011, quando comandava a ROTA.

Em entrevista concedida ao Jornal Diário de São Paulo, o Coronel Telhada – que hoje é Vereador na Câmara Municipal de São Paulo e tem site próprio (<http://www.coroneltelhada.com.br>) tenta explicar sua fama: “PM não pode alisar cabeça de bandido”.<sup>463</sup>

DIÁRIO – Por que o senhor é uma pessoa tão polêmica?

PAULO TELHADA – Talvez em razão de eu ser uma espécie de porta-voz da sociedade, de falar coisas que a maioria das pessoas não tem coragem. Quem não me conhece acha que sou um louco igual aqueles veteranos de guerra. Muita gente tem medo de mim, mas é só estereótipo que criam.<sup>464</sup>

O paradoxo é que a condição de herói é atribuída a quem em nome da lei a transgride. O policial está inserido a um só tempo numa *nova anatomia política e numa economia psíquica*<sup>465</sup>; condição, não raro, favorecida pelo *desejo* social e pela postura de alguns setores do Ministério Público e do Poder Judiciário.

---

<sup>463</sup>

Disponível

em

<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/3253/Homem+com+fama+de+mau+da+adeus+a+Rota>. Acesso em: 18 mar. 2013.

<sup>464</sup> Disponível em

<http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/3253/Homem+com+fama+de+mau+da+adeus+a+Rota>. Acesso em: 18 mar. 2013.

<sup>465</sup> Para uma analogia à proposta de Michel Foucault a respeito do modelo disciplinar sobre os corpos e a “arte das atribuições”: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 2005, p. 117-127.

### 1.3. Os Magistrados: os mais nobres dos nove Arcontes

“Quem manda prender tem – ou deve ter – responsabilidade por isso; e não só gozar. É o que se tem passado, em larga escala, no Brasil. Prende-se para gozar (eis as medidas cautelares sendo usadas para outros fins); depois se vai ver se é mesmo o caso de, conforme a CR, prender. O meio tem virado fim. A prisão cautelar tem sido, com perigosa normalidade, usada como pena. E o processo penal uma pantomima; um jogo de cartas marcadas, dos quais *ex ante* e com frequência, sabe-se o resultado. Eis o reino do sistema inquisitório.”

[COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos). In *Estudos Constitucionais*. 2007, p. 147].

#### 1.3.1. O princípio arcôntico e o poder de selar os Arquivos

O *Arquivo* como o *lugar* do real e do simbólico, da demonstração de um poder e de um saber demanda refletir sobre a “quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo? Como fazer as correspondências entre o memento, o índice, a prova e o testemunho.”<sup>466</sup> A apropriação feita nesse texto do sintagma de Jacques Derrida – ao discutir a constituição da psicanálise freudiana – parece permitir dizer que, se *Arquivo* é a consequência real do sistema de justiça criminal, representado então pela prisão, e os *Arquivistas* são as polícias, aos *Arcontes magistrados* cabe o papel de selar os *Arquivos*.

A demanda (a *pulsão arquiviolítica*) não nubla a necessidade que à frente se coloca sobre o *desejo* e a própria constituição do *Arquivo*, ou seja, que *desejos* suscitam o *Arquivo* e o que simbolicamente representam. Isso talvez não livre do perigo de que se reduza o próprio conceito de *Arquivo* ou mesmo o seu conteúdo. As tentativas de reflexão indicam que é o *Arquivo* também a “constituição de uma instância e de um *lugar de autoridade* (o arconte, o *arkheion*, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fratriárquico).”<sup>467</sup>

<sup>466</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 7.

<sup>467</sup> Ponderações sobre a questão problemática da constituição do *arquivo*: DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 8.

Jacques Derrida assinala que o próprio conceito de *Arquivo* traz em si a memória da memória do nome *arkhê*, implicando nas dificuldades em nomear o próprio *Arquivo*, bem como sua estrutura, sua tópica e seu desejo. Para o autor, a remição ao sentido de *arkhe*, como comando, vem do *arkheion* grego, que indicava estar o *Arquivo* aos cuidados dos *Arcontes*:

[...] inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse *lugar* que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram os responsáveis apenas pela segurança física do depósito e dos suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar* os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei.<sup>468</sup>

Para Derrida, há ainda que se ter em conta que esse *lugar* de escolha da lei e da singularidade desta escolha permitem um “privilégio”, porque o que está nos *Arquivos* não é sempre escrito, nem sempre é documento.<sup>469</sup> O “privilégio” de que se trata pode ser pensado como o do saber e o do poder e as implicações que daí decorrem a respeito do próprio papel do magistrado a quem – no sistema de justiça criminal – é dado dizer por último, como quem sela os *Arquivos*, olhando sobretudo o memento produzido pelas polícias.

A *polícia* (*Arquivistas*) e o *magistrado* (*Arcontes*) chegaram a representar claramente a demonstração mais direta do absolutismo real, do poder do soberano. Inseridos – numa sociedade disciplinar e hierárquica – para além das estruturas burocráticas que definiam os demais ofícios e ministérios: o seu infinitamente pequeno do poder político, não assim chamados pelo seu tamanho, mas sim pela difícil possibilidade de percepção.<sup>470</sup> A produção social de

<sup>468</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 12.

<sup>469</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 13.

<sup>470</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 175-178.

mecanismos disciplinares para a constituição de poder se justificava pelo discurso da anomalia e dos ilegalismos.<sup>471</sup>

O interessante é que numa sociedade desierarquizada, sem centralidades, sem a constituição de *lugares* de autoridade<sup>472</sup>, o espetáculo toma o lugar da disciplina – diversamente do que anotava Michel Foucault acontecia no Antigo Regime<sup>473</sup>. Contexto em que as formas *reais* de demonstração de poder acabam por se hiperbolizar, inclusive pelas instâncias da *lei* e assim se constituem como um modo de ser e de se realizar.<sup>474</sup>

Não se trata apenas de “quantidade” – como o tema do pan-penalismo e do hiperencarceramento – mas sobretudo de “significado”, isso pelo modo de realização desse poder-saber: como *mal-estar*, gerando *arquivos do mal-estar* (como alude Birman) ou mesmo analogicamente um *mal de arquivo* (na proposta de Derrida).

O saber-poder dos melhores (em alusão aos *Arcontes*) vale-se do poder das *polícias*, avivando as possibilidades de mediação – historicamente referidas – entre os *tribunais da polícia* e os *tribunais da justiça*.

Aos *Arcontes-magistrados*, de todo modo, permanece o poder de *selar*; a palavra final, por meio do discurso hermenêutico, dá-se o *verdictum* (dizendo a *verdade*): “basta a imunização da sentença com requisitos retóricos bem trabalhados e o magistrado decide da forma que quiser, sempre em nome da ‘segurança jurídica’, da ‘verdade’, e tantos outros conceitos substancialmente vagos.”<sup>475</sup> O que levará esse magistrado a admitir que o que quer dizer venha por qualquer jeito, pois “a sedução da palavra, escancara sua incapacidade e mediocridade arrancando do torturado uma ‘verdade’ que não é dele, mas sua’.”<sup>476</sup>

<sup>471</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 346-348.

<sup>472</sup> LEBRUN, Jean-Pierre. *A perversão comum: viver juntos sem outro*. Trad. Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Campo Matêmico. 2008.

<sup>473</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 175-178.

<sup>474</sup> DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

<sup>475</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O papel do novo juiz no processo penal*. 2001, p. 6.

<sup>476</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O papel do novo juiz no processo penal*. 2001, p. 29. Sobre o que está em cena na “construção” da decisão penal: ROSA, Alexandre Moraes da. *Decisão Penal: a Bricolage de Significantes*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2006.



O quadro se assevera à medida em que se coletam fragmentos de um transcurso um tanto complexo: primeiro, de uma atividade pública para o sigilo; depois para um modo solipsista, que pode ter vindo de uma *vergonha* de punir em público<sup>477</sup>. Depois até a cessão de seu *lugar* de autoridade, quiçá pela tarefa pesada de *decidir*, de *dizer*, que levaria o magistrado a se valer de vários outros sujeitos (peritos, médicos, etc.) e também – no caso criminal – das *polícias*, sobretudo delas<sup>478</sup>. “Faz 150 ou 200 anos que a Europa implantou seus novos sistemas de penalidade, e desde então os juízes, pouco a pouco, mas por um processo que remonta bem longe no tempo, começaram a julgar coisa diferente além dos crimes: a ‘alma’ dos criminosos.”<sup>479</sup>

A vingança do soberano desloca-se para a defesa da sociedade, cujo *inimigo* é o criminoso.<sup>480</sup> O discurso se incrementa – já na contemporaneidade – com uma mistura complexa desse percurso que agora se alia ao combate à criminalidade<sup>481</sup>, com posicionamentos públicos espetaculares. Também por vislumbrar que o magistrado é o que pertence (ou sempre pertenceu) à minoria dos melhores. Como parece ter sido desde há muito os magistrados seriam os mais nobres dos nove *Arcontes*.

Os magistrados pelo discurso jurídico e por outros tantos fatores são colocados ou se colocam na condição de *established* (ou do *nós*) contrapondo-se aos *outsiders* (*eles*)<sup>482</sup>, que podem ser tanto os sujeitos que *arquivam* (as polícias) como os que são *arquivados* (os réus).

Pertencem os promotores e magistrados aos estratos superiores da sociedade (por origem, ou, quando menos, por assimilação), enquanto os policiais, sobretudo os que desempenham o papel de lidar diretamente com investigações, descoberta e perseguição dos delinquentes, fazem parte das camadas mais baixas. Àqueles se fornecem recompensas (*status*,

<sup>477</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 13.

<sup>478</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 235.

<sup>479</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 20.

<sup>480</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 76-78.

<sup>481</sup> Para uma reflexão sobre os papéis da magistratura: CARVALHO, Salo de. *O papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo* (O Exemplo Privilegiado da Aplicação da Pena). 2010, em particular para este item: p. 103-111.

<sup>482</sup> ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

vencimentos) equivalentes aos dos membros da alta classe média; aos últimos, as do operário qualificado, na melhor das hipóteses. Guarnece os primeiros proteção institucional de seus atos, gozando de indevassabilidade quase sagrada quanto a seus reais fundamentos; aos segundos, vota-se um desprezo temperado de complacência, que às vezes transforma-se em afagos concedidos de cima para baixo, às vezes em vergastadas disciplinadoras. Porque ocupando as alturas excelsas da escala social, poupa-se ao máximo sofram, magistrados e promotores, desgastes por comportamento parcial na aplicação da justiça; porque a massa dos policiais é oriunda das camadas baixas, ficam encarregados de suportar os ônus da ostensiva, evidente, com frequência despudorada discriminação no que tange à seleção dos que devem purgar as dores da punição penal. Em homenagem à parte nobre do aparelho repressivo, por sua excelência, em razão da imagem que deve ostentar, com o fito, até mesmo, de não lhe causar problemas quanto ao alto conceito, resguardada fica de sujar as mãos em atividades indignas. Que as exerçam os que não prestam. Postura, de resto, recorrente na história: vide o carrasco, os feitores, os capatazes, os jagunços, os Kapos dos campos de concentração nazistas.<sup>483</sup>

Norbert Elias evidencia um elemento bastante importante para a compreensão do sujeito *simbólico*: o *status* do *established* ou seu *establishment*, identificado com a “minoria dos melhores”, “o” grupo, “a” boa sociedade que se auto-percebe e que é percebida como quem dita a moral e os *outsiders*. Já “os” grupos plurais, “as” pessoas que se percebem como excluídos na autoimagem que se lhes reflete a partir dos *established*. *Estabelecido* como *quem é* por seu *status* imanente, admitido e concedido pelos *outsiders*, que *são* a partir de *quem é o estabelecido*.

Aqui parece surgir uma chave para essa compreensão a partir de uma *ética* como o caminho possível para lançar um olhar sobre o delinquente e o delito cometido, a partir da psicanálise<sup>484</sup>, quando todos os sujeitos não são o *nós*. Num modelo em que se lida com a polaridade *nós* x *eles*, muito a partir de um

<sup>483</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 247.

<sup>484</sup> Maria Rita Kehl assevera que o “sociólogo Norbert Elias, cujo pensamento guarda afinidades declaradas com a teoria freudiana (Elias foi leitor de Freud, e a parte mais importante de sua obra foi escrita na década de 1930) e cujas ideias teriam influenciado um filósofo do porte de Michel Foucault, oferece dados muito interessantes para entender a passagem de culturas em que os homens se pensam como partes integrantes de um todo às culturas modernas, em que os homens se pensam como indivíduos.” (*Sobre ética e psicanálise*. 4ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 61).

modelo de vida não comunitária na qual gravitam (como talvez sempre tenha sido, embora com matizes distintas) as ideias de *cultura* e *civilização*.

A um só tempo, no âmbito do sistema de justiça criminal, gravitam as figuras dos *outsiders* e do *established*. Os primeiros são os que sofrem o peso da sanção penal (para suas condutas típicas, normalmente, concretizadas como a obra tosca de sua criminalidade, os únicos delitos possíveis são os patrimoniais, os homicídios, os estupros, dadas as suas condições)<sup>485</sup>. Já o segundo grupo configura-se ao mesmo tempo como as possíveis vítimas de tais crimes e como aqueles que ocupam o *lugar* de quem diz sobre o delito, sobre a culpa e sobre as penas: é a “minoría dos melhores” que constitui o delinquente e o delito e o faz a partir de *si*. São os que *selam* os *Arquivos*.

O discurso que permeia os fóruns criminais, as falas dos juízes e dos promotores, os textos das decisões judiciais, em regra condenatórias<sup>486</sup>, ou as que decretam prisões provisórias e preventivas, vêm imbuído de um sentido retributivo (de *vindita*). Usam expressões autorreferentes como “periculosidade”, “probabilidade de reincidência” e “gravidade do crime” a fim de justificar o seu labor do *nós* x *eles*.

O apego patrimonialista, que permeia outras esferas do direito, atinge seu ápice no âmbito criminal, para dizer que é aqui, por exemplo, que se encontram no capítulo dos crimes contra o patrimônio (de natureza individual) as duas mais severas punições dentro de todo o programa legislativo nacional em vigor<sup>487</sup> e a maior quantidade de sentenças criminais.<sup>488</sup>

---

<sup>485</sup> “Os atos mais grosseiros cometidos por pessoas sem acesso positivo à comunicação social acabam sendo divulgados por esta como *os únicos delitos* e tais pessoas como os únicos *delinquentes*. A estes últimos é proporcionado um acesso negativo à comunicação social que contribui para criar um *estereótipo* no imaginário coletivo. Por tratar-se de pessoas *desvaloradas*, é possível associar-lhes todas as cargas negativas existentes na sociedade, sob a forma de *preconceitos*, o que resulta em fixar uma *imagem pública do delinquente* com componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos. O estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas *uniformidades da população penitenciária associadas a desvalores estéticos (pessoas feias)*.” (Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 46).

<sup>486</sup> Vide Capítulo 2, em particular item 2.5 e subitens.

<sup>487</sup> Arts. 157, § 3o., 2a. parte, e 159, § 3o., ambos do Código Penal Brasileiro.

<sup>488</sup> Vide Capítulo 2, em particular item 2.5 e subitens.

Os conceitos de *civilização* e *barbárie*<sup>489</sup> aqui ganham destaque, não sendo incomum dizer de um crime que ele é *bárbaro* e que é o Direito penal quem irá civilizar, pelo argumento da ressocialização, o seu autor-selvagem. Nesse sentido, cumpre observar que as teorias sobre os fins da pena (o *real*), historicamente, parecem ter-se estruturado mais cedo do que as que trataram do próprio crime (mesmo porque seria crime o que o soberano quisesse).

Na especial atenção sobre as teorias dos fins da pena, é de ver que os efeitos deletérios e criminógenos do cárcere são uma preocupação relativamente moderna, pois a pena de morte ocupava lugar de destaque e o cárcere era mera passagem. O fato é que o sujeito passa não só a se perceber e ser percebido apenas como um *outsider*; a condição que lhe atribui o sistema de justiça criminal faz com que ele ingresse em uma carreira criminal permanente; numa mistura entre o que ele pode ser e o que o *nós* permite que ele seja. A tarefa de *arquivar*, de dizer por último representa, portanto, a responsabilidade da remessa ao *Arquivo*, e isso não pode se dar pelo gozo, pelo gozo ilimitado.<sup>490</sup>

O binômio paradoxal do que o *established* quer para os *outsiders* eclode no enorme contingente da população carcerária. O ideário da ressocialização, comunicado como a única possível função do Direito penal, de acordo como um sentimento moral dizível, cede lugar ao desejo de punir, como a retribuição e a vingança reinantes.

Talvez dar como certa uma divisão de papéis, de lugares, numa espécie de ordem invisível, em que modos restritos de comportamento e hábitos mentais específicos dão ensejo à formação de categorias de pensamento.<sup>491</sup> Categorias que se cristalizam e outorgam ao sistema de justiça criminal, mesmo com seu limitado caráter pedagógico, o exercício de funções. Dentre elas, a função simbólica da *Lei do pai*<sup>492</sup>, do seu limite. Isso num discurso ético parece valer tanto para o *nós* como para o *eles*.

<sup>489</sup> FREUD, Sigmund. *Mal-estar na civilização* (1930). 2010; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, volume 1: uma história dos costumes. 2011.

<sup>490</sup> MELMAN, Charles. *O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun*; trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2008.

<sup>491</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schröter; trad. Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1994, p. 21.

<sup>492</sup> Sobre a função paterna: LACAN, Jacques. *Nomes do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

### 1.3.2. A mediação dos *tribunais da justiça* com os *tribunais da polícia* no Brasil

Desde o *descobrimento*, festejado assim, em 21 de abril de 1500, a “pedagogia do medo” parece reinar na Colônia, para muito além de restar baseada nos textos das *Ordenações* do Reino. Embora as Ordenações Afonsinas, orientadas por uma polícia de caráter local, já pregavam uma divisão entre polícia administrativa (subordinada aos juízes e vereadores) e judiciária (confiada apenas aos juízes); esta última auxiliada pelos *homens jurados* (escolhidos que juravam cumprir os deveres de polícia) e os *vintaneiros* (que desempenhavam a função de inspetores policiais dos bairros). Havia, ainda, as polícias noturnas subordinada aos alcaides das vilas, os quais podiam durante o dia prender pessoas, com mandado do juiz.<sup>493</sup>

Além disso, as Ordenações Filipinas teriam permitido pouco a pouco a concentração de muitas atribuições nas mãos dos juízes criminais, dentre as quais as funções policiais. A tentativa de reverter o quadro teve o efeito inverso, com o Alvará de 25 de junho de 1760 que criou o Intendente-Geral de Polícia e que pretendia separar as funções judiciárias das policiais.<sup>494</sup> O Alvará de 15 de janeiro de 1780 indicava que o ocupante do referido cargo detinha amplos poderes para ordenar a prisão, instruir os processos e sentenciar.<sup>495</sup> Instrumentos que, contudo, não definiam a linha de atuação das polícias.

A vinda da Família Real e a abertura dos portos às nações amigas justificariam a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte de Estado do Brasil, pelo Alvará de 05 de abril de 1808. Referida Intendência Geral deveria dar cumprimento às normas da legislação criminal, como mais um aparato da

---

<sup>493</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 120.

<sup>494</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 254-255. O autor registra o texto do Alvará do qual se destaca: “Hei por bem criar um lugar de Intendente-Geral da Polícia da Côrte do Reino, com ampla e ilimitada jurisdição na matéria da mesma Polícia sobre todos os Ministros Criminais e Cíveis para êle recorrerem e dêle receberem as ordens nos casos ocorrentes, dando-lhe parte de tudo o que pertencer à tranquilidade pública e cumprindo inviolavelmente seus mandados, na maneira abaixo declarada.” (Obra citada, p. 255), depois do que, segundo o autor, seguia a descrição das funções e atribuições.

<sup>495</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 257.

máquina burocrática que aqui se instalaria, além do próprio cargo de Intendente Geral de Polícia, que cumulava a função de juiz.<sup>496</sup> O que ocorria nos mesmos moldes de Portugal, que de sua vez baseava-se no *Lieutenant*, o *General de Police* francês.<sup>497</sup>

A questão dos *tribunais da polícia* com os *tribunais da polícia* também era questão que se punha no Brasil. A exemplo disso, Zaffaroni e Batista lembram a resistência do parlamentar Bernardo Pereira de Vasconcelos (que acabaria abjurando este ideário) a respeito das atribuições dos juízes de paz e da instalação de um vigilantismo policial, que implicaria na existência de (palavras dele em pronunciamento de 19 de maio de 1827) “um exército de espiões; isto parece-me uma polícia de Fouché.”<sup>498</sup> Vasconcelos asseverou, ainda, em relação à medida que permitiria ainda maior proximidade nas relações entre polícia e magistratura:

Eu já disse que ela (a emenda em discussão) ia estabelecer a mais horrorosa polícia, porque tinha o juiz de paz de examinar a vida privada e pública dos cidadãos. E neste estado o que será da liberdade e da segurança? (...) Senhores, eu prefiro a impunidade dos pequenos delitos a estas inspeções policiais, dignas dos Fouchés e Pombais).<sup>499</sup>

Alguns anos depois, o Código de Processo Criminal do Império ou de Primeira Instância de 1832 (um dos “estatutos legais mais importantes para representar o pensamento político do período”<sup>500</sup>) manteve as figuras do juiz de paz. Essa figura detinha atribuições policiais (tanto judiciárias quanto administrativas, poderes recebidos por uma Lei de 15 de outubro de 1827<sup>501</sup>), escrivão, inspetor de quartirão, com conselho de jurados, um juiz municipal

<sup>496</sup> SULOCCI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 63.

<sup>497</sup> Cf. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 41.

<sup>498</sup> Joseph Fouché foi Ministro da Polícia de Napoleão tido como um dos fundadores de uma polícia política e por ter operado letalmente contra os revolucionários, galgando a cifra de quase dois mil mortos, ficou conhecido como *Le mitrailleur du Lion*.

<sup>499</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 426 (cf. nota 213, obra citada).

<sup>500</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 42.

<sup>501</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 258.

(que poderia cumular a jurisdição policial, conforme disposto em seu Art. 35), um promotor público e nas comarcas maiores de um até três Juízes de direito, entre eles um seria chefe de polícia (Art. 6º, regulado por Decreto de 29 de março de 1833<sup>502</sup>).

Um pretenso poder julgador que culturalmente ligava-se à polícia talvez encontrasse justificativas no atavismo histórico que as unia, quando não indicava certa serventia de uma a outra. Ao lado do Código de Processo Criminal, o Ato Adicional de 1834 iria conferir uma matriz liberal (duramente criticada nos dez anos seguintes) e pretendia reacender a autonomia local.<sup>503</sup> Fato que ganharia ênfase com a “guarda nacional, municipalista e localmente eletiva no seu primeiro lance, garante a autônoma autoridade dos chefes locais, senhores da justiça e do policiamento.”<sup>504</sup>

É o Código de Processo Penal que permite conferir certa regulamentação à polícia judiciária (assim como às demais funções). Ainda que uma pretensa fase investigatória não existisse, ao menos de modo tão formalizado. Já se registrava uma preocupação com os abusos praticados pela autoridade policial e uma aliança com a magistratura, como no caso conhecido como a “Fera de Macabu”, em que se fez de tudo para condenar à morte o fazendeiro Manuel da Mota Coqueiro pela chacina de oito pessoas. Depois de morto, soube-se que era inocente.<sup>505</sup>

Extinta a Intendência Geral da Polícia, com a reforma promovida pela Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, cria-se uma polícia centralizada, que dá ensejo desde aí a uma função política especialmente “para levar a bom termo a tarefa a que se propunha, de tornar efetiva a ordem legal.”<sup>506</sup> Essa mesma lei cria o cargo de Chefe de Polícia em cada uma das províncias da Corte, onde haveria chefes, delegados e subdelegados, nomeados pelo imperador. Mantida a escolha dos Chefes de Polícia entre os desembargadores e juízes de Direito, daria ensejo

<sup>502</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 258.

<sup>503</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001 p. 351.

<sup>504</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 352. O autor detalha as atribuições da organização judicial (Obra citada, p. 353).

<sup>505</sup> RANGEL, Paulo. *Direito Processual Penal*. 20ª. ed. São Paulo: Atlas. 2012, p. 71.

<sup>506</sup> MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal*. 1997, p. 101.

ao que se chamou de *policialismo judiciário* fazendo vigorar “o policialismo mais arbitrário em matéria de processo criminal.”<sup>507</sup> Talvez porque também a polícia recebera poderes judiciais em casos de menor gravidade.<sup>508</sup>

No início do ano seguinte, o Regulamento n.º 120, de 31 de janeiro, estabeleceria a divisão entre polícia administrativa e judiciária, criando uma tripartição da polícia: administrativa, judiciária e de autoridade judiciária.<sup>509</sup> A presença da Corte e o elevado número de escravos propiciaria uma vinculação com um modelo militarizado<sup>510</sup>. À polícia administrativa cabia o exercício de funções de controle e vigilância, prevenção e manutenção da ordem pública; já a polícia judiciária restava proceder à prisão e ao corpo de delito, bem como a concessão de mandados de busca e apreensão e julgar determinados crimes.<sup>511</sup>

Parece residir aí uma das questões mais delicadas no entorno das atribuições de polícia, que gerou intensos debates não apenas nesse momento, mas também durante a elaboração da vigente Constituição de 1988 e os trabalhos da Conferência Nacional de Segurança Pública. O que se discute com o nome de “ciclo completo de polícia”.

No cenário sobre o controle e a dicotomia “ostensivo” e “secreto”, em classificação levada a efeito pelo Ministro da Justiça José de Alencar no ano de 1869, a partir dessas funções que se atribuía às polícias, é que se desenrolou acirrado debate da Câmara quando da reforma judiciária de 1869/1870.<sup>512</sup> Para o Ministro da Justiça de então, no que concerne às funções da polícia e da judicatura, seria fácil definir a questão:

Há um critério: tudo quanto não é o julgamento e suas premissas, em outros termos, o processo, pertence à administração, entra na alçada policial.

Tracemos uma linha desde a origem do crime ou desde a sua probabilidade até a punição: enquanto se trata de prevenir êsse crime, de investigá-lo, de

<sup>507</sup> MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal*. 1997, p. 102.

<sup>508</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 42.

<sup>509</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 259.

<sup>510</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 43.

<sup>511</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 259.

<sup>512</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 264.



coligir os elementos da criminalidade, funciona a polícia; desde que o crime é denunciado solenemente, desde que há uma acusação, começa a ação da justiça, a qual ou restitui o réu à sociedade pela absolvição, ou o devolve à polícia para cumprimento da pena.

A judicatura, senhores, deve ser essencialmente passiva, ela deve revestir-se da calma, da placidez da lei que ela representa e de que é imagem viva. O juiz não pode e nem deve rastejar o crime, correr após êle. O juiz aguarda no tribunal o momento oportuno de pronunciar-se entre os dois direitos, entre o direito coletivo e o direito individual que, porventura, reclame a sua proteção; onde quer que esteja êste direito, da parte do fraco ou do forte êle tem a missão de protegê-lo.

Os dois interesses, o interêsse individual e o interêsse coletivo, de ordinário em antagonismo, se vigiam mütuamente e se contêm nos seus justos limites pela proteção que dispensa o magistrado àquele que é atacado. Onde há bons juízes não se deve recear pelas violências das polícias; ao contrário, não bastam bons juízes para ser mantida a segurança pública, isto é, o próprio sentimento de segurança individual. Quando a polícia ameaça o cidadão, violente a liberdade individual, o cidadão tem o direito de arrastá-la por meio do *habeas-corpus* e do processo de responsabilidade à barra do tribunal; mas, quando é o cidadão que ameaça a segurança pública, quem tenta contra a lei, é a polícia que tem o direito de levá-lo aos tribunais. [...]<sup>513</sup>

E segue apresentando aquilo que – em tempos atuais – encontra ainda, em muitos julgados, inclusive dos Tribunais Superiores, assento: uma dicotomia entre o interesse público (já, então, chamado de *segurança pública*) e a liberdade individual (direitos individuais). E desde aí o próprio Ministro da Justiça, no mesmo discurso, bradava que a restrição às liberdades individuais, por meio da prisão e das atividades de polícia podiam ser interpretadas para garantir o próprio cidadão.

Os debates sobre a reforma judiciária se intensificam em 1869 com o discurso do Deputado Alencar Araripe. Mesmo ciente das dificuldades em traçar uma “linha divisória entre a polícia e a judicatura”, Araripe entendia que o projeto de reforma judiciária deveria se propor a fazer tal separação e

---

<sup>513</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 267-268.

“incompatibilizar cargos e especificar as funções das autoridades policiais.”<sup>514</sup>

Mas é no ano seguinte que a discussão se acirraria, por motivação do agora ex-Ministro José de Alencar, que voltaria à Câmara como Deputado, ante as manifestações do Deputado Pinheiro sobre a impossibilidade de assim agir: “retirai à justiça criminal a ação policial e ela não dará um passo; retirai igualmente à polícia toda a ação judiciária e ela não poderá assumir a grande responsabilidade de prevenir delitos e nem tampouco contribuir para a sua repressão.”<sup>515</sup> O Deputado Teodoro Machado entende que a pretendida separação entre as funções da polícia administrativa e judiciária da própria judicatura era uma “quimera”.<sup>516</sup>

De tais discussões, adveio a Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871. Por ela, houve significativa redução das atribuições do Chefe de Polícia, incumbindo-a ao Executivo, procurando afastá-la da ligação judicial. Tal libertação, porém, não significava uma atuação livre, senão submetida ao Delegado-Chefe de Polícia, que manipulava a Polícia de Manutenção da Ordem Pública. Esse cargo era ocupado por um leigo, detentor de poder político e vinculado à Guarda Nacional. Referido diploma legal também criou o inquérito policial, com esta denominação, pelo Art. 42<sup>517</sup>, embora sua estrutura seria dada pelo Decreto 4.824 do mesmo ano.

Anos mais tarde, mesmo com a Proclamação da República, no âmbito da justiça federal, inexistia polícia judiciária que pudesse iniciar o procedimento ou decidir questões dessa esfera, restringindo a possibilidade de se falar de uma polícia federal. Os agentes policiais serviam “para a prisão, para o corpo de delito direto, para as buscas e apreensões e para a fiança provisória.”<sup>518</sup> Mas “os Estados, em geral, mantiveram, com poucas variantes, a organização judiciária e policial e o processo do tempo do Império.”<sup>519</sup>

<sup>514</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 273.

<sup>515</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 273.

<sup>516</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 276.

<sup>517</sup> “Art. 42. O inquérito policial consiste em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito.”

<sup>518</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 220.

<sup>519</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 220.

A reestruturação e subdivisão em polícia civil e militar, similar aos moldes atuais, geraria, como agora, constantes tensões e permitiria um descontrole de tal forma a favorecer a arbitrariedade e a ilegalidade como modo de proceder: a polícia civil permeada de nomeações políticas e a polícia militar composta por membros das classes subalternas.

Certo prestígio à polícia civil viria pela coordenação do policiamento e instrução dos processos criminais, mas também pelo fato de que “a indicação para Chefia de polícia do Rio de Janeiro era considerada um passo importante numa carreira no poder judiciário.”<sup>520</sup> Marcos Luiz Bretas considera que essa chefia, no âmbito da Primeira República, fora “o maior posto oferecido em 1889 aos grupos republicanos mais radicais. O escolhido foi João Batista Sampaio Ferras, militante republicano de 32 anos, que tinha sido promotor público no Rio.”<sup>521</sup> Sampaio atacaria os *inimigos* da República: criminosos, pobres e capoeiras.

Tal como ocorrera com a polícia militar, no mesmo período, a polícia civil passaria por três reorganizações (em 1892, 1900 e 1903), cuja chefia era nomeada também pelo Ministério da Justiça. Floriano Peixoto rompe com a tradição de nomear magistrados, mas inaugura outra que é a de colocar oficiais do Exército. Fator que anos mais tarde, como se viu, corroboraria não apenas para o Regime Militar, mas pela manutenção de um caráter bélico e uma polícia de guerra executada pelas *polícias*.

A Chefia de Polícia, na Capital Federal, favorecia um contato íntimo com a elite política, para o pleito de oportunidades, vantagens e benefícios profissionais. “O objetivo maior era a nomeação para o Supremo Tribunal Federal. Nove dos quatorze Chefes de Polícia do período foram nomeados para o Supremo incluindo todos os seis que administraram a polícia entre 1900 e 1910.”<sup>522</sup>

---

<sup>520</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 47.

<sup>521</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 47.

<sup>522</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 48.

A junção entre polícia e magistratura permite a realização do ensaio mais preciso do modelo repressivo da classe trabalhadora por intermédio da instituição policial com a convocação feita por Aurelino de Araújo Leal (autor de *Germens da Bahia*, publicado em 1896). Aurelino Leal era Chefe de Polícia da Capital Federal em 1917 e convoca a 1ª. Conferência Judiciária-Policial<sup>523</sup>, cujos resultados e perspectivas para a segurança nacional – após três meses de reuniões na Biblioteca Nacional – foram publicados nas páginas 32 e 33, no Diário Oficial da União, em 21 de agosto de 1917 e em seus *Annaes* em 1918.

A pauta debatida estava centrada na consolidação de uma forma repressiva aos movimentos da classe trabalhadora que anunciava a greve geral; repressão que se faria com intensa ingerência na vida dos *suspeitos*, restringindo direitos e garantias. Daí o brado de Aurelino Leal: “*Manifestada que seja a greve, a intervenção da polícia deve ter lugar!*” Paradoxalmente, entretanto, foi a própria greve que desmobilizou a opressão que então se reunira, apesar do apoio da própria República. A abertura dos trabalhos da Conferência, em maio de 1917, contou com a presença do então Presidente Wenceslau Braz.

Roberto Moses Pechman ressalta que o *medo* deu o tom que conduziu os trabalhos dessa 1ª. Conferência que para ele “[...] se fundava no *medo*. Medo da cidade e do cidadão. Medo da desordem urbana e das ‘classes perigosas’. Medo do desconhecido na cidade e da cidade desconhecida. [...]”<sup>524</sup> Todavia, o mesmo Pechman alude a um fato absolutamente interessante da simbiose entre polícia e judiciário, já tão presente no modelo político-criminal, com forte influência social. O fato é a presença de Augusto Olympio Viveiros de Castro, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que participara ativamente dos debates da Conferência, que proporia, inclusive com base na legislação alemã a dissolução de reuniões que poderiam se tornar sediciosas.<sup>525</sup>

Tal concepção permitiu a polícia colocar-se (e manter-se) na categoria de instituição civilizadora e por isso o Pechman aponta: “[...] para a

<sup>523</sup> SALÉM, Marcos David. *A Polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes*, p. 281.

<sup>524</sup> PECHMAN, Roberto Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2002. p. 346.

<sup>525</sup> SALÉM, Marcos David. *A Polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes*. 2007, p. 281-282.

domesticação, para a civilidade, para o decoro, para a urbanidade e o cosmopolitismo, e, por que não, para a adesão-legitimação ao sistema sócio-ideológico, cujo centro está na cidade, ou melhor, cujo epicentro é a cidade [...].”<sup>526</sup>

O conceito de *ordem pública* faria emergir o Estado novo e mais à frente à Ditadura Militar, justificada por uma investida letal contra os *inimigos*, ora com uma feição, ora com outra. *Inimigos* historicamente vistos como perigosos e desordeiros, como transgressores e vadios, como bandidos, marginais e até mesmo comunistas e terroristas. O desfecho da 1ª. Conferência, nas palavras de Aurelino Leal, dá conta disso: “*Pode-se dizer, sem exagero, que a civilização de um grande centro se exterioriza pelo expoente de sua salubridade e ordem, ou por outras palavras, da sua higiene e sua polícia.*”<sup>527</sup>

E é a polícia quem irá, juntamente com o judiciário, mediar o pacto urbano (na expressão de Pechman) ou a produção de subjetividade. Mas é aqui que o papel do *outro*, do diferente ganha destaque, pois a coligação entre polícia e judiciário aqui fortalecida fez emergir o fato de que o sistema sobrevive apenas na diferença e na estranheza que justifica a submissão e a repressão.<sup>528</sup>

O controle do espaço da cidade aparece, assim, como função privilegiada da polícia, jungida às matrizes biologicistas da Escola Positiva que grassou nas Escolas de Polícia, em face das dificuldades em eleger critérios teóricos e objetivos para reconhecer as “classes suspeitas”. O que é reforçado pelas tarefas sempre delegadas às polícias, sustentadas pelo judiciário.

A questão ideológica e política talvez não se fizesse sentir no modelo que seria instaurado pelo Código Penal, no início da década de 40; um Código Penal que não teve um tom tão político ou mesmo partidário (embora nem por isso livre de críticas, dado seu apego patrimonialista e institucional). Todavia, da legislação esparsa parece não ser possível dizer o mesmo, tampouco do Código de Processo Penal.

<sup>526</sup> PECHMAN, Roberto Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. 2002, p. 345.

<sup>527</sup> PECHMAN, Roberto Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. 2002, p. 349.

<sup>528</sup> PECHMAN, Roberto Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. 2002, p. 348.

A aprovação do Código de Processo Penal de 1941 (Dec. Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1942<sup>529</sup>, deu ensejo à criação e à estruturação de carreiras de polícia nos Estados. Consagrou o inquérito policial<sup>530</sup> como o meio – por excelência – de coleta de provas acerca da autoria e da materialidade do fato criminal, do qual se incumbiria a polícia civil. A polícia militar (como polícia de reserva do Exército) ficaria com a função de polícia preventiva e de garantia da ordem pública (embora sendo de sua atribuição a condução do inquérito policial militar para crimes militares definidos pelo Art. 9º. do Código Penal Militar). Bastante próximo do que se tem hoje.

O Código de Processo Penal ao privilegiar o inquérito policial (sem, no entanto, defini-lo) e desprestigiar o juizado de instrução “prefere o critério geográfico ao critério político; a imensa extensão territorial brasileira como argumento para inviabilizar os juzizados de instrução favorece manter nas mãos do executivo e sobretudo dos órgãos policiais o processo penal.”<sup>531</sup> Na época, o juizado de instrução era o modelo avançado que aparecia em vários países da Europa, hoje já superado.<sup>532</sup>

A própria configuração das delegacias tendo nos delegados os “donos do inquérito” e nas varas criminais os juízes como “donos da ação penal”, dadas as dimensões territoriais do Brasil, reforçaria a já estreita ligação entre juízes e polícia. O que legou dificuldades à implementação de um controle externo da polícia pelo Ministério Público a partir da Constituição da República de 1988.<sup>533</sup>

O vestibulo de ingresso de um delito na órbita oficial, indo da ciência do fato criminoso até a indicação do autor, situa-se na área policial. A completção da eventual rotulação do criminoso dá-se no campo judicial. Para a ocorrência desta segunda etapa, impõe-se necessariamente (afora mínimas exceções, que só confirmam a regra) haja acontecido a primeira.

<sup>529</sup> O projeto foi elaborado por uma comissão composta por Cândido Mendes de Almeida, Vieira Braga, Nelson Hungria, Narcélio de Queirós, Roberto Lira e Florêncio de Abreu (Cf. ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 222).

<sup>530</sup> Alguns comentários sobre a expressão “inquérito policial”: LOPES JR, Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional*. v. I. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 245.

<sup>531</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 218.

<sup>532</sup> LOPES JR, Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional*. 2010, p. 245.

<sup>533</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 219.

Pelo menos, no mundo ocidental assim parece ser. Na América Latina, com certeza.<sup>534</sup>

O modelo e o sistema no qual então foi inserido o inquérito policial repercutiram, inclusive, no modo de atuar da polícia incumbida das atividades de investigação e de apuração (a polícia judiciária). Desde o momento em que se instaura o inquérito policial até a produção do *relatório*, com as características que lhe atribui o modelo de 41, a larga discricionariedade (e, por vezes, arbitrariedade) da autoridade policial resta favorecida. Fato que já vinha desde o Império como motivo das recomendações feitas pelos Ministros da Justiça desde 1865, como já assinalado.

Como contraponto, inserindo fato da *micro-história*, cabe citar o *Crime do Restaurante Chinês*, ocorrido em São Paulo, numa quarta-feira de cinzas, em 1938: um homem negro, jovem e pobre, de nome Arias é acusado de assassinar brutalmente quatro pessoas usando um pilão. Torturado pela polícia, confessa o delito; em juízo, retrata-se, sendo absolvido. O resultado de quatro a três pela absolvição repete-se no segundo júri. O Ministério Público interpõe novo recurso, em decisão de dois a um, a absolvição é mantida.<sup>535</sup>

No julgamento perante o Tribunal, o Desembargador Amorim Lima, que votou pela condenação de Arias, fez interessante observação sobre a credibilidade à palavra da polícia, no que toca à obtenção da confissão (que tem atravessado as décadas e hoje é ainda alardeada mesmo no Supremo Tribunal Federal), ao asseverar que:

[...] a autoridade policial, como toda autoridade pública, tem a seu favor uma presunção de verdade, com referência ao exercício de suas atribuições. E, em seu benefício, milita também um pressuposto de isenção e honestidade,

---

<sup>534</sup> THOMPSON, AUGUSTO F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 243.

<sup>535</sup> FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

que não é lícito pôr de lado, senão mediante demonstração bem concludente.<sup>536</sup>

Para Boris Fausto, que contrapõe a *sorte* de Arias de Oliveira (que permaneceu preso durante todo o tempo) a de outro negro Leônidas da Silva, que brilhava no mesmo período do crime, durante a Copa do Mundo, a decisão do Tribunal parece ter pretendido colocar um ponto final na história. Ressalta que para as autoridades policiais, os jurados e o Desembargador que votaram pela condenação ficou o sentimento de colocar um ‘terrível facínora’ nas ruas. O processo encerra-se sem que a polícia volte a investigar o autor (ou autores) verdadeiro do crime e com uma petição manuscrita de Arias que solicita a devolução de sua carteira de motorista, apreendidas anos antes, para poder trabalhar.<sup>537</sup>

Esse pode ser um de tantos casos que justificaria a discussão sobre o aproveitamento em juízo da prova produzida nessa fase (dado que o inquérito era uma *instrução* provisória<sup>538</sup>); inclusive pelos meios de investigação que poderiam prestigiar a tortura (embora ela aqui não fosse novidade).

A discussão sobre a utilização da prova nesses termos, vale lembrar, já se dava mesmo antes do Código de 41. Tal ocorria perante o Tribunal de Segurança Nacional, em face do Dec. lei 478, de 8 de junho de 1938 (que ampliou o Dec. lei 428, também de 38), que assim dispunha, em seu Art. 9º.: “Considera-se provado, desde que não eliminado por prova em contrário, o que ficou apurado no inquérito. Mas o juiz poderá, *ex officio*, reinquirir as testemunhas que neste depuseram.”<sup>539</sup>

---

<sup>536</sup> Cf. FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. 2009, p. 209. Vale conferir, o documento da *identificação criminal* de Arias e as perguntas que lhes foram formuladas pela autoridade policial, bem como as impressões desta a respeito de suas respostas, ao empregar o método Jung-Bleuler. O documento registra que Arias demonstrava dificuldades em compreender a inquirição, no item chamado “descrição da prova”. No item confissão, a observação é a de que: “Contráe os lábios. Aperta os maxilares. Móve os pés. Fala com veemencia, impaciencia e gesticulando.” (Obra citada, p. 129-129 verso).

<sup>537</sup> FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. 2009, p. 211.

<sup>538</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 222 (- grifo consta no original -).

<sup>539</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al. Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 469 (Nota 420, obra citada).



Daí decorre o ponto nodal e absolutamente relevante, com implicações para o tema em debate: o sistema processual que está imbricado no Código de Processo Penal de 1941. O modelo pode dar pistas sobre a relação entre magistratura e polícia, além de suas matrizes. A interferência política da época aí logrou assento, de modo distinto ao que ocorrera ao menos, não de forma tão veemente, na legislação penal constante do próprio Código Penal.

A própria finalidade da investigação e o destinatário daquilo que fosse produzido influenciariam o modo como ela seria conduzida, inclusive e especialmente no que concerne à figura do investigado. Talvez aí estivesse ao menos um ensaio do que atualmente se tem como um “processo penal de emergência”<sup>540</sup>, que discute a condição de *cidadão* (como aquele que é detentor de cidadania) do investigado. A legislação esparsa, todavia, já laborava nesse sentido, como referido, com a criação do Tribunal de Segurança Nacional (em 1936) quando decretado o *estado de guerra*. E a “comoção intestina de greve, com finalidades subversivas”<sup>541</sup> era a ele equiparada por autorização de emenda constitucional datada de 35.

Roberto Kant de Lima assinala um fato bastante relevante para a presente pesquisa que é, na atribuição e no exercício das funções da polícia, sua bastante aproximada relação (e talvez antagônica, segundo o autor, embora não livre de críticas) com a magistratura. O tal *policialismo judiciário*.

Parece existir aqui um ponto de relevo sobre tal proximidade: culturalmente admite-se que a polícia detém o conhecimento sobre a *verdade dos fatos*; ela *sabe* o que aconteceu e quem foi o autor. Assim estaria autorizada a torturar o acusado, tratar testemunhas como réus e evitar que, de algum modo, seja o acusado absolvido: seu julgamento seria melhor que o judicial. Igualmente, atua na função de prevenção, pois *sabe* quem é o *suspeito* e o marginal e pode tirá-los de circulação.<sup>542</sup>

<sup>540</sup> SILVA SANCHEZ, Jesús-María. *A expansão do Direito Penal: Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-industriais*. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

<sup>541</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 468.

<sup>542</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 57-59.

Essa observação de Kant de Lima poderia ser referendada por uma análise empírica de processos judiciais, nos quais é cada vez mais frequente que os policiais (normalmente os policiais militares e que realizaram a prisão em flagrante) figurem como as testemunhas do próprio flagrante (além de terem sido os *condutores*, na expressão jurídica). Depois, venham a ser arrolados como testemunhas da e pela acusação, prestando até mesmo compromisso legal e referendando o próprio ato praticado, o que segue justificando, a título de “prova” para condenar tais acusados.

A proposta do autor permitiria notar a pista de certa *cumplicidade* entre polícia e magistratura. Apenas como nota poderia ser referido o fato, a partir também de uma olhada das decisões judiciais (que cada vez mais vem repercutindo) proferidas em casos de homicídios praticados por policiais militares. Neles, algumas decisões de pronúncia flexibilizariam o “princípio” do *in dubio pro societate* (que, embora não escrito, segue justificando um sem fim de remessas ao júri para a *clientela tradicional* do direito penal) para homicídios rubricados como “autos de resistência seguidos de morte”, sem que se olhe a questão de fundo que tais casos evocam. O elevado número de mortes nessas circunstâncias parece produzir uma *falta* ou *falha* no *Arquivo*, como se tratará adiante.

A adoção do que fora produzido na fase investigatória, como prova apta, sobretudo, para condenar o acusado parecia estar resolvida pelas disposições trazidas no texto constitucional de 1988, em especial, no Art. 5º. (especialmente, nos Incisos LIV e LV), ao dispor de garantias como o devido processo legal e os corolários do contraditório e da ampla defesa. O fato é que, entretanto, seguem os tribunais repetindo que “inquérito não é processo” e, portanto, não se aplicam ali tais garantias. Isso impede que se avive a possibilidade de a um só tempo retirar a ampla discricionariedade da polícia na condução do inquérito policial e admitir a razão de um sistema acusatório ou de práticas acusatórias como se poderia construir como matriz do processo penal brasileiro.

Em 2008, as chamadas reformas pontuais do Código de Processo Penal brasileiro, produziram uma verdadeira quebra de estrutura e mesmo indicaram retrocessos em temas que já haviam, de certo modo, avançado doutrina e jurisprudência de modo garantista.<sup>543</sup> No que interessa ao presente texto, vale registrar as que vieram com a Lei 11.690/2008, que alterou os Arts. 155 e 157, do Código de Processo Penal. A nova redação do Art. 155 proibiu ao juiz “fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação” e a do Art. 157 indicou ser possível admitir provas derivadas das ilícitas quando advindas de *fonte independente*. O parágrafo 2º do mesmo Art. 157, reformado, esclarece que: “Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.”

O fato é que – longe de evitar que o que fora produzido na fase de investigação servisse como limite para o oferecimento de denúncia-crime, ou seja, lastrear provisoriamente a acusação inicial – acabou por se dar ao magistrado a fuga pela hermenêutica e pelo discurso. Isso no que concerne ao Art. 155, CPP, ao fazer o “cotejo da prova” para superar o termo “exclusivamente”. Valorizando-se algo que já deveria ter sido banido.

O problema se encontra no termo *exclusivamente*. Esse dispositivo tem servido para alimentar uma prática já antiga de cotejar os elementos do inquérito policial com os demais elementos coligidos durante a instrução criminal, o que tem como resultado uma prática inquisitorial degenerada, na qual o contraditório judicializado apenas reforça a persecução penal alheia às garantias fundamentais do sujeito permitindo as mais graves violações a direitos humanos e fundamentais.<sup>544</sup>

---

<sup>543</sup> Conferir crítica sobre as ditas reformas: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *As reformas parciais do CPP e a gestão da prova: segue o princípio inquisitivo*. Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo. Ano 16. V. 188. 2008, p. 11-13.

<sup>544</sup> LOPES JR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Investigação preliminar no processo penal*. 5a. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2013, p. 302-304. Sobre o problema do cotejo de provas e a contaminação do juiz pelos pré-juízos: LOPES JR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Investigação preliminar no processo penal*. 2013, p. 209-213.

No outro item (o Art. 157, CPP), embora a Constituição da República de 1988 proíba expressamente a utilização de provas ilícitas, o Código de Processo Penal ao mesmo tempo em que reforça tal proibição admite aquelas derivadas das ilícitas se provenientes de “fonte independente”. A violação frontal à norma constitucional é evidenciada por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho:

Não se salva da inconstitucionalidade nem o novo texto do art. 157, o qual aterra no âmbito infraconstitucional a regra do art. 5º, LVI, CR (“são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”), tentando explicitar a proibição à prova ilícita, como se para ganhar vida a Constituição fosse preciso uma reforma no CPP, algo muito próprio de um Brasil Profundo em matéria de respeito e aplicação das leis.

Ora, os §§ 1º e 2º, com conceitos indeterminados (o princípio da taxatividade não convive com eles em um espaço democrático porque a CR não deixa), quase acabam com o direito do cidadão, mais uma vez criando-se restrições onde a CR não criou e, pior, deixando a completude delas ao “critério” do juiz. Afinal, quem, de fato, dirá o que é e quando se dará uma derivada de outra ilícita em face do “nexo de causalidade” ou quando ela poderia ser obtida “por uma fonte independente” (§ 1º).

Não bastasse isto, quando se fala de “fonte independente” (quer-se, como na velha jurisprudência dos conceitos, bloquear a interpretação pela definição legal, imaginando ser isto possível ou já se sabia e se fez de propósito?), quem dirá o que são “trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal”, nos termos do § 2º?<sup>545</sup>

Dos itens destacados – os Arts. 155 e 157, do CPP – é possível vislumbrar, além das permanências e até mesmo do reforço de uma matriz inquisitorial – o prestígio que o magistrado pode dar ao que fora produzido pelas polícias. Faz-se interessante observar que tais alterações legislativas, acabaram por reforçar a possibilidade de adoção das provas produzidas na fase de inquérito policial; mais ainda, as derivadas das ilícitas. De assinalar, que no amplo leque de ilicitudes, para além das escutas telefônicas ilegais, tem-se a tortura ainda a rondar a investigação.

---

<sup>545</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *As reformas parciais do CPP e a gestão da prova: segue o princípio inquisitivo*. 2008, p. 11-13.

Não fosse isso, como dificuldade para afastar certa tranquilidade em valer-se do que vinha da investigação, não apenas para a denúncia-crime, mas para a própria sentença condenatória, cabe registrar, mais uma vez, que tem sido comum tanto no âmbito da justiça estadual, quanto no âmbito da justiça federal, que se valha dos depoimentos prestados pelos próprios policiais. Policiais que atuaram na prisão em flagrante-delito, que participaram de *blitzes* ou de operações policiais, não raro, tem composto o rol de testemunhas das denúncias do Ministério Público. Que testemunharam esses policiais? O fato praticado, provavelmente, não. São testemunhas do seu trabalho.

Mas os juízes criminais de primeiro grau têm suas decisões referendadas pelos tribunais locais e superiores. Desses julgados alguns elementos comuns, como fundamento das decisões: “os policiais como funcionários públicos que são gozam de presunção de veracidade em suas afirmações.”<sup>546</sup>

---

<sup>546</sup> Confiram-se alguns julgados:

CRIMINAL. HC. NULIDADES. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. CONFISSÃO SOB TORTURA. AUSÊNCIA DE DEFENSOR. ATOS DO INQUÉRITO POLICIAL NÃO-ASSINADOS PELA AUTORIDADE COMPETENTE. IRRELEVÂNCIA. PEÇA MERAMENTE INFORMATIVA. PROVA TESTEMUNHAL QUE NÃO TERIA RETRATADO A VERDADE DOS FATOS. IMPROPRIEDADE DO MEIO ELEITO. PATRONO QUE TERIA SIDO IMPEDIDO DE TER VISTA DOS AUTOS E ENTREVISTAR O SEU CLIENTE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INTERROGATÓRIO.ATO PRIVATIVO DO JUIZ. DIREITO CONSTITUCIONAL DE PERMANECER CALADO. OFENSA NÃO-VISLUMBRADA. ORDEM DENEGADA.(...) III - O fato de que alguns dos atos de investigação não possuíam assinatura da autoridade policial não implica na nulidade da ação penal decorrente do investigatório, não só porque não comprovado efetivo prejuízo, mas também, porque o inquérito policial é peça meramente informativa, instrutória, ainda mais se demonstrado que os referidos atos teriam sido assinados pelo escrivão, o qual, devidamente investido no cargo, conta com fé pública. (...). (Superior Tribunal de Justiça. 5.<sup>a</sup> Turma. Habeas Corpus n.º 22.526-MG. Relator: Ministro Gilson Dipp. DJ: 03.02.2003). (Disponível no sítio oficial do Superior Tribunal de Justiça: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revistaeletronica/inteiroteor?num\\_registro=200200600842&data=3/2/2003](https://ww2.stj.jus.br/processo/revistaeletronica/inteiroteor?num_registro=200200600842&data=3/2/2003) Acesso em 30 de mar. 2013).

“TRÁFICO - ART. 12, "CAPUT", DA LEI Nº 6.368/76 - TRAZER CONSIGO - NEGATIVA DE AUTORIA - ADMISSÃO DA POSSE DA DROGA NA FASE POLICIAL - RETRATAÇÃO EM JUÍZO - IRRELEVÂNCIA - CONDENAÇÃO AMPARADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS - DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS QUE EFETUARAM O FLAGRANTE - HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS - VALIDADE - PENAS - FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL - RECURSO DESPROVIDO - VALOR UNITÁRIO DOS DIAS-MULTA DA SANÇÃO PECUNIÁRIA - ADEQUAÇÃO AO REGIME LEGAL PRÓPRIO - PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL - HC 82.959, PLENO/STF.

O depoimento de policiais que efetuaram o flagrante pode ser meio de prova idôneo para embasar a condenação, principalmente quando tomados em Juízo sob o crivo do contraditório e se estão em harmonia com as demais provas produzidas nos autos." (TJPR - Ap.Crim. 323024-4, 3ª Câ. Crim., Rel. Bonejos Demchuk, DJ 7117: 02.05.2006). (Disponível no sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>. Acesso em 30 mar. 2013).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. AÇÃO PENAL. NEGATIVA DE AUTORIA. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA. (...) 2. Posiciona-se a doutrina, bem como a jurisprudência deste Superior Tribunal, no sentido de que os depoimentos de policiais, devidamente confirmados em juízo,

Parece ser possível cogitar que, embora se saiba de práticas ilegais ocorridas em boa medida nas ruas e nas delegacias, ambigualmente o que daí vem serve para condenar, mas não para absolver. A um só tempo validam-se condenações mediante provas obtidas nas delegacias – embora se saiba que lá no inquérito é uma fase inquisitiva, sem contraditório e sem ampla defesa – pois a prova é válida, está coerente (é o tal *cotejo*) com os demais elementos de prova. Mas não servem as mesmas provas em face de atos que indicam ilegalidades cometidas pelos próprios policiais (em casos de corrupção e tortura, ou ainda na restrição ao exercício de direitos, como o de estar acompanhado por seu Advogado ou de não fornecer elementos de prova contra si) ou mesmo para absolver os acusados. Uma moeda com, ao menos, duas faces.

Interessante observar que a quebra do que seria um trabalho em conjunto entre polícia e magistratura, chega a ser objeto de notícia. Recente decisão nessa linha foi objeto de matéria na Revista *Conjur*, da área jurídica:

É bem verdade que os depoimentos de policiais nos processos criminais são prestigiados pela doutrina e jurisprudência. No entanto, tal prova deve ser analisada à luz das demais produzidas nos autos, uma vez que a simples condição de policial não traz garantia se ser o mesmo considerado infalível em suas

---

constituem-se prova idônea à condenação.

3. Ordem denegada." (HC 28417/SP, HC 2003/0076891-7, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJU 06/02/2006, p.326). (Disponível no sítio oficial do Superior Tribunal de Justiça:

[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200300768917&dt\\_publicacao=06/02/2006](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200300768917&dt_publicacao=06/02/2006).

Acesso em 30 mar. 2013).

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS.ART. 33, CAPUT, LEI 11.343/06. RÉU PRESO.RECURSO DA DEFESA. ANÁLISE, DE OFÍCIO, DE PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL. REQUISIÇÃO E REGULAR COMPARECIMENTO AO INTERROGATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO.ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. FLAGRANTE FORJADO E DE TORTURA NÃO COMPROVADOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DAS DECLARAÇÕES DOS POLICIAIS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE USO.IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPROVADA A POSSE PARA O USO. REDUÇÃO PARA ABAIXO DO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO. ART. 33, § 4º, LEI 11.343/06. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PARA A PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE.DIVERSIDADE DE DROGA ALTAMENTE LESIVA.NÃO INDICADA A SUBSTITUIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, COM REDUÇÃO DA PENA, DE OFÍCIO. O depoimento de policiais militares possui relevante valor de prova, pela premissa de que o servidor público, investido de autoridade, tem o dever funcional de colaborar para o esclarecimento dos fatos e para a aplicação da lei penal. (TJPR, AC 0449791-2, Rel. Des. Jorge Wagih Massad, 5ª Câmara Criminal, DJ. 14.02.2008). (TJPR - 5ª C. Criminal - AC 965111-4 - Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Maria José de Toledo Marcondes Teixeira - Unânime - J. 31.01.2013). (Disponível no sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: <http://www.tjpr.jus.br/consulta-2-grau>. Acesso em 30 mar. 2013).

ações, especialmente naquelas decorrentes da sua função, exercida, quase sempre, em situação de intenso estresse. (Autos sob n. 0006620-40.2012.8.08.0024-024.12.006620 - Natureza: Tóxicos . Data de Ajuizamento: 23/02/2012 ; 4ª VARA CRIMINAL de Vitória Distribuição Data: 27/02/2012, Juiz: ROSA ELENA SILVEROL).<sup>547</sup>

A ausência de expressa indicação na Constituição da República de que o texto de 1988 teria adotado uma matriz *acusatória*, apesar de as garantias individuais seguirem nesse sentido, parece permitir para alguns a permanência de um discurso e uma prática inquisitivos. Isso apesar de se poder objetar que a Inquisição nem fez e nem pretendeu fazer tudo que a ela se atribui. A miragem do forte influxo inquisitório ainda presente tanto no discurso quanto na praxis do sistema de justiça criminal admite considerar que é na seara processual penal que se pode coletar a ideologia e a orientação política não apenas da *justiça*, senão do próprio Estado.

Essas considerações talvez permitam entender – apesar das críticas<sup>548</sup> que se possa fazer ao Projeto de Lei do Senado 156/2009<sup>549</sup> – os motivos políticos e ideológicos que ainda não o conduziram até final tramitação (em contraponto ao trâmite bem mais célere do PLS 236/2012, sobre a reforma do Código Penal, apesar de todas as críticas bem mais severas). Alguns desses motivos foram apresentados, inclusive em defesa do modelo *inquisitorial* do Código de Processo Penal da década de 40, como a manifestação da Associação dos Juizes Federais (AJUFE), através da Nota Técnica 15/2009-AJUFE.

A proposta de Reforma Global do Código de Processo Penal estabeleceu expressamente a adoção da estrutura acusatória, indicando a aplicação da principiologia que a sustenta (contraditório e ampla defesa – Cf. Livro I, Título I, Arts. 1º. a 7º.). Fez mais, reconduziu os sujeitos processuais aos

<sup>547</sup> Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-ago-26/depoimento-policia-si-nao-vale-prova-condenacao>. Acesso em 17 mar. 2013.

<sup>548</sup> Nesse sentido a coletânea em dois volumes produzida pelo Núcleo de Direito Processual Penal do PPGD-UFPR, sob a coordenação de Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, em conjunto com Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho: O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009 e 2010.

<sup>549</sup> Texto integral disponível no sítio oficial do Senado: <http://www.senado.gov.br>.

seus *lugares* constitucionais<sup>550</sup>. E, daí, vieram as críticas mais severas, especialmente, ao fato de que a proposta incorreu em demérito tanto às polícias quanto aos magistrados (o que carregou a maior parte das manifestações da AJUFE e das Associações de Delegados). O sentido parece ter sido exatamente o contrário.

A investigação criminal (Livro I, Título II, Arts. 8º. a 13) seria realizada com a presença do defensor, colhendo-se apontamentos sobre os depoimentos das testemunhas e preservando o investigado. Os atos que estão sob a reserva de jurisdição precisariam ser submetidos ao *Juiz das Garantias*, que atuaria sem investir na produção da prova, senão na análise dos pedidos formulados, preservando o investigado. O ponto nodal é que o juiz que venha a atuar na fase preliminar, não poderia – pela contaminação com o conhecimento da prova – estar na fase processual. Além de se recolher à função de julgar, não lhe sendo permitido enveredar pela produção *sponte propria* da prova, sendo controlada a sua atividade pela acusação e pela defesa.

Vale registrar que o modelo proposto pretende ao mesmo tempo se desvincular do *policialismo judiciário* e não referendar o *juiz de instrução*.<sup>551</sup> Afastando, ainda, a proximidade processual entre delegados e magistrados e o descolamento de uma matriz neolombrosiana de que é dado às polícias *conhecer* o crime e o criminoso.

Isso pode representar a quebra fundamental do princípio *inquisitivo*, embora se saiba que a travessia cultural implicada no sistema de justiça criminal está para além de um texto legislativo. Os impeditivos à mediação secular entre

<sup>550</sup> Conferir a apresentação do Anteprojeto feita pela Comissão de Juristas para a Reforma Global do Código de Processo Penal, integrada pelo Professor Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

<sup>551</sup> CASARA, Rubens. C. Juiz das Garantias: Entre uma Missão de Liberdade e o Contexto de Repressão. In *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009, p. 167-176; MARRAFON, Marco Aurélio. O Juiz de Garantias e a Compreensão do Processo à Luz da Constituição: Perspectivas desde a Virada Hermenêutica no Direito Brasileiro. In *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009, p. 145-158; SÁ, Priscilla Placha. Juiz de Garantias: Breves Considerações sobre o Modelo Proposto no Projeto de Lei do Senado 156/2009. In *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009, p. 159-166.



os *tribunais da polícia* e os *tribunais da justiça* podem levar – ao contrário – a uma valorização do *papel* constitucional dos sujeitos processuais, embora – a partir daí – cada um deva ficar no seu *lugar*.

#### 1.4. ***Polícia é coisa para homem (?!)***

**Na verdade, a violência feminina é difícil de pensar não apenas por razões militantes - a violência talvez não tenha sexo -, mas também porque põe em perigo a imagem que as mulheres têm delas mesmas.**  
(BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Coleção Sujeito e História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 75).

A configuração mítica grega atribui a morte a *Tânatos* e o amor a *Eros*. Deuses masculinos que representam os contrapontos que mediam o projeto que leva à humanidade, como refere Sigmund Freud, a discutir *civilização* e *barbárie*. Todavia, não se pode esquecer que a pulsão, a força física e a violência estão representadas por uma deusa mulher: *Bia* (em grego) e *Vis* (em romano), figuras que detêm o poder de arrasar. *Bia* senta-se com seus irmãos no trono de Zeus.

A criminologia psicanalítica do entre guerras, com a referência ao texto de Sigmund Freud, *O Mal-estar na civilização*, representaria para Eugenio Raúl Zaffaroni a um só tempo, de modo positivo, a quebra da moral burguesa e, de forma negativa, a dedicação a um evolucionismo etnocêntrico.<sup>552</sup> Para Vera Malaguti Batista, ainda haveria dificuldades para Freud diante do “embaraçoso problema do feminino.”<sup>553</sup>

As reflexões sobre o empreendimento levado a cabo no referido texto freudiano e as *impressões* sobre uma psicanálise inclusive vinculada à questão judaica estão no texto produzido por Jacques Derrida, *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana (de que se apropria esta pesquisa, para a analogia ao tema do

<sup>552</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología: aproximación desde un margen*. 2003, p. 208-212.

<sup>553</sup> BATISTA, Vera. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2011, p. 57.

*Arquivo*). Do *mal-estar da civilização*, o debate entre *Eros* e *Tânatos* e as feridas narcísicas estão no entorno da *civilização* e da *barbárie*.

Mas de Sigmund Freud, além dessa *matriz* e dessa *impressão*, é possível buscar sua reflexão acerca do sentimento de *guerra*, mesmo de uma pulsão de morte coletiva, nas cartas trocadas com Einstein<sup>554</sup>. A *guerra*, em particular o que se produziu no percurso da Segunda Grande Guerra, como a *barbárie* e a não superação das questões que ocupavam o cenário etnocêntrico por outros meios mais diplomáticos, valorizou a *morte* como solução final; como o *mal radical*.

A *guerra* lega um modo de agir tanto para o Soberano quanto para quem age em nome dele. Daí que o *ethos* guerreiro e os seus característicos de masculinidade, força, bravura, heroísmo e mesmo violência acabam por influenciar não apenas – mesmo já secularmente distantes do modo romano de guerrear – as Forças Armadas, como as herdeiras históricas do legado bélico-militar.<sup>555</sup> Influencia também as instituições policiais e não exclusivamente as polícias militares. Instituições que tem no homem a figura por excelência de suas fileiras. O *ser policial* encontra na *guerra* uma fonte para a construção identitária, o que seria próprio dos homens, pois as mulheres – em tese – estariam distantes disso.<sup>556</sup>

A concepção imagética e estética das *polícias* configura-se, assim, em torno de valores do *masculino* (representados pela uso de armas e das fardas), dada a exposição ao risco e à morte, ligados à guerra e aos seus conseqüências dos quais os homens seriam portadores naturais. Além do que, a atividade levada a cabo pelas *polícias* faz parte de uma aventura no âmbito do espaço público, como palco essencialmente *masculino*, reconduzindo as mulheres ao espaço privado, do lar e da casa.

<sup>554</sup> FREUD, Sigmund. Por que a Guerra? (Carta a Einstein, 1932). In *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, p. 417-435.

<sup>555</sup> Para algumas reflexões sobre a constituição do simbólico do *masculino*: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 2010, p. 45-67.

<sup>556</sup> SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Coleção Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 87.

A Antígona de Sófocles, que colocou em questão a figura do soberano ao desafiar a ordem de Creonte, ao impedir o enterro de quem não lutara em prol do soberano, parece exceção; sobrepõem-se as “mulheres de Atenas”, nos jogos de espera dos *guerreiros* ainda que sejam a *causa e a origem das guerras*.

A hierarquia, a ordem e a perfeição acompanhariam os homens, enquanto as mulheres estão alinhadas com a desordem e a imperfeição.<sup>557</sup> Parece evidente inferir que o debate de gênero aí se colocaria e que seria possível coletar, como relatam Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci, as dificuldades próprias enfrentadas pelas mulheres. Dificuldades tanto para o ingresso quanto para a permanência nesses espaços de marcada atuação *masculina*, especialmente no campo das polícias militares, onde a força e o perigo estão mais evidentes.<sup>558</sup> Também seria possível inferir que às mulheres se colocariam óbices próprios decorrentes de sua condição. Isso pode contribuir para que as *polícias* sejam ainda instituições compostas de forma absolutamente majoritária por homens.

A configuração institucional androcêntrica (quicá, falocêntrica) pode também ser decorrência de fatores culturais como as brincadeiras de “capa e espada” e de “polícia e ladrão”, típicas de meninos. Na inscrição de possibilidades das mulheres como policiais, não raro, aparecem no debate característicos como de um agir menos violento e por serem menos corruptíveis, atributos vinculados a maior honestidade e afetividade. Interessante observar que as cantigas dos policiais homens e das policiais mulheres dão certa contribuição para tanto: nas dos homens, a guerra e a bravura vencem a morte e ensejam honrarias e glórias; nas das mulheres, o amor e a oração contribuem para uma atuação menos conflitiva e menos violenta.<sup>559</sup>

Todavia, no cenário que inspira o tema do *mal radical* (o da Segunda Grande Guerra) pode-se encontrar mulheres *nazistas*, como no relato de Elisabeth Badinter a partir do texto *Judasfrauen*, de Helen Schubert. Existiriam

<sup>557</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 304-306.

<sup>558</sup> SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 2005, p. 87.

<sup>559</sup> SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 2005, p. 89-93.

nas categorias de mulheres deladoras, as sádicas “que agiram por paixão e pulsões, por buscarem um gozo de natureza libidinal no fato de prejudicar terceiros.”<sup>560</sup> Era possível ali “matar pela palavra”, como faziam as mulheres que delatavam ou que trabalhavam para a SS. Mas o campo de ação também contava com sua participação: “Responsáveis pelas humilhações cotidianas e pela tortura das prisioneiras, elas tinham o direito de portar armas de fogo no trabalho e encarnavam a força. Participavam das operações de seleção, como elas mesmas reconheceram por ocasião do julgamento.”<sup>561</sup>

De todo modo, o *papel* das mulheres da SS como deladoras, colaboradoras e executoras do que fora um genocídio se coloca – no mais das vezes – como um destoar daquilo que delas se esperava: a inocência e o amor.

Algumas reflexões desde aí podem ser suscitadas, com o mesmo pano de fundo histórico, a partir de “O Leitor”, de Bernhard Schlink, em torno da personagem Hanna. A personagem se suicida, talvez por não suportar a *culpa* pelos crimes de que era acusada ou pela *vergonha* de seu analfabetismo, mais presente lá nas mulheres que nos homens.<sup>562</sup> Quem sabe o texto não inverte os papéis: ao homem, o da inocência; à mulher, o da *nazista*. A *confissão* no texto chama a atenção, inclusive pelo fato de que assumir o crime evitaria *confessar* o analfabetismo. O menino-amante de Hanna, agora jovem estudante de direito, por seu saber-poder pretendia *dizer* o melhor para Hanna.<sup>563</sup>

Já se sabe das questões todas em torno da *confissão* e da *enquête* em que o mesmo Édipo que permite a discussão da questão *feminina* por Freud, é o Édipo-rei que aparece no debate sobre a *verdade* e o sistema de justiça criminal.

Não apenas em casos episódicos, mas no cotidiano, a violência feminina pode ser encontrada (fora dos atos típicos, entendidos como tais os abortos e as mortes dos companheiros), assim como os casos de abuso de poder.

<sup>560</sup> BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. 2005, p. 78.

<sup>561</sup> BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. 2005, p. 79.

<sup>562</sup> SCHLINK, Bernhard. *O Leitor*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Record, 2009. Em especial, p. 145-149.

<sup>563</sup> Sobre as várias possibilidades de interpretação desse texto, a partir da psicanálise e do direito: *Direito e Psicanálise: interseções e interlocuções a partir da obra O leitor de Bernhard Schlink*. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2012.

Embora nesse terreno também, cultural e historicamente, os homens figurem como seus personagens principais.<sup>564</sup>

De modo mais recente e a partir de uma construção imagética, especialmente pelas mídias de massa, mulheres tem protagonizado papéis policiais envolvendo com frequência – de forma caricaturada – o que seriam características *femininas* típicas: a beleza e o “sexto sentido”, em especial.

Na década de 90, o seriado “Dama de Ouro” protagonizado pela personagem Kate Mahoney é exemplo disso. Atualmente, um seriado exibido no canal fechado GNT, na forma de documentário, traz histórias *reais* de delegadas da polícia civil do Rio de Janeiro, com o nome “Mulheres de Aço”. Esse tipo de abordagem, que coloca como o êxito da mulher sem renunciar ao *feminino*, alcançaria a mídia de massa da Rede Globo ao veicular no chamado “horário nobre” uma delegada da polícia federal, com atributos típicos de mulher, que a colocam – quem sabe propositadamente – com uma vida materna e matrimonial fora de um arranjo tradicional.

Entretanto, mais do que a questão de gênero que o debate suscita, no plano do registro simbólico é interessante a questão do *feminino* como uma subjetividade que pode se inscrever a partir de outra demanda, de um outro olhar. A *histeria*<sup>565</sup> da mulher (que não *sabe* o que quer) e a demanda por esse olhar levariam Sigmund Freud no caso Anna O. a interrogar *o que querem as mulheres*<sup>566</sup>. Já na visão de Joel Rufino dos Santos, é pelo olhar da mulher que se pode rasgar a história da violência<sup>567</sup> e que se podem abrir, segundo Joel Birman, *frestas* para outro futuro<sup>568</sup>.

O que se demanda às *polícias*, como ordem e como permanência, pode sofrer uma descontinuidade a partir do *feminino* e de uma desordem que

<sup>564</sup> BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Coleção Sujeito e História. 2005, p. 90-92.

<sup>565</sup> SOLER, Colette. *O que Lacan dizia das mulheres*. Trad. Vera Ribeiro. Rev. Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 2005, p. 121 e ss. A autora suscita o fato de que se deve algo a este sujeito histórico e por isso, para ela, é possível falar em uma *Hystória*, em referência a *hystérie*, em francês.

<sup>566</sup> Sobre a questão do feminino: FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina. In *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2010, p. 372-398.

<sup>567</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004.

<sup>568</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006.

indica não existir necessariamente um único modo para lidar com as coisas, tampouco no que se refere ao crime e ao criminoso. Mais: que tudo isso ou os modos de lidar com isso talvez não impliquem necessariamente em *guerra* e em *mortes*.

## Capítulo II – A prisão como *lugar* e não-*lugar* de *Arquivo*: recolhendo impressões no sistema prisional brasileiro

*Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior. (...) “Arquivo” é somente uma noção, uma impressão associada a uma palavra e para a qual Freud e nós não temos nenhum conceito. Temos somente uma impressão, uma impressão que insiste através do sentimento instável de uma figura móbil, de um esquema ou de um processo in-finito ou indefinido.*  
(DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 22; 43-44).

### 2.1. Da Ágora ao *shopping center*: mediações pelos *Arquivos* das prisões

“O que somos  
é algo distante  
do que fomos  
ou pensamos ser (...)  
A quem interessar possa:  
Estamos abertos à visita pública  
Sábados e domingos  
Das 8 às 17 horas.  
Favor não jogar amendoim.”

(ALVERGA, Alex Polari de. *Inventário de cicatrizes*. Rio de Janeiro, C. B. Anistia, 1978, p. 41.  
In *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan.  
Ano 7, Número 12, 2º. semestre, p. 408).

A Ágora, ainda que simbolicamente, representava o palco grego para cidadãos ativos (excluindo-se escravos, estrangeiros, crianças e mulheres) que faziam política. Como prolongamento de sua vida privada estava o exercício da vida pública. A decisão política era tomada no espaço público pelo povo.

Quando se fala em globalização, particularmente na perspectiva do econômico, com as ingerências do capitalismo e sua dimensão macro propiciada pelo *neoliberalismo*<sup>569</sup>, o tom parece residir no processo produtivo. Evidenciam-

<sup>569</sup> Para considerações sobre o *neoliberalismo*: HARVEY, David. *Neoliberalismo, história e implicações*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola. 2008. Acerca dos reflexos no âmbito do sistema de justiça criminal: WACQUANT, Lóic. Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. Semestres de 2010, Rio de Janeiro: Revan, p. 137-162; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje. Instituto Carioca de

se a concentração de renda e a financeirização do capital, a internacionalização do trabalho e o afrouxamento da intervenção do Estado em prol do social de um lado, com o acirramento da intervenção penal de outro. O espaço público do encontro passa a ser o supermercado e depois o *shopping center*.

Metáforas de *lugares* onde se exerce a cidadania à moda neoliberal, quando o cidadão torna-se ativo ao participar do único processo que boa parte da população tem acesso: o consumo das coisas produzidas com significados para a sua vida. Não é o produto pelo produto; é o valor simbólico que nele está impregnado como marco de inserção política e cidadã<sup>570</sup>. O supermercado e o *shopping center* colocaram-se no *lugar* da Ágora (o mítico espaço da democracia grega) e parecem ter nublado os espaços de uma vida comunitária (como possibilidade para o presente e o futuro).

Todavia, os efeitos colaterais produzidos por esse modo de vida e de conquista da felicidade ou que atrapalham a “tarefa política de consumir” precisam de um destino: a prisão<sup>571</sup>. A prisão que, modernamente, coloca-se como progresso em face das penas de morte constitui-se, talvez desde aí, contra todos os postulados democráticos, como *lugar* de sofrimento; sofrimento físico e mental. *Lugar* para o exercício de *tecnologias* e *disciplinas*, primeiro sobre o corpo e depois sobre a alma.

[...] a crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens?”<sup>572</sup>

---

Criminologia. *Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade*. Ano 5, Números 9 e 10, 1º e 2º. semestres de 2000. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, p. 75-84.

<sup>570</sup> Numa proposição de que isso pudesse ser desejado até mesmo por determinados atores internacionais: V. GEORGE, Susan. *O Relatório Lugano – Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI*. Tradução e notas de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

<sup>571</sup> Sobre a prisão e a sua reconfiguração ao longo do tempo: MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. 2005, p. 129 e ss.

<sup>572</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 18.



A travessia do tempo trouxe consigo a questão do *sofrimento* (não apenas ligado com a prisão), para além da *dor*, inclusive muitas vezes comparando as condições da prisão à sorte de pessoas que não cometeram delitos. Salta então o fato de que ainda a pena (e no real) a prisão representam a “arte dos efeitos” de que falava Michel Foucault. A denominação “direito penal”, francamente utilizada em detrimento da expressão “direito criminal”, dá bem conta dessa preferência (histórica) enquanto símbolo: aqui se marca mais pela pena do que pelo crime. Talvez por indicar aquilo que é a consequência não só jurídica de um fato, mas essencialmente a demonstração de uma economia política.

Ao se mirar as construções teóricas sobre os temas crimes e penas se vê que em relação a esta – a imaginar uma linha temporal – existiu notável dedicação. Em particular, as Escolas penais (como a Clássica e a Positiva), no que toca aos fins ou às funções da pena. Em cena, as discussões sobre as perspectivas das teorias retributiva, preventivo-geral e especial, até suas múltiplas facetas e concepções modernas. Vieram as teorias da prevenção geral positiva e prevenção especial negativa; mais voltadas à manutenção do denominado discurso oficial, tentando dar conta de uma razão de Estado e encobrir as funções latentes, denunciadas pelas teorias material-dialética e negativo-agnóstica.<sup>573</sup>

A recursividade ao sistema penal e aos serviços de polícia contra as condutas (vistas como crimes), pois praticadas por um conhecido grupo de

<sup>573</sup> Um caminho normalmente trilhado é o da concepção da criminologia crítica, que acolhe várias Escolas e vários autores, em que um dos expoentes é Alessandro Baratta (BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Tradução e prefácio de Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan. 2002), seguindo uma orientação marxista, e enfrenta o tema apontando a preferência penal por este grupo proletário. Mas vale assinalar que as correntes criminológicas, por vezes, querem explicar de alguma forma o fenômeno do crime e da criminalidade. Estas proposições ditas críticas – a da Criminologia e a da Dogmática – encontram no panorama do sistema penitenciário e nos seus “dados oficiais”, em diversos países, e igualmente no Brasil, o reforço para as suas teses sobre a preferência antes enunciada: o cenário é o de uma população carcerária pobre, jovem e de baixa escolaridade. Tais argumentos enfrentam uma tensão dialética, de um lado as Escolas de Criminologia tradicionais – como a Escola de Chicago – em que se pretende justificar as estatísticas criminais e de outro aquelas que denunciam as preferências recorrentes do sistema (V. YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Instituto Carioca de Criminologia. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan. 2002, p. 15-16) quando refere a limitação das orientações de esquerda e direita sobre uma concepção criminológica das causas da criminalidade). Conferir a crítica lúcida sobre esse drama: CARVALHO, Salo de. *Antimanual de Criminologia*. 2010.

peessoas e por isso podem ser tratadas com mais horror e mais truculência não é, entretanto, algo novo. Alessandro Baratta lembraria o labor de diversas instituições para reproduzirem a realidade social<sup>574</sup> como contributo ao controle social, iniciando-se logo no sistema escolar que “no conjunto que vai da instrução elementar à média e à superior, reflete a estrutura vertical da sociedade e contribui para criá-la e para conservá-la através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização”<sup>575</sup>, que controlam a insubordinação.

Essa prática de se valer das instituições, em particular as penitenciárias, para ditar ou reprimir comportamentos estaria representada pelo *Panóptico* e por um de seus notórios idealizadores: Jeremy Bentham<sup>576</sup>. Assim como indicado por Dario Melossi e Massimo Pavarini<sup>577</sup> e antes deles Georg Rusche e Otto Kirchheimer<sup>578</sup>. Para tanto, as instituições valiam-se mesmo de uma *tecnologia* usada primeiramente sobre o corpo e depois sobre a alma, como refere Michel Foucault, o qual também mira *O Panóptico*.<sup>579</sup> Pois “a prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito, da pena-representação, da pena função-geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita.”<sup>580</sup> Esse *lugar de arquivo* parece ter sido não raro frequentado pela classe trabalhadora, senão também pelos indesejáveis. *Lugar de arquivo* do soberano.

Dadas as concepções sobre os fins da pena, especialmente no embate entre o discurso oficial e as funções latentes, polarizam-se modos de concepções político-criminais por vezes extremos. Representados de um lado pelo

<sup>574</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal* – Introdução à Sociologia do Direito Penal. 2002, p. 171-173.

<sup>575</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal* – Introdução à Sociologia do Direito Penal. 2002, p. 172.

<sup>576</sup> BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. 2ª. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

<sup>577</sup> PAVARINI, Massimo; MELOSSI, Dario. *Cárcere e Fábrica*. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan. 2006.

<sup>578</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. Tradução, revisão técnica e nota introdutória de Gizlene Neder. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. v. 3. Rio de Janeiro: Revan. 2004.

<sup>579</sup> Referindo-se ao final do Século XVIII, o autor assevera que este é um “momento importante. O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Terminada uma tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que ater-se, agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea”. (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 18-19).

<sup>580</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005, p. 95.

Abolicionismo Penal (Nilo Batista, Eugenio Raúl Zaffaroni<sup>581</sup>, Thomas Mathiesen<sup>582</sup>, Louk Hulsman<sup>583</sup>, Edson Passetti<sup>584</sup>, entre outros<sup>585</sup>) e de outro pelo Tolerância Zero, ligado à Teoria das “janelas quebradas”, que no limite ainda difunde o discurso da “ressocialização” ou alinha-se à *doutrina do direito penal do inimigo*<sup>586</sup>.

O fato é que – como ressalta Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – é preciso colocar em debate os discursos da retribuição e da ressocialização por não ser possível abandonar toda a gente presa, “porque tende a liberar – como de fato libera – a todos, mas principalmente os operadores da execução penal, do fardo de conferir ao preso as condições mínimas exigidas pela Constituição da República, a começar pela dignidade da pessoa humana. O preso, assim, tende a virar objeto, a ser ‘coisa’ e, pior, a ser tratado como tal.”<sup>587</sup>

<sup>581</sup> V. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Tradução de Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991; *et al. Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*, e *et al. Direito Penal Brasileiro: segundo volume Teoria do Delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade*. Rio de Janeiro: Revan. 2010.

<sup>582</sup> Este autor, segundo refere Karina Nogueira Vasconcelos, lembra que o fenômeno pode ser pensado em três momentos históricos distintos: 1º) o desenvolvimento das casas de internamento, no século XVII, onde se internava de modo prevalente pobres, vagabundos, mendigos e pessoas desempregadas, que cometeram crimes contra a propriedade; 2º) entre os anos 1750 e 1825, em que o sistema penitenciário se apresenta como um lugar para punição dos criminosos, momento em que se instaura com força o modo de produção capitalista, onde ao cárcere se atribui uma função essencialmente disciplinar, eis que destinado a domesticar as classes trabalhadoras; e 3º) entre o final do século XX e o início deste, por um considerável aumento no número de detentos. (*O modelo punitivo-carcerário: entre a crise teórico-ideológica e o reafirmar-se político*. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais. V. 78. Ano 2009, p. 349-387).

<sup>583</sup> HULSMAN, Louk. Alternativas à justiça criminal. In *Curso Livre de Abolicionismo Penal*. Rio de Janeiro: Revan. 2004, p. 35-68.

<sup>584</sup> PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In *Curso Livre de Abolicionismo Penal*. Rio de Janeiro: Revan. 2004, p. 13-33.

<sup>585</sup> Seguem a linha de uma perspectiva de um sistema penal que trabalha na gestão da exclusão social ou na gestão da pobreza. Louk Hulsman e Thomas Mathiesen, com matrizes diferentes, mas sempre tendo em conta um traço de dominação e de desigualdade no sistema penal. Em Mathiesen encontra-se, igualmente, um forte apego ao marxismo.

<sup>586</sup> A expressão *inimigos* (do Estado) tem sido referida como de concepção de Günther Jakobs (embora não inicialmente por ele usada – Cf. *Direito Penal do Inimigo*. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes, 2ª. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009) para falar de um Direito Penal do Inimigo que por ter negado sua condição de cidadão ao cometer o crime e investir contra o Estado e a paz social faz com que o Estado possa usar contra ele todo um arsenal investigatório e punitivo que não precisa respeitar garantias, que só são conferidas a quem é cidadão. Há discussão teórica, cabe assinalar, que isso não é propriamente uma defesa a que se lançou o autor e sim uma constatação de uma prática, embora refira que só é possível falar em Direito Penal do Inimigo quando há um Estado de Direito, porque fora dele haveria inimigos por todos os lados; e o Direito Penal do Inimigo aparece como necessidade do Estado de Direito. Em contraposição a esta sua proposta, conferir: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo do Direito Penal*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan. 2007.

<sup>587</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 140.

O efeito nem sempre percebido – num Estado punitivo focado na vertente da *segurança pública* e penitenciária, como decorrência da mistura entre política criminal e o *desejo* da população – desemboca nas estatísticas criminais e até mesmo em sua manipulação: não apenas nos dados, mas no que eles *simbolicamente* podem representar. Talvez sequer exista um incremento real da criminalidade (com mais crimes), senão uma maior criminalização (mais gente acusada e presa).

A difusão do medo e da insegurança social (e as concepções superlativas de *segurança pública* e *nacional*) parecem ser largamente utilizadas como o mote para justificar a varredura social feita pelo modelo que se tem, que satisfaz os desejos da população e que gera economia. É por isso preciso estar atento aos efeitos desse *novo modelo econômico*. A economia – cujos alertas já se fizeram – é, portanto, tema imprescindível para o direito criminal, a fim de que se compreenda o paradoxo de que um *novo modelo econômico* que prega um Estado mínimo impõe um Estado máximo, pela via do direito penal.<sup>588</sup>

O Estado punitivo retira os “consumidores falhos do mercado” e utiliza-os como mais uma forma de financeirização do capital. Atuam as empreiteiras especializadas em construir presídios e empresas que fornecem “quentinhas”, e mesmo um reforço ao discurso *econômico* em torno da privatização como solução para a “má gestão” das finanças pelo Estado. Aqui aparece, em dupla consideração, a gestão do crime como produto político e econômico: a *economia política* e a gestão dos *arquivos* pelo soberano.

As estatísticas criminais têm como efeito, na adoção larga de uma política criminal essencialmente punitiva, o hiperencarceramento; que acompanha as hipérboles do modelo, como os supermercados, as *megastores* e os *shoppings centers*. Parece existir um fetiche tão fascinante de acumulação que permite – na linha de que tudo é superdimensionado – acumular até pessoas nos *arquivos* do sistema prisional. Pessoas desprovidas de sua condição humana, pois que o sistema cria uma escala de consideração pessoal, com gradações de seres

---

<sup>588</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje*. 2000, p. 76.

humanos. Poderia até mesmo se dizer que a questão é livrar-se do “supérfluo”<sup>589</sup> ou do “lixo”<sup>590</sup>.

As preferências do sistema de justiça criminal, que acabam por se evidenciar no hiperencarceramento (gerando *mega arquivos*), estariam idealizadas mesmo na gestão do aspecto comunicacional desses dados. Dados que são veiculados como sinônimo de “eficiência no combate à criminalidade” e como “sucesso das políticas de segurança”.

O capitalismo e o neoliberalismo, como sua vertente maximizada, seriam os contributos para conceber, de um lado uma *gente incluída*, que participa de uma vida boa e que tem acesso livre e privilegiado ao Estado e às coisas do consumo e ao *gozo ilimitado*; de outro lado, uma imensa multidão de pessoas, não só marginalizadas, mais precisamente *excluídas*, e que estão fora da condição de seres humanos.

A sociedade 20 por 80 é uma conclusão indescartável à análise. Com efeito, no ritmo em que vão as coisas, no século XXI bastaria 1/5 da mão-de-obra em condições de produzir para dar-se conta da demanda. A economia mundial, globalizada, seria sustentada por 20% dos candidatos a empregos, e os efeitos, por evidente, seriam produzidos em qualquer país. Os outros 80% estariam fora (excluídos) da produção, do consumo e, por conseguinte, do lazer. O sério do problema, como é sintomático, é que os cálculos alteram substancialmente as estatísticas atuais, onde as perspectivas reais de busca de uma vida melhor (com conforto) abrangem um número muito distinto; e contemplam gente em condições de dar-se conta da situação. Ludibrio é, quiçá, a palavra chave.<sup>591</sup>

Modelos que prestigiam de modo hiperbólico (a um só tempo) a propriedade e os bens de consumo para o *nós* e para os *outros* os mecanismos de controle (notadamente penais<sup>592</sup>), pois vistos apenas como custo social e estatal. Aí é que é difícil não outorgar certa razão aos argumentos da criminologia de

<sup>589</sup> Em alusão a Karl Marx: PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual*. In Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais. v.77, março-abril de 2009, ano 17, p. 313-330.

<sup>590</sup> BAUMAN, Zygmunt, *Vidas Desperdiçadas*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

<sup>591</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje*. 2000, p. 78.

<sup>592</sup> Conferir WACQUANT, Lôic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan. 2003, 3a ed., rev. e ampl.

base marxista que diz ser o Direito penal o *lugar* último (aqui pensado como o *arquivo do soberano*) da manutenção do capitalismo e sua versão contemporânea, particularmente quanto ao “descarte” e à “gestão do supérfluo”.<sup>593</sup>

Além de um lucro direto que o sistema obteria com o encarceramento em massa (pelas construções dos presídios, compra de armas e de grades, contratação de guardas, a gestão fantástica da alimentação e dos uniformes, o incremento dos aparatos tecnológicos para as polícias, etc.), tudo sob a batuta da otimização estatal, há um efeito também para a academia, para os juristas, para as polícias e para o judiciário.<sup>594</sup>

O sistema prisional que parece desde sempre desumano e cruel, incapaz de cumprir com os fins e as funções da pena (mesmo na linha do discurso oficial), conseguiu – dentro de uma perspectiva do modelo neoliberal – encontrar uma funcionalidade. Opera a gestão social da pobreza, que a um só tempo limpa a sociedade permitindo aos hedonistas consumirem com tranquilidade e segurança e transforma esse “expurgo”, esse “resto”, em um produto de ampla lucratividade, motivo pelo qual quanto maior o *Arquivo* melhor.

A linha francamente ascendente dos últimos vinte anos – no que toca ao número de presos – parece indicar que o aumento dos *Arquivos* corresponde à falência sistemática de um projeto de Estado social. Em 2000, a população carcerária (incluindo presos condenados e provisórios, no sistema prisional e nas delegacias de polícia) era de 232.755; já em 2010, esta população carcerária era de 496. 251 pessoas (ou seja, mais do que o dobro). Na metade desse período, ou seja, em 2005, apenas o gasto com os servidores era de R\$ 880.066.100,00.<sup>595</sup>

Faz refletir, também, que paradoxalmente com certa melhoria nos índices de natalidade e redução dos índices de mortalidade seja possível falar em

---

<sup>593</sup> Cf. PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual*. 2009. p. 317.

<sup>594</sup> Cf. PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual*. 2009. p. 318.

<sup>595</sup> Dados do sistema INFOPEN colhidos no sítio oficial do Ministério da Justiça, no link “Execução Penal”: Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 06 mai. 2013.

*gente sobrando*. *Gente* que está para além da mão-de-obra excedente. Os relatos de Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria, em *Dei delitti e delle pene*, davam conta – já em meados do século XVIII – do que se vê hoje: muita *gente* pobre presa. A história parece se repetir. Alguns sempre foram “mais humanos” que outros.<sup>596</sup>

Há mesmo certo empenho estatal e midiático em sustentar a interferência do sistema penal em primeira linha pelas polícias: depoimentos em *closes* dados pelas próprias vítimas faveladas das barbáries institucionais contra seus próprios pares. O modelo bélico permanece ao mesmo tempo como estratégia de segurança pública e de economia, pois a competitividade “tem a guerra como norma” mesmo que seja “numa batalha sem quartel”<sup>597</sup>. Por vezes, pode-se imaginar o irracional como uma reação a uma pretensa racionalidade.<sup>598</sup>

A estratégia, entretanto, não é nova. Desde há muito, assim laborava o Estado, como salienta Michel Foucault.

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separá-lo da delinquência, portanto separar nitidamente o grupo dos delinquentes, mostra-los como perigosos não apenas para as pessoas ricas, mas também para as pessoas pobres, mostra-los carregados de todos os vícios provocadores dos maiores perigos. Daí o nascimento da literatura policial e a importância nos jornais das crônicas, dos horríveis relatos de crimes.

...

[...] a prisão foi o grande instrumento para se recrutar. A partir do momento em que alguém entrava na prisão, ajustava-se um mecanismo que o tornava infame; e quando ele saía, não podia fazer nada diferente do que voltar a ser delinquente. Ele necessariamente caía no sistema que fazia dele um alcaçute, ou um policial, ou um denunciante. A prisão profissionalizava.<sup>599</sup>

<sup>596</sup> A concepção de John Locke e sua contraposição com Hobbes e seus reflexos penais pode ser pensada como a metáfora contratualista que permite admitir que há uma sociedade civil antes de um Estado: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo do Direito Penal*. 2007, p. 127.

<sup>597</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2010, p. 46.

<sup>598</sup> BORDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1998, p. 30-31.

<sup>599</sup> FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção Manoel Barros de Motta. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010, p. 163.

Da mesma visão partilha Zygmunt Bauman, embora por outro fundamento: “uma vez rejeitado, sempre rejeitado. Para um ex-presidiário sob condicional ou *sursis*, retornar à sociedade é quase impossível, mas é quase certo retornar à prisão [...] as prisões, como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para a de depósito de lixo.”<sup>600</sup>

A *prisão* e o que nela se encontra representam metaforicamente o *lugar* por excelência de onde é possível recolher e imprimir impressões; como se dali pudesse se obter o *projeto* e o *desejo*, o interior e o exterior. Jacques Derrida pondera que o princípio arcôntico (sua autoridade, genealogia, legalidade e legitimidade) contém a ideia de *consignação*. *Consignação* que implica na tendência de coordenar e afastar o segredo e o absoluto; mas há graves consequências (diante do segredo) para uma *teoria do arquivo* e sua realização institucional, “isto é, ao mesmo tempo, da lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza.”<sup>601</sup>

Talvez seja a *prisão-arquivo* o *lugar* onde se possa (re)colher impressões sobre o *mal-estar* porque ali se poderia notar como não apenas o simbólico, mas o real demonstram a proposta que parece ter sido levada a cabo por Sigmund Freud ao unir o termo *mal-estar* à *civilização*.

O discurso freudiano sistematizou aqui todos os impasses éticos presentes na modernidade, que teve na razão científica e tecnológica os seus fundamentos. A moral centrada agora no narcisismo, isto é, na exaltação desmesurada do eu, não admitia mais nenhum reconhecimento do outro enquanto tal. Isso porque as impossibilidades de satisfação erótica, que conduziam aos impasses do desejo, produziam tal violência e crueldade que os indivíduos seriam capazes das mais terroríficas matanças.<sup>602</sup>

A *civilização* e a *modernidade* aparecem como condição de possibilidade de um *mal-estar*.<sup>603</sup> As monstruosidades em nome da interdição e a

<sup>600</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 107-108.

<sup>601</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 14-15.

<sup>602</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 96.

<sup>603</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 63.



presença de um desamparo na subjetividade podem culminar no *mal-estar* dos arquivos.

## 2.2. Gozo do ódio e desejo de Arquivo

**Odiemos essas pessoas porque sentimos que aquilo que elas sofrem diante de nossos olhos bem pode se mostrar, e muito em breve, um ensaio de nosso próprio destino. Fazendo o possível para afastá-las de nossas vistas – recolhê-las, trancá-las em acampamentos, deportá-las -, pretendemos exorcizar esse espectro.**

(BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 158)

Sigmund Freud, na mediação entre Eros e Tânatos, indica que o sujeito que não tem direito ao amor (“Ama teu próximo como a ti mesmo”), teria direito não apenas à hostilidade, mas ao próprio *ódio*. Por isso, propôs que o enunciado tivesse outra redação: “Ama a teu próximo como ele te ama.”<sup>604</sup> Ainda que o *outro* seja uma tentação para satisfazer “minha” agressividade já que, como pondera Freud, não somos criaturas brandas e afáveis.

O *ódio*, entretanto, pode aparecer como fator estruturante da subjetividade e precisa se colocar em seu *lugar* para que se possa, segundo Jacques Lacan, renovar a função do saber. Para Lacan, “não conhecer de modo algum o ódio é não conhecer de modo algum o amor também.”<sup>605</sup> Isso revelaria, segundo Lacan, que se Deus não conhece o *ódio* seria então mais ignorante que os mortais e por isso propõe a mediação a partir do termo “*hainamoration*, uma enamoração feita de ódio (*haine*) e de amor, um *amódio*, é o relevo que a psicanálise soube introduzir para nele inscrever a zona de sua experiência. Era, de sua parte, um testemunho de boa vontade.”<sup>606</sup>

Em sentido bastante próximo, propondo que o *ódio* vem do material do *Outro* e é assim também original, Jean-Pierre Lebrun assinala que, embora

<sup>604</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 75.

<sup>605</sup> LACAN, Jacques. *O Seminário: Livro 20: mais, ainda*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M. D. Magno. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985, p. 120 (em *Letra de Uma Carta de Almor*).

<sup>606</sup> LACAN, Jacques. *O Seminário: Livro 20: mais, ainda*. 1985, p. 122 (em *O Saber e a Verdade*).

sendo também vida, deve-se evitar que dele (do *ódio*) se sacie. “É como se o ‘penso logo existo’ tivesse sido substituído pelo ‘gozo, logo sou’.”<sup>607</sup> É preciso diferenciar *ódio* e *gozo do ódio*:

[...] a satisfação que se pode tirar do fato de autorizá-lo, de deixá-lo em livre curso, e, portanto, gozar de odiar aquele ou aquela que está encarregado ou encarregada de transmitir-me esse traço da minha condição, mais do que de assumir que o meu ódio se endereça ao vazio. É o não discernimento entre esses dois lugares de endereçamento que gera, igualmente, o assassinato e a violência. Não é, portanto, o ódio como tal que deve ser proibido, dado que, de qualquer maneira, é impossível erradicá-lo, mas o que é necessário renunciar é o gozar de seu ódio. É manter-se no gozo do ódio que é proibido.”<sup>608</sup>

O “pendor de agressividade” e o “temor da malevolência” constituem obstáculos que obrigam a *civilização* a “grandes dispêndios”<sup>609</sup>, pois “espera prevenir os excessos mais grosseiros da violência, conferindo a si mesma o direito de praticar a violência contra os infratores, mas a lei não tem como abarcar as expressões mais cautelosas e sutis da agressividade humana.”<sup>610</sup> Isso, segundo o próprio Freud, não pretende “excluir da vida humana a luta e a disputa.”<sup>611</sup>

E é nesse contexto que Freud, tratando da questão instintual do sentido de preservação, remete de um lado à tarefa de Eros que une e junta tudo e de outro a Tânatos, seu adversário, que busca a dissolução e o retorno ao “estado primordial inorgânico”, que é a pulsão<sup>612</sup> de morte.<sup>613</sup> Tal pulsão de morte ocupa

<sup>607</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2003, p. 157.

<sup>608</sup> LEBRUN, Jean-Pierre. *O futuro do ódio*. Mario Fleig (Org.). Trad. de João Fernando Chapadeiro Corrêa. Porto Alegre: CMC. 2008, p. 29. Ainda: DIAS, Mauro Mendes. *Os ódios: clínica e política do psicanalista, seminário*. São Paulo: Iluminuras. 2012.

<sup>609</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 77.

<sup>610</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 78.

<sup>611</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 78.

<sup>612</sup> Sobre o conceito de pulsão em Freud, vale registrar a observação de Oscar Masotta: “Em primeiro lugar, a indagação das perversões sexuais serve a Freud para a constituição de seu próprio campo de conceitos. Surge, assim, o conceito de ‘pulsão’, que Freud distingue do instinto animal. A pulsão (alemão: *Trieb*) tem para Freud como característica fundamental a instabilidade do que a liga ao objeto. Em termos de definição, teríamos, então, que dizer que em Freud e em primeiro lugar – e está na base da teoria – não há uma relação de determinação da pulsão do seu objeto. Isto é, a pulsão não tem um objeto determinado, natural. Que a relação de determinação da pulsão a seu objeto não é uma relação de determinação necessária.[...] Para delimitar o campo da teoria, deve-se começar dizendo que a pulsão – ao contrário do instinto animal – não tem objeto. Essa ideia é fundamental. E somente a partir dela pode-se passar a falar das outras duas grandes ideias através das quais a psicanálise se constitui enquanto tal: o inconsciente freudiano (digo ‘freudiano’ porque houve um inconsciente antes de Freud) e a ‘transferência’; isto é, que o que ocorre entre médico e doente não é inocente, e, além disso, tem a ver

um lugar de onipresença por meio da destrutividade e da agressividade erótica e é este instinto que compartilha ao lado de Eros “o domínio do mundo”.<sup>614</sup>

A luta entre Eros e Tânatos, entre o instinto da vida e da morte, é para Freud “a luta essencial da vida”, “a luta vital da espécie humana”.<sup>615</sup>

Jacques Derrida assevera que, para Freud, “a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer, *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo.”<sup>616</sup> Suas *impressões* – as *impressões do arquivo* – tratam ao mesmo tempo da beleza do belo e das memórias da morte. Mas “a pulsão de morte não é um princípio. Ela ameaça de fato todo principado, todo primado arcôntico, todo desejo de arquivo. É a isto que mais tarde chamaremos de *mal de arquivo*.”<sup>617</sup>

Na disputa entre Eros e Tânatos, Freud aponta o aparecimento de uma influência externa: o medo da perda do amor e o medo social da tomada do *lugar* do pai pela sociedade, como quem pune. Embora a punição do mundo exterior seja mesmo uma espera do superego, que virá por meio do sentimento de culpa da severidade da própria consciência e do medo da autoridade<sup>618</sup>. O “preço do progresso cultural é a perda da felicidade pelo acréscimo do sentimento de culpa.”<sup>619</sup>

---

com toda a possibilidade de terapêutica futura. Algo que tem a ver com o passado do paciente que ele repete durante o tratamento e na sua relação com o analista.” (“*O Comprovante da falta*”: lições de introdução à psicanálise. Trad. de Maria Aparecida Balduino Cintra. Campinas: Papirus. 1987, p. 21/22). Adiante Oscar Masotta, ainda, pondera: “Na verdade, existe um texto de Freud no qual sugere que haveria uma só pulsão, de natureza masculina. Não duas pulsões, uma do homem e outra da mulher, mas uma e de natureza masculina para ambos. Mas aqui deveríamos deixar falar um raciocínio simples: se não há maneira de distinguir é porque não há distinção que possa ser utilizada com fins de poder. Se a pulsão do homem é masculina, de que lhe serve, já que a da mulher também o é?” (“*O Comprovante da falta*”: lições de introdução à psicanálise. 1987, p. 36). Tendo em conta a ideia de falta e da chamada “fase fálica” de Freud, Masotta observa que “o interessante da suposição de Freud não consiste, então, no descobrimento de que a sexualidade começa a estruturar-se desde muito cedo, mas, muito mais que isso é supor que essa sexualidade se estrutura em torno de uma falta: através do Falo, por onde há falta. Ou pela pulsão, a que não tem objeto determinado. Poderíamos dizer, para resumir, que na teoria de Freud *a falta tem lugar teórico*. E tal coisa ocorre porque se descobre na prática, na psicanálise como prática.” (“*O Comprovante da falta*”: lições de introdução à psicanálise. 1987, p. 37).

<sup>613</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 86. O autor lembra que tal instinto (o de morte) é tão importante quanto o da vida [*Por que a Guerra?* (*Carta a Einstein*, 1932). 2010, p. 427].

<sup>614</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 90.

<sup>615</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 91.

<sup>616</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 22.

<sup>617</sup> DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. 2001, p. 23.

<sup>618</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 93-95.

<sup>619</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização* (1930). 2010, p. 103.

Entrelaçam-se aí o processo individual e o cultural, por meio do qual a comunidade influencia o indivíduo. Onde se evidencia, para Freud, um superego individual e outro cultural (designado por *ética*), pois os processos psíquicos seriam mais perceptíveis ao coletivo que ao indivíduo. Ao se poder dizer que uma época cultural pode ser *neurótica*, em que há uma demanda, o difícil seria conceber uma “tentativa terapêutica”<sup>620</sup> coletiva, implicando a constatação de uma crise de autoridade para impor uma terapia<sup>621</sup> a essa *cultura*, a essa *civilização*. A solução pacífica, segundo Freud, seria uma mudança cultural de seus membros.<sup>622</sup>

Assim, parece ser possível e não exagerado dizer do *outro* como *objeto do gozo do ódio*, muito para além do *medo*; ou talvez o medo de que tais pessoas (em sua maioria, os pobres, mas também pedófilos, assassinos e traficantes) representassem – como propõe Bauman – o infortúnio de suas próprias vidas. Os *arquivos* seriam, assim, o *lugar* de um gozo punitivo.

### 2.3. (Des)afetos de *Arquivo: medo, culpa e vergonha*

Os que trabalham têm medo de perder o trabalho.  
 Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho.  
 Quem não tem medo da fome, tem medo da comida.  
 Os motoristas têm medo de caminhar e os pedestres têm medo de ser atropelados.  
 A democracia tem medo de lembrar e a linguagem tem medo de dizer.  
 Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas,  
 as armas têm medo da falta de guerras.  
 É o tempo do medo.  
 Medo da mulher ante a violência do homem e medo do homem ante a mulher sem medo.  
 Medo dos ladrões, medo da polícia.  
 Medo da porta sem fechadura, do tempo sem relógios, do menino sem televisão.  
 Medo da noite sem comprimidos para dormir e medo do dia sem comprimidos para despertar.  
 Medo da multidão, medo da solidão, medo do que foi e do que pode ser,  
 medo de morrer, medo de viver.

(Galeano, Eduardo. O medo global. In *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L & PM Editora. 2011, p. 83).

<sup>620</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 117-118.

<sup>621</sup> FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização (1930)*. 2010, p. 120.

<sup>622</sup> FREUD, Sigmund. *Por que a Guerra? (Carta a Einstein, 1932)*. 2010, p. 423.

O *medo*<sup>623</sup> que se sente na atualidade é o *medo* de tudo, particularmente o *medo* do *outro* (como alguém que não é igual a mim). Um modelo e uma *cultura* orientados por um *processo civilizador*, a partir do paradigma eurocêntrico e norte-americano<sup>624</sup> de um mundo *adulto, masculino, rico e branco*, parece fácil identificar quem é o *perigoso* (pertencente às “classes perigosas”), o *outro* ou o *inimigo*<sup>625</sup> de quem se tem *medo*: a criança e o adolescente, a mulher, o pobre, o negro, o pardo, o mulato.<sup>626</sup>

<sup>623</sup> A expressão *medo* pode ser pensada no contexto desta pesquisa sob vários pontos de vista, como se verá a partir do próximo Capítulo. Este vetor aparece em diversos autores: Vera Malaguti Batista: o medo como método para políticas públicas de segurança, com enfoque especial ao caso do Rio de Janeiro (O medo e o método. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 5, Números 9-10, 1º e 2º semestres de 2000, p. 187-195); Zygmunt Bauman: o medo como produto comunicacional e, especialmente, como produto *político*, no sentido de que não se está a querer expurgá-lo, senão fomentá-lo, como forma de sacramentar as atividades que trabalham com o *lixo*, como refugio do consumo: as *coisas* que se descarta e as *pessoas* que se descarta, considerando sua desnecessidade dado o contingente *exagerado* de quem nada produz, mas apenas *custa* ao estado, mas que sustenta duas indústrias: a da coleta do lixo das coisas e a da coleta do lixo humano; aí entra a polícia, seja como atividade da *segurança pública*, ou como a das empresas de *segurança privada* (*Vidas Desperdiçadas*. 2005; *Medo Líquido*. Trad. Carlos Alberto de Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008; *Confiança e Medo na cidade*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2009). Jesús-María Silva Sanchez, ao trabalhar a *sensação social de insegurança* como fomentadora do *medo* de tudo, mas o medo do outro, afetado pela atividades dos *gestores atípicos da moral* e pela atividade da *mídia* (*A expansão do Direito Penal: Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-industriais*. 2002). A cultura do *medo*, como fator de dominação no espaço público, como ideia de controle, pode ser pensada a partir de Iúri Mikhailovich Lótman [Que nos traz uma abordagem semiótica? (1980), p. 27-30 e Semiótica dos Conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>, p. 237-240]. In *Ensaio de Semiótica Soviética*. Introdução, seleção e notas de: Salvato Teles de Menezes. Tradução de: Victória Navas e Salvato Teles de Menezes. Lisboa: Horizonte, 1981. Com esta mesma perspectiva: CALLIGARIS, Contardo. A vergonha de ser pobre. In *Quinta Coluna*. São Paulo: Publifolha, 2008, p. 179-194) e COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150). Cabe destacar, ainda, o texto de: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. 2009, p. 294-297; p. 302; p. 476-478; 527-529), especialmente quando trata do *medo* da subversão (provocado pelos vagabundos, pobres e sediciosos) e do satanismo (provocado pela metade feminina, dando ensejo à repressão contra as mulheres e à cruzada contra a feitiçaria). Não se desconhece, entretanto, que o *medo* aparece em tantos outros momentos, como na expressão “todos contra todos”, fundando o princípio do medo universal que justificaria a monarquia. Agora, todavia, irá se falar em um medo atmosférico.

<sup>624</sup> Sobre estas culturas e a importação de modelos: DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. George I. Massiat. São Paulo: Paulus. 2005.

<sup>625</sup> Segundo Zaffaroni, “não é a quantidade de direitos de que é alguém privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto, é, quando alguém é privado de algum direitos apenas porque é considerado pura e simplesmente com um *ente perigoso*.” (ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo no Direito Penal*. 2007, p. 18). De novo, o contraponto de Günther Jakobs (*Direito Penal do Inimigo*. 2009). Surgiriam daí as “vertentes” Direito Penal do Inimigo e Processo Penal do Inimigo, *boas* para as propostas de Tolerância Zero e Lei e Ordem, com a negação total à dignidade e aos princípios republicanos que mesmo em seu *locus* privilegiado (os Estados Unidos da América, a *terra da liberdade*) de aceitação a partir do investimento teórico (n)dos *Chicago Boys*, o que permitiu, por exemplo, existir a Baía de Guantánamo e propiciar a execução midiática de Saddam Hussein.

<sup>626</sup> Cf. DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 2005, p. 17-21. O autor coloca a necessidade de compartilhamento da experiência latino-americana para que se coloque o clamor da fome e da compaixão por que gritam os “infelizes”. Estes “infelizes” de que trata o autor são “o pobre, o dominado, o índio massacrado, o negro escravo, o asiático das guerras do ópio, o judeu nos

A violência pode ter ficado por muito tempo destinada a segmentos sociais (como os acima indicados), o que faria com que passasse – de certo modo – imperceptível. Pondera Joel Rufino dos Santos, que em 1950 a violência parecia inexistente, em 1970, restringia-se a luta armada contra a ditadura, no ano 2000 tornar-se-ia *atmosférica*. A violência, do sonho da classe média, que se restringia a um determinado grupo social, ainda que majoritário, hoje está disseminada, desbordando em face de quem a exerceu historicamente. “A lista de violências a que chamamos de História do Brasil é absolutamente infinita.”<sup>627</sup>

O *medo* atmosférico em que parece estar imerso o Brasil pode estar também para além dele. Sobre o tema, vale destacar excerto do discurso proferido por Mia Couto nas Conferências de Estoril de 2011, no qual se valeu de parte do texto de Eduardo Galeano que abre esse tópico:

O medo foi, afinal, o mestre que mais me fez desaprender. Quando deixei a minha casa natal, uma invisível mão roubava-me a coragem de viver e a audácia de ser eu mesmo. No horizonte vislumbravam-se mais muros do que estradas. Nessa altura algo me sugeria o seguinte: que há neste mundo mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas. (...) É que para fabricar armas é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos é imperioso sustentar fantasmas. A manutenção desse alvoroço requer um dispendioso aparato e um batalhão de especialistas que, em segredo, tomam decisões em nosso nome. Eis o que nos dizem: para superarmos as ameaças domésticas precisamos de mais polícia, mais prisões, mais segurança privada e menos privacidade. Para enfrentarmos as ameaças globais precisamos de mais exércitos, mais serviços secretos e a suspensão temporária da nossa cidadania. (...) O sentimento que se criou é o seguinte: a realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade, imprevisível. Vivemos como cidadãos e como espécie em permanente situação de emergência. Como em qualquer outro estado de sítio as liberdades individuais devem ser contidas, a privacidade pode ser invadida e a racionalidade deve ser suspensa. Todas essas restrições servem para que não sejam feitas perguntas, como por exemplo, estas:

- Por que motivo a crise financeira não atingiu a indústria do armamento?
- Por que motivo se gastou, apenas no ano passado, um trilhão e meio de dólares em armamento militar?

---

campos de concentração, a mulher objeto sexual, a criança sujeita a manipulações ideológicas”. (DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 2005, p. 18-19).

<sup>627</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2001, p. 30.

- Por que razão os que hoje tentam proteger os civis na Líbia são exatamente os que mais armas venderam ao regime do coronel Kadafi?
- Por que motivo se realizam mais seminários sobre segurança do que sobre justiça? (...).<sup>628</sup>

Não se trata de propor o desperdício da experiência<sup>629</sup>, mas muito menos de importar ou de manter um modelo de sistema penal e sua autorreferente política criminal alheios a toda a história latino-americana. *Locus* em que os países – salvaguardem-se suas exceções – situados em uma periferia, no condomínio da pobreza, são o fruto de políticas colonialistas e imperialistas. Modelos em que dois fatores parecem contribuir para o estado de coisas: (i) a estratificação social pelo fenômeno da concentração de renda, a cultura do consumo, e a exclusão social polarizam o *ter* e o *ser*; e (ii) a notada influência católica, em que o arrependimento é sempre possível, pela infinita bondade Dele, pelo que se pode pedir e ganhar constantemente o perdão.

Parece ser preciso olhar – no transcurso histórico nacional – para uma *prática civilizatória* que se pautou numa *pedagogia do medo*; construindo uma *cultura* violenta, distante daquela inferência que Freud havia colocado para que se possa questionar se é possível trabalhar com a frase “ama teu próximo como a ti mesmo.”

O *medo* fomenta o sentido de *insegurança*, como falta de *segurança*; dentre as significâncias de *segurança* pode-se dizer, mesmo que em sentido literal: “estado, qualidade ou condição de seguro; condição daquele ou daquilo

<sup>628</sup> Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE&feature=player_embedded). Acesso em: 20 dez. 2012.

<sup>629</sup> A expressão remete à obra de Boaventura de Souza Santos, atentando ao perigo de se desperdiçar o que já se passou e o que se sabe (*Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. v. 1. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. 4ª. ed. São Paulo: Cortez. 2002). A própria experiência não vivida na América Latina não significa não reconhecer a experiência, como no caso de Emmanuel Lévinas que, embora situada em outro contexto, suscita a lembrança da retirada total da consciência do outro, inclusive com a perda do amor (LÉVINAS, Emmanuel. Diálogo sobre o pensar-no-outro (p. 268-276); O eu e a totalidade (p. 21-34); Do uno ao outro. Transcendência e tempo (p. 263-267). Todos em: *Entre nós: Ensaios sobre a alteridade*. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto (coord.), Evaldo Antônio Kuiava, José Nedel, Luiz Pedro Wagner e Marcelo Luiz Pelizolli. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes. 2005). Em igual sentido, tratando sobre a banalidade do mal, no mesmo contexto de Emmanuel Lévinas: Hannah Arendt, em vários de suas obras, aqui, especialmente: *Eichmann em Jerusalém* – Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

que se pode confiar; confiança em si mesmo; autoconfiança”<sup>630</sup>. A *segurança* é um substantivo que antes de se *adjetivar* por *pública* ou *nacional* deve por si significar algo. Esse algo vem do entorno do indivíduo que existe ou deixa de existir pela sua racionalidade.

O *medo* não é racional<sup>631</sup> e a irracionalidade quer que alguém dê aquilo que não dou para o *outro*: a falta de importância ao *outro*; a maior importância para o eu. A *alteridade*<sup>632</sup> (ou a perda da) emerge como a questão central no conceito *segurança*. Quando se pensa que a geração do *medo* vem do *outro* e o *outro* não é igual a mim, admite-se que a *segurança* não encontrada no meu entorno pessoal de racionalidade, espraie-se para o público – *segurança pública*<sup>633</sup> – que é o que quero fazer com o *outro*, que posso fazer tudo com o *outro* (tudo que se não permite fazer comigo: cidadão). O campo de possibilidades para o gozo *próprio* não reconhece o gozo do *outro*<sup>634</sup>, tampouco o *outro* como limite ao meu gozo *próprio*.

Um *locus* como o brasileiro – de país periférico, desigual, estratificado – chega a propor para o *outro* todo o arsenal da *cultura* bélica e militarizada, própria da dominação latino-americana (fomentada pelos de cima da linha do Equador). O superlativo da *segurança pública* é a *nacional*, como demonstra a história do programa de criminalização brasileiro (consoante ao da América Latina), que trabalha com duas vertentes: da proteção ao capital (como os crimes contra a ordem econômica, crimes contra a propriedade industrial, a

<sup>630</sup> Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989). *NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3a. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999, p. 1.829.

<sup>631</sup> A importância de um discurso racional e o resgate do ser: LÉVINAS, Emmanuel. *Diálogo sobre o pensar-no-outro*. 2005, p. 268-276. Jean Delumeau, em diversas passagens do texto deixa entrever esta racionalidade, mesmo no sentido de que o próprio *discurso* jurídico pode incorporar estratégias de medo como os juizes, que aceitavam as torturas, ao ponto de as pessoas se auto-acusarem para se livrarem de tal flagelo (*História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. 2009, p. 567-571, particularmente interessante a transcrição de um interrogatório em que uma acusada de feitiçaria descreve, inclusive, seu trato com o diabo (*História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. 2009, p. 571).

<sup>632</sup> A consciência do outro como aspecto fundamental da evolução: LÉVINAS, Emmanuel. 2005, *Diálogo sobre o pensar-no-outro* (p. 268-276); *O eu e a totalidade* (p. 21-34); *Do uno ao outro. Transcendência e tempo* (p. 263-267).

<sup>633</sup> *Segurança pública* não é a segurança do *um*, do indivíduo, mas é, então, a segurança de todos, como fruto de um discurso cauteloso e inteligente, sensível aos anseios da comunidade e às ideias de cidadania, como exercício de respeito às liberdades públicas: Cf. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *A segurança pública e suas políticas no Paraná*. Esboço de Anteprojeto das diretrizes básicas às Políticas de Segurança Pública ao governo do Paraná, gestão 2003-2006.

<sup>634</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 69.



delinquência individual nos delitos de furto e roubo) e da *segurança nacional*<sup>635</sup>, fomentando um modelo bélico e militarizado.<sup>636</sup>

Não se olvida que se a *segurança pública* e a *nacional* não funcionarem, pela irracionalidade e o apego desmedido ao poder punitivo, pode-se lançar mão da *segurança privada*. *Segurança* feita – muitas vezes – pelos próprios agentes públicos (por conta de seus baixos salários) ou por sujeitos (ou também por aqueles) despreparados para um apego à legalidade e à *cultura* dos direitos humanos,<sup>637</sup> caindo até nos grupos de extermínio e nas milícias, como aliás, historicamente, por vezes deles se valeu.<sup>638</sup> O modelo neoliberal pode hiperbolizar a questão.<sup>639</sup>

Ainda como justificativa do discurso retórico se diz que o *outro* comete o *crime*, que seria a tipificação daquilo que se diz como uma *violência*. Quando a *alteridade* esvaziou-se só se vê como *crime* – ligado à definição jurídica daquilo que se quer seja *crime* – o que o *outro* faz e eleva-se ou nivela-se como sinonímia *crime* = *violência*. Esquece-se que *violência* está ligada ao verbo *violar* (Do latim: *violare*; ofender com violência; infringir, transgredir) que atribui a qualidade de *violento* (irascível, irritadiço; contrário ao direito e à justiça) ao *outro*. O *crime* é *violência*; mas ela não necessariamente é *crime*.

<sup>635</sup> Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 411-488. Sobre a *segurança nacional* como retórica punitiva: BATISTA, Nilo. Tanques ou Tribunais. In *Punidos e Mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 101-107.

<sup>636</sup> Cf. KARAM, Maria Lúcia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998, p. 169-178; BATISTA, Nilo. *Trocando em Miúdos*. 1990, p. 170-175.

<sup>637</sup> Cf. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *A segurança pública e suas políticas no Paraná*. Esboço de Anteprojeto das diretrizes básicas às Políticas de Segurança Pública ao governo do Paraná, gestão 2003-2006. O mesmo autor sobre a *indignidade* do sistema penal: *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. In *Estudos Constitucionais*. 2007, p. 137-150. Ainda: BATISTA, Nilo. O bandido é o Estado. In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 158-159.

<sup>638</sup> A história remete-nos aos “Homens de Ouro”, “Le Coq” e outros grupos que seriam formados por policiais, fato corrente entre aqueles que atuaram no Regime da Ditadura Militar, como o “Esquadrão da Morte” (Cf. BICUDO, Hélio Pereira. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. 1997). No início dos anos 90, pode ser referido o caso conhecido como “Candelária”, com a morte de crianças “de rua” que dormiam na entrada da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Dentre os sobreviventes, o menino Sandro que depois (dada à *ineficiência* policial – e assim se sabe que a ação era de polícia) acabou dando causa ao evento conhecido como “Ônibus 174”, no qual fora morto pelos policiais, dentro da viatura, quando o conduziam à Delegacia de Polícia. Atualmente, pode-se citar a questão das milícias no Rio de Janeiro, que vitimaram a juíza de direito Patrícia Accioly e o fenômeno do “jovencídio”, em que a RITLA – Rede de Informação Tecnológica, está promovendo um estudo no Brasil, sobre a juventude que morre e que mata, especialmente em “confrontos” com a polícia.

<sup>639</sup> WACQUANT, Lïc. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria dos Estados Unidos*. 2010. Mesmo no campo da subjetividade: BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 73.

A sociedade excludente<sup>640</sup> constrói (de forma inconsciente ou não)<sup>641</sup> um *criminoso* (aquele que se enquadra na forma legal do tipo que descreve o *crime*), um *marginal* (no sentido mesmo de *à margem*), como aquele que *é* a *vergonha em si*, não aquele que fez (pois *eu* não tenho vergonha do que faço), mas aquele que *é*: a *vergonha radical*<sup>642</sup> de ter cometido o *crime* que irá pesar sobre a sua própria existência, perseguindo o seu ser.

Enrique Dussel explica que a autoridade vigente (válida) sempre se apoiará numa certa coação legítima, que permita repreender aqueles que agem em desconformidade com os acordos validamente aceitos. Mas essa coação legítima jamais pode se confundir com violência. Essa, com significado evidentemente perverso e negativo, só acontece como forma de repressão nos ambientes em que nem todos cumprem as regras. Seja porque não participaram da formação dos acordos, seja porque (o que é mais grave) foram mesmo deles excluídos. Para esses, então, a coação “legal” do sistema deixa de ser legítima<sup>643</sup>.

A violência, assim, traduz-se no “uso da força contra o direito do outro, sem validade nem consistência objetiva (será a força destrutora da ‘exclusiva reprodução’ do sistema vigente, mas não a reprodução e desenvolvimento da vida humana)”<sup>644</sup>. Desse modo, é possível aceitar, no ambiente social, certa coação – de parte da própria polícia – desde que legítima, e dotada de uma distinta perspectiva a partir dos próprios atores públicos:

Trata-se da aceitação de uma coação legítima e institucional, mutuamente convencionada por consenso, para a factibilidade empírica e ética das funções sociais, e a fim de poder ter recursos quando alguns membros não cumprem o que foi decidido livre, simétrica e validamente. Esta coação,

<sup>640</sup> YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. 2002; WACQUANT, Lóic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Trad. de João Roberto Martins Filho... et al. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE. 2005; DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes. 2007.

<sup>641</sup> Adiante passagem sobre o *alheamento em relação ao outro* e a *irresponsabilidade em relação a si*, na visão de Jurandir Freire Costa (*A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 79-91).

<sup>642</sup> Cf. LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 237-240; e *Que nos traz uma abordagem semiótica?* (1980). 1981, p. 27-30; CALLIGARIS, Contardo. A vergonha de ser pobre, antecedido por Culpa e Vergonha, Dois Tipos de Vergonha e Privilegiados sem vergonha. In *Quinta Coluna*. São Paulo: Publifolha. 2008, p. 179-194.

<sup>643</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 546.

<sup>644</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 547.

embora inclua o uso da força com instrumentos tais como leis, tribunais, mas também armas, organismos policiais (não como torturadores, mas como servidores respeitosos da civilidade), lugares de reclusão (como instituições humanas de reeducação ética, e não prisões como lugares de suplício que pervertem), etc., não pode ser denominada *violência*. Quero deixar esta palavra (violência) para um uso ético bem determinado, negativo, perverso, e por isso nunca se poderia aceitar com justiça a violência – mas ela precisa ser definida antes conveniente e univocamente, distinguindo-a de outros usos da força legítimos, legais, justos, honestos e até meritórios, dada a heroicidade daquele que a exerça por dever e como serviço ético para a comunidade, para a humanidade.<sup>645</sup>

Nesse passo, Enrique Dussel defende que a passagem para a libertação ética dos indivíduos excluídos não se vale propriamente de uma *teoria da guerra*, embasada na violência (embora frequentemente tenha sido), pois para ele a violência retira toda a legitimidade da ação. Ao contrário, “a coação legítima é ética na medida em que se exerce cumprindo com as exigências dos princípios material, formal, discursivo e de factibilidade ética: que se garanta a vida de todos os afetados, que participem simetricamente nas decisões de mediações factíveis eticamente.”<sup>646</sup>

A perda da consciência do *outro*, pelo *medo*; a perda da *vergonha* na consideração do *outro*; a busca incessante pela imposição da *vergonha radical* ao *outro*; e o enfraquecimento das instâncias de controle informal contribuem para a ampliação desmedida do poder punitivo do Estado.<sup>647</sup> O belicismo e a militarização – como forma de asseguramento de *símbolos*, por *atos reais* – sustentam a coesão nas formações sociais, ante a falta do reconhecimento da exclusão (como ponto de segregação) e da ideologia da libertação<sup>648</sup>, que estaria a indicar que as coisas do humano, merecem um trato mais utilitário. Isso facilita o apelo ao estado penal e às ações de polícia.<sup>649</sup>

<sup>645</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 546.

<sup>646</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 545. Ao tratar do tema Hannah Arendt e Emmanuel Lévinas mantem a palavra *violência*, mas falam – como Enrique Dussel – na ideia de *legitimidade*.

<sup>647</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998; ZAFFARONI, Eugenio Raúl et. al. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 98.

<sup>648</sup> Conforme a proposta de Alberto M. Binder, pelo princípio da libertação (*Justicia Penal y Estado de Derecho*. 2.ed. Buenos Aires: Ad hoc. 2004).

<sup>649</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998.

O fato de que se tem um novo modelo social guarda certa tranquilidade, entretanto, aponta-se alguma divergência sobre suas características. Particularmente, sobre existir um complô consciente e repressivo por parte da parcela que detém o poder hegemônico da sociedade ou se é ele produto do inconsciente coletivo.

As produções cinematográficas de “Tropa de Elite” com o seu protagonista (o anti-herói *Capitão Nascimento*) pode indicar o fascínio que legitima algumas *práticas-de-polícia*. Um fascínio que aprecia uma violência policial que se quer justificada para *combater o bom combate*.<sup>650</sup> Assim, se poderia falar até – especialmente em torno do preso e do bandido – de um *desejo* ardente da sociedade, do *gozo do ódio*<sup>651</sup> e uma *pulsão de morte*.

O caso brasileiro – assim como o de seus vizinhos – é um exemplo do uso da *violência* como meio de manutenção da situação entendida como privilegiada<sup>652</sup> da elite econômica, que incorpora – mesmo de forma inconsciente – o *ethos* da *violência*, e parece não ter, de fato, consciência do que faz, mas pode ter de por que o faz.<sup>653</sup> Isso é possível ao se retirar do outro seu *rostro*<sup>654</sup>, sua humanidade e sua alteridade.

<sup>650</sup> Poderia ser usada, também, a *figura* do Robocop, aquele policial eficiente e inumano (ou desumano) que combate a criminalidade em Detroit, como no texto de Dea Rita Matozinhos: “*Robocop, o policial do futuro*” (O futuro da paz urbana). 2002, p. 197-204.

<sup>651</sup> É a ideia do *real* como tentativa de superação daquele *simbólico* que já não existe: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 148-149.

<sup>652</sup> Jurandir Freire Costa aborda o tema “a partir da visão que o indivíduo de elite tem de seu destino socioindividual” (*A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 80). Também: CALLIGARIS, Contardo, *Privilegiados Sem-Vergonha*. 2008, p. 187-190; COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150).

<sup>653</sup> A questão do distanciamento do consciente sobre o agir violento é indicada por Hannah Arendt ao refletir acerca da infeliz constatação de que a faculdade de julgar nem sempre está presente no ser humano (*Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. 1999).

<sup>654</sup> LÉVINAS, Emmanuel. A Determinação filosófica da ideia de cultura. In *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto (coord.), Evaldo Antônio Kuiava, José Nedel, Luiz Pedro Wagner e Marcelo Luiz Pelizolli. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes. 2005, p. 237, quando trabalha com a ideia da epifania e da significância do *rostro*: “despertar para o outro homem na sua identidade indiscernível para o saber, aproximação do primeiro, vindo em sua proximidade de próximo, comércio com ele, irreduzível experiência. Antes de toda expressão particular de outrem – e sob toda expressão que, já postura dada a si, protege – nudez e carência da expressão com tal. Exposição à queima-roupa, extradição de investido e cercado – cerca antes de toda caça e toda batida. Rosto como a própria mortalidade do outro homem.” Diversas passagens na obra de Hannah Arendt lembram os artifícios usados pelo Regime para tirar o outro, de apagar o *rostro* do outro: acinzentando o *outro*, que deixa de ser um *sujeito moral*. (Em especial: *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*. 1999).

O modelo social<sup>655</sup> parece indicar a sociedade do *medo* ou do risco. Apesar de diretrizes diversas, há um elemento comum: clama-se por mais poder punitivo, por mais *policia*! O exercício do *real* pela falta do *simbólico*. A modificação do comportamento social e o transpasse do tempo da modernidade<sup>656</sup> fizeram com que o homem experimentasse o *medo*, não aquele *medo* individual e identificado, mas o *medo* de todos, do *inimigo*, do risco imperceptível, do alastramento de doenças erradicadas, dos efeitos das armas químicas, das mutações genéticas, do tráfico internacional, dos perigos locais,

---

<sup>655</sup> Sobre o problema teórico do *objeto* e suas implicações a partir da denominação da atualidade como *modernidade avançada*, *hipermodernidade* ou *pós-modernidade*: BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 11.

<sup>656</sup> Ulrich Beck define a modernização como “los impulsos tecnológicos de racionalización y la transformación del trabajo y de la organización, pero incluye muchas cosas más: el cambio de los caracteres sociales y de las biografías normales, de los estilos de vida y de las formas de amar, de las estructuras de influencia y de poder, de las formas políticas de opresión y de participación, de las concepciones de la realidad y de las normas cognoscitivas. Para la comprensión sociológica de la modernización, el arado, la locomotora de vapor y el microchip son indicadores visibles de un proceso que llega mucho más abajo y que abarca y transforma toda la estructura social, en cual se transforman en última instancia las *fuentes de la certeza* de que se nutre la vida (Koselleck 1977, Lepsius 1977, Eisenstadt 1979). Es habitual distinguir entre modernización e industrialización.” (– grifos constam do original – BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Traducción de Jorge Navarro, Daniel Jiménez, e M<sup>a</sup> Rosa Borrás. 1<sup>a</sup> edición. Barcelona: Paidós Ibérica S.A. 1998, p. 25). Tradução livre da autora: (...) os impulsos de racionalização tecnológica e a transformação do trabalho e da empresa, mas inclui muito mais coisas: mudar personagens sociais e biografias normais, estilos de vida e formas de amor, as estruturas de influência e poder, formas políticas de opressão e participação de concepções de realidade e padrões cognitivos. Para a compreensão sociológica da modernização, o arado, a locomotiva a vapor e o microchip são indicadores visíveis de um processo que vai muito além e abarca e transforma toda a estrutura social, na qual se transformam em última instância as *fontes de certeza* de que se nutre a vida (Koselleck 1977, Lepsius 1977, Eisenstadt 1979). É hábito distinguir entre a modernização e a industrialização). Segue e justifica que, ciente da diferença entre modernização e industrialização, tratará a primeira como um conceito superior. Quanto à diferença conceitual de modernidade e mesmo de momento histórico, segundo Boaventura de Souza Santos não se pode confundir modernidade ocidental e capitalismo, pois “são dois processos históricos diferentes e autônomos. O paradigma sociocultural da modernidade surgiu entre o século XVI e os finais do século XVII, antes de o capitalismo industrial se ter tornado dominante nos atuais países centrais. A partir daí, os dois processos convergiram e entrecruzaram-se, mas, apesar disso, as condições e a dinâmica do desenvolvimento de cada um mantiveram-se separadas e relativamente autônomas. A modernidade não pressupunha o capitalismo como um modo de produção próprio. Na verdade, concebido enquanto modo de produção, o socialismo marxista é também, tal como o capitalismo, parte constitutiva da modernidade. Por outro lado, o capitalismo, longe de pressupor as premissas socioculturais da modernidade para se desenvolver, coexistiu e até progrediu em condições que, na perspectiva do paradigma da modernidade, seriam sem dúvida consideradas pré-modernas ou mesmo antimodernas.” (*Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. v. 1., A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência. 2002, p. 49).

mundiais e supranacionais; como efeitos colaterais deste novo modelo<sup>657</sup>. Mais *medo*, menos *vergonha*.

A sociedade do *medo* que demonstra uma *sensação social de insegurança*<sup>658</sup>, como discurso sempre perfeito para o expansionismo do sistema penal e da atuação do poder punitivo<sup>659</sup>, segue desejando e legitimando a atuação de muitos “Capitães Nascimento”. A já referida produção cinematográfica, pelos resultados de bilheteria e de “pirataria” notoriamente divulgados, deu conta de que a população aplaude (e em pé) uma *polícia que tortura-o-bandido e aceita-a-propina-do-homem-de-bem*.<sup>660</sup>

---

<sup>657</sup> Cf. BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. 1998, p. 19, ao afirmar que “la tesis dice así: mientras que en la sociedad industrial la <<lógica>> de la producción de riqueza domina a la <<lógica>> de la producción de riesgos, en la sociedad del riesgo se invierte esta relación (primera parte). Las fuerzas productivas han perdido su inocencia en la reflexividad de los procesos de modernización. La ganancia de poder de <<progreso>> técnico-económico se ve eclipsada cada vez más por la producción de riesgos.” (Tradução livre da autora: a tese diz assim: ainda que na sociedade industrial a <<lógica>> da produção de riqueza domina a <<lógica>> da produção de riscos, na sociedade de risco se inverte esta relação (primeira parte). As forças produtivas perderam sua inocência no reflexo dos processos de modernização. A ganância do poder de <<progreso>> técnico-econômico se vê eclipsada cada vez mais pela produção de riscos.) Beck utiliza, ainda, a expressão <<efecto bumerang>>. Ainda sobre a análise de <<efeitos colaterais>> possíveis nesse novo modelo social, com diferentes espectros entre si e a obra de Ulrich Beck: V. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.*, *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003; GEORGE, Susan, *O Relatório Lugano* – Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. 2002. Os primeiros autores avaliando a situação própria da América Latina, inclusive o Brasil; a última, em que pese atribuir a construção da obra a uma ficção, avalia as tentativas dos organismos de poder em manter um <<status quo>> sem, contudo, avaliar os <<flagelos>> que podem tomar conta da humanidade, voltando-se contra os próprios organismos de poder e capaz, inclusive, de causar sua ruína.

<sup>658</sup> Sobre a sensação social de insegurança: SILVA SANCHEZ, Jesús-María. *A expansão do Direito Penal*: Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-industriais. 2002, p. 32-40. O autor discorre sobre a dimensão subjetiva destes conceitos, muito mais fomentados do que propriamente existentes.

<sup>659</sup>“ Ao contrário do caso das ameaças geradas pelo mercado aos meios de subsistência e ao bem-estar, a extensão dos perigos à segurança pessoal deve ser muito divulgada e pintada nas cores mais sombrias, de modo que a não-materialização das ameaças possa ser aplaudida como um evento extraordinário, resultado de vigilância, do cuidado e da boa vontade dos órgãos do Estado.” (BAUMANN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 68).

<sup>660</sup> A expressão “homem-de-bem”, normalmente utilizada pela mídia e pela população, como alusão ao cidadão *trabalhador*, *bom pai de família*, *sem antecedentes* que não merece ser vitimado por alguém, pois é um *ser humano*; e o seu antônimo, *bandido*, *delinquente* para quem o *risco* de sua condição pessoal, o trânsito pelos lugares da delinquência, o uso do vestuário do delinquente lhe atribuem a condição de vulnerabilidade, como contributo fatal para a sua letalidade, por alguém do seu grupo ou dos agentes de polícia. (ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 44-59).

A falta de *vergonha* na realização da tortura (e no *gozo* de quem a pratica ou que a assiste) deveria causar pasmo<sup>661</sup>. Talvez isso só seja possível pela desfiguração do *rosto* do *outro*.<sup>662</sup>

O esgarçamento dos controles informais e a falta de *vergonha* estão identificados, também, nas palavras de Contardo Calligaris<sup>663</sup>, pela demonstração de que a sociedade apresenta um *déficit* moral e a *malandragem* (o jeitinho brasileiro descrito por DaMatta) aparece reiteradamente como substantivo e não mais como adjetivo.

Na distinção entre *culpa* e *vergonha* parece prevalecer a *culpa*, pois o arrependimento – numa sociedade essencialmente católica – permitiria o erro, eis que o perdão sempre será dado por Ele. O sujeito segue pecando e sendo perdoado (dado o seu arrependimento), dando ensejo a um dispositivo extraordinariamente permissivo; enquanto que a *vergonha* não parece ser um fator inibidor.

Numa *vergonha* antiga, “um ato compromete o significado de sua própria existência, quebra a integridade de seu ser”,<sup>664</sup> decorrentes de códigos de honra e de conduta. Na (pós)modernidade, tais códigos de conduta estariam obsoletos; o que importa é a simpatia que os outros têm em relação ao sujeito e o olhar da consideração alheia (a importância que o “eu” dá para o olhar do *outro*). Na antiga, a indignidade é interna; na moderna, externa.

Nesse cenário, surge também uma gente que é *sem-vergonha*<sup>665</sup>, na alusão de Contardo Calligaris: um grupo de pessoas que ocupa um “mundo prepotente e vulgar”. Pessoas que esbanjam, gastam e demonstram quão maravilhosa é sua vida, plantando no *outro* a concepção de um *status* privilegiado; *status* que, embora desejável, é inatingível. Calligaris excepciona uma unanimidade no mundo de privilegiados esbanjadores *sem-vergonha*.

<sup>661</sup> A falta de pasmo é que deve às vezes pasmar a sociedade, como na alusão feita por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, quando do relato (já referido) de Marcola (o Chefe do PCC) diante de uma CPI de que a sociedade é quem tem *medo* dos de dentro (*O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150).

<sup>662</sup> LÉVINAS, Emmanuel. *A Determinação filosófica da ideia de cultura*. 2005, p. 237.

<sup>663</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Culpa e Vergonha*. 2008, p. 179-182.

<sup>664</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Dois Tipos de Vergonha*. 2008, p. 183-186. O autor ainda trabalha com a distinção entre uma vergonha oriental e ocidental.

<sup>665</sup> CALLIGARIS, Contardo. *Privilegiados Sem-Vergonha*. 2008, p. 187-190.

O extrato da *cultura*, que usa a linguagem para o *registro simbólico*<sup>666</sup>, apresenta-se como uma forma absolutamente complexa de ajustes e feitura de *códigos* e de *símbolos* que podem dar uma pista para a inclinação que segue essa ou aquela *civilização* e qual o significado e a importância que se atribui aos conceitos de *medo* e de *vergonha*.

O radicalismo dessa prática poderá desbordar em uma vergonha extrema e, porque não dizer, perigosa: a *vergonha* de *ser pobre*, que desborda na questão principal dessa pesquisa – em que se delega à *polícia* a manutenção da linha tênue e tensa entre <<mobilidade x manutenção social>>. Pesará ainda – se não se conseguir viver com essa *vergonha* de ser pobre e cometer um crime – a *vergonha* de ser delinquente, que será seu padecimento: a *vergonha* do próprio *ser*.<sup>667</sup> A infâmia de uma cicatriz no corpo é agora a de uma cicatriz na alma e na vida como “sinais que não devem se apagar.”<sup>668</sup>

O documentário “Notícias de uma Guerra Particular”<sup>669</sup>, quando da fala de Hélio Luz, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, na década de 1990, bem delinea a *função* que a sociedade então atribui à *polícia*: manter essa parte desvalida no seu devido *lugar*. Demonstra, porém, algo que a cada dia mais se comprova: o mesmo desprezo pela vida do outro passa a existir pela vida do um (lembrar ponderações de Freud sobre a versão: “Ama teu próximo como ele te ama”). Isso pode permitir a compreensão sobre certa vulgarização da morte.

Hélio Luz, ao referir as possibilidades de ascensão e sucesso das *classes baixas*, ressalta que para um jovem de uma *comunidade* segregada chega a ser fascinante e até prazeroso aparecer na capa de um jornal grotesco, armado e

<sup>666</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 61. Também quanto ao conceito de *cultura*, em especial, FREUD e LÉVI-STRAUSS.

<sup>667</sup> *A Vergonha de Ser Pobre*. 2008, p. 191-194. Ainda: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150), ao referenciar que a sociedade sequer considerava que a retirada da dignidade daquele que está no sistema penitenciário, pudesse manter sua inteligência, usada para a revolta contra o sistema. É a falta de responsabilidade sobre si que deriva da falta de responsabilidade pelo outro (Cf. LÉVINAS, Emmanuel. *Diálogo sobre o pensar-no-outro*. 2005; BINDER, Alberto M. *Justicia Penal y Estado de Derecho*. 2004; DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007).

<sup>668</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 2005, p. 31.

<sup>669</sup> Cena marcante aparece no documentário quando um rapaz de 12 anos, recolhido em uma FEBEM, afirma que sentiu *prazer* ao matar o policial.



tendo matado um *policial*. Fazer parte do *movimento*<sup>670</sup> é a redenção. Redenção, inclusive, econômica, pois que em um dia de trabalho no *movimento* ele auferia rendimentos quase iguais a um mês de trabalho árduo como *office-boy*, servente de pedreiro, ou quaisquer profissões que se delega aos *pobres*.<sup>671</sup>

A disjunção sócio-familiar, propiciada pelas áridas condições e aliada às dificuldades de acesso às escolas de qualidade e ao trabalho emancipatório por conta dos baixos salários, faz parecer mais atraentes a roda dos lucros dos mercados ilícitos, em particular da droga, apesar de inseridos numa *cultura* em que a *violência* cobra altos preços (inclusive a vida).

Esses contrapontos fizeram com Michel Misse concluir pesadamente: “muitos dos jovens que entrevistei preferem morrer antes dos 25 anos, com esse estilo de vida, a viver 60 como parias e humilhados.”<sup>672</sup> Nem mesmo as mães (como figuras que representam uma espécie de afeto e proteção, contratam advogados quando são presos, arrumam dinheiro para pagar o traficante), por quem existe um sentido de respeito e de afetividade conseguem afastá-los do tráfico de drogas.<sup>673</sup>

Aqui vale registrar a ponderação de Iúri Mikhailovich Lótman sobre como a *vergonha* e o *medo* aparecem como catalisadores de *processos civilizadores* ou *culturais*. Iúri M. Lótman ao considerar a *cultura* como fator de limitação do comportamento natural do homem, como proposto por Claude Lévi-Strauss, afirma ser possível que a “esfera das limitações impostas ao comportamento do tipo de cultura pode dividir-se em dois sectores: um regulado pela *vergonha* e um outro pelo *medo*.”<sup>674</sup>

<sup>670</sup> Expressão usada às vezes para indicar o envolvimento com o tráfico de entorpecentes ou no grupo que a ele se vincula: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 2a. tiragem. Coleção Conflitos, Direitos e Culturas. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 109.

<sup>671</sup> O Marcola (aquele Chefe do PCC) lembra das *profissões* ensinadas no sistema penal: costura de bolas e fazer pregador de roupas. Talvez como gestão inútil do tempo livre: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150.

<sup>672</sup> MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 2011, p. 114.

<sup>673</sup> FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes Editora. 2006, p. 326-327.

<sup>674</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>> (1970)*. 1981, p. 237.

Mas insere um elemento importante que parece se aproximar da alteridade, a partir do momento em que considera que a antítese ‘nós-eles’ é que permite a organização de um grupo ordenado pela *vergonha* e outro pelo *medo*. “O <<nós>> cultural é uma colectividade dentro da qual reinam as normas da vergonha e da honra. O medo e a coerção definem a nossa relação com os ‘outros’.”<sup>675</sup>

Indica que o recurso ou a tendência de se guiar pelos serviços “do juiz, da lei, da polícia, do Estado”<sup>676</sup> são próprios de uma coletividade ligada ao *medo* e não à *vergonha*. Vale-se, na sequência, do exemplo da coletividade aristocrática russa do Século XVIII, em que há uma organização interna da aristocracia em torno da *vergonha*, mas exteriormente quando em frente aos camponeses funda-se pelo *medo*.

Para falar das correlações entre estes dois vetores (*medo* e *vergonha*), entende Lótman ser necessário considerar três etapas históricas, embora reconheça se tratar de uma simplificação ante a complexidade do fluir histórico: a) dado que a vergonha era um fator a diferenciar os homens dos animais, aparece ela como a “transformação da fisiologia na cultura”;<sup>677</sup> b) com a aparição do Estado e a perspectiva de um animal político, a *vergonha* é comum a todos os homens, enquanto na relação com o Estado é o *medo* que passa a ser o “mecanismo psicológico fundamental da cultura”;<sup>678</sup> c) dentro desta organização estatal, começam a se organizar grupos em torno da *vergonha*, o que indica uma organização superior.

Iúri M. Lótman assinala, todavia, que a *vergonha* não exclui o *medo*, senão estabelece uma relação de complementaridade, mas “subentende-se que quem está submetido à vergonha não o está ao medo, e vice-versa. Aliás, a disposição de tais âmbitos é dinâmica e constitui o objecto duma luta

---

<sup>675</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 237. Entende Lótman que a descrição da identificação das normas que, transgredidas, implicam em vergonha ou medo é bastante útil (Obra citada, p. 238).

<sup>676</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 238. Vale-se, na sequência, do exemplo da coletividade aristocrática russa do Século XVIII, em que há uma organização interna da aristocracia em torno da vergonha, mas exteriormente frentes aos camponeses pelo medo.

<sup>677</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 239.

<sup>678</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 239.

recíproca.”<sup>679</sup> Cenário em que aparece, segundo o autor, o valor militar na guerra e o valor absoluto da audácia enquanto tal. Essa relação de complementaridade poderia implicar num modo mais tênue de o Estado tratar a aristocracia, na oposição do Estado aos duelos e na admissão de leis da honra concorrendo com as normas jurídicas.

Não deixa, entretanto, de notar que os mecanismos psicológicos podem implicar numa *cultura* que valorize de tal forma o *medo* a ponto de provocar o desaparecimento da *vergonha*; em outro tanto, a *vergonha* funcionando, igualmente, como o único modo de regulação.

Se em Freud pode-se notar a perspectiva relacional entre Eros e Tânatos no domínio do mundo; em Elias, entre sociedade e indivíduo, no que podem caracterizar *cultura* e *civilização*, Lótmán indicará que a possibilidade de uma pretensa perenidade social construída em torno da *vergonha* não dispensa que nela se considere o *medo*.

Para Contardo Calligaris, a elite desprovida de *vergonha* exclui e humilha o povo; o povo volta-se contra ela.<sup>680</sup> A *polícia* fica no meio. A *polícia* separa e ela mesma se sujeita ao que tem *mais poder* em comparação ao que tem menos.<sup>681</sup>

[...] a fragilidade das instituições e o descaso das autoridades políticas num país secularmente miserável, permeado pelas desigualdades terríficas do gozo, levou à destruição completa milhares de pessoas. [...] um verdadeiro *genocídio* praticado pelo Estado brasileiro, centrado principalmente, é claro, nas classes populares.<sup>682</sup>

Ainda, na perspectiva da organização da sociedade, a elite econômica, segundo Jurandir Freire Costa<sup>683</sup>, situa-se num mundo etéreo, que nem é a realidade grotesca na qual está inserida e nem é o mundo *internacional* e

<sup>679</sup> LÓTMAN, Iúri M. *Semiótica dos conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>* (1970). 1981, p. 239.

<sup>680</sup> *A Vergonha de Ser Pobre*. 2008, p. 191-194. Também lembrado por COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150.

<sup>681</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2005 p. 28.

<sup>682</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 73. O autor também considera o binômio *culpa* e *vergonha*.

<sup>683</sup> *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 82-83.

*globalizado* em que desejaria estar. A efemeridade de sua situação leva-a a laborar de forma intensa – e daí sua inconsciência sob a adoção da violência *branca* com a qual contam – para manter essa situação. Talvez até como uma forma de conforto.

O mundo fantasma tão almejado – mas de consequências inconsequentes – é o do individual e o da felicidade *prêt-à-porter*<sup>684</sup> em que o trio *sexo, drogas e cartão de crédito* é perseguido ardentemente. Daí podem decorrer desastrosas possibilidades. Pode-se dizer que há a afetação ética de bem estar espiritual puro e simples, mudando-a para um bem estar adquirido e comprado para atender as vontades de quem pode tê-lo. Certa *angústia* poderia daí decorrer:

[...] os mesmos processos desencadeados pela globalização geram um profundo sentimento de angústia pessoal e, em diversos graus, de desestruturação social pela velocidade, profundidade e amplitude das mudanças em curso. Essa experiência cotidiana angustiante, ao se relacionar estreitamente com uma forte sensação de insegurança frente à impossibilidade, sempre latente, de ‘ficar por fora’ das transformações presentes, tem um impacto direto sobre a própria auto-percepção, gerando em alguns casos, uma baixa autoestima pessoal.<sup>685</sup>

Perde-se, assim, um referencial seguro no campo ético, passando de o individualismo ao egocentrismo extremo, com ideias reacionárias e punitivas. Isso evita um enfrentamento de uma matriz de violência, usando formas redutoras e empobrecidas para manter uma situação histórica de exclusão social<sup>686</sup>, com vistas ao seu hedonismo (extremo oposto da *alteridade*).<sup>687</sup>

<sup>684</sup> Expressão usada por COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 82-83.

<sup>685</sup> VIOLA, Eduardo; OLIVIERI, Alejandro. Globalização, Sustentabilidade e Governabilidade. In *A Sociedade democrática no final do Século*. A. A. C. Trindade e M. F. Castro (Org.). Brasília: Editora Paralelo 15. 1997, p. 182. Nesse sentido, também, Zygmunt Bauman (*Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005).

<sup>686</sup> LÉVINAS, Emmanuel. Diálogo sobre o pensar-no-outro; BINDER, Alberto M. *Justicia Penal y Estado de Derecho*. 2004; DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007).

<sup>687</sup> Situada em outro contexto, mas questionando a capacidade de reflexão, é a lição de Hannah Arendt, quando lembra as consequências da dificuldade de escolher exemplos para moldarmos nossas ações, asseverando que “em termos morais e até políticos, essa indiferença, embora bastante comum, é o maior perigo” (*Responsabilidade e Julgamento*. Trad. Rosaura Maria Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras. 2004, p. 212).

Valem-se de uma “ostensiva desigualdade na distribuição do gozo e a ausência correlata de um Estado que pudesse regular minimamente a repartição justa daquela”<sup>688</sup>; ao contrário, estão situados no topo da pirâmide social do país, muito próximos da estrutura do poder estabelecido. Aproveitam-se da histórica outorga de autoridade e administração parental, que se contamina por seus desejos de autopreservação, levando para o espaço público seus interesses privados. Sua atuação no espaço público, pode-se dizer, não é um conluio prévio com vistas à eliminação de um segmento social, mas sim um apoderamento desse espaço, com questões estritamente individuais. Seus hábitos culturais são apolíticos, no sentido de não buscar uma solução equitativa e equânime para o todo<sup>689</sup>.

Para Jurandir Freire Costa as ideias reitoras desse esforço são (i) o alheamento em relação ao outro e (ii) a irresponsabilidade em relação a si.<sup>690</sup> Isso a partir de duas razões principais: a) o poder que as elites brasileiras têm para formar mentalidades, detendo riquezas e propondo comportamentos e aspirações desejáveis e b) o hábito cultural de que as elites gostam de tematizar a si mesmas, criando uma subjetivação para interpretar a forma como entendem estarem conduzindo e transformando a realidade brasileira.<sup>691</sup>

O *alheamento em relação ao outro*<sup>692</sup> serve-se da atribuição de que o outro é um ser não moral, ou seja, o *outro não é semelhante a mim* (não como moral católica), e enquanto *estranho* não cabe a mim seu trato e consideração (e nem a consideração *dele* sobre os *meus* atos de *vergonha*). A estratégia da estranheza do semelhante foi um dos pontos trabalhados na solução final dos judeus. Segundo relato de Hannah Arendt<sup>693</sup>, essa prática justificava o extermínio de um ser que não era moral, não era igual a mim e não tinha face.

<sup>688</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 73.

<sup>689</sup> Aqui a visão dusseliana sobre um “modelo para todos”.

<sup>690</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 80.

<sup>691</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 80.

<sup>692</sup> Aqui está fortemente a ideia de Emmanuel Lévinas sobre a perda da proximidade do próximo, a descaracterização do *rosto*. Também da falta de responsabilidade pelo outros, na visão dusseliana.

<sup>693</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*. 1999.

Freire Costa pondera que não é o ódio e o enfrentamento explícito que se constituem como problemas; é a indiferença e o distanciamento.<sup>694</sup> A importância desse ser *estranho* não é só no campo da subjetivação, advém da possibilidade de que, com o uso do *outro*, venham mais predicados e adjetivos para o *objeto*. E, se preciso for, fazer com que se *acomode* de forma dócil ou punitiva no lugar social a ele destinado.<sup>695</sup>

A acomodação dócil – novamente recorrendo ao exemplo das práticas da solução final dos judeus – adota a descaracterização do ser moral, a sua inconsciência sobre si, a servidão e o acolhimento de sua situação tragicamente desfavorecida como produto do acaso. A elite não tem responsabilidade pela sua condição e a miséria não pode ser modificada, portanto, deve ele reconhecer sua condição e não tentar deixá-la: o *status quo* é mantido historicamente.<sup>696</sup>

“O desastre histórico dos regimes totalitários de esquerda reuniu povo e elite em torno das ideias neoliberais fortemente defendidas e difundidas pelos meios de comunicação. As elites desfrutaram de uma tranquilidade ideológica que não tinham antes.”<sup>697</sup> Sentem desnecessidade de justificar tais valores, que estariam estabelecidos.

A constatação que segue – na desenfreada busca pela manutenção do *status quo* – é que os produtos do caso fortuito (“pessoas-não-humanas”) podem ser controlados através de uma acomodação punitiva. Acomodação que se desenvolve nas formas de criminalização primária e secundária<sup>698</sup>, caso eles tentem desempenhar papéis diferentes daqueles que a sorte lhes reservou ou mostrem-se descontentes com sua situação social. Ou quem sabe desempenhem

---

<sup>694</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 81.

<sup>695</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 80.

<sup>696</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 80.

<sup>697</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 82.

<sup>698</sup> Expressões referenciadas por: BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal* – Introdução à Sociologia do Direito Penal. 2002; ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et. el. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003. Em tais obras, os autores trabalham, dentre outros temas, com o referencial das relações econômicas, nas quais o domínio do capitalismo e do neoliberalismo servem para questionar a legitimidade da intervenção do Direito Penal.

exatamente aquilo que os seus papéis lhes permitiriam ou que a sua subjetividade comporta: a *criminalidade*.

A outra ideia com que trabalha Freire Costa, como já mencionado, é a irresponsabilidade em relação a si, que se caracteriza pelo efeito colateral<sup>699</sup> do alheamento em relação ao outro. Isso decorre da suposição de que seus valores devem estar sedimentados dentro da sociedade como regras de conduta. Assim, na medida, o estranhamento e a indignação das elites para com os pobres, permite que estes, que Freire Costa lembra serem os *lumpen* das cidades, vejam aqueles apenas como consumidores de drogas e seus corpos como coisas contra as quais tudo é possível.<sup>700</sup>

Seria, portanto, uma forma de insurgência – normalmente representada por uma *violência criminosa* e grotesca – dos menos favorecidos economicamente, gerando um flagelo em duas vias: se o *ethos* da elite prega o desprezo do marginalizado, o *ethos* do excluído também se pauta por essa indiferença.

Os desfavorecidos também retiram da elite a condição de sujeito moral. Identificam essa elite como alguém que acumulou riqueza indevidamente, o que autoriza a subtração dessa condição, mediante atos de horror<sup>701</sup>: atos toscos e grotescos que permeiam o cotidiano de sua condição marginalizada, como homicídios, sequestros, tráfico, etc. Os horrores da atualidade podem consistir as formas de dominar o seu desamparo, na tentativa de evitar a dor que ele produz<sup>702</sup>.

Cada qual a seu modo, parece estar produzindo mais dor do que pretendia evitar, sem construir outra subjetividade. Jacinto Nelson de Miranda

---

<sup>699</sup> “[...] como seria de esperar, a indiferença produziu uma reação igual e contrária. Os desfavorecidos também começaram a negar seu pertencimento a um povo, classe ou nação, e o crescimento do banditismo urbano mostra que aprenderam bem a lição de seus mentores.” (COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 84).

<sup>700</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 84.

<sup>701</sup> Um alastramento dessa situação fica mais eficaz em um Direito Penal subterrâneo que se vê em campos de concentração e de refugiados, em incitação à xenofobia, em controle econômico, em atuações dos subestados e de estruturas de poder paralelas, como os comandos e as facções criminosas nas penitenciárias: BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 70-79; p. 81-116.

<sup>702</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 51-52.

Coutinho encerra esta questão com as palavras de Marcola (o Chefe do PCC) que parecem dizer tudo: “nós não temos medo de vocês, mas vocês têm de nós.”<sup>703</sup>

As incongruências desses mundos ressaltadas por Jurandir Freire Costa<sup>704</sup> indicam de um lado desemprego, fome, corrupção, mortes, estupros, etc.; de outro, sexualidade feliz, pornografia, encontros privilegiados, shoppings centers, hipnóticos, drogas, etc., decorrentes de um antagonismo impensado e imoral que contrapõe um “eu infeliz” com o “outro inexistente”.

No meio deles está (talvez como sempre esteve) o *medo* como o mediador histórico das relações sociais e a *polícia* segurando a linha tênue que os separa. A sociedade que desconhece uma experiência de tolerância e fraternidade precisa de alguém para fazer o *serviço sujo*. Atribuindo, assim, à polícia (ou àqueles que tenham desempenhado essa *função*) a tarefa de imposição de ordem, de realização da limpeza e da *higienização*; de controle, de prevenção e de repressão à criminalidade. Esse processo legitima cada vez mais a executivização sumária pelo sistema penal fora dele próprio e a letalização de suspeitos por milícias, grupos de extermínio, ou mesmo pela atuação individual e cotidiana.

A ordem penal se dissemina, assim, como a via preferencial, assumida pela sociedade pós-moderna, para lidar com os denominados desviantes sociais. Estes são geralmente enviados para a prisão na atualidade, onde cumprem longas penas, quando não são diretamente condenados à morte.

...

A morte e a prisão: estes são os atuais destinos terríveis dos que são socialmente excluídos na ordem do neoliberalismo. Os desviantes terão sempre na ordem penal o lugar preferencial para o seu recolhimento.<sup>705</sup>

Aumentam-se a um só tempo duas estatísticas de forma *desejável*: a dos *mortos invisíveis* sem ninguém a reclamar por eles e a dos *presos* nos *arquivos*. Resultados lidos como a “eficiência das políticas de *segurança pública*”. Políticas de natureza exclusivamente punitiva que parecem há muito

<sup>703</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150.

<sup>704</sup> COSTA, Jurandir Freire. *A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública*. 2001, p. 83-84.

<sup>705</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 344-345.



terem substituído quase todas as outras, embaladas no sonho de uma efemeridade.

## 2.4. Escolha de *Arquivo*: a seletividade penal

**“À polícia se destina a principal peneirada no sentido de apartar quem deve padecer os rigores da lei penal dos que devem ficar-lhes imunes.”**

(THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 247).

O colonizador ibérico realizou, nas palavras de Eduardo Galeano, um “genocídio nativo”; este foi o preço histórico cobrado no *processo civilizador* das Américas, especialmente nas Américas Latina e Central.<sup>706</sup> Desde esse momento, pode se registrar a utilização da expressão *inimigo* contra o qual se constituía o que poderia ser um pequeno exército permanente talhado à feição do *inimigo* (referindo-se aos índios).<sup>707</sup> Conceito que a eles não se restringiria.

As primeiras feições de *classes suspeitas* ou de *inimigos inconciliáveis* aparecem por meio das figuras dos “índios selvagens” e dos “escravos revoltos”, especialmente dos escravos malês. Embora os escravos fossem vistos como aqueles sobre quem se poderia categorizar ou coisificar uma relação, os malês liam e escreviam e assim atormentavam os senhores.<sup>708</sup>

As Ordenações Filipinas (sucessora das Manuelinas, de longa vigência em Portugal e, de consequência, no Brasil também, eis que sua edição data de 1603), tinham em seu livro V um verdadeiro rol de penas cruéis e infamantes

<sup>706</sup> *As veias abertas da América Latina*. Trad. de Galeno de Freitas. 48<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2008, p. 58-59. O autor refere que um século e meio após a chegada dos colonizadores a população de 70 a 90 milhões de pessoas tenha sido reduzida a aproximados 3,5 milhões de pessoas. Também: DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2007 e *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 2005.

<sup>707</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 34.

<sup>708</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do Medo*. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 100. Também: HESPAHNA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. 2010; FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 46-47 (em que ressalta uma diferença, talvez mais legislativa e formal, do que propriamente no âmbito real, em relação ao tratamento dos índios e dos negros).

impingidas aos acusados (especialmente cruéis para escravos, gentios e peões homens livres, sem apelação, a ponto de se ter uma série de penas de morte com e sem sofrimento). Nilo Batista pondera, por ironia, que é provável que o primeiro exemplar delas (as Ordenações Filipinas) tenha chegado ao Brasil apenas em 1792, ano da morte de Tiradentes.<sup>709</sup>

A sedição por liberdade que fervia a Colônia fazia irromper um discurso de ordem e controle de parte do Reino. O trânsito indesejado de escravos forros e trabalhadores pela cidade, em particular, do Rio de Janeiro, exigia da *polícia* o exercício de funções que historicamente se lhes outorgava. Dentre as quais, o controle social por meio da imposição do *medo*, pelas vestes de um poder letalizante, desde aí, mediando as relações sociais.

Emblemático o poder de polícia usado pelo Reino a fim de coibir o que se chamou de *conjuração mineira*, que estava também implicada na questão da transição econômica do açúcar para o ouro (aliada à exploração de pedras preciosas, como nas expedições chefiadas por Fernão Dias e Raposo Tavares, até o episódio Castelo Branco-Borba Gato, em 1677)<sup>710</sup>.

O episódio culminaria, por meio da delação premiada na morte “espetacular” de Tiradentes e nos detalhes de uma pena de cunho eminentemente retributivo<sup>711</sup>, aplicados a partir de uma sentença que invocava a um só tempo as bênçãos divinas e o poder do reino<sup>712</sup>. Não se pode deixar de notar que, dentre os envolvidos, o Alferes estava na *classe suspeita*: era militar de baixa patente e sua condição bastarda favoreceu a história de sempre criminalizar e punir com pena exemplar a *pessoa-feia*. Isto pode ter lhe conferido a condição de *mito*.<sup>713</sup>

<sup>709</sup> BATISTA, Nilo. *Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I*. 2002, p. 21.

<sup>710</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 188-189. O autor irá indicar a disputa entre Dom Rodrigo Castelo Branco, como representante da Coroa, e Borba Gato, em episódio que denuncia o financiamento particular de empreitadas públicas e a dificuldade de impor responsabilidades por atos desastrosos, como neste em que Castelo Branco é morto pelos pajens de Borba Gato.

<sup>711</sup> Interessante pontuar a referência de Michel Foucault não ao episódio em si mas ao fato de que cortar o corpo e expor a carne era como estar num *açougue*, em que “a destruição infinitesimal do corpo equivale a aqui a um espetáculo: cada pedaço é exposto no balcão.” (*Vigiar e punir: nascimento da prisão*, p. 44).

<sup>712</sup> Para mais detalhes do processo: DOTTI, René Ariel. *Casos Criminais Célebres*. 2003, p. 136-176.

<sup>713</sup> Sobre a construção do mito de Tiradentes: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

Anos mais tarde, o Código Criminal de 1830 – com questões bastante ambíguas a respeito do próprio projeto e de seus propósitos<sup>714</sup> – antecede a tomada do espaço urbano e deixa a marca de um modelo patriarcal e dos senhores de terra, com as matizes escravista e patrimonialista. Aparece, também, como tentativa de legitimar um discurso penal com tendências a limitar a plenitude de liberdade do povo, radicalizando o liberalismo e rumando para a República.<sup>715</sup> Embora tal Código mirasse a Constituição de 1824, que impunha a observância ao princípio da legalidade, manteve sanções severas como a pena de morte, o degredo e o banimento.

As organizações policiais continuam a ser reivindicadas para uma atuação nas cidades, tanto que o Código Criminal lhes incumbiria dos *crimes de polícia* (como os que ofendiam a moral e os bons costumes, incluindo a vadiagem e a mendicância). Vale registrar uma Lei de 1835 que impunha a pena de morte para o escravo que cometesse qualquer delito contra o senhor, o feitor e os familiares.

A configuração do *medo* pode ser decorrência paradoxal de aumento de escravos pela demanda da Corte aqui chegada, bem como dos trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, cujo trânsito e acesso à cidade se pretendia controlar.<sup>716</sup> Eram a um só tempo vistos como necessidade e como ameaça.

Registre-se a contribuição para tal política senhorial na gestão de um *poder de polícia* dos inflamados discursos proferidos pelo Ministro da Justiça, Padre Antonio Diogo Feijó. Feijó exaltava a insatisfação da *classe senhorial*, composta por proprietários e industriais, detentores de família e bens, com os anarquistas.<sup>717</sup>

A questão da configuração do espaço urbano e as peculiaridades locais, mais uma vez, assume relevo, momento em que as assembleias

---

<sup>714</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 428-440.

<sup>715</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 100.

<sup>716</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 101. Outros exemplos do histórico legislativo que assentaria o programa criminalizante de então pode ser conferido em: ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 438-439.

<sup>717</sup> SULLOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 73.

legislativas provinciais detinham o poder de legislar sobre *polícias* como decretar e demitir magistrados.<sup>718</sup> Pode-se registrar que no Paraná em 10 de Agosto de 1854, através da Lei Estadual nº 07, cria-se a Companhia de Força Policial da Província do Paraná.<sup>719</sup>

Passa-se a constituir uma *polícia* com franca autonomia para atuar no lugar das lacunas e das contradições, legando uma atuação sem regras e por isso sem controle; a qual (alinhada com os *desejos* da *classe senhorial*) concentra-se nos vadios e mendigos, nos jogadores de capoeira e nos bêbados. A atuação pública das *polícias* favorece as elites brancas e a estética brutal da escravidão. Isso permite a formação de uma *polícia* que contingencia uma política que enfileira mais e mais gente para o sistema penal, fazendo com que em 1850 as prisões já estivessem superlotadas e as condições fossem degradantes.<sup>720</sup> Cenário favorecido pela legislação chamada de leis *Dos Prefeitos*, que promoveram mudanças significativas no Código de Processo Criminal em vigor, a partir do Ato Adicional de 1834, dando ensejo a regramentos próprios nas províncias com a polícia provincial.<sup>721</sup>

A vigilância, o controle, a disciplina e a crueldade que marcam o sistema penal, inclusive o arbítrio policial, poderiam ser evidenciados pela possibilidade de uma escrava achada retornar à senhora e ter a “língua cosida com o lábio inferior”<sup>722</sup> ou a possibilidade de excrementos humanos e animais serem removidos nas cabeças dos escravos, que eram açoitados ou que levavam chibatadas públicas.<sup>723</sup> Valia-se, em relação aos escravos, de capitães-do-mato, que – não raro – eram escravos libertos que conheciam os hábitos e os caminhos dos fugidos.

O *medo* soergue-se pela tomada das ruas pelos negros e escravos; os bandidos e os vadios circulam em meio à conspiração, rebelião e sedição (hoje

<sup>718</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2000, p. 427.

<sup>719</sup> Polícia Militar do Paraná. Histórico. Disponível em <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

<sup>720</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 104.

<sup>721</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 259-260.

<sup>722</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 42.

<sup>723</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 101.

substituídos pelos jovens pobres e os pequenos traficantes dos centros urbanos; ora deslocados pelos *pedófilos* ou pelos *terroristas*, que – se teme – apareçam nos jogos esportivos mundiais). O *medo* não é a consequência, senão a “opção ideológica e estética, uma maneira de interpretar a realidade que se tornou hegemônica na vitória política de um discurso e de uma estética conservadora contra os nossos desejos de nação.”<sup>724</sup>

A denominação do Rio de Janeiro como “cidade africana” (dado o elevado número de negros, escravos forros e peões livres; o comércio ambulante e o curandeirismo) ou como “cidade febril” (na alusão de Debret) dá conta de uma moldagem geográfica e espacial que bem pode indicar a de outras tantas cidades. Particularmente, os conflitos em relação à acessibilidade, à circulação e ao trânsito de pessoas no centro, bem como o modo, as funções e os objetos da polícia<sup>725</sup>.

O discurso sobre os desajustados da nova ordem e a utilização da *polícia* para seu controle e ordenação não seria originalidade carioca<sup>726</sup>, tampouco brasileira<sup>727</sup>: firma-se no século XIX, quando “os comerciantes, industriais e banqueiros se estabeleceram no poder, a concentração urbana dos extremos de riqueza e miséria provocava situações altamente conflituosas.”<sup>728</sup>

O modelo carioca, embora com algumas nuances distintas, é usado na província de São Paulo que de um lado se regozijava de um progresso, fruto das conquistas tecnológicas, como as estradas de ferro em particular, mas de outro

<sup>724</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 104.

<sup>725</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Arquitetura do medo*. 2000, p. 100-101.

<sup>726</sup> O modelo carioca, de qualquer modo, espraia muitos significados para a constituição das polícias no Brasil. Sobre as recorrências históricas e a abordagem de suspeitos pelas polícias no Rio de Janeiro, o texto produzido a partir de coleta de material empírico, por meio de várias metodologias e com diversos segmentos sociais: RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Silvia. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

<sup>727</sup> Nesse sentido, o trabalho empírico realizado por um Juiz de Mar Del Plata, a respeito da utilização desse discurso da ordem, de uma “segurança cidadã” e também do inimigo, a partir das detenções provisórias (ou administrativas - como espécie da modalidade existente no Brasil como “prisão para averiguação”) e das abordagens levadas a cabo pela Polícia de Buenos Aires: GÓMEZ URSO, Juan Facundo. *La Selectividad penal: el poder punitivo subterráneo en la Pcia. de Buenos Aires*, un estudio empírico del modelo operativo de las agencias ejecutivas en relación a la privación administrativa de la libertad ambulatoria. Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido Editor. 2012.

<sup>728</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal* RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Silvia. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. 2005, p. 281.

ressentia-se pelo convívio com a população que crescia e começava a ficar inquieta pelo rescaldo e pela angústia de uma modernidade seletiva. Isso justificava a popularidade dos discursos do Chefe de Polícia local que bradava contra os índices de criminalidade, a gravidade dos delitos e a crueza e a frivolidade dos motivos.<sup>729</sup>

Cabe aqui ponderar, em especial sobre como ela – a *polícia* – interfere no viver, no deixar viver e no fazer morrer uma quantidade razoável de pessoas, quando se aponta como objeto da polícia a *saúde*. Desde sua gestão não só nos cemitérios, nos matadouros e noutros lugares epidêmicos e de nascedouro de pestes<sup>730</sup>, até acessar às próprias pessoas. O acesso da *polícia* é na rua (nos *tribunais da rua*<sup>731</sup>), como lugar livre para o exercício do controle sem controle, da disciplina e da vigilância.

As questões que permeariam o discurso dos parlamentares sobre *segurança pública x liberdades individuais*, eram acompanhadas por uma reconfiguração da estética das cidades e da modelagem urbana. Já se deixava entrever o poder do discurso do *medo* e os brados pela *ordem*.

Essa conjuntura conduzia à indicação das *classes perigosas* portadoras de um “figurino social da delinquência” e transitando pelos “lugares da delinquência” (expressões usadas por Nilo Batista e Eugenio Raúl Zaffaroni). Interferia, também, na própria construção espacial e na mobilidade urbana para mediar as relações entre os homens livres e os escravos, culminando na imposição de pena para os escravos libertos, que transitassem ou se comportassem de forma proibida.<sup>732</sup>

As configurações daí surgidas atravessaram o século XIX, chegaram ao século XX e já permitiriam cristalizar de um lado as *classes perigosas* (e suas

---

<sup>729</sup> ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma historia da polícia paulista no Final do Império*. 2010, p. 31-33.

<sup>730</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). 2008, p. 433 e ss.

<sup>731</sup> Expressão usada por RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Silvia. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. 2005.

<sup>732</sup> Na Bahia era imposta pena de multa ou quatro dias de prisão aos proprietários que “permitissem em seus estabelecimentos a demora de escravos por mais tempo que o necessário para as compras, com a cláusula respondendo sempre aos amos pelos caixeiros.” (Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al. Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 41).

*atitudes suspeitas*) e de outro a *classe senhorial*. A última benevolente, por vezes, é servida pela primeira. Constituem-se aí os polos cuja necessária distância seria mantida pelas *polícias*. As forças policiais convergem para uma atuação repressiva, em essência, realizada sobre os corpos dos trabalhadores pobres (peões livres, escravos forros e imigrantes) e sobre a população revolta, como se dera primeiro com os índios e depois com os negros.

Na tentativa de coibir abusos, sobretudo na realização indiscriminada de prisões preventivas é que o Ministério da Justiça, desde 1865 até 1889, publica Avisos Circulares. Esses Avisos eram dirigidos aos Presidentes de Províncias recomendando energicamente a observância irrestrita às garantias constitucionais e a responsabilização de quem as violasse. Em tais Avisos Circulares, nota-se uma preocupação em coibir e punir as autoridades públicas em face das *prisões para averiguações policiais*.<sup>733</sup>

O Rio de Janeiro, em 1890, tinha a maior população do Brasil, registram um aumento entre 1890 e 1906 de mais de 50% (fato talvez atribuível aos escravos libertos e do trânsito de trabalhadores assalariados). Em 1920, já alcançara mais de 1.000.000 de habitantes.<sup>734</sup> Esse aumento populacional acompanhado dos problemas sanitários e de criminalidade foram associados pela elite carioca diretamente às *classes perigosas*. Não com a incapacidade de o Estado prover condições adequadas social e economicamente para os que eram “feios, sujos, malcheirosos, enfim, representavam a antítese da metrópole moderna e europeia que desejavam fosse o Rio de Janeiro.”<sup>735</sup> Modernizar era se livrar do passado e das pessoas que o representavam, juntamente com suas doenças mortíferas e suas casas fétidas.

A aproximação das questões de *segurança* aos aspectos sanitaristas restou fortalecida com a nomeação de Osvaldo Cruz, por Rodrigues Alves, dentre vários reformistas. Aliado a isso, as mudanças estéticas eram tidas como

<sup>733</sup> ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal Brasileiro*. 1959, p. 289-293.

<sup>734</sup> ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1o. e 2o. semestres de 2000, p. 286.

<sup>735</sup> ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República*. 2000, p. 286.

necessárias, especialmente na área central do Rio de Janeiro, onde as freguesias indicavam – por seu modo de vida – o foco de muitas doenças, dentre elas a peste bubônica: “a sua população é constituída principalmente pelo proletariado, em geral, mal alojado, mal vestido e mal alimentado.”<sup>736</sup>

No Paraná, a perspectiva não era muito diferente, embora as *classes perigosas* não fossem representadas – como no Rio de Janeiro – por escravos forros. Em sua maioria, eram imigrantes europeus, recém chegados e mal instalados, por conta do cenário que começava a assombrar o velho continente.

O embelezamento das cidades procurava o fim dos cortiços, dos becos e das favelas que começavam a aparecer, instalando grandes avenidas, prestigiando um ar europeu, que primava pela limpeza e organização. *Ordem e progresso* não apareceram por acaso no centro da bandeira da República, em alusão à proposta de Augusto Comte, pois a elite, sucessora da *classe senhorial*, via-se como ordeira, progressista, pacífica e estável.

Ao lado do sanitarismo (cuja oposição culminaria na Revolta da Vacina, em novembro de 1904) e das obras de engenharia, fomentava-se o controle das *classes perigosas*. Classificar, fichar e fazer estatísticas para identificar os criminosos; fotografar e coletar impressões digitais.<sup>737</sup> O objetivo era conhecer o “mau cidadão” e aumentar o poder da polícia sobre os “delinquentes”.<sup>738</sup>

Os problemas sociais eram compreendidos como a “ineficiência da polícia militar quando chamada a intervir.”<sup>739</sup> Ante as revoltas populares (como a da Vacina), a população civil – como no caso do “protesto dos bondes” – clamava pela interferência das Forças Armadas, ao bradarem: “morra a polícia”.<sup>740</sup>

<sup>736</sup> ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República*. 2000, p. 287.

<sup>737</sup> ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República*. 2000, p. 288.

<sup>738</sup> SALÉM, Marcos David. *A Polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes*. 2007, p. 280.

<sup>739</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 46.

<sup>740</sup> Em alusão a notícia que saíra publicada no Jornal do Comércio: Cf. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 46.



O novo Código Penal da República que, feito às pressas e de matriz controvertida, ainda que permitisse a pena de reclusão a ser cumprida em prisões militares aos delitos de sedição e conspiração<sup>741</sup>, não alcançava os alvos que incomodavam as *classes senhoriais*. A precariedade do Código, assim entendida sob essa ótica, daria ensejo a uma enxurrada de leis penais que ficaria conhecida como a Consolidação das Leis Penais de Vicente de Piragibe.

As *funções* inicialmente atribuídas às *polícias* como forma de controle de matadouros, cemitérios e açougues, passariam à mediação das relações sociais e a medidas urbanísticas e arquitetônicas, como definir o lugar para as prostitutas. Alcançariam à emergência atual das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro e Unidades Paraná-Seguro com o sentido de que lhes incumbe a (re)configuração do espaço geopolítico da cidade, aliado a sua perspectiva sanitaria e de guerra.

O pretenso cientificismo – do início do Século XX – serviria (como ainda serve) apenas como cortina de fumaça no intuito de justificar uma operatividade policial desde então brutal e seletiva:

[...] formou-se uma cultura policial, em vigor até hoje, forjada no dia-a-dia das relações entre as forças policiais e os indivíduos. E nesse cotidiano, a polícia acabou por elaborar a sua própria lista de ‘inimigos públicos’, além daqueles que as elites apontavam, criando assim ‘códigos’ informais de justiça, subsistentes até hoje nos procedimentos policiais.<sup>742</sup>

A Revolução Russa ocupava o cenário internacional de 17; no Brasil, o momento era de tensão da classe média burguesa em relação às ruas, às cidades e aos que nela transitavam. Os trabalhadores organizavam-se dando os primeiros passos para consolidar o Partido Comunista em 1922<sup>743</sup> e acolher o nascimento

<sup>741</sup> SALÉM, Marcos David. *A Polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes*. 2007, p. 288.

<sup>742</sup> SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. *Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança*. 2007, p. 86.

<sup>743</sup> A crise do movimento anarquista e o alarde do triunfo do comunismo na Rússia é que fariam nascer em 1922 o Partido Comunista, cuja atividade permaneceria durante longos períodos na ilegalidade até 1945 (esteve na legalidade entre março e julho de 1922 e entre janeiro e agosto de 1927). Fato este que, ao lado, do fracasso do debate operário e da falta de regulamentação das questões trabalhistas é que, segundo Boris Fausto, favoreceriam a assunção de Getúlio Vargas (*História do Brasil*. 2012, p. 261).

da coluna escrita por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, que se consagraria como a “Coluna Prestes”.

Ao lado disso, a tentativa, liderada por José Oiticica em 1918, de instaurar por meio da anarquia um regime socialista<sup>744</sup> favoreceria as atividades de uma *polícia política* (que também atuaria em face dos oficiais revoltos<sup>745</sup>). Nessa atividade (a de *polícia política*), a 4ª. Delegacia do Rio de Janeiro ficou responsável pela Seção de Ordem Política e Social<sup>746</sup>, criada no anteceder das rebeliões de 1922 e chefiada por Coriolano de Góes, “para trabalhar no crescente medo do comunismo.”<sup>747</sup>

A partir da década de 30, a ameaça comunista marcaria o modelo de uma *polícia política*, cujas matrizes haviam se ensaiado na República Velha e observaria o tom da documentação, da vigilância e da ordem. Um frustrado golpe comunista, acirraria ainda mais a perseguição política pela *polícia*.<sup>748</sup> O governo investiria em grupos de choque e em milícias integralistas até o pleito eleitoral, com o intuito de o Congresso fechar a Aliança Nacional Libertadora, por sua matriz comunista.<sup>749</sup>

Sob a batuta do Estado Novo, foram aprovados os vigentes Código Penal e o Código de Processo Penal, onde parece existir uma distinção sobre os pressupostos e fundamentos políticos e teóricos de cada qual.

Quanto ao Código Penal, segundo Zaffaroni e Batista, há certo simplismo na análise realizada pelo campo jurídico dos instrumentos jurídico-penais produzidos no período, eis que trabalha a dicotomia “populismo” (como

<sup>744</sup> ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República*. 2000, p. 288.

<sup>745</sup> Marcos Luiz Bretas anota a atividade da polícia política no Rio de Janeiro em face dos “oficiais problema” (*Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 169. Ver nota 74).

<sup>746</sup> A divisão do trabalho policial e a criação das chamadas delegacias especializadas daria ensejo a um só tempo lugar (i) a um pretenso cientificismo policial, (ii) a burocratização do serviço, em particular com os fichamentos e as estatísticas e (iii) a um novo tipo de policial: o agente da delegacia especializada. Cf. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 74-80. Em especial, os dados acerca da atuação da 4ª. Delegacia: Obra citada, p. 79.

<sup>747</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*. 1997, p. 79.

<sup>748</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 293 e 301. Em igual sentido: KUSHNIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura: os arquivos do Dops (RJ e SP)*. 2002.

<sup>749</sup> SODRE, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 333.

normalmente se refere às políticas Vargas) versus “totalitarismo” (por uma aproximação que Vargas teria com o regime fascista). Para esses autores, no que concerne ao Código Penal, a Primeira República fora muito mais severa na repressão, em especial quanto à vadiagem.<sup>750</sup> Mas não seria o Código Penal, à época, distante dos anseios liberais vigentes. Zaffaroni e Batista, entretanto, não deixam de observar que a *polícia* aparece como força política, inclusive por meio do Ministério da Justiça em questões não jurídicas, como o tratamento médico dispensado aos presos políticos.<sup>751</sup>

O programa criminalizante do início do século XX acabou por criar um verdadeiro subsistema penal de repressão política: o “alvo por excelência desse subsistema penal era o Partido Comunista”<sup>752</sup>. Política que teve em Carlos Marighella uma figura preferencial desde então. Em tal programa de criminalização, eram criados tipos penais voltados a tudo que parecesse sedição, como as reuniões, a filiação a sindicatos e a partidos políticos, a utilização da imprensa para divulgação de ideias subversivas, o envolvimento de funcionários públicos, inclusive militares, entre outros.

Criou-se o estereótipo de que contra os comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam os interesses nacionais e os principais democráticos, tudo era válido: tratava-se, não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos. E, ao mesmo tempo em que se acusava os comunistas de todas as atrocidades e violências, praticavam-se contra eles, e os supostos comunistas, todas as violências e atrocidades, sem qualquer discriminação.<sup>753</sup>

Mas não parecia ser apenas em face dos comunistas que girava o arbítrio de algumas autoridades policiais. A faceta policial que marcara o Estado Novo autorizaria a *polícia* a perseguir, torturar e obrigar o exílio de intelectuais e

<sup>750</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 462-463.

<sup>751</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 465.

<sup>752</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 468.

<sup>753</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2012, p. 336.

políticos. Onde se vislumbrava destinatários certos. A *polícia* oferecia e aceitava o apoio de letrados, como “católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados”<sup>754</sup>. Tal faceta policial ramificava-se por toda a senda das organizações e pelos mais diversos modos. Havia polícia ostensiva e secreta, grupamentos especiais como os de choque, com fama letal, até a polícia de Guarda ou o Quadro Móvel, que contava com número elevado de pessoal, até mesmo de membros das Forças Armadas (que chegavam a receber valores por informações prestadas).

Favorecia o fato de que a Chefia de Polícia e a das Delegacias de Ordem Política e Social era confiada a militares da ativa; de outro lado, o Estado-Maior, em suas Segundas Seções, contava com lugares destinados a policiais. “O Estado Novo criou o hábito de todos se espionarem e se denunciarem.”<sup>755</sup>

No transcurso do Estado Novo, é que também surgem o Código Penal Militar, adotando a pena de morte para mais de trinta delitos, e o Código de Processo Penal Militar que seguirão até 69 com poucas alterações. O investimento legislativo tanto no âmbito geral (com o Código Penal e Processual Penal) quanto no militar (com estes dois diplomas antes referidos) indica um pêndulo quanto aos rumos do próprio poder executivo nas eleições de 37, na estreita opção entre ditadura civil e ditadura militar.<sup>756</sup>

Aparecia no cenário político brasileiro o “populismo”, não como característica própria, mas como algo que já se dava no velho continente e que quer se apresentar como uma possibilidade, especialmente para tentar amenizar os efeitos da crise de 1929, ainda sentidos. A massa que tomava a urbe vinda do impacto no campo exigia uma solução social, ao passo que os especuladores olhavam para o liberalismo. O Estado se colocava como apto a mediar estes conflitos<sup>757</sup>, inclusive por meio da esfera criminal.

Nesse sentido, vale observar a ponderação de Zaffaroni e Batista de que “uma visão panorâmica da legislação penal extravagante das décadas

<sup>754</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 322.

<sup>755</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2012, p. 346-347.

<sup>756</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 792.

<sup>757</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2001, p. 805 e ss.

posteriores ao CP de 1940 revelará tendências político-criminais inteiramente compatíveis com o cenário de um sistema penal inscrito num estado de bem-estar.”<sup>758</sup> Isso não evitava alguns embates de natureza bastante repressiva. Cabe salientar que a União Nacional de Estudantes sofreu severa ação da *polícia*, em passeata realizada em 1943, na qual caminhavam os estudantes de braços usados e usando lenços como mordaças. No confronto, dois estudantes morreram e mais de vinte ficaram feridos.<sup>759</sup>

O embate com os comunistas e com a classe trabalhadora persistia, contra quem Eurico Gaspar Dutra não se prendia tanto ao que dizia o “livrinho” (modo como se referia à Constituição)<sup>760</sup>, laborando em dura repressão ao Partido Comunista, que em 1946 já ocupava posição de destaque. O Supremo Tribunal Federal cassaria o registro do Partido em 47.

A alteração da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília – que só aconteceria anos depois, em 21 de abril de 1960 – sob o argumento de interiorizar o país, tirando o Rio de Janeiro do centro do poder econômico e política – traria, sobretudo, problemas de ordem econômica e social à antiga Capital Federal. Mudança que faria eclodir anos depois, não só por sua configuração histórica (“cidade africana” ou “cidade febril”), mas por sua constituição espacial, um modelo brasileiro de *medo*, de clima geral de horror e terror coletivos. Suas favelas, seus crimes e suas polícias seriam a universalização da *insegurança* no país.<sup>761</sup> “Os inimigos da pátria agora eram os próprios brasileiros.”<sup>762</sup>

A *polícia política*, entretanto, continuava a atuar, mas agora voltada também aos destinatários do rescaldo social: a *polícia* de Amaury Kruehl, reunida numa repartição policial conhecida como *Invernada de Olaria*, inauguraria no final da década de 50 os *esquadrões da morte*, executando mendigos. Local em

---

<sup>758</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 475. Tendências que, segundo os autores, “prevalecerão mesmo após o golpe de 1964, quando as oligarquias brasileiras, valendo-se das Forças Armadas e com dissimulado, mas incontestável apoio norte-americano, depuseram o presidente João Goulart e instauraram uma ditadura.” (Obra citada, p. 475).

<sup>759</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 327.

<sup>760</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2012, p. 343.

<sup>761</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 124-125.

<sup>762</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. 2011, p. 51.

que anos depois seriam mortos integrantes do Movimento Revolucionário Tiradentes.<sup>763</sup>

As Forças Armadas passaram a coordenar ostensivamente os órgãos de *polícia*. Os Departamentos de Ordem Política e Social no âmbito dos estados atuavam em conjunto com o Destacamento de Operações de Informações (órgão de inteligência) e o Centro de Operações de Defesa Interna (órgão operativo), formando um subsistema penal (DOPS/DOI-CODI)<sup>764</sup>. Esses órgãos, que já tinham sua gênese em outros, como os sistemas de *polícia científica* e as *escolas de polícia* desde 1912, exerceram de modo alargado e intenso a atividade de *polícia política*, por meio de estratégias de controle, vigilância e disciplina.

Uma atuação cruel e letal é o que nos dá conta a literatura sobre o período ditatorial, como se vê, por exemplo, em textos como *Brasil: Nunca Mais*, *Batismo de Sangue* e *Os Carbonários*. A dificuldade de se obter fontes e documentos sobre o período, pelos graus de acessibilidade com que estão gravados,<sup>765</sup> mesmo depois de certa abertura, não inibe, todavia, que alguns relatos de tortura possam ser conhecidos.<sup>766</sup>

A lógica do regime militar opera, como já se dera antes, com os métodos de fichamento, controle e vigilância. O Sfici, que concebeu “a imagem do comunista superpoderoso”<sup>767</sup>, irá se transformar no Serviço Nacional de Informações (SNI). Mas as Forças Armadas queriam fazer desaparecer por completo o Sfici, indicando ter sido a Ditadura Militar que inaugurou o serviço de informações e não admitir que tal serviço tenha aparecido no auge de governos ditos democráticos (mesmo antes do próprio Sfici). “Em outras palavras, reivindicaram para si a paternidade do órgão mais execrado da história republicana. Um caso a ser estudado no divã.”<sup>768</sup>

<sup>763</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 478

<sup>764</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 478 (Cf. nota de rodapé dos autores n. 454).

<sup>765</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura*: os arquivos do Dops (RJ e SP). 2002, p. 210-211.

<sup>766</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record. 2004, p. 125-128.

<sup>767</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. 2011, p. 77.

<sup>768</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. 2011, p. 131.

A perspectiva de trabalhar com as informações, os dados e os arquivos das pessoas e de fatos procurava um devir nas condutas dos sujeitos, como herança de um cientificismo policial de matriz determinista em que era dado às polícias conhecer o crime e o criminoso. Procurava-se acumular e gerenciar informações.<sup>769</sup> A lógica das *impressões* e da *constituição* dos *Arquivos* operava fortemente.

Passa aqui a existir, entretanto, um novo elemento: não há necessariamente uma preocupação com o passado, mas sim com o futuro; não com que o sujeito fez, mas com o que ele pode fazer. Um legado para o presente e para o futuro.<sup>770</sup> Prática que impôs um novo vocabulário: inserindo e retirando palavras, para que a análise da censura não evidenciasse fatos que não podiam ser lidos.<sup>771</sup> Foi imposta uma nova *ordem*: a *ordem* da *ordem*, a *ordem* do *progresso*.

A Ditadura Militar parece revelar uma contradição histórica na atuação policial, ao indicar a inverdade do argumento de uma sociedade (a brasileira) não violenta historicamente ou que agora seria mais violenta. É o mito da impossibilidade de uma convivência pacífica, que ostenta em sua história o *medo* como *pedagogia* e a *violência* como *método*, mediadores das relações sociais.<sup>772</sup> Violência que sempre permitiu, com suas várias facetas e denominações teóricas e linguagens, a manutenção de um modelo fundado no *medo*, que se encontra arraigado no mais profundo da sociedade brasileira.

Esse mito da não-violência quase desaparece quando se olha para os “brancos-não-torturáveis”<sup>773</sup> e as “garotas mal saídas do colégio, nuas no pau-de-

<sup>769</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura*: os arquivos do Dops (RJ e SP). 2002, p. 210.

<sup>770</sup> SÁ, Priscilla Placha. Sobre escutas telefônicas e sobre como Jack Bauer descobre os seus segredos. In Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição* (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal). v. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 85-93.

<sup>771</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Pelo buraco da fechadura*: os arquivos do Dops (RJ e SP). 2002, p. 208.

<sup>772</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 28.

<sup>773</sup> Expressão usada por Joel Rufino dos Santos (*Quase dois irmãos*. 2004, p. 29). O fato de a tortura recair sobre *gente* que não se parecia com a *clientela tradicional* do direito penal, em particular da classe média, pode ter contribuído para a edição mesmo que tardia da Lei de Tortura (Cf. *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 479). Entretanto, cabe lembrar a comoção que a tortura e posterior execução de rapazes, protagonizada por policiais militares na Favela Naval de Diadema, em 31 de março de 1997, teve forte contributo para o trâmite do Projeto de Lei, que foi aprovado e sancionado poucos dias depois (em 07 de abril).

arara”<sup>774</sup>, que povoaram os porões dos quartéis, presídios e delegacias, nas décadas de 60 e 70. Para muitos (inclusive para as famílias desses jovens), esses presos políticos eram merecedores de tal sorte de violações e torturas, por serem comunistas e terroristas. Talvez equiparável ao sentimento que hoje se tem quando os pais denunciam para a *polícia* os seus próprios filhos “traficantes” ou “usuários”. Ações que são veiculadas como atitude cívica.

As Forças Armadas empalidecem as *polícias* e reforçam o nefasto caráter de *segurança pública* como sinônimo de *segurança nacional*. Assentam, mais uma vez, o conceito de *inimigo* a ser combatido com recursos de *guerra*; ainda os comunistas. Em 1968, a polícia militar carioca mata o estudante Edson Luís Lima Souto durante uma manifestação próxima ao Restaurante Calabouço. Na missa de sétimo dia, na Candelária, a Companhia da Cavalaria faria ostensiva atuação na própria Igreja. No fim do ano, no mês de outubro, a repressão ao Congresso em Ibiúna – reunião que teria sido descoberta por uma escuta telefônica na Confraria Dominicana – culminaria nas prisões dos participantes produzindo um sem fim de presos políticos, vitimados por horrores, especialmente, coordenados no Presídio de Tiradentes pelo Delegado Fleury. Nesse período, de 64 a 68, houve uma caça aos próprios militares, como na década de 30: “1.312 militares foram expulsos da corporação, dos quais 574 oficiais e 738 praças.”<sup>775</sup>

Se de um lado via-se ainda, mesmo após a instalação do regime, uma legislação penal voltada ao bem-estar social, no âmbito da *segurança nacional* ela andava a passos largos.<sup>776</sup> Contra isso, em especial após os acontecimentos de 1968, também começava o endurecimento da resistência, por parte da esquerda ou dos revolucionários (apesar da divergência de nomes dos opositores ao

---

<sup>774</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 29. Interessante conferir o relato de Tom Cardoso (*O Cofre do Dr. Rui: Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011) acerca das atividades de grupos revolucionários, em especial o MR-8 e Var-Palmares, compostos também por estudantes, inclusive de classe média alta, cujas atividades de resistência e de contraposição à Ditadura eram completamente desconhecidas de suas famílias.

<sup>775</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2006, p. 116.

<sup>776</sup> Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 2003, p. 475. No mesmo texto, conferir o amplo programa de criminalização em prol da segurança pública e da repressão política (Obra citada, p. 475-478).



regime, sabe-se que eram profissionais liberais, sindicalistas, jornalistas, professores, estudantes e alguns segmentos da igreja).

Segundo Werneck Sodré, do equívoco de que as Forças Armadas como um todo – sem olhar a sua própria resistência – compartilhava dos interesses imperialistas fazendo o serviço de ocupação de território é que houve a conclusão desesperada de que era necessário recorrer à violência e à guerrilha. “Ambos, assim, subestimam o grau de avanço político do povo brasileiro.”<sup>777</sup>

A atuação conjunta dos civis e militares com o subsistema penal do DOPS/DOI-CODI, “especialmente entre 1968/1974 – quando organizações políticas clandestinas optaram pelo enfrentamento armado – torturou, matou e ocultou o cadáver de centenas de pessoas.”<sup>778</sup> As barreiras da censura e da própria sociedade civil que não apenas teriam permitido, mas mantido o golpe, faziam surdas as denúncias de tortura e das mortes que o regime produzia em seus porões.

A morte de Vladimir Herzog veiculada como “suicídio”, por enforcamento, dava um pouco o tom das coisas. Na ocasião, o chefe da Segurança Pública de São Paulo, declararia: “Está é uma guerra crua, uma guerra nua, e é uma guerra na qual nós temos de utilizar as mesmas técnicas de nossos inimigos, se não quisermos ser derrotados. Vamos almoçá-los antes que eles nos jantem.”<sup>779</sup>

Outros episódios envolvendo a repressão política, por meio do envolvimento da *policia política* com as Forças Armadas, de forma brutal, ainda suscitam enorme polêmica, como, por exemplo: a Operação Bandeirante, a Guerrilha do Araguaia e o Caso Rio-Centro.

Emergiam paralelamente outros problemas sociais; problemas que permitiam a configuração de novos *inimigos*. Talvez pelo fato de que os comunistas não mais ocupavam o centro da *insegurança* e contra os quais não

<sup>777</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2010, p. 464-466.

<sup>778</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal brasileiro*: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. 2003, p. 478.

<sup>779</sup> GALEANO, Eduardo. Rio de Janeiro, outubro de 1975: Essa manhã saiu de sua casa e nunca mais foi visto. In. *Dias e Noites de Amor e de Guerra*. Trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM. 2011, p. 81.

mais se sustentava o labor bélico-militar do Estado. Corroborar, também, o irrealizado milagre econômico prometido pelos militares e esperado pela população.

Desfeitos os mitos de *insegurança* e de *medo* que rondavam personagens dos modelos políticos socialistas, labora-se na construção de novos *inimigos*<sup>780</sup>: homens jovens, pobres, dos centros urbanos. Não mais a classe trabalhadora que atormentara o início do século XX e nem os comunistas perseguidos desde a Primeira República, passando pelo Estado Novo e a Ditadura Militar. Agora uma *classe sobrando, excedente*. Contra a qual o discurso político, ganha um novo item nas pautas eleitorais.<sup>781</sup>

Pauta que contaria essencialmente, assim como em diversos países latino-americanos, com o discurso de combate ao tráfico de entorpecentes a partir da proposição de uma *guerra* contra as drogas declarada por Richard Nixon, que aqui culminou desde logo com a edição da Lei 6.368/76, a *Lei de Drogas*. A *guerra* seria travada na região andina, a partir do Governo Reagan, com o deslocamento das Forças Armadas norte-americanas e o Pentágono. Antes disso porém, entre 1912 e 1972, já haviam sido assinados doze Tratados sobre Drogas.<sup>782</sup>

Paralela e paradoxalmente, a própria esquerda ou os grupos se dizentes discriminados e historicamente criminalizados (como o movimento de mulheres e as classes trabalhadoras, por exemplo) passam a demandar por “mais segurança”. Não parece ser por outro motivo<sup>783</sup> que as periferias e as favelas<sup>784</sup> – identificadas como o *locus* dentro das cidades, em particular dos grandes centros

<sup>780</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 169-170.

<sup>781</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 170; BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005.

<sup>782</sup> DEL OLMO, Rosa. A legislação no contexto das intervenções globais sobre drogas. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 7, número 12, 2o. semestre de 2002, Rio de Janeiro: Revan, p. 66.

<sup>783</sup> “Neste ponto, basta pensar, no Brasil, na fome e na desnutrição, na concentração da propriedade de terras e nas submoradias, na falta de saneamento, na caótica situação da educação e da saúde públicas, mas sucessivas políticas econômicas geradoras de miséria e desigualdade, em quadro revelador do sistemático desatendimento às necessidades básicas da imensa maioria da população, violentamente privada de seus direitos fundamentais à moradia, à alimentação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à educação.” KARAM, Maria Lucia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 171.

<sup>784</sup> Tais como outras comunidades estigmatizadas por representarem uma “classe baixa” em diversos países, o que permite uma segregação dentro da própria cidade, ainda que fora dos presídios: WACQUANT, Lôic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2005.

urbanos, a concentrar a maior exigência de intervenção estatal<sup>785</sup> - são anunciadas midiaticamente e entendidas como locais “perigosos” e de “alta criminalidade”. Lugares relacionados com o narcotráfico, satanizados como o *mal da pós-modernidade*, que autorizam, para além dos serviços de “disque-denúncia”, operações policiais “espetaculares”, como a do Complexo do Alemão, estabelecendo um modelo de *segurança pública*, a um só tempo e paradoxalmente de natureza emergencial e perene.

As constantes violações aos direitos civis das pessoas que residem nessas localidades (cuja intervenção policial entendida como *força* se sobressai a qualquer outro serviço público) são nubladas pela cortina de fumaça que veicula a “retomada do território” ou o “retorno da paz”. Também não aparecem nas comunicações oficiais e veiculadas pela grande imprensa a atuação das *polícias* que protagonizam casos de tortura e corrupção, de violência e de morte. Tampouco os baixíssimos casos de prisões efetivamente realizadas tanto em face de mandados de prisão ou por estarem as pessoas em situação de flagrante-delito.

A construção imagética de uma *insegurança* total, sobretudo causada pelos pobres-delinquentes e favelados-trafficantes, veiculada por meio dos mais poderosos meios de comunicação do país faria, parecer aos brasileiros que o “terror” carioca seria em pouco tempo o de todo o país.<sup>786</sup> A configuração e a produção de subjetividade ganha mais força, por meio de um sentido cultural e de uma linguagem a partir de uma filmografia recorrente. Tanto filmes comerciais (“Tropa de Elite”, “Cidade de Deus”<sup>787</sup>, “Como nascem os anjos”<sup>788</sup>, apenas como exemplos) como documentários (“Juízo: o maior exige do menor”<sup>789</sup>, “Justiça”<sup>790</sup> e “Notícia de uma Guerra Particular”), apresentam o Rio de Janeiro paradoxalmente como o “espaço da injustiça social” e como o “lugar

<sup>785</sup> LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição*. 2010, p. 360-361.

<sup>786</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 125.

<sup>787</sup> *Cidade de Deus*. Direção Fernando Meirelles. Co-dirigido Kátia Lund. Produção Andréa Baratta Ribeiro e Maurício Andrade Ramos. Brasil. Ano 2002. Drama. DVD (130 min). Colorido.

<sup>788</sup> *Como nascem os Anjos*. Direção Murilo Salles. Produção Cinema Brasil Digital. Coprodução Secretaria do Audio Visual/MINC, da Riofilme, do Banespa e da Quanta. Brasil. Ano 1996. Drama. DVD (96 min). Colorido.

<sup>789</sup> *Juízo: o maior exige do menor*. Direção Maria Augusta Ramos. Produção Diler Trindade e Maria Augusta Ramos. Brasil. Ano 2007. Documentário. DVD (90 min). Colorido.

<sup>790</sup> *Justiça*. Direção Maria Augusta Ramos. Produção Luiz Vidal *et al.* Brasil. 2004. Documentário. DVD (107 min). Colorido.

do terrorismo” (numa mirada superficial e acrítica): do tráfico e do próprio Estado, por meio de uma polícia violenta ou corrupta, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

O estado de São Paulo, mesmo após os eventos de 2006, veiculados pelo filme “Salve Geral”<sup>791</sup>, não parece ter conseguido ganhar o lugar de destaque como o *espaço da insegurança*, apesar de a ele se atribuir a sede do Primeiro Comando da Capital. Embora no final de 2012 e no início do ano de 2013, o número de mortes de policiais tenha tentado nublado o índice histórico daquelas que os próprios policiais produzem e que são registradas como *autos de resistência seguidos de morte*.

Interessante, ainda, observar que eventos impactantes de violência institucional, como o da “Chacina da Candelária”, no Rio de Janeiro, e o “Caso Carandiru”, em São Paulo, ambos protagonizados por *policiais*, não mudaram o *desejo* e a preferência na atribuição a determinados grupos como os responsáveis pela *sensação social de insegurança*.

Para a gestão pública da *insegurança*, na era da tecnologia, o “geoprocessamento da criminalidade” aparece como o resultado programático e fundamentado a partir de uma coleta de dados, não raro sem efetivas bases reais.<sup>792</sup> Por meio deles, se diz ser possível identificar os locais de maior índice de criminalidade, especialmente furtos, roubos e tráfico de drogas, a justificar a opção pelo local da atuação das *blitzes* e da instalação ostensiva de unidades policiais. Os *homicídios*, entretanto, não parecem se situar no centro da preocupação.

O argumento é tão perverso que a sua hipérbole culmina – daí sim – numa política estatal de natureza exclusivamente criminal sobre esses mesmos territórios. A atuação cruel e letal mostra cenas espetaculares e aterradoras para o *gozo* da população.<sup>793</sup> Homens fortemente armados, com fardas camufladas, muitas vezes, com a *caveira* estampada protagonizam as cenas mortíferas que

<sup>791</sup> *Salve Geral*. Direção Sérgio Rezende e Patrícia Andrade. Produção Joaquim Vaz de Carvalho. Brasil. 2009. Drama/Policial. DVD (119 min). Colorido.

<sup>792</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 171.

<sup>793</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 127.

têm do outro lado sujeitos completamente favelizados e acinzentados. É o macabro espetáculo de uma *guerra* urbana que já matou mais gente que os conflitos entre Israel e Palestina.<sup>794</sup> Um “espetáculo” transmitido repetidamente nos horários ditos nobres da televisão como se fossem o verdadeiro morticínio de *inimigos* e não como execução não autorizada de cidadãos pobres, jovens e em sua maioria negros, sem processo e sem defesa.

É quase um desprestígio ao *arquivo*, talvez seja a *pulsão de morte* que destrói o princípio arcôntico, pois *anarquívica*. Algumas coisas não compõem os *arquivos*. Parece que para que se chegue à *prisão-arquivo* necessário, todavia, demonstrar legitimidade e conferir uma aura de legalidade, especialmente, ao deixar o Antigo Regime. Laboram nesse sentido, como já assinalado, as Escolas Penais para construir o conceito de crime e justificar as funções da pena. Não raro amparadas na Criminologia e na Política Criminal. O recurso ao princípio da legalidade como o pilar garantista do sistema penal, justifica duas ordens deste procedimento: a criminalização primária e a secundária.

A criminalização primária, como processo realizado pela legislação, especificamente pelo direito penal abstrato, que deveria selecionar<sup>795</sup>, através do legislativo, comportamentos que exigiriam, segundo a hipótese de que há um senso comum *universal*, a atuação do sistema criminal. Porém, aí já se vê a influência, em particular, de uma elite econômica (*a classe senhorial*) que quer se manter – a todo custo – como representante do *powerfull*<sup>796</sup> contrapondo-se ao *powerless*<sup>797</sup>. Aqui se dá a escolha pelas condutas tidas como *violentas* e que ganham a adjetivação de *crime* para que se adjective seus autores como os únicos *criminosos*.

A prevalência nesse processo de orientação seletiva, marginalizadora e criminalizadora parece ser dos *powerfull*, conforme já atentara desde há muito

<sup>794</sup> BIRMAN, Joel. *Sociedade Sitiada*. 2004, p. 140.

<sup>795</sup> Assim seria o ato ou efeito de criminalizar condutas e indicar as respectivas sanções.

<sup>796</sup> Vide SILVA SANCHEZ, Jesús-Maria. *A expansão do Direito Penal – Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-industriais*. 2002, p. 67, ao analisar as discussões sobre as vozes da Política Criminal pelos poderes da direita (*powerfull*) e de esquerda (*powerless*) identificando que esses conflitos de interesses se dão, dentre outras causas, pelo fato de que mesmo as ideias convergentes parecem não o ser quando se trata de pugnar pela atuação do Direito Penal.

<sup>797</sup> Embora a “esquerda” e os grupos que historicamente lutaram por menos opressão tenham-se mostrado igualmente ou até mesmo mais acentuadamente punitivos.

Cesare Beccaria (em *Dei delitti e Delle pene*), e como assenta Nilo Batista, quando lembra que historicamente as elites, em sistemas capitalistas, correm ao Direito Penal para “duas operações essenciais: 1ª garantir a mão-de-obra; 2ª impedir a cessão do trabalho.”<sup>798</sup>

A criminalização abstrata ou primária já sabe quem deseja atingir e a secundária segue a mesma orientação seletiva. A seleção penal, na análise feita por Eugenio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista (assim como tantos outros), realizada pelas agências de criminalização, que atuam particularmente na seleção secundária tem por função evitar que a população perceba o colapso do sistema de justiça criminal. Colapso tanto em face da fantástica vocação punitiva do legislativo<sup>799</sup>, que produz leis penais com ferocidade incansável, quanto em face de uma *cifra oculta* que dá conta de uma imensa maioria que – objetivamente – comete crimes, mas que assim não é percebida e mesmo que o fosse o sistema não daria conta de seus atos. A visibilidade da infração é um dado essencial, seja pela percepção da própria *polícia*, seja por ter sido alertada para o fato.<sup>800</sup>

A fim de evitar, portanto, a percepção de tal falência, o sistema labora intensamente para comunicar à população uma eficiência possível e que se relacione com a sensação social de insegurança, pois o crime é a um só tempo produto econômico e político. Mesmo que isso destoe flagrantemente da insegurança objetiva: “o medo que se tem de ser roubado é significativamente maior do que a possibilidade real de isso acontecer.”

Essa seleção pode ser feita essencialmente a partir dos estereótipos, que são aqueles que têm “uma *imagem pública do delinqüente* com componentes

---

<sup>798</sup> “Essa punição se apresenta implacavelmente sempre que os pobres, negros ou quaisquer outros marginalizados vivem a conjuntura de serem acusados da prática de crimes interindividuais (furtos, lesões corporais, homicídios, estupros, etc.). Porém essa punição permeia principalmente o uso estrutural do sistema penal para garantir a equação econômica. Os brasileiros pobres conhecem bem isso. Ou são presos por vadiagem, ou arranjam emprego e desfrutem do salário mínimo (punidos *ou* mal pagos). Depois que já estão trabalhando, nada de greves para discutir o salário, porque a polícia prende e arrebenta (punidos *e* mal pagos). (BATISTA, Nilo. O Aprendizado da violência. In *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 39).

<sup>799</sup> FRADE, LAURA. *O que o Congresso Nacional brasileiro pensa sobre a criminalidade*. Disponível em [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1450/1/Tese\\_Laura%20Frade.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1450/1/Tese_Laura%20Frade.pdf). Acesso em: 13 mar. 2011.

<sup>800</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 243.

de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos”<sup>801</sup>. Embora os comportamentos grotescos em virtude de atos de brutalidade singular que não se pode ignorar (mesmo envolvendo pessoas que normalmente não estariam às barras do Direito penal) e os casos de falta de cobertura (em que se veem pessoas que, de modo excepcional, enfrentam a punição porque “levou a pior parte em uma luta de poder hegemônica e sofreu por isso uma ruptura na vulnerabilidade.”<sup>802</sup>). Interessante mesmo observar certo grau de inconsciência quando a sociedade se depara com a criminalização de um personagem que não se mostra um “cliente convencional” do direito penal. Tal como ocorre nos delitos econômicos que envolvem – em boa parte dos casos – pessoas com escolaridade e renda diversa da maioria dos sujeitos processados e presos e até mesmo pessoas que ocupam posição de destaque em diversas estruturas de poder público e privado.

Busca-se garantir a seleção e posterior adestramento pelo discurso preventivista-ressocializador, pela inocuização, ou pela retribuição ao *inimigo*, figura identificada não raro, ao menos na história brasileira (como em tantos outros países), no substrato social menos favorecido socioeconomicamente.

No entanto, a porta de entrada para os *arquivos* é aberta (na imensa maioria dos casos) pelas *polícias*. E essa é uma atividade absolutamente seletiva dado ser impossível – mesmo que assentado no senso comum o inverso – produzir o total *enforcement*, como “a resposta da polícia a *toda* a criminalidade.”<sup>803</sup> Não são poucos os estudos que tentam racionalizar os motivos pelos quais parcela da *criminalidade* fica fora da atuação policial e de consequência do sistema de justiça criminal.<sup>804</sup>

---

<sup>801</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 46. DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia*: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. 1997, p. 447-448.

<sup>802</sup> *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 49.

<sup>803</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia*: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. 1997, p. 444.

<sup>804</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia*: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. 1997, p. 445-447. Em igual sentido: ROXIN, Claus; ARZT, Gunther; TIEDEMANN, Klaus. *Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal*. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey. 2007, p. 134-142.

Operando essa porta de entrada, estão à disposição das *polícias* tanto instrumentos legais, ainda que dotados de discricionariedade (como a investigação e o encaminhamento do inquerito à justiça), quanto ilegais. Entram em cena aí, como já assinalado, as características do *suspeito*, mas também as da vítima que, por vezes, deve ter condições de se justificar como tal.

De todo modo, para Figueiredo Dias e Costa Andrade, o grande filtro da *polícia* está no momento da investigação, com a identificação do *suspeito* e o esclarecimento do fato, onde retornam as questões do estereótipo como o destinatário, por excelência, do poder da *polícia* e da comunicação dos fatos ao ministério público e ao judiciário.<sup>805</sup> Como se existisse um “ajuste tácito entre os chefes policiais e as elites étnicas sobre a ordem pública determina que ela seja restabelecida sem contrapartidas, sob um novo prisma, de luta exclusiva contra a criminalidade. Isso está gerando filhotes paridos por cissiparidade, tal com as amebas, sendo um deles o problema da segurança pública.”<sup>806</sup>

Como dois lados de uma mesma e ambígua política criminal, a criminalização de alguns setores sociais e a cifra oculta parecem não constituir privilégio brasileiro. Parece ser assim, porque a *constituição* do *arquivo* implica na identificação das escolhas do próprio *soberano*, ainda que operacionalizadas pelas mãos da *polícia*.

## 2.5. O que está nos Arquivos

**“pobre já nasce com medo de polícia.”**

(SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 9 – Número 14. 1º. e 2º. semestres de 2004. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia | Revan, p. 30.)

É o *medo* frequente que permite ao sistema penal a realização de seu trabalho de modo tranquilo, notadamente em face de uma população que se

<sup>805</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. 1997, p. 447-454.

<sup>806</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial. 2004, p. 127.



encontra em vulnerabilidade social, econômica e jurídica. População cuja *faceta* (aqui a multiplicidade de significados que esta expressão tem deve ser considerada) mais *perigosa* para o resto da população é o ato criminal. Ato definido como crime, como desvio, mas não como os únicos atos possíveis em seu limitado leque de possibilidades pela falência ou mesmo inexistência de um Estado social.<sup>807</sup>

*Criminalidade* e *desvio*, aqui, são aquilo que se encaixa como *criminalidade de rua* (furtos, roubos e tráfico de drogas). “Delitos” nos quais boa parte da população – ao menos o *mass media* – se vê como vítima e não como um provável autor (tampouco como autor de qualquer outro crime). Mais refratária ainda parece ser a posição de importante parcela dos que sentam próximo ou estão ao lado do poder.

Muito por isso, a *criminalidade da polícia* (assim como de outros setores estruturados e ligados ao poder) é menos *percebida* como *desviante* e menos reprovada socialmente, o que dificulta a seletividade a ser operada em face de determinados grupos. Não só porque – naqueles casos – se está diante de uma categoria de pessoas que goza de certo prestígio político e social e que é vista pela população como “parecida consigo”.

Na *criminalidade de rua*, além de as pessoas se verem como vítimas e não como possíveis autores, a *polícia* acessa o delito e o delinquente com maior facilidade. Os agentes, as viaturas e os camburões transitam e são até mesmo *desejados* nos “lugares da delinquência”.<sup>808</sup> Em relação a eles não é preciso superar uma “barreira institucional de indevassabilidade de seus interiores”<sup>809</sup>. Esse é o círculo vicioso que sustenta uma eficiência *desejada* – mesmo que discursivamente – do sistema de justiça criminal, inclusive por parte das comunidades que mais sofrem com ele e onde o arbítrio e a violência policial são velhos conhecidos.

Cabe apenas pontuar que – para essas questões, não raro – penalistas e criminólogos, mesmo os mais radicais que propõem a própria *abolição* do

<sup>807</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 343-345.

<sup>808</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 243.

<sup>809</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 244.

sistema penal, acabam por lançar argumentos um tanto distantes do debate constitucional. Perspectiva restrita, por vezes, no edifício jurídico, de forma única ou concentrada no andar do direito penal, no que toca aos processos criminais, às *polícias*, ao ministério público e ao poder judiciário.<sup>810</sup>

Fazem – em verdade – a manutenção “qualitativa” das estatísticas criminais, mas aumentando significativamente a parte “quantitativa”. São as estatísticas penitenciárias oficiais (e locais, em alguns casos) que podem servir para a coleta de *impressões* sobre os *Arquivos do Soberano*.

Como ferramenta de pesquisa, no que concerne às estatísticas penitenciárias, serão usados os dados disponíveis no sítio oficial do Ministério da Justiça, no item “Execução Penal”, onde se encontram os registros do sistema unificado nacional chamado INFOPEN, tanto dos Estados quanto somados todos no âmbito nacional.<sup>811</sup> O sistema é alimentado semestralmente, então será considerado o relatório mais atualizado que é o de dezembro de 2012, fazendo-se um comparativo, em alguns itens, dos dados nacionais com os dados do Estado do Paraná.

Em dezembro de 2012, o Brasil tinha uma população carcerária total de 548.003 pessoas, dentre condenados e provisórios, homens e mulheres, e os em cumprimento de medida de segurança. Deste total, 195.036 eram provisórios custodiados pelo sistema e nas Delegacias de Polícia havia 34.290 presos. No Estado do Paraná, o total de presos era de 31.312, sendo destes 11.856 provisórios e outros 9.290 custodiados nas Delegacias de Polícia.

Neste primeiro momento, interessam os dados relativos aos homens já condenados: no âmbito nacional somavam 297.789; no Paraná, 18.238 (não há informação se os presos que estão nas Delegacias, tanto no âmbito nacional, quanto no Estado, são necessariamente provisórios). No âmbito nacional, a população carcerária masculina é em sua maioria parda (200.012), seguida de brancos (164.354) e depois por negros (78.060), com número significativamente

---

<sup>810</sup> Talvez eles mesmos – particularmente os dois últimos – compostos por *excelentes*: os *doutores-da-lei*, que historicamente compõem – em sua própria esfera – uma casta dos *notáveis*; sujeitos que detêm a *autoridade* e dominam a linguagem e os procedimentos jurídicos.

<sup>811</sup> Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 05 de mai de 2013.

menor de amarelos e indígenas. A população carcerária do Estado é composta por homens bastante jovens, brancos (são 13.575; 1.751 são negros e 5.312 são pardos) com baixa escolaridade:

**TABELA 1** – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual por faixa etária e por grau de escolaridade

IDADE	QUANTIDADE DE PRESOS - PR	QUANTIDADE DE PRESOS - BR
a. 18 a 24 anos	5.572	136.525
b. 25 a 29 anos	5.335	116.696
c. 30 a 34 anos	3.972	88.188
d. 35 a 45 anos	3.831	76.685
e. 46 a 60 anos	1.717	28.806
f. Mais de 60 anos	288	4.771
ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE PRESOS - PR	QUANTIDADE DE PRESOS - BR
a. Analfabeto	697	26.620
b. Alfabetizado	1.145	62.323
c. Ens. Fund. Incompleto	11.149	219.241
d. Ens. Fund. Completo	2.078	58.541
e. Ens. Médio Incompleto	3.070	53.450
f. Ens. Médio Completo	2.134	35.760
g. Ens. Superior Incompleto	403	3.632
h. Ens. Superior Completo	199	1.800
i. Ens. Acima do Superior	25	120

No que concerne aos delitos que aqui interessam, com destaque para os grupos de crimes que parecem indicar *escolhas de arquivo* – para os itens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3. desse texto:

**TABELA 2** – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual de acordo com o crime pelo qual foi condenado

TIPO DE CRIME	QUANTIDADE DE CONDENAÇÕES PR (os presos podem estar condenados por mais de um delito)	QUANTIDADE DE CONDENAÇÕES BR (os presos podem estar condenados por mais de um delito)
<b>Crimes contra o Patrimônio</b>		
a. Furto Simples	1.848	36.774
b. Furto Qualificado	1.702	38.850
c. Roubo Simples	3.262	49.212
d. Roubo Qualificado	4.195	96.109
e. Latrocínio	852	15.120*
	O total de condenações por crimes patrimoniais é 13.165, onde se incluem os demais delitos do respectivo capítulo do Código Penal (como apropriação indébita e estelionato, por exemplo).	O total de condenações por crimes patrimoniais é 261.780, onde se incluem os demais delitos do respectivo capítulo do Código Penal (como apropriação indébita e estelionato, por exemplo). *O Estado de São Paulo responde por 6.144 do total de condenações por latrocínio.
<b>Crimes de Tráfico de Entorpecentes</b>		
a. Tráfico de Entorpecentes	4.794	117.404
b. Tráfico Internacional de Entorpecentes	476	5.810
		*O Estado de São Paulo responde por 50.033 do total de condenações por tráfico de drogas e por 2.579 do total de tráfico internacional de drogas.

Apesar das ressalvas que se possa fazer em relação à coleta de dados ou mesmo à metodologia e aos objetivos da pesquisa da campanha “Paz sem voz é medo”, encabeçada por um segmento da mídia paranaense no ano de 2012, elas parecem revelar algo importante: a população mais se preocupa com os crimes patrimoniais do que com os delitos contra a vida; dentre os patrimoniais, mais com as subtrações de veículos do que as investidas contra as residências. E vê-se que o sistema de justiça criminal labora de acordo com certa expectativa social, se os dados oficiais acima referidos forem levados em conta.

Ainda cabe ressaltar que, neste âmbito da criminalização secundária, as sanções aplicadas privilegiam o cumprimento das penas privativas de liberdade em regime fechado (total nacional é de 204.123; e do Paraná, 10.705). Não sendo possível avaliar a influência do fator reincidência, pois não aparece nas estatísticas oficiais, fator que seria importante para avaliar se a pena poderia ser cumprida em regime mais brando.

O senso comum pode culminar num perigosismo de bases neolombrosianas na consideração desses dados: “o pobre tende a delinquir” e não que “tende a ser criminalizado”. A base empírica, entretanto, representada pelas estatísticas oficiais do sistema prisional vista de maneira crítica indica que a preferência criminal pelos *outros* está latente tanto na feitura das leis quanto na escolha dos sujeitos que irão ocupar o *arquivo penitenciário*.

### **2.5.1. Os crimes de furto, roubo e latrocínio**

Os delitos patrimoniais lideram, com folga, os números dos *arquivos*, em particular, como evidenciado, os delitos de roubo e de furto. Disso podem decorrer reflexões tanto sobre as dificuldades socioeconômicas que culminam em tais delitos, quanto por uma ligação indireta (como se indica com frequência) ao uso/tráfico de drogas. Mas também sobre um sentimento de *medo*, às vezes

coletivo e partilhado pelas vítimas (ou pelas possíveis vítimas), com os setores comunicacionais e governamentais.

Noutra linha, a precariedade pessoal e reflexiva, proveniente de uma deficiência estrutural e econômica do sujeito<sup>812</sup>, com limitada capacidade de organização, acaba por prejudicar uma atuação política conjunta de parte das pessoas desfavorecidas economicamente legando-as ao que seria um plano da criminalidade. Registre-se – nesse ponto – que Milton Santos, ao contrário, faz uma aposta na veia revolucionária da população pobre, decorrente da própria luta diária travada por eles<sup>813</sup>.

Entretanto, o que se vislumbra ainda nesse segmento é uma tentativa, além de tentar suprir as necessidades mais básicas e prementes, de fazer parte do *modus* de vida dos poucos: a tal *vida boa* que se deleita nos bens de consumo e no *gozo ilimitado*. É só ver os relatos de adolescentes paulistanos:

Cadê o meu presente, o meu abraço, a bicicleta que eu sonhei não vem, com laço não tem dono, nem alegria, é dia das crianças, mas não para a periferia. Queria fugir daqui, é impossível, não queria ver lágrimas, é difícil, meus exemplos de vitória estão todos na esquina de Tempra, de Golf vendendo cocaína, bem melhor do que a minha mãe no pé da cruz (Jovem 6).

...

Ah, nós se divertimos, um bolo de dinheiro no bolso, ia para tudo que é lugar, fomos até para o Guarujá, lá para o aquário, não tem o aquário lá? Vixi, se divertimo, vi coisa que nunca tinha visto na minha vida lá dentro, o maior barato, divertimo bem. Roubamos moto, moto zero na praia para fazer um rolê. As gatinha tudo, nossa, eu acho que é sonho, os cara, vixi, vamos curtir, quando for a noite nós, *é um sonho*, a noite acaba tudo, ganhamos dinheiro, ganhamos bastante coisa (Jovem 1).<sup>814</sup>

---

<sup>812</sup> Um debate amplíssimo daqui poderia surgir se considerássemos a proposta habermasiana de *Facticidade e Validade* e a sua pressuposição da “comunidade de fala” para uma razão comunicativa, em que o prestígio ao procedimento (numa democracia procedimentalista) precisa enfrentar a extrema desigualdade social motivada, em essência, pela pobreza.

<sup>813</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 96.

<sup>814</sup> FEFFERMANN, Marisa. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. 2006, p. 328.

Âmbito econômico ao qual se restringe o acesso e até mesmo o *desejo* de uma parcela das classes baixas e que é o ápice da elite: consumir significa (para *muitos*) o ato por excelência de uma vida pública, de uma participação (até mesmo *política*) na sociedade. O preço a ser pago vai muito além, entretanto, daquele constante das etiquetas.

É só ver as estatísticas oficiais (embora possam ser sempre questionáveis seus métodos e dados), em que a percentagem de crimes patrimoniais que *arquivam* é absolutamente superior a todo e qualquer outro: no Paraná, mais de 13.000 crimes patrimoniais, de um total de 25.013 delitos; no Brasil todo, 367.740 correspondem aos crimes patrimoniais de um total de 520.876 delitos (pois há presos condenados por mais de um crime).

É significativamente menor a parcela de homens presos por crimes contra a vida (no Paraná, 2.786 homicídios; no âmbito nacional, 61.446), apesar do alto índice de homicídios cometidos (como se verá adiante), e por crimes sexuais (1.141 no Paraná e 21.290 no Brasil, somadas as condenações pelos vários tipos penais do capítulo respectivo do Código), o que se poderia denominar como “criminalidade violenta”. Criminalidade que é veiculada como se fosse a regra, mesmo para sustentar o discurso por “mais *segurança*” e as polpudas verbas para a gestão, em particular, do sistema penitenciário, desde as prisões provisórias.

O silogismo do Direito penal se apresenta: se está preso é porque incorreu em crime, e, como incorreu em crime, deve ser condenado. É uma lógica perversa que alimenta o sistema e que busca recolher o que alguns denominam de *consumidores falhos*: os que “atrapalham” uma das atividades mais intensas da hipermodernidade que é o ato de consumir. Por isso, merecem ser segmentados da sociedade à qual não pertencem, da qual não foram apenas colocados à margem, mas sim excluídos.

Não há para eles sequer uma destinação pós-cárcere (não parece ser possível *desarquivá-los* em definitivo), daí que a “ressocialização”, como se disse, mesmo que *teoricamente* difundida e alardeada, não fez questão e não é

colocada como responsabilidade de quem prende (tanto o Poder Judiciário, quanto o Ministério Público e o Poder Executivo).

Essas pessoas, dejetos de uma lógica consumerista, acabam por ser colocadas em lugares dos confins, até mesmo em *contêineres*, acondicionadas como o lixo sobrando. “O sistema penal fornece esses contêineres. [...] De forma explícita, o principal e talvez único propósito das prisões não é ser apenas um depósito de lixo qualquer, mas o depósito final, definitivo.”<sup>815</sup>

A lógica do modelo econômico e a fratura social em que se apresentam Estado e sociedade não são conjunturalmente pensadas como contribuintes dessa criminalidade. De um lado, pensa-se que é a falta de educação que produz a criminalidade e de outro que são os defeitos do caráter (aquelas tais teorias criminológicas de matriz positivista) que levam o sujeito a cometer os crimes, atribuindo-lhes uma “falha individual” cujo *sintoma* é o próprio crime.

Despreza-se e desconsidera-se a realidade social, com a flexibilização das condições de trabalho e a pauperização cada vez mais alarmante, bem como suas decorrências a propiciar a criminalização. O silogismo do Direito penal vem acompanhado da *lógica inquisitória* ainda francamente predominante no trâmite dos processos criminais, onde as estruturas estatais – de vocação nitidamente punitiva – como a *polícia* e o ministério público atuam em conjunto e legitimadas por um clamor público que exige uma “gestão firme do problema da *violência e da segurança pública*”.

O judiciário atua em conjunto com os demais: labora intensamente nessa atividade e se posiciona, por vezes, *contra* o crime e *contra* o autor do crime. Tal e qual na hipótese anterior. O garantismo do cidadão se perde na prática.

---

<sup>815</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 107. Diga-se que o Paraná e o Espírito Santo têm estas prisões, e que, quanto a este último, o Superior Tribunal de Justiça concedeu *habeas corpus*, com efeito extensivo a todos os presos nesta situação, mas somente a presos provisórios, ainda que sob o argumento da ofensa à dignidade da pessoa humana. Na Argentina, María Luisa Piqué e Marina Soberano relatam o caso das escolas-contêineres que foi entendido pela Corte Argentina como forma inadmissível de prestação educacional às crianças (El derecho penal y La protesta social. In *Teoría y Crítica Del Derecho Constitucional*. Tomo II – Derechos. 1ª ed. V. 2. Buenos Aires: Abeledo-Perrot. 2008, p. 839-872).

Uma análise dos julgados dos Tribunais de Justiça do Estado do Paraná e do próprio Superior Tribunal de Justiça demonstra a forte tendência a um tratamento cada vez mais recrudescente (para os crimes patrimoniais), culminando em apenamentos concretos bastante elevados, imposição de regime de cumprimento de pena mais severos e com restrição significativa de benefícios, inclusive a concessão de liberdade provisória, durante o trâmite processual.

Fábio Bergamin Capela, juiz de direito do Estado do Paraná, em sua dissertação de mestrado “*Em busca de uma quantidade razoável de pena: as funções da pena e seus critérios individualizantes*”<sup>816</sup> mostrou empiricamente – após analisar 750 decisões judiciais em processos criminais das Varas Criminais de Curitiba – que a vocação punitiva do Poder Judiciário pode se evidenciar a partir das próprias sentenças. Chegou a afirmar que na 5<sup>a</sup>. e 11<sup>a</sup>. Varas Criminais de Curitiba havia um índice de condenações superior a 90%; na 7<sup>a</sup>. Vara Criminal superava os 86% e na 1<sup>a</sup>. Vara Criminal chegava a 84%. Na ponta oposta, a 9<sup>a</sup>. Vara Criminal tem o menor índice de condenações em torno de 56% seguida pela 14<sup>a</sup>. Vara Criminal com 60%. Fábio Capela ainda constata que o júri absolve em maior medida que os juízes togados: 34,7% de absolvições na 1<sup>a</sup>. Vara do Júri de Curitiba e 50% na 2<sup>a</sup>. Vara do Júri de Curitiba.

O panorama geral apresenta uma média de 78% de sentenças condenatórias, sendo que as outras sentenças não eram necessariamente absolutórias, senão que haviam decretado a extinção da punibilidade pela prescrição ou pela morte do agente. Outro dado impactante é que mais de 4% dos acusados morre antes de seu julgamento.<sup>817</sup> Onde podem estar incluídos presos custodiados pelo próprio Estado.

As proposições de criminologia e da dogmática apresentam como teses de defesa as que gravitam em torno, particularmente, da excludente de antijuridicidade do estado de necessidade, normalmente exemplificado pelo “furto famélico”, ou pela dirimente de culpabilidade sob a rubrica da

<sup>816</sup> Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29582/R%20-%20D%20-%20FABIO%20BERGAMIN%20CAPELA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2013.

<sup>817</sup> Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29582/R%20-%20D%20-%20FABIO%20BERGAMIN%20CAPELA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2013. Em especial, os gráficos constantes nas páginas 92-93, 95-108 e 180.



inexigibilidade de conduta diversa. Nessa última, a construção é de uma co-culpabilidade, ou seja, se o Estado não dá condições ao sujeito de sobreviver ou de suprir “honestamente” suas necessidades deve dividir com o indivíduo a responsabilidade penal ou mesmo isentá-lo desta.<sup>818</sup>

Tais argumentos são mais dificilmente aceitos quando o produto furtado não guarda relação com a comida ou com alguma “necessidade básica”, como talvez seja muito comum. Tênis “de marca”, óculos, celulares e carros são mais frequentemente subtraídos. Tais produtos associados a uma *vida boa* são vistos como algo que não pode fazer parte dos *desejos* da maioria pobre e são entendidos como algo de “que não precisavam”. É interessante ver, nesse sentido, as descrições dos adolescentes e jovens sobre as “coisas furtadas” e como elas representam uma forma de sentirem-se iguais, fazendo parte de algo.<sup>819</sup>

Da mesma forma, quando se insere o dado de uma *violência física* ou de uma *ameaça* (mesmo que de modo forçado, quando, por exemplo, o sujeito usa o próprio dedo embaixo da blusa para simular uma arma; ou arrancar o celular da mão da vítima) e assim se categoriza o crime como roubo e não mais de furto. Isso pode indicar – no Estado – o elevado número de condenações por roubo simples e qualificado (7.457 casos) em detrimento do furto simples e qualificado (3.550 casos).

Mas mesmo em relação aos delitos com emprego de violência – como meio disponível e mesmo intrinsecamente relacionado com sua precária condição – encontram-se decisões de vanguarda, como é o caso da 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, absolvendo o acusado pelo argumento da co-culpabilidade, como referido acima.<sup>820</sup> Todavia, isolada.

---

<sup>818</sup> Nesse sentido, decisão da 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, da Relatoria de Amilton Bueno de Carvalho. V. Nota abaixo.

<sup>819</sup> Conferir os depoimentos em *Notícias de uma Guerra Particular*.

<sup>820</sup> ROUBO. CONCURSO. CORRUPÇÃO DE MENORES. CO-CULPABILIDADE. SE A GRAVE AMEAÇA EMERGE UNICAMENTE EM RAZÃO DA SUPERIORIDADE NUMÉRICA DE AGENTES, NÃO SE SUSTENTA A MAJORANTE DO CONCURSO, PENA DE BIS IN IDEM - INEPTA E A INICIAL DO DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES (LEI 2.252/54) QUE NÃO DESCREVE O ANTECEDENTE (MENORES NÃO CORROMPIDOS) E O CONSEQUENTE (EFETIVA CORRUPÇÃO PELA PRÁTICA DE DELITO), AMPARADO EM DADOS SEGUROS COLETADOS NA FASE INQUISITORIAL. - O PRINCÍPIO DA CO-CULPABILIDADE FAZ A

A situação, entretanto, agrava-se quando o delito é entendido como “latrocínio”, a popular construção de duvidosa técnica e de questionável constitucionalidade (pela questão da *versare in re illicita*). A figura conhecida como “roubo seguido de morte”, em que o resultado “morte” teria de ser uma decorrência *culposa* da violência empregada e restar provada como consequência daquela violência. Veja-se que aqui a pena privativa de liberdade alcança a segunda maior cominação abstrata de todo o sistema de justiça criminal (Art. 157, § 3º, 2ª parte, CP; a primeira também está em um delito patrimonial – extorsão mediante sequestro – em que a “morte” apresenta-se de modo bastante complicado como resultado mais grave), além de restar enquadrada como crime hediondo. Mas o patrimônio sobressai, em comparação com a vida, tanto que se não tratam de crimes de competência do Júri, por serem delitos patrimoniais.

Na mesma linha, se esses sujeitos cometem o delito de *quadrilha ou bando* e cometem fatos em sequência, confirmam-se as falas de que “nasceram para isso” ou que “são irrecuperáveis”. A jurisprudência nesses casos é extremamente severa e atribui tal crime de modo completamente alargado e absolutamente dissonante com a estrutura dogmática.

Os roubos, mesmo com uma violência burda, indicam os limites possíveis para determinados sujeitos e são a forma de representação que conseguem ou que é possível fazer. Entretanto, são lidos a um só tempo como a confirmação autorreferente das estatísticas criminais e das concepções neolombrosianas de uma criminalidade inata. Interessante observar que na pesquisa já referida, feita por Fábio Bergamin Capela – no período por ele analisado (março de 2011 a dezembro de 2012) não houve nenhuma condenação por latrocínio nem por extorsão mediante sequestro. Embora tais fatos, como pondera, sejam veiculados como corriqueiros.<sup>821</sup>

---

SOCIEDADE TAMBÉM RESPONDER PELAS POSSIBILIDADES SONEGADAS AO CIDADÃO RÉU. - RECURSO IMPROVIDO, COM LOUVOR A JUÍZA SENTENCIANTE. (16 FLS.) (Apelação Crime Nº 70002250371, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 21/03/2001). Disponível em <http://www.tjrs.jus.br>. Encontrável no link “jurisprudência” com o argumento “co-culpabilidade”.

<sup>821</sup> Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29582/R%20-%20D%20-%20FABIO%20BERGAMIN%20CAPELA.pdf?sequence=1>. Tabela constante na p. 119. Acesso em: 21 de abr. de 2013.

O fato é que as decisões de *vanguardia* prendem-se, ainda, quase que exclusivamente ao discurso das categorias da dogmática penal, mesmo que olhando para uma vertente de criminologia crítica. Ainda que passem por uma discussão sobre a legitimidade, elas pouco avançam nos argumentos da democracia e do constitucionalismo.

Aqui é que o argumento de Roberto Gargarella pode ganhar relevo ao inserir a questão da *democracia* e do *constitucionalismo* como óbices à legitimidade do direito penal. Isso na medida em que um Estado que trata de modo desigual seus concidadãos não pode se outorgar como legítimo para a intervenção de sua veia mais punitiva: é um Estado indecente.<sup>822</sup>

### 2.5.2. Os crimes de tráfico de entorpecentes

As *drogas* – como *mal* – alcançaram um tal *status* tanto no aspecto comunicacional quanto político, que acabaram reunindo em torno de si boa parte das atenções seja do Estado, seja da população. Os *males* que se diz serem produzidos tanto por quem usa quanto por quem venda nublam um debate mais sereno de como se poderia enfrentar de forma mais adequada a questão.<sup>823</sup> Sobretudo um tratamento que produza menos *mortes*. Dado que é possível refletir se, talvez as *mortes* produzidas pelo uso das drogas, não são infinitamente menores do que as que se produz cotidianamente em seu *combate*.

As cenas da invasão e da tomada de território do Complexo do Alemão, já referidas, ensejaram para a maioria da população brasileira um sentimento de que se testemunhava a retomada de um lugar que o Estado havia perdido. A repetição da operação por dezenas de vezes, talvez tenha deixado escapar o que seria uma de suas cenas mais *simbólicas*, no que toca à *imagem* do

<sup>822</sup> Cf. GARGARELLA, Roberto. *El derecho de resistir al Derecho*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1ª ed. 2005. Também: *La coerción penal en contextos de injusta desigualdad*. Disponível em [http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella\\_SP\\_CV\\_20100506.pdf](http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella_SP_CV_20100506.pdf)). Acesso em: 13 mar. 2011.

<sup>823</sup> MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 2011, p. 109.

*traficante*: os sujeitos maltrapilhos correndo do morro do Alemão para a Vila Cruzeiro. Poderia mesmo dizer de uma *gente feia*, de chinelo e de bermuda, sem camisa; *gente* cuja expectativa de vida é menor do que os discutidos 18 anos da menoridade penal.

Não parece ter sido o Estado que teria podido voltar a exercer uma função que, segundo a filmografia brasileira, estava sendo exercida pelos chefes das comunidades. Mas sim a vinda ou o retorno de empresários morais (os *moral entrepreneurs*) que se ligaram muito proximamente a ele para propiciar bens de consumo. Tal como se pôde ver dias depois, as imagens dos operadores de diversas companhias que faziam a instalação de torres de telefonia celular e de antenas para TV a cabo.

Atribui-se discursivamente aos *traficantes* uma tal capacidade organizacional que lhes permitiria uma atuação nas comunidades em que vivem como se verdadeiros Estados fossem. O fato é que atuam como peças absolutamente descartáveis. Além de sua *estética*, estabelecem uma linguagem própria (“soldado”, “arrego”, “vapor”, “alemão”, “maquinar”, “avião”, “zoad”, etc.), que os identifica facilmente e que os leva com rapidez aos *arquivos* do sistema de justiça criminal. Quando não para a “vala”.

O interessante é ver que o sistema penitenciário, corrupto, em larga escala (pela experiência histórica), propõe-se a isolar tais sujeitos e fomenta medidas, além das privativas de liberdade, como o regime disciplinar diferenciado. Medidas que decrescem os sujeitos e ensinam a experiência criminógena e dessocializadora do cárcere por meio de uma pedagogia da violência. Ainda, impõe penas *acessórias* (sujeitando seu corpo ao sexo promíscuo, comprando suas mães, mulheres e irmãs, vendendo suas filhas) e um “custo adicional” de sua manutenção no sistema (o aluguel do quarto para a visita íntima, a venda da lata de refrigerante, ou a vaga para assistir ao jogo de futebol). O sistema parece se propor a manter e a criar verdadeiros *chefes* e *professores*.

A experiência vivida fora do cárcere (que, por vezes, também é violenta) se internaliza e se fomenta num ambiente onde a violência é o código da sobrevivência. A sua atitude *besta-fera* passa a ser potencializada propiciando

o surgimento de mais líderes que fazem ecoar nos presídios o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, como o que culminou no “Salve Geral”<sup>824</sup>, em 2006.

Poderia se dizer que há aí uma espécie de proto-organização<sup>825</sup> *política*, mas não hermética. “Em tais circunstâncias, nenhuma linha que separe o ‘refugio’ do ‘produto útil’ tende a se manter incontestada, e nenhuma sentença que condene a viver num depósito de lixo tende a se sustentar por muito tempo sem que haja uma oposição fazendo o possível para derrubá-la ou revertê-la.”<sup>826</sup>

Pode-se mesmo referir que a filmografia e a realidade dão conta de que Marcola – um dos Chefes do Primeiro Comando da Capital – seria conhecido como “Professor”<sup>827</sup>, por ter certo conhecimento formal. Isso já o colocaria em uma situação privilegiada nesse *seu* mundo e com uma destacada capacidade de mando.

É fato que uma atuação *política*, com caráter nobre de parte de grupos organizados, dentro do sistema prisional, talvez tenha tido seu período de auge na Ditadura Militar, ao questionar as estruturas do sistema de modo que se desse ouvidos ao que diziam. Usavam recursos como cartas a organizamos internacionais, greves de fome e protestos. Cabe notar, entretanto, que nessa época é que teria nascido a facção criminal “Falange Vermelha”, que se tornaria depois o temido “Comando Vermelho”, como repúdio da massa às regras do *coletivo* ditadas pelos *intelectuais* presos pela Ditadura.<sup>828</sup>

Mas o fato é que a imensa maioria que está presa, com a pecha de *traficante* não destoa das pessoas *feias* que, por serem as *preferidas* do sistema

<sup>824</sup> “Salve geral” seria a expressão-código usada para que o Primeiro Comando da Capital (PCC), segundo se alardeia, a facção criminosa mais atuante nos presídios e fora deles, deflagrar uma onda de violência ocorrida no ano de 2006, no mês de maio.

<sup>825</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 146.

<sup>826</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005, p. 111.

<sup>827</sup> Cabe indicar o filme “Salve Geral” e a CPI do sistema carcerário, referida por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Marcola teria sido consagrado como o grande *cabeça* da organização denominada PCC por uma notável capacidade intelectual e de articulação. Camila Caldeira Nunes Dias lembra, entretanto, que a alcunha Professor era atribuída a Willian da Silva Lima, um dos fundadores do Comando Vermelho (DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Disponível em <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33002010028P1/TES.PDF>. Acesso em: 14 mai. 2013, p. 264). Entretanto, a atribuição não parece se dar pelo mesmo motivo que se chama o *Professor* que pertence ao Primeiro Comando da Capital.

<sup>828</sup> Esse é um dos temas enfrentados por Lúcia Murat no filme “Quase Dois Irmãos”.

de justiça criminal, fazem crescer significativamente as estatísticas criminais e lotam os *arquivos*-prisão. A relação da *droga* com a violência faz com que “a opinião pública sente-se atraída mais uma vez a buscar o culpado na vítima.”<sup>829</sup>

Os atos mais grosseiros cometidos por pessoas sem acesso positivo à comunicação social acabam sendo divulgados por esta como *os únicos delitos* e tais pessoas como os *únicos delinquentes*. A estes últimos é proporcionado um acesso negativo à comunicação social que contribui para criar um *estereótipo* no imaginário coletivo. Por tratar-se de pessoas *desvaloradas*, é possível associar-lhes todas as cargas negativas existentes na sociedade, sob a forma de *preconceitos*, o que resulta em fixar uma *imagem pública do delinquentes* com componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos. O estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas *uniformidades da população penitenciária associadas a desvalores estéticos (pessoas feias)*.<sup>830</sup>

As mesmas pessoas *feias*, que são selecionadas para os crimes patrimoniais, também o são para o tráfico, uma criminalidade que é uma forma de “resistência”. Orlando Zaccone, Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, pôde confirmar comparativamente tais *preferências* do sistema no cotidiano de uma Delegacia da Zona Sul (com baixos índices de autuações por tráfico) e outra na Zona Norte (com elevadíssimo índice de autuações por tráfico):

O “traficante”, a partir dos anos 80, passa a ser utilizado como termo estigmatizante, capaz de reduzir a compreensão acerca de um indivíduo. Se nos anos 70 o “comunista” era o responsável por “degustar criancinhas” em nosso país, hoje o “traficante” é responsável até por surgimento de favelas. Não é exagero (meu), mas assim que o editorial de um dos jornais de maior circulação do país analisou o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro, ao se referir à invasão de um terreno federal no bairro de Benfica com o título “Tráfico pode estar estimulando o surgimento de favelas.

...

O traficante estigmatizado, ou seja, aquele que apresenta uma relação entre o atributo presente na venda da substância entorpecente e o estereótipo do

<sup>829</sup> MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2011, p. 109.

<sup>830</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 46.

criminoso (preto, pobre, favelado) é um verdadeiro passe livre para as ações policiais genocidas.<sup>831</sup>

Ressalta, ainda, certa condescendência oficial quando suspeitos por tráficos são letalizados em *confrontos* com a *polícia*, nos “autos de resistência seguidos de morte”:

Não é preciso se aprofundar na carga estigmatizante que o termo “traficante” revela, mas é bom lembrar que os chamados “autos de resistência”, inquéritos instaurados a partir da morte de pessoas em conflito com a polícia, são muitas vezes arquivados quando se descobre que as vítimas têm em suas fichas criminais alguma “passagem” ou condenação no tráfico de drogas.<sup>832</sup>

Condescendência oficial que parece existir até mesmo com o próprio mercado ilícito das *drogas*, pois a fratura social das famílias que vivem do tráfico de *drogas* estaria talvez muito mais exposta se ele não existisse. Mas também é dessa ilicitude que decorre a organização das políticas oficiais de combate à criminalidade, sobretudo *militarizadas*.<sup>833</sup> Então não é apenas o *combate* às drogas, mas às pessoas e até mesmo aos lugares, como *territórios do mal*.

O Estado pode entrar a hora que quiser, com a truculência que desejar a fazer o que lhe apeteça. O que os vendedores de drogas podem fazer é apresentar uma resistência de fogos-de-artifício e alguns tiros disparados a esmo, que nunca acertam um policial, mas sim crianças e pessoas em trânsito ou residentes. Nas favelas, não há traficantes. Há vendedores de drogas, no máximo alguns distribuidores médios. Os traficantes vinculados aos cartéis internacionais não vivem em favelas, não frequentam favelas, e muito menos, combatem a polícia nas favelas.<sup>834</sup>

Assim, aqui o principal critério usado pela criminalização secundária – exercida pelas agências policiais e confirmado pelas judiciais, que difere da criminalização primária, realizada pelas agências políticas – parece ser, de fato, o

<sup>831</sup> ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. Rio de Janeiro: Revan. 2007, p. 140.

<sup>832</sup> ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. 2007. p. 140.

<sup>833</sup> WACQUANT, Lôic. *Rumo à militarização da marginalização urbana*. 2007, p. 213.

<sup>834</sup> MIR, Luís. *Guerra civil*: estado e trauma. 2004, p. 137.

*estereótipo*. De ampla discricionariedade, permite identificar o indivíduo e o grupo a que pertence, ou seja, o que torna inerente o crime que lhe fora imputado.

Todavia, o *tráfico* como mercado *ilícito* que é organiza-se num território com regras próprias, não raro violentas e letais. Tais regras não são, entretanto, operadas apenas pelos *donos* do morro, senão pela *polícia* que oferece mercadorias ou produtos políticos decorrentes dos desvios institucionais, como armas, proteção, sigilo e liberdade<sup>835</sup>. A violência policial, segundo Michel Misse, é mais temida que a dos próprios traficantes. Além dos efeitos letais que a colisão entre traficantes e policiais pode propiciar.<sup>836</sup>

Mas o delito do tráfico de entorpecentes, como também reflete Fábio Bergamin Capela, é também o responsável indireto pelos altos índices de roubos e furtos. O que faz com que as estatísticas penitenciárias sejam prioritariamente por eles representadas. “Somando-se os crimes contra o patrimônio com o tráfico de drogas, sendo que aqueles na maioria das vezes são decorrência destes últimos, tem-se que 71,1% das condenações decorrem, muito possivelmente, da criminalização das drogas.”<sup>837</sup>

Cabe dizer que a partir de 2006 (pela Lei 11.343/2006), talvez não por coincidência editada no mesmo ano do episódio conhecido como “Salve Geral”, as condutas ligadas ao tráfico sofreram um aumento punitivo significativo e foram privadas de uma série de benefícios processuais e penais, inclusive durante o trâmite do processo (ainda em franca discussão nos Tribunais). São, ainda, delitos equiparados a hediondos, privados por isso de benesses, segundo a própria Constituição da República. A despenalização da conduta do *usuário* (para alguns a própria descriminalização) ainda é tema que enseja acirrado debate.

---

<sup>835</sup> Nesse sentido, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, realizado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, de Relatoria do Deputado Estadual Marcelo Freixo: Disponível em <http://www.marcelofreixo.com.br/site/upload/relatoriofinalportugues.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2013.

<sup>836</sup> MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2011, p. 111.

<sup>837</sup> Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29582/R%20-%20D%20-%20FABIO%20BERGAMIN%20CAPELA.pdf?sequence=1>. Tabela constante na p. 119. Acesso em: 21 de abr. de 2013.



Referido diploma legal (a Lei 11.343/2006) acolhe duas vertentes político-criminais absolutamente dissonantes: uma concepção europeia para o *usuário*, orientada pela ideia da redução de danos; outra para o *traficante* na linha “da lei e da ordem”, encabeçada pelos Estados Unidos desde a década de 70. O critério que as distingue é vago, pois alude à quantidade, à qualidade da droga e às circunstâncias do crime, mas há ainda o critério altamente subjetivo que é o das “condições do acusado”. É aí que o sistema de modo nefasto se ergue e distribui as condutas criminais como bem quer.

O interessante aqui é notar que a questão é analisada sob a vertente de uma criminologia crítica a fim de desconstruir a imagem do *traficante*. Já na dogmática, a discussão – no mais das vezes – prende-se à quantidade ou à qualidade da droga.

Todavia, não se pode deixar de observar a dificuldade – até mesmo por um sentimento moral, de que tais sujeitos (os *traficantes*) são os “responsáveis pelas mazelas e causadores de males sociais” (segundo os atributos negativos que a eles se lançam) – em admitir alguma nota de atividade *política*, de que tenham uma *intelligentsia*. Não os imaginando como sujeitos que “bondosamente” querem assumir o papel do Estado, distribuindo gás e garantindo a *segurança* da comunidade, mas como sujeitos que a seu modo e como o próprio sistema lhes ensinou, organizaram-se com os códigos que conhecem e do modo que a sua condição inata e tosca lhes permitiu: pela violência e pela barbárie.

Aí é que parece residir o forte argumento para, não apenas no discurso, mas na execução de uma política de *segurança pública* de base bélico-militar, orquestrada pelo Estado e colocada em ação pelas agências policiais e que se constitui a partir de uma lógica bastante complexa.

A *guerra* travada pelas instituições policiais contra os *traficantes* parece mais do que sempre estar relacionada com o *fazer morrer certa quantidade de gente*. A *guerra* se naturalizou com a mesma violência e a mesma barbárie que diz querer combater.

O número de mortes “produzidas em confronto armado” cada vez mais se eleva e vitima muitas vezes crianças e adolescentes: os *soldados-do-tráfico*. Parece existir uma *dispensa de arquivo* (apesar de o número de encarcerados por esse delito ainda ser significativo), pois não raro se vê tanto pelo noticiário quanto pela narrativas dos envolvidos – inclusive dos agentes de Estado – que se não vai às periferias, aos morros e às favelas para prender, senão para matar.<sup>838</sup>

### 2.5.3. Os crimes de “não ter onde morar ou viver”

As organizações dos trabalhadores, como os sindicatos e outras entidades, foram – em boa parte de sua condição histórica – vistas como turbas e como arruaça ao modo de desenvolvimento dos detentores dos meios de produção; embora seja uma referência evidente a Karl Marx, muito antes dele pode-se notar que as manifestações dos trabalhadores foram lidas como coisas de *vagabundos* e *vadios*, inclusive para o Direito penal.

Dario Melossi e Massimo Pavarini, em *Cárcere e Fábrica*, já citado, ou mesmo os próprios sistemas filadelfiano e auburniano dão conta da concepção do sistema penitenciário como casas de trabalho. Nilo Batista, a propósito, lembra que historicamente as elites, em sistemas capitalistas, correm ao Direito Penal para “duas operações essenciais: 1ª garantir a mão-de-obra; 2ª impedir a cessão do trabalho.”<sup>839</sup>

Essa punição se apresenta implacavelmente sempre que os pobres, negros ou quaisquer outros marginalizados vivem a conjuntura de serem acusados da prática de crimes interindividuais (furtos, lesões corporais, homicídios, estupro, etc.). **Porém essa punição permeia principalmente o uso**

<sup>838</sup> A respeito da alta rotatividade dos postos de trabalho no tráfico e até dos *donos* do morro: MISSE, Michel. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. 2011, p. 109-111.

<sup>839</sup> BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan. 1990, p. 39.

**estrutural do sistema penal para garantir a equação econômica.** Os brasileiros pobres conhecem bem isso. Ou são presos por vadiagem, ou arranjam emprego e desfrutam do salário mínimo (punidos *ou* mal pagos). **Depois que já estão trabalhando, nada de greves para discutir o salário, porque a polícia prende e arrebenta (punidos e mal pagos).**<sup>840</sup>

O fato é que a pauperização atingiu um nível e uma parcela significativa da população, com sua retirada do próprio mercado de trabalho e perdendo a categoria de *utilidade*, como mão-de-obra potencial, passando a figurar como *excedentes* ou *coisas sobrantes*.<sup>841</sup>

Em decorrência, suas necessidades mais prementes são aviltadas, inclusive a moradia e a alimentação, sempre do modo maximizado; afinal, tudo é *hiper* na *transmodernidade*. Particularmente, aqui a questão da moradia é que será o ponto de análise e chama a atenção sob dois pontos de vista.

O primeiro é a seletividade, especialmente a policial, que labora em uma varredura social feita com destaque nas urbes em relação à população em situação de rua ou em face de pessoas que moram nas denominadas “áreas de risco” (debaixo das pontes, beira de rios, morros, etc.). Ações levadas a cabo como se fossem em benefício dos que as sofrem ou amparadas pelo discurso do meio ambiente. O que ocorre através de apreensões, realocamentos para lugares distantes, demolições e até as prisões dos *arruaceiros* e *vagabundos*. É só ver as discussões que já se têm em torno dos eventos desportivos e o “problema” das favelas aparentes em lugares onde os turistas transitarão ou passarão com frequência.

Essas pessoas usam o *figurino do delinquente* e frequentam os *lugares da delinquência*<sup>842</sup>, segundo o senso comum que orienta a atividade das *polícias*, como os agentes públicos que mais se aproximam de tais pessoas, pois conhecem

---

<sup>840</sup> *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. 1990, p. 39 (- grifos constam do original -).

<sup>841</sup> Vide referências em: BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. 2005.

<sup>842</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal*. 2003, p. 46-49.

*seus hábitos perigosos*<sup>843</sup>. Agentes públicos que cumprem nas *abordagens policiais* uma rotina que passa a ser corriqueira para essas pessoas: revistas pessoais e prisões para *averiguação* dos sujeitos *suspeitos*. Tarefa que se delegava às polícias militares, mas hoje conta com a atuação das guardas municipais. Também com um aspecto bastante militarizado e, parece, fora de suas atribuições constitucionais.

Tais pessoas são *fichadas* pelos serviços públicos (mesmo os de *assistência social*) que as mantêm em seus cadastros e nessas condições comprovam uma possível *reincidência*; constroem, no limite, o seu *perfil criminal*. Os juízes e os promotores *espantam-se* – em meio a brocardos latinos – que os sujeitos não estudem, não tenham residência fixa e nem vínculos familiares estabelecidos. Esses sujeitos são tidos assim como pessoas que não têm boa conduta social e apresentam personalidade voltada para o crime: é a “premissa da falha individual.”<sup>844</sup>

Para as falhas decorrentes da clivagem urbana, parecem sobrar apenas os *arquivos*-prisão, que constituem e que organizam. O sistema de justiça criminal – mesmo estando escancaradas as *impressões* de *arquivo* parecem não refletir em nenhum momento sobre a lógica operativa. Ou seria exatamente porque essa reflexão é possível, mas não existiria um modo de se livrar da tarefa.

A única coisa que esses *sujeitos* (porque são sujeitados ao sistema de justiça criminal) conhecem são as forças policiais, o fórum criminal, as delegacias públicas e, por fim, a prisão. São vistos como “aliados da criminalidade”.<sup>845</sup> O mesmo Estado que viola seus direitos mais básicos é o que

---

<sup>843</sup> Ver orientações dadas para os alunos da Academia Policial Militar do Guatupê, no Paraná, sobre os critérios de seletividade criminal em relação aos *hábitos, roupas, linguagem, tatuagens, coloração da pele* para construir uma orientação para os patrulheiros. Tal Manual, segundo consta do próprio texto, foi aprovado pela Comissão de Ensino e referendado por Portaria datada de 2004. O autor do texto é um Oficial da Polícia Militar: MANOEL, Élio de Souza. *Policimento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. 2004, em especial: p. 133-135; 137-142.

<sup>844</sup> Conferir o *tom* dos atores do sistema de justiça criminal, desapegados de uma realidade vivida e partindo da premissa de que o autor do fato é o *único culpado* pela sua situação, constante do documentário “JUÍZO – o maior exige do menor”, sendo interessante observar que se trata de adolescentes em conflito com a lei. Num dado momento, um deles está sendo processado porque matou seu pai, que relata à juíza que era constantemente espancado pelo seu pai, e a juíza insiste em saber se ele apanhava até desmaiar e em quantas vezes assim ficou.

<sup>845</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 410.

lhe impõe a sanção criminal por não ter aquilo que o Estado deveria lhe propiciar; o que paradoxalmente reafirmaria sua própria lógica.

Suas liberdades republicanas sequer são imaginadas por esses *sujeitos* que jamais participaram do debate constitucional. A “falha procedimental” do processo democrático parece prevalecer. Para eles, *sobra* apenas a instância criminal e a pecha de *custo social*: nada produzem e custam para o Estado, que ao final lhes cobrará a conta sob o argumento da *ressocialização*.

Aqui se tem *sujeitos* atomizados, acometidos de modo tão desgraçado por vis condições (por vezes, feridos e sujos, viciados em crack e ébrios contumazes para livrarem-se do frio e da fome); pessoas que sequer têm consciência ou mesmo condições para se organizar. São manipulados e quase que só aparecem como estatística: de mortalidade, de baixa escolaridade, de desemprego e de presidiário. Sempre nos *arquivos*, quando não nas *valas*.

O segundo ponto de vista é sobre as *organizações* e os seus *líderes*, como o “Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST”, “Via Campesina”, “Movimento da População em Situação de Rua”, e tantos outros movimentos sociais que, de um ou outro jeito, lidam na reivindicação da *moradia* ou da *terra*. Essas *organizações* passam a ser vistas com mais receio e, portanto, justificam uma ação mais eficiente do Estado, que conta com os serviços de inteligência e o empenho das Forças Armadas, desde o final da década de 80.

Os movimentos sociais, em particular o MST, passam a ser identificados como *organização criminosa* equiparada ao narcotráfico, contando com o recurso de agentes infiltrados, colaboradores e montando megaoperações como, a “Operação Tempestade” e a “Operação Pescado”. O monitoramento se estendeu, para além dos líderes desse movimento, ao Movimento de Luta pela Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Brasileiros, Movimento Nacional dos Trabalhadores, Movimento Muda Brasil dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O monitoramento se estendeu à Pastoral da Terra e ao Conselho Indigenista Missionário, ambos da Igreja Católica.<sup>846</sup>

---

<sup>846</sup> ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* (1999-2002). 2005, p. 202-205.

A cultura política “permanece marcada pela experiência de uma virulenta repressão do Estado sobre as batalhas agrárias (...) o aumento dos meios, alcance e intensidade da intervenção do aparelho policial e judicial contribui para (re)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres*.”<sup>847</sup>

Esse fato, entretanto, não parece ter nada de novo. Além de casos históricos, como “Eldorado de Carajás”, que representam os conflitos agrários de onde resultam dezenas de vítimas, o que se vê é uma atuação cotidiana no sentido de usar o Direito penal para desmobilizar esses movimentos e de criminalizar, particularmente, seus líderes. Interessante que aqui os *arquivos* precisariam ser lidos inversamente, ou seja, pelo que neles não consta ou como os crimes praticados contra essas pessoas são percebidos como atos *normais*.

A população vista como “potencialmente perigosa” é afastada e colocada sob completo controle, como matéria-prima para uma parte do próprio complexo industrial que os tornou supérfluos e ociosos fora dos muros da prisão. Matéria-prima para o controle do crime ou, se quiserem, consumidores cativos dos serviços da indústria do controle.<sup>848</sup>

A situação parece algo similar com a Argentina, segundo afirmam María Luisa Piqué e Marina Soberano, alertando que o Direito penal é usado para criminalizar o protesto social, colocando “mordazas para el orador”, pois as soluções criminalizantes distanciam-se das questões constitucionais que trazem consigo ou tratam-nas de modo superficial e despreocupado. Ainda – estas autoras – consideram que a atuação dos operadores da justiça argentina teve como consequência *silenciar* e *castigar* o protesto social.<sup>849</sup> Além do que os socialmente desvalidos, também, na Argentina, em especial na Província de Buenos Aires, figuram também como alvos *preferenciais* da atuação policial.<sup>850</sup>

A atuação seletiva – no caso dos líderes desses movimentos, inclusive do MST – normalmente lhes imputa delitos de homicídio. Mas passa pela

<sup>847</sup> WACQUANT, Löïc. *Rumo à militarização da marginalização urbana*. 2007, p. 204.

<sup>848</sup> PASTANA, Débora Regina. *Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual*. 2009, p. 317.

<sup>849</sup> GARGARELLA, Roberto. *El derecho penal y La protesta social*. 2008, p. 845.

<sup>850</sup> GÓMEZ URSO, Juan Facundo. *La Selectividad penal: el poder punitivo subterráneo en la Pcia. de Buenos Aires, un estudio empírico del modelo operativo de las agencias ejecutivas en relación a la privación administrativa de la libertad ambulatoria*. 2012.

*quadrilha*, e chega à concepção retórica do *crime organizado* e, por isso, justificam todo o arsenal punitivo pela legislação penal (como a Lei de Crimes Hediondos e de Organizações Criminosas<sup>851</sup>), incluindo a decretação de prisões preventivas sob o argumento de *segurança, ordem e clamor públicos*, até a teatralização de júris. Diga-se que há casos relatados no Rio Grande do Sul, onde o Conselho do Ministério Público Estadual imputou-lhes, dentre outros delitos, a caracterização de *crime organizado*. O Ministério Público Federal, rogando-se na condição de titular da ação penal (quando caberia à justiça estadual), sob o argumento de que se trata de delito contra a *segurança nacional*<sup>852</sup>, ofereceu denúncia-crime.

Esse argumento de crime contra a *segurança nacional*, entretanto, já fora utilizado ao final de década 50 em face do jornalista Antonio Callado, diante da publicação de uma série de reportagens no *Correio da Manhã*. A representação pela prisão preventiva do líder das Ligas Camponesas e de Callado, com base na Lei de *Segurança Nacional*, vigente à época, fazia constar:

[Estas pessoas] Passaram a, de modo alarmante, insuflar a luta pela violência, fazendo-a pública e desregradamente, por atitudes pessoais e pela imprensa. (...) A jornada criminosa tem alcançado, precipuamente, a zona canavieira, ensejando a invasão de propriedades, a queima de canaviais, a provocação em massa às autoridades constituídas e a própria chacina.<sup>853</sup>

Para Kleber Mendonça, o fato de Callado colocar ou ao menos tentar colocar na agenda a questão da seca, da terra, da exclusão social e dos grileiros de terra (um a um nominados em seus textos) podia servir à compreensão dos motivos do pedido de sua prisão.

As estatísticas criminais, porém, nublam uma criminalização direta dos movimentos sociais (de modo coletivo ou individual), pois os delitos

<sup>851</sup> Sobre a própria construção dos tipos penais e de como eles podem ser *preenchidos e interpretados*: v. PIQUÉ, María Luisa; SOBERANO, Marina. *El derecho penal y La protesta social*. 2008, p. 846 e seguintes.

<sup>852</sup> Cf. Notícia veiculada no site oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/9387> e também em <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php%3Fid%3D1393>.

<sup>853</sup> MENDONÇA, Kleber. Lembrando Galileia: 50 anos de luta pela terra nos jornais. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. semestres de 2010, p. 521.

atribuídos aos sujeitos acabam por cair (na maioria dos casos) na vala comum dos demais crimes, dificultando sua filtragem e, em consequência, sua análise. Assim, tanto no que se refere aos casos individuais, sobretudo de “moradores em situação de rua” e de *lideranças* ou membros desses movimentos, acabam absorvidos pelo estado geral da clivagem urbana.

Os prontuários dos *Arquivos* e as estatísticas criminais fazem notar que as profissões que, normalmente eram “pedreiro, servente de pedreiro e auxiliar de serviços gerais”, passaram a ser “carrinheiro e guardador de carros”; no item endereço, onde constava o de um quartinho alugado ou de uma pensão agora consta “sem residência fixa” ou “invasão” ou “morador de rua”, dando conta de que há um decréscimo mais trágico e de maior vulnerabilidade social. O que é *perverso* é que estes dados são ainda causas de asseveramento penal por ocasião da análise das circunstâncias judiciais<sup>854</sup>: além de ele ser condenado por estar nessa condição, terá a sua pena aumentada.<sup>855</sup>

Além de as demais questões (da *moradia*, em especial) continuarem sem resolução, esse modo de vida *marginal* ou de *exclusão* tende a se perpetuar, passando aos seus filhos, que igualmente sofrerão a imposição das “consequências jurídicas” de natureza civil (como serem abrigados em casas-lares, colocados para adoção, etc.) ou mesmo de natureza punitiva. Estas últimas disfarçadas sob a denominação “doce” de medidas socioeducativas (conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, que teria trocado a premissa da *doutrina do risco* para a da *proteção integral*) atingem desde cedo essa população de forma ampla. Aqui surge um contributo para uma carreira *delinqüente* precoce e até mesmo permanente.

No campo penal, como tese de defesa – para qualquer das duas hipóteses – o argumento poderia ser o da desobediência civil, que – de sua vez – estaria no âmbito da culpabilidade como *dirimente*, mais precisamente na inexigibilidade de conduta diversa, ante a impossibilidade de exigir um seu comportamento em conformidade com o Direito.

---

<sup>854</sup> Cf. Art. 59, CP.

<sup>855</sup> Novamente: “JUÍZO: O maior exige do menor”.



Haveria uma *anormalidade* nas circunstâncias que justificariam seu comportamento. Autores como Claus Roxin enumeram, inclusive, os pressupostos que deveriam ser observados para admitir que a tal *dirimente* exclui a culpabilidade e em consequência a responsabilidade penal e aplicação de uma sanção penal, mas excluem tal proveito aos revolucionários, pois a infração das regras deve evitar toda atividade violenta e a resistência ativa as forças da ordem.<sup>856</sup> Mas é possível começar a notar uma rebelião social, coletiva, hostil e duradoura própria de países onde o abismo social é por demais evidente: como ao que se alude como “guerra”. “Guerra” que passa a ser possível quando se unem desemprego, segregação territorial nas cidades e falta de acesso aos bens materiais e culturais.<sup>857</sup>

O fato é que, ainda no campo penal, não se pode deixar de lado a presença de uma ideologia *punitiva* que rege as decisões criminais e sustentam o *discurso oficial*, mesmo quando proferidas pelo júri, composto por um conselho de sentença formado por leigos. Denotam uma tendência a criminalizar as pessoas que – de forma organizada ou não – lutam por seus direitos, ou pelo menos por uma sobrevivência, como forma de uma *subvida* ou como a *underclass* urbana norte-americana da década de 90 (expressão a que alude Löic Wacquant, mas que não alcança uma tradução que preserve o sentido original, que propor algo que está abaixo, embaixo, que é ‘sub’<sup>858</sup>). Gente que está fora e para lá dos *gozos* da parcela privilegiada da população.

Pietro Costa, porém, adverte que não foi a Constituição quem permitiu esse tratamento aos *súditos* e pondera que é aí que a legitimidade entra em cena<sup>859</sup>. Oportuno, no presente texto, indagar se este Estado, que mostra uma evidente fratura social, pode se outorgar a condição de punir a quem – a rigor – no que toca a atividade política do Estado muito pouco ou nada influencia.

---

<sup>856</sup> ROXIN, Claus. *Derecho Penal. Parte General. Tomo I. Fundamentos. La Estructura de la Teoría del Delito*. Traducción y Notas. 2ª ed. alemana. 1ª reimpressão. Diego-Manuel Luzón Peña; Miguel Díaz y García Conlledo; Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas. 1997, p. 954-955.

<sup>857</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p.141.

<sup>858</sup> WACQUANT, Löic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2005, p. 95-97.

<sup>859</sup> COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá. 2010, p. 88-90.

Na mesma linha, colocam-se os argumentos de Roberto Gargarella, na veia do constitucionalismo, sobre o fato de que essas pessoas têm o *direito de resistir ao direito*, pois que foram privadas das benesses mais primárias do Estado e só o conhecem em sua faceta criminal.<sup>860</sup> O próprio Gargarella já ponderou que não há de se outorgar legitimidade a um Estado que quer, pela via do direito criminal, punir pessoas nestas condições.<sup>861</sup>

Joel Birman – quanto àqueles tidos como *resistentes* ou *delinquentes* – falará que a *transgressão* – por meio da criminalidade, embora não refira a questão da terra e da moradia, daí porque pode ser pensada nos demais delitos – é uma forma de *resistência* aos assaltos do poder, uma forma de tentar superar uma linha que se colocou em dada fronteira. Traçando, inclusive, novas. Mas “essa é uma experiência marcada pela conflitualidade, já que os agentes e as instâncias da norma se opõem ativamente ao gesto da transgressão.”<sup>862</sup> E como é conflituosa pode redundar em risco e até mesmo em *morte*, alerta Birman<sup>863</sup>.

---

<sup>860</sup> GARGARELLA, Roberto. *El derecho de resistir al Derecho*. 2005. Também: *La coerción penal en contextos de injusta desigualdad* (Disponível em [http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella\\_SP\\_CV\\_20100506.pdf](http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella_SP_CV_20100506.pdf)). Acesso em: 13 mar. 2011.

<sup>861</sup> [...] En estados indecentes, como el nuestro, se justifica el castigo penal? Cuando el gobierno alimenta y consolida situaciones de desigualdad, como en nuestro país, qué reacción se justifica, frente al delito? La doctrina penal le escapa al asunto, pero algo va apareciendo. En continuidad con el trabajo que mencionaba unos posts atrás, encuentro este reciente trabajo de Victor Tadros -colaborador de A.Duff- quien me dice que viene trabajando en la cuestión desde hace un tiempo. El trabajo más reciente, en el que pienso, es "Poverty and Criminal Responsibility," aparecido en J. Value Inquiry (2009), 43:391. (Luego de examinar cuáles son las relaciones posibles entre pobreza y criminalidad). Tadros dice que los pobres, en tales contextos, "tienen un reclamo legítimo, frente al estado, de no ser considerados responsables por los crímenes que cometen, en base a tres razones principales. La primera es que el estado es hipócrita, al considerarlos responsables mientras se muestra insuficientemente preocupado por los crímenes que se cometen: es el Estado el que crea las condiciones criminogénicas, a través de la perpetuación de situaciones de injusticia económica. En segundo lugar, y como víctimas de la injusticia, los pobres tienen razones legítimas para distanciarse de las prácticas del estado acerca de la responsabilidad. Dada la forma en que han sido tratados, tienen razones para no guardar ninguna expectativa de que se haga justicia, dentro de tales prácticas. La tercera razón es que el estado es cómplice de los crímenes cometidos. Lleva responsabilidad por tales crímenes, y no está en condiciones de actuar como juez, cuando debería estar entre los acusados." (Disponível no blog <http://seminariogargarella.blogspot.com.br> de Roberto Gargarella, desde 23/11/2009. Acesso em: 13 mar. 2011).

<sup>862</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 348.

<sup>863</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 348-349.

## 2.6. O que não está nos *Arquivos*

**“Só uma polícia venal, submissa ao jogo das pressões, atrabiliária, preconceituosa convém ao sistema”.**

(THOMPSON, AUGUSTO F. G. Reforma da polícia: missão impossível. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 5, Números 9 e 10, 1º. e 2º. semestres de 2000. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, p. 243).

Os crimes que constam nos *Arquivos* podem denotar uma preferência do sistema de justiça criminal operado em sua porta de entrada pelas *polícias* e *selado* pelos *magistrados-arcontes*. Vários casos relatados por diversos organismos e pesquisas empíricas, entretanto, indicam – não apenas atualmente, mas de certa forma *historicamente* – práticas ilegais por parte de alguns agentes públicos. Por isso, cabe indagar onde estão os crimes das *polícias*.

Uma das questões mais significativas a se pensar quanto à problemática do modelo fundante que estrutura as *polícias* é que se trata de um segmento que detém *poder*, mas *poder* que é exercido mediante *força*. Ainda que seja um *poder público* ou um exercício em nome desse *poder público*: “o poder comete crimes e como crimes do poder devem ser compreendidos os crimes cometidos pela polícia na sua atuação de repressão criminal e/ou de manutenção da ordem”.<sup>864</sup>

A violência policial, entretanto, acompanha a história das violências da própria sociedade brasileira e de seu legado cruel e desigual, de sua estrutura injusta e nascimento relacionado nuclearmente com as práticas dos colonizadores e dos escravocratas, passando pelo modo de tratar imigrantes, trabalhadores das classes populares, chegando aos jovens pobres dos centros urbanos.<sup>865</sup> Uma *polícia* de precária formação técnica e intelectual é vista “cumprindo o papel de controle e dominação direta através da intimidação absoluta e das ações de contra-insurgência.”<sup>866</sup>

<sup>864</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 180-181.

<sup>865</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança: entre pombos e falcões*. 2006, p. 75.

<sup>866</sup> DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança: entre pombos e falcões*. 2006, p. 76.

A criminalidade da *polícia* pode assim derivar do uso do *poder* oficial (ainda que destoando das diretrizes externas comunicadas como *oficiais* pelas corporações a que pertencem e pelos governos a que se submetem, embora possam até ser racionalizadas internamente), do *poder* paralelo ou *subterrâneo*. Criminalidade que concorre fortemente para a constituição das *estatísticas criminais*, mas que conta com certa conivência de alguns juízes e promotores, especialmente pelo tratamento dispensado aos “autos de resistência”. Condutas vistas, não raro, como *incidentes* ou como decorrência *normal*, nos quais os *policiais* se viram envolvidos e porque de outro lado atinge “bandidos”. O cenário parece mudar sensivelmente quando é atingido uma “pessoa-de-bem” ou um “trabalhador”.

Vários fatores, desde há muito, podem contribuir para as poucas investigações acerca do envolvimento de policiais pelas violências e pelos atos de corrupção praticados. Embora se deva anotar que as violências aparecem com mais frequência (pelo menos como notícia), pois o registro incumbe à instituição diversa da que a pratica, mesmo quando ele seja dificultado pela fuga ou pela ameaça dos policiais a serem autuados.<sup>867</sup>

No âmbito das estatísticas criminais, a partir da mesma fonte usada em relação aos demais delitos (o sítio oficial do Ministério da Justiça<sup>868</sup>) aparecem, no que interessa aos dois próximos itens 2.6.1. e 2.6.2., o seguinte panorama, sem se saber se os condenados são policiais ou não. Isso porque as estatísticas criminais não indicam a profissão dos presidiários. Todavia, servem para que se reflita que aquilo que se comunica como uma criminalidade da *polícia* ou não é real ou não estaria a receber a atenção das instâncias policial e judicial.

---

<sup>867</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1997, p. 147 e p. 152.

<sup>868</sup> Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2013.

**TABELA 3** – Quantidade de Presos e Presas no âmbito nacional e estadual condenados por crimes contra a Administração Pública e por Tortura

TIPO DE CRIME	QUANTIDADE DE CONDENAÇÕES - PR (Considerando tanto homens quanto mulheres condenados)	QUANTIDADE DE CONDENAÇÕES - BR (Considerando tanto homens quanto mulheres condenados)
<b>Crimes contra a Administração Pública</b>		
a. Peculato	10 homens / 4 mulheres	1267 homens / 90 mulheres
b. Concussão e Excesso de Exação	4 homens / 2 mulheres	47 homens / 3 mulheres
c. Corrupção passiva	5 homens / 3 mulheres	68 homens / 4 mulheres
<b>Crimes de Tortura</b>	15 homens / 4 mulheres	164 homens / 54 mulheres

### 2.6.1. Os crimes de tortura

A prática de *tortura* parece ainda compor um dos vetores do binômio-redutor que caracterizaria as *polícias*, ao lado da corrupção. Mesmo proibida desde o século XVIII, pela Carta-Régia de D. Pedro II, em 1700; fato reforçado em 1790 por lei datada de 05 de março, cujo § 2º. dispunha que a tortura era “a mais segura invenção para castigar um inocente fraco e para salvar um culpado robusto, ou para extorquir a mentira de ambos.”<sup>869</sup>

No transcurso histórico, as *polícias* mantiveram toda uma sorte de “métodos” como o cassetete de borracha, o “pau-de-arara” e os choques elétricos<sup>870</sup>. Durante o Estado Novo e a Ditadura Militar consagrou-se como prática disseminada e comum, quando não entendida e justificada como “necessária”. Ditada pelas Forças Armadas, sustentada pelas classes dominantes e praticada pelas *polícias*, ensinada inclusive por policiais como o Delegado Fleury<sup>871</sup>, atravessou incólume a história.

A Constituição da República de 1988 cuidou de proibi-la expressamente e a comunidade internacional de repudiá-la mais uma vez pela Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, internalizada no Brasil pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de

<sup>869</sup> BATISTA, Nilo. Tortura nunca mais – ou para sempre? In *Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 111.

<sup>870</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Tortura, Intolerância e Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp\\_tortura.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp_tortura.htm). Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>871</sup> Outras considerações nos itens 1.2.3. e 1.2.5.1.

1991. No entanto, somente em 1997 as condutas que poderiam ser assim nominadas como *tortura* seriam criminalizadas pela Lei n. 9.455. Aliás – embora o crime esteja equiparado aos crimes hediondos – a Lei da *Tortura* permitia à época a progressão de regime, mesmo naquele momento em que nos demais delitos hediondos e equiparados se devesse cumprir a pena em regime integralmente fechado (segundo a Lei de Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/90), apesar de se discutir desde a edição desta última a sua constitucionalidade.

O episódio que potencializou o trâmite célere do Projeto de Lei de *Tortura* foi o caso ocorrido na Favela Naval de Diadema, em São Paulo, no qual policiais militares executaram um rapaz – após sucessivas blitzes e extorsões para liberação dos detidos. Os fatos foram filmados, durante vários dias, por um cinegrafista amador e vieram à tona no Jornal Nacional, exibido pela Rede Globo, em 31 de março de 1997. O próprio Presidente da República de então, Fernando Henrique Cardoso, por meio de seu porta-voz, manifestou repúdio às cenas e cobrou providências.<sup>872</sup> O policial militar conhecido como “Rambo” e envolvido nos fatos foi condenado anos depois pela morte do rapaz.<sup>873</sup>

Esse episódio, entretanto, dá conta da permanência de outro fato um tanto complicado: a prática da *tortura* – historicamente usada como meio de obtenção de prova, como já se ponderou, uma espécie de derivativo do *método inquisitorial* – é também usada como um fim em si mesmo. Não se busca mais pela *tortura* a confissão; a *tortura* é castigo<sup>874</sup>. Ela é prática que não se restringe aos porões de algumas delegacias, embora pudesse encontrar aí um *locus* privilegiado; está nas *ruas* impregnando o cotidiano. Continua a fazer parte da *cultura* nacional: “a crença na serventia da tortura é uma doença crônica brasileira que acomete os aparelhos policiais em todo o país.”<sup>875</sup>

De todo modo, é possível inferir que – apesar das denúncias (não em sentido técnico como *denúncia-crime*) corriqueiras de *tortura* – o sistema de

<sup>872</sup> Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-257167,00.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>873</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/favelanaval.htm>. Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>874</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. 2007, p. 137-150.

<sup>875</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Tortura, Intolerância e Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp\\_tortura.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp_tortura.htm). Acesso em: 20 mai. 2013.

justiça criminal talvez seja ainda, de certo modo, condescendente com tais práticas, mesmo quando os elementos de prova conduzam à existência do fato. Correntes as denúncias de *tortura*, não se localizou um instrumento e/ou órgão que sistematizasse as ocorrências a partir de filtros regulares, tampouco que indicasse o encaminhamento posterior. Esses fatores parecem dificultar a afirmação sequer de um número aproximado da realidade.

Exemplos disso são: (i) o Relatório da ONU, produzido pelo Relator Especial sobre a Tortura da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado em Genebra em 11 de abril de 2001, no qual é possível verificar que visitou apenas cinco Estados brasileiros<sup>876</sup>; e (ii) o Relatório elaborado no ano de 2005 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no âmbito federal, reúne várias informações não oficiais, ou seja, de organismos internacionais e nacionais, de instituições de ensino e outros, mas não envolve todos os Estados.<sup>877</sup>

A problemática na coleta de dados e mesmo no acolhimento das denúncias estão evidenciadas pelo Ministério da Justiça e pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos no Relatório produzido nos anos de 2001/2002, inclusive, ressaltando as dificuldades materiais da implantação do serviço de atendimento nacional e de apuração de denúncias. Além de que, em muitas vezes, a *tortura* é desclassificada para os delitos de maus-tratos, lesão corporal e abuso de autoridade.<sup>878</sup> Ressalte-se, de outra sorte, que parte dos casos pode estar a compor – mesmo que não compreendidos como tal – os dados relativos aos delitos de *homicídio*.

De todo modo, os números do sistema penitenciário, tanto no âmbito nacional, quanto estadual, indicam um baixíssimo número de condenações, sendo necessário ainda lembrar que há a possibilidade de que pais e mães, por exemplo, possam estar condenados pela prática de tortura dos seus filhos e o sistema não tem um filtro que permita saber quantos policiais foram por eles condenados.

---

<sup>876</sup> Disponível em <http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/38963>. Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>877</sup> Disponível em [http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/a\\_pdf/relatorio\\_cdhcf\\_tortura\\_br\\_2005.pdf](http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/a_pdf/relatorio_cdhcf_tortura_br_2005.pdf). Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>878</sup> Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2003/03/249199.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

Como lembra Paulo Sérgio Pinheiro, “legitimar a prática da tortura e dos tratamentos desumanos, sob qualquer circunstância, é dar a possibilidade da desrazão e da irracionalidade dirigir a vida de homens e de mulheres. É trocar qualquer indício de humanidade pela mais abjeta barbárie.”<sup>879</sup>

Nesse sentido, não parece, contudo, que a questão devesse se referir apenas à repressão e à condenação dos atos de *tortura* que poderiam compor os *arquivos* prisionais, mas sobretudo com a sua prevenção. O que só seria possível ao descartar os ilegalismos e as violências como formas arraigadas de mediação das relações sociais no país. Em particular, para os agentes *policiais* que agem em nome do Estado, estado democrático de direito.

É, entretanto, vital considerar que há um sentido cultural de que é possível agir assim; além do que alguns setores do judiciário e do ministério público dão guarida para tanto.

## 2.6.2. Os crimes de corrupção

A *corrupção* é normalmente referida pelas agências de comunicação e mesmo nas demais instâncias jurídicas num sentido distinto e, normalmente, mais abrangente do que a correspondência ao tipo penal da “corrupção passiva”<sup>880</sup>. Cabe consignar que – talvez mais grave – no que concerne à questão das *polícias*, seja o delito de “concussão”<sup>881</sup>. Se a *corrupção* é a solicitação ou o aceite de vantagem; a *concussão* é a exigência de vantagem.

Dependendo da hipótese, o caso pode até mesmo se configurar como “extorsão”<sup>882</sup>, delito no qual a vantagem é obtida mediante violência física ou grave ameaça. O caso já referido como Caso Favela Naval de Diadema, onde

---

<sup>879</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Tortura, Intolerância e Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp\\_tortura.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp_tortura.htm). Acesso em: 20 mai. 2013.

<sup>880</sup> Cf. Art. 317, do Código Penal.

<sup>881</sup> Cf. Art. 316, do Código Penal.

<sup>882</sup> Cf. Art. 158, do Código Penal.



sob ameaça e violência se exigia dinheiro e que culminou na morte de um rapaz, executado, pode ilustrar a questão.

O fato é que – tal e qual a *tortura*, se prática corrente – pode-se ver que os *arquivos* prisionais não a registros de “corrupção” ou “concussão” numa proporção que pudesse acompanhar, ao menos, o que alardeiam os veículos comunicacionais esteja a acontecer. Impressionar (mesmo sem saber se as condenações nesses delitos são apenas de policiais, pois outros funcionários públicos podem também cometê-los), o fato de que na comparação entre os dados nacionais e os do Paraná, no que toca aos delitos cometidos contra a Administração Pública, o Estado do Paraná é o responsável – ainda que os números sejam tímidos – pela quase totalidade da condenação de mulheres no âmbito nacional. Há 4 mulheres condenadas no Brasil por corrupção passiva, 3 são do Paraná; das 3 condenadas por concussão no Brasil, 2 são do Paraná.

Com o intuito de verificar a quantidade de casos objeto de recurso de apelação criminal e a manifestação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi utilizada a metodologia adiante descrita. No sítio oficial do referido Tribunal, por meio dos ícones “consulta”, “jurisprudência”, “pesquisa detalhada”, foi delimitado o período de 01.01.2012 a 01.01.2013. Com os termos “corrupção policial” vieram 52 casos, mas somente 4 referiam-se a casos em que os policiais eram acusados dos crimes. Em todos os casos, o Tribunal manteve a condenação. Já com os termos “concussão policial”, vieram 8 casos, 6 deles envolvendo policiais civis, militares e guardas municipais, com o seguinte resultado: a) em 1 o recurso do Ministério Público manejado para reformar a sentença e condenar os acusados foi integralmente provido; b) em 1 o recurso do Ministério Público manejado para reformar a sentença e condenar os acusados foi parcialmente provido (eram 6 acusados, sendo condenados 3), c) em 2 o recurso dos acusados foi provido para diminuir a pena.<sup>883</sup> O que se observou nesses casos foi a ausência de policiais dos altos escalões das *polícias*, como Delegados da Polícia ou

---

<sup>883</sup> Consulta feita por meio do sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: Disponível em <http://www.tjpr.jus.br>. Acesso em: 22 mai. 2013.

Oficiais das altas patentes da Polícia Militar, pois em sua maioria, referiam-se a cabos e soldados, escrivães de polícia.

Cabe registrar que nos sítios oficiais da Polícia Civil e da Polícia Militar (inclusive das respectivas Corregedorias, registrando que no sítio da Polícia Militar consta “página em construção”), tanto quanto da Secretaria de Segurança Pública e da Ouvidoria da Polícia do Estado do Paraná, mesmo nos ícones “Transparência”, não foi possível encontrar nenhum tipo de dado acerca das ocorrências e dos procedimentos envolvendo policiais.<sup>884</sup>

O “arrego” do tráfico de entorpecentes e do jogo do bicho, a cobrança das comunidades pela proteção dos agentes do tráfico de drogas, quando não dos próprios policiais, a venda de gás, dos serviços de televisão a cabo (conhecido popularmente como “sky gato” ou “cat net”), entre outros, são exemplo de ilegalismos que fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas residentes em locais de alta vulnerabilidade social, como favelas e bairros pobres.

Os relatos de moradores de comunidades pobres no Rio de Janeiro podem ilustrar um pouco o tom disso, que, no entanto, não parece estar adstrito apenas a essas localidades:

A minha preocupação maior é se eu encontrar com polícia sem dinheiro nenhum no bolso, porque aí eles dá forjada, pegam maconha e enfiam (...) no seu bolso, bota você no camburão, chega lá, te dá forjada. Eu fui criado em favela e via muito trabalhador desempregado ir preso, acusado de art. 281, traficante de maconha, e o próprio policial botava maconha no bolso dele (...)

...

O problema da polícia dentro das comunidades é que eles hoje em dia entram, mas não encontram. Pra fazer seu dever, do compromisso deles, para com o cidadão. Eles entram assim, pra [forjar] trabalhadores, pra pender traficantes, sim, mas pra ver se arrumam um dinheiro em cima daquilo ali. E depois solta, dali a meia hora. Vê qual a quantia que eles querem, liberta e fingem que nem aconteceu nada. Quer dizer quem paga é

---

<sup>884</sup> Foram consultados os seguintes sítios: <http://www.policiacivil.gov.br>; <http://www.pmpr.gov.br>; <http://www.corregedoriapoliciacivil.pr.gov.br>; <http://www.ouvidoria.seguranca.pr.gov.br> e <http://www.seguranca.pr.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2013.

quem mora lá, que não tem nada a ver com aquilo ali. Porque se eles chegassem, fizessem o dever deles, entrassem na comunidade não atirando, saíssem não pegassem ninguém, se pegasse levassem, não aconteceria nada do que acontece hoje.<sup>885</sup>

O fato é que a coisa toda da “corrupção” pode estar disseminada por outras instâncias, inclusive, esferas do alto escalão dos poderes constituídos; esses, não raro, imunes ao poder fazem repetir nesse flanco da “criminalidade” o discurso da seletividade que opera, provavelmente, sobre os mais vulneráveis no jogo do poder.

### 2.6.3. Os crimes de homicídio

O projeto de Tânatos, como assinalou Freud, parece estar superando o de Eros. Nesse campo, ao trazer os desejos *pulsionais* (do canibalismo, do incesto e da morte) Freud ponderou que “o matar ainda é praticado, e, na verdade, ordenado, por nossa civilização”<sup>886</sup>.

Sigmund Freud vislumbra que o fortalecimento do superego como um agente da *civilização* aparece na infância, cujo aprimoramento dispensaria a maior incidência de coerção externa. Mas pondera que é na *morte* que essa coerção externa tem maior intensidade, pois o sujeito pode escapar às suas pulsões desde que possa ficar impune.<sup>887</sup>

Todavia, ressalta Freud que na medida em que a coerção seja exercida contra certas *classes* da sociedade (as que trabalham para que outros obtenham riquezas das quais elas próprias são privadas) cria-se uma hostilidade latente que fomenta a aniquilação dessa *cultura*. “Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os

<sup>885</sup> LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias?* – um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record. 2003, p. 45-46.

<sup>886</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 18.

<sup>887</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 19-20.

impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura.”<sup>888</sup>

A natureza narcísica<sup>889</sup> do que é conquistado indica o orgulho que “reivindica o direito de olhar com desdém para o resto”<sup>890</sup> e que isso acaba por permitir que o desprezado se satisfaça desprezando outrem.

Invocando as mesmas lições de Sigmund Freud, em torno da pulsão de morte, e o poema *O imortal* de Jorge Luis Borges, Zygmunt Bauman considera que o anúncio de uma imortalidade – como *desejo* – devia fazer com que a humanidade se contentasse com a *morte*, no sentido de que seria mesmo insuportável uma *vida* aqui “para sempre”. Embora se possa ser *imortal*, em algum sentido por feitos ou por obras. Para Bauman, “na vida humana, tudo conta, porque os seres humanos são imortais e sabem disso [...] o conhecimento da mortalidade significa, ao mesmo tempo, o conhecimento da *possibilidade de imortabilidade*.”<sup>891</sup>

<sup>888</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 21.

<sup>889</sup> Oscar Masotta assevera que é no texto “Introdução ao narcisismo” de Sigmund Freud, de 1914, que estariam os conceitos-base, os conceitos teóricos da constituição da teoria freudiana, e neles os modelos das pulsões. E para Masotta “ler o texto significa, em primeiro lugar, que há que encontrar nele uma ausência. É dizer que quando se lê, algo falta: alguma referência à agressão ou a pulsão de morte. Isto é óbvio, não é que alguém o invente, porque alguém poderia dizer: ‘Bom, mas por que pedir a um texto que fale sobre a pulsão de morte se este texto não trata da pulsão de morte?’ Pois, precisamente, pelo que acabo de dizer, pelo lugar que ocupa o texto no desenvolvimento da teoria. Nesse momento, em verdade, o que está em jogo é a relação do narcisismo com a agressividade. E a agressividade não aparece no texto. Poderíamos dizer que há um *convidado de pedra*\*: é a morte, que não aparece.” (tradução livre da autora de: “Leer el texto significa, en primer lugar, que hay que encontrar en él una ausencia. Es decir que cuando se lee, algo falta: alguna referencia a la agresión o a la pulsión de muerte. Esto es obvio, no es que uno se lo invente, porque alguien podría decir: ‘Bueno, pero ¿por qué pedirle a un texto que hable sobre la pulsión de muerte?’ Pues, precisamente, por lo que acabo de decir, por el lugar que ocupa el texto en el desarrollo de la teoría. En ese momento, en verdad, lo que está en juego es la relación del narcisismo con la agresividad. Y la agresividad no aparece en texto. Podríamos decir que hay un convidado de piedra: es la muerte, que no aparece.” (MASOTTA, Oscar. *Lecturas de Psicoanálisis* Freud, Lacan. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós. 1992, p. 177) \*A expressão *convidado de piedra* poderia ser traduzida como “estátua”, mas não o foi porque talvez não encontrasse um correspondente em português sem lhe tirar o significado original. Tal se refere a algo que tem sentido para a literatura espanhola e uma apropriação no senso comum nessa língua a partir do texto que se atribui a Tirso de Molina denominado *El Burlador de Sevilla y el Convidado de Piedra*, protagonizado por Don Juan.

<sup>890</sup> FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. 1997, p. 22.

<sup>891</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 190. Importante conferir, também, as referências que Michel Foucault faz a respeito da disposição da vida e da morte que detém o Soberano sobre os súditos, em especial ao referir a questão da guerra e das raças: *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 2005, p. 285-315. Seria interessante relembrar, também, que para Zaffaroni e Batista, o Estado exerce uma política genocida e racista: *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 567 e ss.

O fato é que a pós-modernidade coloca questões paradoxais no que se refere à “expectativa de vida” num modelo democrático: “a fórmula da imortalidade coletiva requeria a supressão da individualidade, ao passo que a fórmula da imortalidade individual somente tinha sentido enquanto a individualidade permanecesse o privilégio de poucos.”<sup>892</sup> Jean-Pierre Lebrun questiona também o que a democracia pode fazer com o lugar de exceção, a partir do esfacelamento de uma sociedade hierárquica e do Antigo Regime. Isso, de acordo com Lebrun, precisaria considerar uma inscrição de certo modo distante dos lugares de autoridade e da figura paterna e de que se teria passado de uma sociedade toda-fálica para uma sociedade não-toda-fálica.<sup>893</sup> Ou seja, numa *democracia* – aparentemente – todos teriam direito a mesma “expectativa de vida” ou de *morte* (onde a exceção, segundo Jean-Pierre Lebrun, pode ficar destituída de sentido). O que, todavia, parece não se verificar.

Num mundo que prefere a segurança à justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas as cerimônias. Cada vez que um delinquente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada malvivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem-viventes.

A palavra *farmácia* vem de *phármakos*, o nome que os gregos davam às vítimas humanas nos sacrifícios oferecidos aos deuses nos tempos de crise.<sup>894</sup>

Há, entretanto, um segmento social que prolonga sua *vida*, por meio das tecnologias da medicina e da estética. Mas também por poder se proteger das causas externas de natureza violenta que vitimam – cotidianamente – milhares de pessoas. Podem até corroborar os pedidos para que a *morte* figure como “solução jurídica e legal”, aparecendo nos pedidos feitos pela população e dirigidos à

---

<sup>892</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 193.

<sup>893</sup> LEBRUN, Jean-Pierre. *O Mal-estar na subjetivação*. 2010, p. 45 e ss.

<sup>894</sup> GALEANO, Eduardo. O ensino do medo. In *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket. 2011, p. 81.

Comissão do Senado que elaborou o PLS 236/2012, de Reforma do Código Penal.<sup>895</sup>

A incapacidade reflexiva das classes média e alta não parece enxergar o que está para além dos *bunkers* em que vivem (condomínios, supermercados e *shopping centers*) e dos “pequenos tanques de guerra urbanos” em que transitam. A expressão é indicada por Luís Mir que afirma que “carro blindado, escolta armada, segurança privada e guarda-costas são, para as minorias brasileiras, algo tão forçoso e útil como banho e escovação de dentes.”<sup>896</sup> Mas Luís Mir adverte que “o carro blindado é o atestado de que um determinado setor social e a máquina dirigente do Estado, que igualmente está todo blindado, aceitam a guerra a partir de sua proteção particular ou grupal.”<sup>897</sup>

Entretanto, acabam sendo – pelos vários motivos já declinados – as vítimas de crimes violentos, como *latrocínios* e *estupros*, e até mesmo de homicídios (tirando-se o rol que comporia os chamados “delitos passionais”). Quando são atingidos por uma arma normalmente são vítimas de “bala perdida”. Mas há outros que são vítimas de “bala certa”: encontram-se “próximos da morte programada.”<sup>898</sup>

Em torno dos primeiros – vistos, de fato, como *homicídios* – organizam-se grupos em defesa da pena de morte, do aumento das penas, e de mais recrudescimento penal, inclusive, com a redução da menoridade penal; quanto aos últimos, às vezes nem se fala em *homicídio*, em outras permanecem apenas ocupando as *estatísticas*, embora saindo de uma e indo para outra.

A morte próxima de casa é dissimulada, enquanto a morte como um transe humano universal, a morte dos anônimos e “generalizados” outros, é exibida espalhafatosamente, convertida num espetáculo de rua nunca findo que, não mais evento sagrado ou de carnaval, é apenas um dentre muitos acessórios

---

<sup>895</sup>

Disponível

em

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=105366](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=105366). Acesso em: 29 jan. 2013.

<sup>896</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 93.

<sup>897</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 94.

<sup>898</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 133.

da vida diária. Assim banalizada, a morte torna-se demasiado habitual para ser notada e excessivamente habitual para despertar emoções intensas.<sup>899</sup>

Às vezes, entretanto, não é suficiente *matar*. É necessário trocar a *dor* pelo *sofrimento*. Quando talvez a linguagem não consiga dizer sobre algo, não basta *matar* é preciso *gozar* pelo prazer último de *matar*. A *violência*, por isso, tem aparecido cada vez com mais frequência como componente da subjetividade e como incremento da criminalidade, na qual emerge o aspecto da *crueldade*, que “ultrapassa os limiares anteriormente estabelecidos no gesto de matar. Atingimos novos níveis, até então impensáveis. A possibilidade de tirar a vida de outro se dissemina, tornando-se natural assim o assassinato e o genocídio, em que a crueldade delineia frequentemente a cena do crime com pinceladas grotescas e anti-humanas.”<sup>900</sup>

De algum modo, os *homicídios* sempre existiram, inclusive sob o signo da *guerra*. E foram mesmo durante muito tempo realizados de uma forma que se diz brutal ou *bárbara*. O que impressiona parece ser tanto a enorme quantidade com que se repetem, como no caso brasileiro, uma causa endêmica de mortes (superando mais de um milhão de vítimas); quanto as causas pelas quais se mata e o modo como se mata.

Mas vale ponderar que poderiam ser entendidos como *homicídios* não apenas aqueles decorrentes de meios como armas de fogo ou armas brancas, mas outras condutas decorrentes de um projeto *civilizacional* que permite, se não *deseja*, *mortes*, sobretudo em larga escala. Como exemplo, a dramática situação dos postos de saúde, ou dos elevados índices de mortalidade produzidos por doenças e causas até então fora de um contexto *moderno*, como a tuberculose e até mesmo pela fome, como causa direta e indireta<sup>901</sup>.

<sup>899</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 199.

<sup>900</sup> BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012, p. 84.

<sup>901</sup> IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004, p. 203-204. O autor alerta para o fato de que – segundo relatórios da ONU – mais de um terço da população brasileira é afetada pela subalimentação.

Como reflexão direta aqui, apenas as *mortes* produzidas externamente por causas violentas, em particular as que são consideradas *homicídios*, embora causas indeterminadas e incidentais também sejam importantes.

O “Mapa da Violência 2012 – Os novos padrões da violência homicida no Brasil”, realizado pelo Instituto Sangari, sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz, será usado como referência acerca dos números de homicídios ocorridos no Brasil e no Paraná.<sup>902</sup> A metodologia da pesquisa-referência considera os dados fornecidos pelo Sistema DATASUS-SIM, no período compreendido entre 1980<sup>903</sup> e 2010, em que pese como ressaltado na apresentação da metodologia e das fontes, tal sistema possa conter algumas imprecisões. Observação que será feita também nos demais Mapas produzidos pelo mesmo Instituto e considerados neste texto. Além de se fazer um recorte para o Estado do Paraná.

Vale registrar ainda que o “Mapa da Violência 2012” deixa de considerar as mortes produzidas pelas polícias até 2010. Ponto em que vale ressaltar a dificuldade encontrada – inclusive para fins de produção do presente – em obter tais dados oficiais, por outros meios, como as estatísticas do sistema penitenciário e o sistema de justiça criminal (incluindo as delegacias de polícia, a polícia militar, o ministério público e o poder judiciário).

O “Mapa da Violência 2012” aponta um total de 1.091.125 *homicídios* ocorridos no Brasil em 30 anos, por causas externas variadas. O que representa um aumento histórico de 259%, atingindo o ápice em 2003 e apresentando um decréscimo até 2010.<sup>904</sup> Para tentar se aproximar do que isso representa em número *real* de mortes, num comparativo mundial, o “Mapa da Violência 2012” valeu-se dos dados sobre o “Relatório sobre o Peso da Violência Armada no Mundo”:

---

<sup>902</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013.

<sup>903</sup> Apesar de o sistema ter sido implantado em 1979, a Pesquisa em questão optou por considerar uma faixa de 30 anos.

<sup>904</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 18.



Nos 12 maiores conflitos, que representam 81,4% do total de mortes diretas, nos 4 anos (entre 2004 e 2007) foram vitimadas 169.574 pessoas. Nesses mesmos 4 anos, no total dos 62 conflitos, morrem 208.349. No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. Mais ainda, esse número de homicídios se encontra bem perto das mortes no total dos 62 conflitos armados registrados nesse relatório. E esses números não podem ser atribuídos às dimensões continentais do Brasil. Países com número de habitantes semelhante ao do Brasil, como Paquistão, com 185 mi habitantes, têm números e taxas bem menores que os nossos. E nem falar da Índia, também elencada, com 1.214 mi de habitantes.<sup>905</sup>

O Estado do Paraná ostenta um alto índice de homicídios cometidos no período analisado com um aumento de 86%, fato que o elevou ao 9º lugar nacional.<sup>906</sup> No Paraná, estão 16 das 200 cidades com maior número de *homicídios* no país<sup>907</sup>:

**TABELA 4** – Posição das cidades paranaenses que estão entre as 200 com o maior número de homicídios no Brasil

Cidade	Posição Nacional
Campina Grande do Sul	2º.
Piraquara	9º.
Almirante Tamandaré	38º.
Guaratuba	44º.
Foz do Iguaçu	51º.
Pinhais	63º.
Santa Terezinha do Itaipu	69º.
Rio Branco do Sul	98º.
São José dos Pinhais	105º.
Curitiba	109º.
Fazenda Rio Grande	114º.
Araucária	133º.
Campo Mourão	147º.
Iporã	181º.
Colombo	183º.
São Miguel do Iguaçu	193º.

Dessas cidades, 9 estão na chamada “grande Curitiba”, o que faz com que seja a 6ª. Região Metropolitana (RM) mais violenta e coincidentemente a 6ª.

<sup>905</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 20.

<sup>906</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 24.

<sup>907</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 37-41.

capital mais violenta do país; ficando atrás de Rio de Janeiro e São Paulo, que ficaram em 23º e 27º lugares, respectivamente.<sup>908</sup>

O Paraná tem o menor índice nacional de vitimização negra e o maior índice de vitimização branca<sup>909</sup>. Ocupa índices preocupantes no que se refere ao homicídio de mulheres: 3º lugar nacional, antecedido por Espírito Santo (1º.) e Alagoas (2º.).<sup>910</sup>

A mortalidade tem outras facetas ainda bastante complexas, como o caso do *homicídio de gênero*, e que demonstram a fragilidade dos pretensos avanços no respeito aos direitos humanos e à valorização da vida na sociedade brasileira e no Paraná. Outra delas é a quantidade de *homicídios* produzidos por armas de fogo.

O “Mapa da Violência 2013 – Mortes *matadas* por armas de fogo”<sup>911</sup> tabulou dados de 31 anos (entre 1979-2010), pelo mesmo sistema DATASUS-SIM usado no de 2012, embora agora com o foco na “causa da morte”. Alerta, entretanto, sobre o fato de os registros apresentarem limitações sobre o número real de mortes produzidas por armas de fogo, pois há uma subnotificação: muitas mortes produzidas nessas circunstâncias ocorrem sem assistência médica e há outro tanto de sepultamentos sem registro identificado de causa da morte.<sup>912</sup> Pode-se considerar também, nesse contexto, o que se chama de “queima de *arquivo*”.

Usando, novamente, como referência o “Relatório sobre o Peso da Violência Armada no Mundo”, o “Mapa da Violência de 2013” indica que há mais de 15 milhões de armas de fogo transitando pelo país, sendo mais de 5 milhões sem registro. A taxa de morte com essa causa (arma de fogo) subiu

<sup>908</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 30 e 49.

<sup>909</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 64-65.

<sup>910</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 69. Esse dado culminou na realização de outro Mapa da Violência com foco especial na violência de gênero: disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf).

<sup>911</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013.

<sup>912</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 7-9.

346,5%, entre 1979 e 2010, sendo que ascenderam as taxas de *homicídios* (502,8%) e de suicídios (46,8%), decrescendo apenas as das mortes acidentais (com um decréscimo de 8,8%).<sup>913</sup> Os elevados índices não acompanham o crescimento populacional no período, que é muito inferior.

Entre jovens de 15 a 29 anos o percentual de *homicídios* (excluindo-se acidentes e suicídios) é ainda maior: 414%. Em números, nessa faixa o aumento anual é impressionante: de 4.415, em 1979 para 22.694, em 2010.

As taxas – no geral – crescem de forma até regular, atingindo um pico em 2003 (onde o autor da pesquisa cogita o Estatuto do Desarmamento como motivo da queda), depois decresce de forma regular e anual até 2008, quando passa a oscilar. O número total de *homicídios* por arma de fogo provocou quase 700.000 *homicídios*, mas dentre os jovens, na faixa entre 15 e 29, o total ultrapassa a metade, chegando a 386.983 *homicídios*. A totalidade de mortes, incluídas o correspondente aos suicídios, aos acidentes e aos casos indeterminados, é de 799.226.<sup>914</sup>

Outra dessas facetas complexas, indicadas por Julio Jacobo Waiselfisz no “Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil”<sup>915</sup> é o índice alarmante de *homicídios* – “um verdadeiro calcanhar de Aquiles nos Direitos Humanos”<sup>916</sup> – praticado contra crianças e adolescentes, considerando a faixa entre 0 e 19 anos de idade. Tornou-se a principal causa morte desse grupo populacional<sup>917</sup>. Mas registra, novamente, a preocupação com a subnotificação dos casos.<sup>918</sup> Esse “Mapa”, em especial, revelou uma questão emblemática: uma violência estrutural que faz com que a primeira causa de morte nessa faixa etária seja a de causas externas, somando mais de 53%, onde 22,5% é composta por

<sup>913</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 8-9.

<sup>914</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 11.

<sup>915</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013.

<sup>916</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 47.

<sup>917</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 17.

<sup>918</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 5.

*homicídios*. O próximo grupo de causas de morte inclui os tumores e as neoplasias que sequer chegam a 8%.<sup>919</sup>

No *ranking* mundial (os dados mais atualizados são os de 2009, usados na pesquisa), na faixa geral da população jovem, o Brasil está em 4º lugar, com 13 mortes em 100.000 crianças e adolescentes (antecedido por El Salvador, Venezuela e Trinidad e Tobago)<sup>920</sup>. Na faixa entre 10 e 14 anos de idade, mantém no 4º lugar, com 3,4 mortes por 100.000 crianças e adolescentes na mesma faixa. Nas mortes de crianças com até 9 anos, os pais aparecem como os principais causadores, nas dos adolescentes entre 15 e 19 – onde o número de *homicídios* chega à elevada cifra de 44,2 – os autores, em regra, são desconhecidos.<sup>921</sup> Isso suscita a possibilidade de que tais mortes sejam decorrência de conflitos na rua, execuções sumárias de milícias e dos grupos criminosos, até mesmo fruto de confrontos com a *polícia*.

Nessa categoria, o Paraná está no 15º. lugar em número de *homicídios*, Curitiba no 8º. lugar.<sup>922</sup> Dentre os 100 municípios no Brasil com as maiores taxas de *homicídio* de crianças e adolescentes e cuja população tem 20 mil ou mais crianças e adolescentes, 13 estão no Paraná:

**TABELA 5** – Posição das cidades paranaenses que estão entre as 100 com o maior número de homicídios de crianças e adolescentes, cuja população tem 20 mil ou mais crianças e adolescentes, no Brasil

Cidade	Posição Nacional	Quantidade de Homicídios em 2010
Pinhais	16º.	20
Foz do Iguaçu	27º.	39
Piraquara	36º.	14
Cascavel	41º.	36
Almirante Tamandaré	43º.	15
Fazenda Rio Grande	44º.	12
Telêmaco Borba	45º.	9
Curitiba	50º.	181
Campo Largo	57º.	13
Campo Mourão	61º.	9
Colombo	70º.	23
São José dos Pinhais	71º.	27
Araucária	77º.	12

<sup>919</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 8.

<sup>920</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 58.

<sup>921</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 67.

<sup>922</sup> Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013, p. 53; 56.

Jorge de Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade ao tratarem dos *crimes esclarecidos pela polícia* trazem os dados do sistema norte-americano (relativo ao final da década de 90), no qual o índice de mortes esclarecidas era de 98%; pois registram uma *preferência* (no sentido de prioridade na investigação) por esses crimes em face dos delitos “sem vítimas”.<sup>923</sup>

No Brasil, o alarme causado por essa *veia aberta* fez com que o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça empreendessem, desde 2010, esforços no sentido de “melhorar” os dados do sistema de justiça criminal. Criaram um item específico no que concerne as *Metas* do sistema de justiça criminal em face dos *homicídios* inserindo a questão, todavia, como um “problema de segurança pública”. Tanto que as metas estão no item “ENASP – Estratégia Nacional de Segurança Pública”. Interessante ainda observar que, após elencar uma série de medidas e prioridades, aparecem como antepenúltima e penúltima, respectivamente, as que pretendem diminuir os índices de violência policial e reduzir os índices de *homicídio*.<sup>924</sup>

No Relatório apresentado pelos Tribunais de Justiça de todo o país (final de 2012), sobre o cumprimento das metas, verifica-se que no âmbito nacional existem 60.650 processos criminais iniciados até 31 de dezembro de 2008 que ainda não tinham alcançado a fase de pronúncia.

No Paraná, esse número é de 1.908.<sup>925</sup> Todavia, não há informações sobre a quantidade de inquéritos policiais em trâmite ou que foram arquivados, tampouco dados sobre os processos criminais já “resolvidos”, seja com sentença absolutória ou condenatória, ou com decisão de impronúncia ou absolvição sumária. Os dados que essa pesquisa conseguiu levantar, na cidade de Curitiba e

<sup>923</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. 1997, p. 450.

<sup>924</sup> Disponível em <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/metasp-enasp>. Acesso em: 06 mai. 2013. Há um detalhamento dessas metas a partir do I Encontro da ENASP disponível em <http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Enasp/deliberacoesdoencontroenacionaldaestrategianacionaldejusticaesegurancapublica.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2013.

<sup>925</sup> Disponível em [http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Noticias/2013/Arquivos/enasp\\_relatorio\\_execucao\\_metasp\\_3\\_e\\_4.pdf](http://www.cnmp.gov.br/portal/images/stories/Noticias/2013/Arquivos/enasp_relatorio_execucao_metasp_3_e_4.pdf). Acesso em: 06 mai. 2013.

de forma oficiosa dão conta de que em 92% dos casos não se chega a sequer descobrir a autoria do *homicídio*.

Uma *estatística* quase silenciosa, porém *mortífera*, e que já vem há algum tempo apresentando *sintomas*. Sobretudo pelo fato – insista-se – de não se contabilizarem como *homicídios* (mesmo que para fins de pesquisa e estatísticas) as mortes produzidas por policiais, sobretudo pelas polícias militares, dado que envolvidas com as ocorrências de “confronto”.

De qualquer sorte, não parecem estar sendo *arquivados* no sistema prisional os autores das *mortes*; sejam estes autores policiais ou não. Tanto o quadro nacional quanto estadual<sup>926</sup> parecem dar conta dessa *falta*:

**TABELA 6** – Quantidade de Presos no âmbito nacional e estadual condenados por homicídio simples ou qualificado

TIPO DE CRIME	QUANTIDADE DE PESSOAS PRESAS - PARANÁ	QUANTIDADE DE PESSOAS PRESAS – BRASIL
a. Homicídio simples	1228 homens / 23 mulheres	28.584 homens / 826 mulheres
b. Homicídio qualificado	1558 homens / 68 mulheres	34.862 homens / 794 mulheres

#### 2.6.3.1. “Autos de resistência seguidos de morte” ou “da cadeia para a vala”

Uma forma *histórica* e polêmica usada pelas polícias para registrar as mortes produzidas durante o trabalho policial é o “auto de resistência seguido de morte”. A sequência dos fatos, pós-tiroteio, normalmente impede ou prejudica a investigação, porque a vítima é retirada do local do crime, as testemunhas são os colegas de quem atirou, e o local da morte fica sendo, não raro, o hospital. Além de uma estratégia moral de desqualificar a vítima do delito, como alguém que é “bandido” e o “traficante” como o pior deles.

<sup>926</sup> Dados obtidos no sítio oficial do Ministério da Justiça, no item “Execução Penal”, considerando os dados consolidados de dezembro de 2012 (mesmo mês do Relatório de Cumprimento de Metas do ENASP). Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 05 mai 2013.

O relatório sobre grupos de extermínio produzido pela ACAT-Brasil<sup>927</sup> (após as rebeliões nos presídios paulistas em maio de 2006, conhecido como “Salve Geral”) indica que essa é apenas uma das “metodologias da morte” de que se valem as *polícias*. Haveria ainda outras quatro: i) as mortes produzidas fora de serviço, decorrentes dos “bicos” ilegais, que guardam a mesma sistemática das anteriores, mesmo porque são outros policiais que são chamados para atender a ocorrência; ii) as mortes produzidas por “bala perdida” quando o atingido não era necessariamente “suspeito” ou “bandido”, normalmente decorrentes da troca de tiros ou de uma perseguição em via pública; iii) o “desaparecimento”, embora mais rara, ocorre quando a vítima desaparece e guarda certa semelhança com a estratégia usada durante a Ditadura Militar; iv) as “chacinas”, em que os autores normalmente estão encapuzados, com gorros ninja ou vestidos de preto, e as vítimas normalmente são um grupo; os fatos ocorrem em locais abertos e com várias pessoas.<sup>928</sup>

A dificuldade, como se disse, de obtenção de dados oficiais regulares e sistemáticos, com igual metodologia, é um fator que compromete essa análise e eventuais conclusões. Todavia, alguns dados são encontrados e lidos como espécie de “*extermínio* oficial”.

Vale ter como registro que a questão da vítima, especialmente se portadora de antecedentes criminais, com “passagem pela polícia” ou se condenada, é um fator que parece implicar a fragilidade da apuração das ocorrências. A condição de “presidiário” assevera essa situação, seja envolvendo agentes penitenciários, seja envolvendo as *polícias*. Nesse sentido, uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 2008 apurou, apenas no sistema prisional dos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo, a ocorrência de 1.250 mortes no ano de 2007. Já a organização não-governamental *Human Rights Watch* apurou 1.919 mortes nos mesmos Estados nos anos de 2006 e 2007.<sup>929</sup>

<sup>927</sup> “Dossiê Mapas de Extermínio”. Disponível na íntegra em [http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE\\_pena%20de%20morte%20final.pdf](http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.pdf). Acesso em: 06 mai 2013.

<sup>928</sup> Disponível em [http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE\\_pena%20de%20morte%20final.pdf](http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.pdf). Acesso em: 06 mai. 2013, p. 17-19.

<sup>929</sup> Disponível em [http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE\\_pena%20de%20morte%20final.pdf](http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.pdf). Acesso em: 06 mai. 2013, p. 38-39.

No que concerne às mortes de civis produzidas pelas polícias civil e militar, no Estado de São Paulo entre os anos de 2000 e o primeiro semestre de 2009, o total informado pela própria Secretaria de Segurança Pública é de 5.288 homicídios.<sup>930</sup> Os índices de 2000 e 2002, quando a polícia tinha um índice de 69,9 e 68,4 mortes/mês, respectivamente, são alarmantes. Os mais altos índices estavam registrados na zona sul, com 175%.<sup>931</sup>

Em 1995, a *polícia* carioca matava uma pessoa por dia<sup>932</sup>. Nos anos de 2002/2003, a maior taxa de letalidade policial estava no Rio de Janeiro, ocupando o primeiro lugar no Brasil e na América Latina, alcançando a média de 72,6 mortes/mês. Isso representaria, em 2003, 798 mortes de civis (sendo 501 nos subúrbios), havendo 34 policiais como vítimas.<sup>933</sup> Rio de Janeiro e São Paulo totalizaram 1.295 mortes no ano de 2002; no mesmo período, em todo o território norte-americano, os policias teriam matado 367 pessoas.<sup>934</sup>

As premiações por *bravura* instituídas no pós-1988, por Nilton Cerqueira, um dos grandes operadores do Regime Militar<sup>935</sup>, teriam contribuído para dobrar o índice de mortes se comparado com o de feridos. As regiões letais eram as preferenciais: 61,5% das vítimas tinham ao menos um tiro na cabeça e 65% um tiro nas costas. Além dos tiros a curta distância. Dos 895 casos de mortes provocadas por policiais, o Ministério Público não investigou 594 casos; pediu o arquivamento de 295 e dos 6 em que foi oferecida a denúncia pediu a absolvição de todos.<sup>936</sup>

Já no que se refere às “chacinas”, apenas em 2000, no Estado de São Paulo, ocorreram 79, com a morte de 276 pessoas. Embora se registre a presença de policiais e de vigilantes, uma parte dos casos envolve o tráfico de drogas.<sup>937</sup>

---

<sup>930</sup> Disponível em [http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE\\_pena%20de%20morte%20final.pdf](http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.pdf). Acesso em: 06 mai. 2013, p. 12.

<sup>931</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 436.

<sup>932</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 439.

<sup>933</sup> RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Silvia. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. 2005, p. 34.

<sup>934</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 436.

<sup>935</sup> GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*. 2011, p. 82.

<sup>936</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 437.

<sup>937</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 438.



As organizações não-governamentais e organismos internacionais divulgavam vez ou outra relatórios que indicavam que a *polícia* brasileira ostentava índices de mortalidade inaceitáveis. Mas em maio de 2012, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas apresentou Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre o Exame Periódico Universal (EPU) do Brasil, que recomendou a extinção das polícias militares no Brasil e a apuração das execuções extrajudiciais, dentre outros itens.

O efeito dessa declaração, acompanhada de manchete jornalísticas que veiculavam que a “polícia brasileira é a que mais mata no mundo”, repercutiria nacionalmente, embora ao que parece não de forma concreta. No dia 14 desse julho de 2012, foi publicada a seguinte notícia no Jornal O Estadão, com o título “Governo quer fim de ‘resistência seguida de morte’”:

A Secretária Nacional de Segurança Pública (Senasp), Regina Miki, pretende se reunir em breve com os secretários estaduais de segurança brasileiros para acabar com os registros de ‘resistência seguida de morte’ feitos atualmente nos boletins de ocorrência. O estudo para a definição dos termos do pacto estão sendo feitos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Segundo Regina, o motivo para a revisão é que não existe o crime de resistência seguida de morte no Código Penal. O crime é o homicídio. ‘A resistência seguida de morte é uma excludente de ilicitude, que deve ser discutida no âmbito processual. Não deve ser registrado logo no boletim de ocorrência, porque pode induzir as investigações’, explica. Nos seis boletins de ocorrência descrevendo as oito mortes entre quinta-feira e sexta-feira, no registro constava normalmente crimes ‘roubo’ e ‘resistência’. A pessoa morta no suposto confronto com a PM é apontada como ‘autor’ em vez de vítima. Isso ocorre porque, no documento feito na delegacia, a pessoa morta é considerada suspeita de roubo e acusada pelos PMs de ter atirado contra eles. O objetivo da Senasp é estabelecer com os Estados que boletins de ocorrência passem a registrar o crime ‘homicídio’ em vez de ‘resistência’. A pessoa morta deveria ser tratada como vítima. Nos casos de confronto entre policiais e vítima, haverá um espaço para os delegados informarem no documento. ‘Ninguém está afirmando que o policial não deve se defender ou questionando o homicídio em legítima defesa. Mas isso é uma informação que deve ser apurada durante o processo’, diz a secretária. Nos boletins analisados em diferentes lugares do Brasil, Regina afirma que encontrou locais em que era registrado o termo “derrubada” em vez de homicídio. No Rio, os homicídios cometidos por policiais são chamados de autos de resistência. Esse tipo de registro acaba dificultando até mesmo a

distribuição dos processos no Ministério Público. Casos envolvendo mortes ocorridas depois de tiroteios, em vez de irem para as Varas do Júri, responsáveis pelos processos que envolvem homicídios, são desviadas para as Varas Criminais, responsáveis por crimes contra o patrimônio.<sup>938</sup>

Cabe pontuar que há, em outro sentido, um fenômeno investigativo, talvez até no intuito de justificar a investigação criminal pelo Ministério Público de que toda e qualquer ação policial está, por si, fora de qualquer excludente. O problema, entretanto, parece estar secularizado, como se pode colher dos dados levantados por Marcos Luiz Bretas nos registros policiais da Primeira República.<sup>939</sup>

Luís Mir traz uma indagação interessante e propõe respostas sobre o motivo pelo os policiais – especialmente os militares – aderem às políticas de extermínio do Estado, mesmo cientes de que são ilegais e desumanas? Para que suas instituições estejam bem cotadas? Por que a *cultura* institucional é realmente pautada pela violência e por que a ordem está acima da lei? Por que parcela da população aceita o poder letal atribuído às polícias?<sup>940</sup> Pode-se cogitar que exista certo convênio não escrito entre estado e sociedade; do contrário, uma prática assim não teria transposto os séculos.

Eugenio Raúl Zaffaroni sustenta que há – nesses casos – uma construção paranoide, como etapa necessária, além de um convênio entre os executores e a sociedade que sustenta tais práticas.

Não podemos ignorar que, com frequência, os que se integram nos grupos de extermínio parapoliciais e paramilitares são voluntários; outras vezes, a população participa ativamente.

Não é verdade que os executores, quando pertencem a um corpo hierarquizado, atuam por obediência ou temor; não se tem conhecimento de que os nazistas tenham matado alguém que se recusou a matar judeus. Portanto, é essencial uma preparação que instale o mundo paranoico e, por conseguinte, a convicção da necessidade de eliminar o *bode expiatório* para

<sup>938</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-federal-quer-fim-de-resistencia-emseguida-de-morte-,900041,0.htm>. Acesso em: 29 jul. 2012.

<sup>939</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. 1997, p. 153-154.

<sup>940</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 407.

salvar a nação, o povo, o proletariado, a raça, o Ocidente ou seja lá o que for.<sup>941</sup>

“A superioridade policial – e esta é a principal mudança na nova estratégia repressiva do Estado – descarta qualquer constrangimento político para o uso da força policial com letalidade militar.”<sup>942</sup> Tecnologia e economia se retroalimentam sob o discurso da *segurança pública*, que se sustenta na ideia de um contingente de *inimigos*; *inimigos* que se deve *combater e matar*.

A espiral, entretanto, pode às vezes espalhar estilhaços dentro do próprio sistema de justiça criminal. Talvez o caso que mais suscite esta reflexão seja o da juíza de direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que foi, segundo se apurou, morta na porta de casa – de forma similar ao que se faz em *chacinas* – por policiais militares da Polícia Militar do Rio de Janeiro<sup>943</sup>. Isso pode ter potencializado o trâmite e a aprovação céleres de causa especial de aumento de pena no delito de *homicídio*, ao inserir um parágrafo com a seguinte redação: “A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.” (Lei 12.720, de 27 de setembro de 2012, que dispõe sobre o “crime de extermínio de seres humanos”). A mesma lei pretendeu descrever o conceito de milícia privada no Art. 288-A.

A *polícia* não quer mais prender. O resultado de variantes complexas são as mortes civis em grande escala. Não sendo possível deixar de notar que se trata de uma *mortalidade* cuja tratativa pelo sistema de justiça criminal parece ser ainda absolutamente frágil. Quando e se chegam a figurar tais mortes como *homicídios* nos ditos processos judiciais, o resultado ainda parece demonstrar uma grave fratura que aponta para uma ferida que reúne consenso entre o sistema

<sup>941</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. 2012, p. 375-376.

<sup>942</sup> MIR, Luís. *Guerra civil: estado e trauma*. 2004, p. 408.

<sup>943</sup> Autos de Processo Criminal sob n.o. No 1036362-90.2011.8.19.0002 – 3ª. Vara Criminal de Niterói. Informações obtidas junto ao site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.tjrj.jus.br> - no link <http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaProc.do?numProcesso=2011.002.054127-7>). Acesso em: 22 mai 2013.

e a população. Lembre-se que tais casos vão ao Tribunal do Júri e é, assim, o povo que julga.<sup>944</sup>

### 2.6.3.2. O risco de *morte* ou “no meu bairro se mata por menos”

Os elevados índices de *homicídios* praticados, segundo os registros do sistema DATASUS-SIM, que chegam perto de 1.100.000 mortes, dos quais aproximadamente 800.000 foram produzidas por armas de fogo, num período de 30 anos, parecem autorizar se falar numa banalização da *morte*.

Além da questão abordada no item anterior, em relação a uma possível disseminação do que se pode denominar de um “extermínio de Estado” – realizado pelas mãos policiais – de outra sorte não se pode ignorar o que se coloca como um “morticínio” protagonizado pela população.

As pesquisas dão conta de que o enorme contingente de armamento corrobora com as *estatísticas*, aliado ao fato que se pode cogitar de que o incremento tecnológico e a potencialidade letal andam na contramão do que poderia ser um importante contributo para a diminuição do número de *mortes*. Ao invés disso, pistolas e revólveres são substituídos por fuzis e metralhadoras, que disparam centenas de tiros por minuto. Talvez seja por isso que armas de fogo passaram a matar muito mais que o trânsito que liderava as *mortes violentas* na década de 90.

Parece que a insuficiência de um *gozo do ódio* põe a sedução para um *gozo da morte*. Um contrassenso para pretensos avanços civilizatórios e democráticos. De *mal-estar da civilização*, na expressão de Freud, passou-se a

---

<sup>944</sup> Conferir a problemática situação da coleta da prova, do acesso e do atendimento do sistema de justiça criminal, e até mesmo da morte das mães dos já mortos que estão em busca de “justiça” no documentário “Luto de Mãe”, que conta três casos reais de brutais chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, conhecidas como “Chacina da Baixada”, com 30 mortos; “Chacina da Via Baixo”, com 4 mortos; “Chacina de Icarai”, com 7 desaparecidos, 4 corpos encontrados [*Luto de Mãe*. Direção Luis Carlos Nascimento. Produção Cinema Nosso, TVZERO e Jabuti Filmes. Brasil. 2009. Documentário. DVD (70 min). Colorido].

*mal-estar na atualidade e na subjetivação*, como falam Joel Birman e Jean-Pierre Lebrun.

A *transgressão* de que fala Joel Birman pode ter como risco a *morte*; *morte* pelo desafio de um dado estado de coisas, das fronteiras estabelecidas.<sup>945</sup> *Morte* que aparece como “vida loka”, expressão referida pelos jovens que estão envolvidos em comunidades de alto risco social e sujeitos à ação das *polícias*. Expressão que aparece tatuada nos corpos de muitos desses rapazes.

O documentário “Notícias de uma Guerra Particular” mostra de forma muito emblemática o quanto a *guerra* contra o tráfico produziu em número de mortos: *policiais* e *traficantes*. Esses últimos – quase todos – tinham morrido até a edição final do documentário. As próprias cenas do enterro dão um pouco a compreensão sobre o sentido da *morte* de tais e quais pessoas: no enterro dos *policiais*, honras militares e salva de tiros; no dos *traficantes*, quase sempre a figura das mulheres-mães, em especial, consternadas, prostradas, com um sentimento de que *era* esse o destino.

É terrificante a cena no mesmo documentário acima indicado em que um menino de 12 anos narra o *gozo* que teria sentido ao matar um policial: *eu gostei e faria de novo*. Estão “zoados”<sup>946</sup>, jogados à própria sorte, ou talvez, ao próprio azar. Sujeitos à violência cotidiana, ao extermínio produzido pelo tráfico, seja pelas “dívidas”, seja pelas “disputas” por pontos de venda ou pelo poder e pelo domínio local. Também sujeitos aos atos das *polícias*.

A “disposição para matar” e a “fama de matador” são características interessantes para o “trabalho” no tráfico de entorpecentes carioca. Mas não são necessárias ou tão valorizadas para integrar o Primeiro Comando da Capital, embora essa facção prestigie a atitude violenta e o destemor, tanto para atuar dentro quanto fora dos presídios.<sup>947</sup> Não se olvide que dentre os membros do Primeiro Comando – agora como hipótese menos frequente – a *morte* funciona

<sup>945</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 348.

<sup>946</sup> Termo usado por meninos e jovens envolvidos no tráfico de entorpecentes, como quem é desvalido, desgraçado, motivo de escárnio.

<sup>947</sup> DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*, p. 255-256; 264. Disponível em <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33002010028P1/TES.PDF>. Acesso em: 14 mai. 2013.

como uma sanção; sanção que é decidida pela “cúpula” daquele Comando e que deve ser respeitada pelos demais.<sup>948</sup>

Há quase que uma naturalização da *morte*, uma banalização do mal. O contraponto da civilização é quase tocar a barbárie; encontram-se em mundos diferentes, todavia dividem-se pela mesma *fronteira*. “Por isso mesmo, o mundo civilizado está sempre à espreita, suscitando as bordas daquilo que pode fazer emergência no território perigoso da barbárie.”<sup>949</sup>

Todavia, é importante ressaltar que a naturalização da *morte* acaba por implicar a naturalização da barbárie e da crueldade; a *perversão* torna-se comum<sup>950</sup>. Ato cruéis que eram narrados episodicamente aparecem no discurso e no *real* como corriqueiros: são *mortes* produzidas com fogo, mediante tortura, com espancamento<sup>951</sup>. As pessoas têm “sangue no olho”. “No meu bairro se mata por menos”. Como tudo na *pós-modernidade*, a *morte* também é numericamente hiperbólica. A ideia de que é possível fazer tudo com o *outro*, com o seu corpo e a sua alma não se alinha com a *fraternidade*, mas sim com a *barbárie*. A *morte* como *desejo* último se antecipa: às vezes buscando a própria *morte*. A passagem ao ato de forma brutal parece suscitar que é preciso *matar o morto*.

Propicia-se uma desumanização do humano, um *outro* sem alteridade e sem fraternidade. Um *outro* que não é sujeito e que não se constitui como o *limite* para o gozo *próprio*. A invisibilidade pode ser perversa e o ato pode ser uma forma de fazer emergir um sentido, uma presença, até um desafio. As *mortes-espetáculo* seriam como “obras-primas da *pós-modernidade*”.

Enfim, o que permite caracterizar *sofrimento* e não apenas *dor* avoluma-se. As *mortes* são narradas como episódios de *prazer* e de gozo. De alguma forma, parecem vislumbrar no ato de *matar*, um ato de *poder*, como se de

<sup>948</sup> DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*, p. 264. Disponível em <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33002010028P1/TES.PDF>. Acesso em: 14 mai. 2013.

<sup>949</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 81.

<sup>950</sup> LEBRUN, Jean-Pierre. *A Perversão comum: viver juntos sem outro*. 2008. O autor traz de forma mais detida a questão do esfacelamento da sociedade hierárquica e da perda dos referenciais da autoridade e quem ocupa esse lugar.

<sup>951</sup> BIRMAN, Joel. Passagem ao ato na constituição da criminologia psicanalítica. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 15, números 17 e 18, 1o. e 2o. semestres de 2010, p. 119-135.

alguma maneira também dominassem – de forma *tosca* – os limites do viver e do morrer.

## 2.7. Cadeia é coisa para homem (!)

Os dados constantes das estatísticas oficiais do sistema dão conta de uma “preferência” numericamente (e muito) superior para presos homens, jovens, de baixa escolaridade. Já no âmbito das presas mulheres, a proporção por faixa etária é mais disseminada e a escolaridade mais elevada<sup>952</sup>.

**TABELA 7** – Quantidade de Presas no âmbito nacional e estadual por faixa etária e por grau de escolaridade

IDADE	QUANTIDADE DE PRESAS - PR	QUANTIDADE DE PRESAS - BR
a. 18 a 24 anos	236	6.945
b. 25 a 29 anos	260	6.071
c. 30 a 34 anos	250	4.835
d. 35 a 45 anos	431	5.835
e. 46 a 60 anos	174	2.488
f. Mais de 60 anos	27	274
ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE PRESAS - PR	QUANTIDADE DE PRESAS - BR
a. Analfabeto	56	1.193
b. Alfabetizado	82	1.779
c. Ens. Fund. Incompleto	589	12.188
d. Ens. Fund. Completo	99	3.634
e. Ens. Médio Incompleto	167	3.320
f. Ens. Médio Completo	166	3.028
g. Ens. Superior Incompleto	35	451
h. Ens. Superior Completo	17	250
i. Ens. Acima do Superior	2	9

Entretanto, isso não parece estar desvinculado de algumas questões já consideradas no que concerne a uma questão de *gênero* como se pôde refletir no caso das *mulheres* policiais, como o acesso ao espaço da *rua* e os atributos de violência e força, virilidade e macheza próprios dos *homens*.

Questões que, de algum modo, também aparecem no âmbito da *criminalidade*. Fato até mesmo reconhecido pelos próprios presos, e que pode vir mesmo da *linguagem*. Um exemplo desse fato e como se pode dizer sobre isso é

<sup>952</sup> Dados obtidos também junto ao Ministério da Justiça, no Sistema INFOPEN. Disponível em <http://www.mj.gov.br>, no link “Execução Penal”. Acesso em: 05 mai. 2013.

uma frase que figurava na 12<sup>a</sup>. galeria da Penitenciária Central do Estado do Paraná (esse presídio, hoje desativado, era o mais antigo do estado) que assim anunciava: “Aqui, só os *fortes* sobrevivem.”

No âmbito do que seria uma criminalidade “tipicamente *feminina*”, circulam os delitos que aparecem como *transgressões* aos “papéis das mulheres<sup>953</sup>”, como infanticídio e aborto. De outra sorte, mulheres figuram como “vítimas típicas” em outro tanto de delitos como os crimes sexuais e homicídios passionais.<sup>954</sup>

Os dados do sistema prisional não dão conta, entretanto, dos crimes “tipicamente *femininos*”, talvez porque infanticídio e aborto contemplem a figura conhecida como suspensão condicional do processo, trazida pela Lei 9.099/95, em seu Art. 89. Mas já se registrou, de outro lado, o significativo número de casos (não necessariamente de condenações) envolvendo o *feminicídio* ou “homicídio de *mulheres*”, índice no qual o Estado do Paraná aparece no 3<sup>o</sup>. lugar, no *ranking* nacional.

Há que se lembrar, uma vez mais, as reflexões de Batista e Zaffaroni acerca da concepção (mesmo que polêmica) sobre as *mulheres-feiticeiras* no *Malleus Maleficarum* e as características que as ligariam ao “demônio”, como o “mal em si”.<sup>955</sup> Ou mesmo as *feiticeiras* que participavam do *sabá*, como relata Ginzburg.<sup>956</sup> A dissimulação dos olhos de *Capitu* (mulher que olhava de soslaio, na descrição de Machado de Assis) e a histeria de *Hanna*, dos relato de Freud, aparecem como exemplo de uso dos “subterfúgios” descritos pelo *manual das*

<sup>953</sup> Sobre os papéis das mulheres no Antigo Regime: HESPANHA, Antônio Manuel. Imbecillitas. 2010. Acerca da restrição ao espaço público: COSTA, Pietro. *Poucos, Muitos, Todos*: Lições de História da Democracia. 2012, p. 155 e ss.

<sup>954</sup> BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora no Direito Penal. Instituto Carioca de Criminologia. *Discurso Sedicioso: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. Semestres de 2000, p. 203-220; CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. Tensões Atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In *Lei Maria da Penha*: Comentada numa perspectiva jurídico-feminista. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/69962706/Campos-Carvalho-Tensoes-entre-Criminologia-Feminista-e-Criminologia-Critica>. Acesso em: 19 mai. 2013.

<sup>955</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *et al. Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 510 e ss. Também: ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La Cuestión Criminal*. 2012, p. 41-52.

<sup>956</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna*. 2012, p. 9 e ss.



*polícias* como os que são usados pelas mulheres que se valem do “sexo” e das “lágrimas” para com os policiais.

Uma *historiografia* da criminalidade *feminina* – não raro – ganha destaque ao relacionar, como dito, os crimes com a *transgressão* ao papel de mulher (submissa, cordata e recolhida ao espaço da casa), como Maria Bonita, a cangaceira que fazia par com Lampião, ao final da década de 30; Olga Benário Prestes, companheira de Luiz Carlos Prestes e que protagonizaria um polêmico caso de extradição no Brasil, já na década de 40, durante a Segunda Guerra Mundial; Lili Carabina (nome de “guerra”, usado por Elisa do Nascimento, que se torna na década de 80 uma ladra famosa<sup>957</sup>). Até mesmo episódios mais recentes fazem essa correlação como o “Caso Nardoni”, em que a madrasta é condenada por matar a enteada; o “Caso Suzane Hichtoffen”, em que a filha é condenada por matar os pais, e o “Caso Elise Matsunaga”, no qual a mulher é acusada de matar o marido, ainda sem decisão definitiva.

Interessante ver como os papéis de *filha*, *mãe* e *companheira* recebem destaque na comunicação dos fatos.

Para os próprios “homens criminosos”, as mulheres também são vistas com certa cautela. As mulheres ligadas ao Primeiro Comando da Capital são chamadas de “cunhadas” (não de “irmãs”) e não raro desempenham “funções administrativas”, como a gestão das contas e da rede de celulares. As atividades centrais, de “ação” e de “comando”, normalmente não estão no seu âmbito de atuação.

No tráfico de entorpecentes, uma mulher já foi, entretanto, apontada como mais importante que Fernandinho Beira-Mar (atualmente recolhido no Presídio Federal de Catanduvas – PR): Sônia Aparecida Rossi, a “Maria do Pó”, que figura como a única mulher numa lista dos 25 criminosos mais *perigosos* do país. Presa com quase 400 quilos de cocaína, encontra-se atualmente foragida

---

<sup>957</sup> *Lili Carabina – A Estrela do Crime*. Direção Lui Farias. Brasil. 1988. VHS (82 min). Colorido.

desde 2006, quando se evadiu do presídio feminino Sant'Anna, próximo ao Carandiru.<sup>958</sup>

No entanto, o envolvimento com o que se poderia chamar de “tráfico de drogas pesado” ainda parece estar no domínio masculino, ficando para as mulheres o chamado “varejo”, já que transitam com pequenas quantidades de drogas. Muitas das prisões por esse delito ocorrem nos dias de visita prisional ao levarem drogas para os maridos, companheiros, filhos e irmãos. Não é preciso muito para imaginar que a “droga” é “mercadoria” com valor de “troca” significativo no *arquivo* prisional.

Entretanto, impressiona o número de mulheres condenadas pelo tráfico de entorpecentes, se comparado com o número de condenações pelos demais delitos, inclusive por homicídio. Esse último tido por muito tempo como delito “típico” das mulheres, sobretudo quanto à morte dos companheiros. Os dados impressionam – pela disparidade – também nos crimes contra o patrimônio, especialmente se em comparação com os dados relativos aos homens, antes consignados.

**TABELA 8** – Quantidade de Presas no âmbito nacional e estadual de acordo com o crime pelo qual foi condenada

<b>Delito</b>	<b>Condenações das mulheres no Paraná</b>	<b>Condenações das mulheres no Brasil</b>
Tráfico de Entorpecentes	592	13.964
Tráfico Internacional de Entorpecentes	-----	1.020
Roubo simples	40	1.035
Roubo qualificado	79	1.711
Furto simples	73	1.253
Furto qualificado	56	996
Latrocínio	27	295
Homicídio simples	23	828
Homicídio qualificado	68	794

No entanto, no que toca aos crimes contra a administração pública e aos delitos de tortura aparece uma interessante proximidade no número de mulheres e de homens condenados, conforme dados já indicados.

<sup>958</sup> Informação disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/saiba-quem-sao-os-25-mais-procurados-pela-policia-civil-de-sp.html>. Acesso em: 14 mai. 2013.

No âmbito geral da população carcerária nacional, um comparativo com a quantidade de homens e mulheres presos e já condenados, embora demonstre ainda um contingente maior daqueles, aponta um aumento bastante expressivo na prisão de mulheres. A população carcerária *feminina*, considerando-se o intervalo entre 2000 e 2010, triplicou; já a *masculina* não chegou a dobrar.

**TABELA 9** – Comparativo entre os anos de 2000 e 2010, destacando o número de presos e o de presas já condenados no âmbito nacional

Ano	Homens Condenados	Mulheres Condenadas
2000	145.250	6.730
2010	262.737	18.285

Não apenas na questão da *criminalidade*, mas durante a execução da pena, surgem questões peculiares relacionadas à sua condição de mulher. Dentre elas, o abandono dos companheiros (às vezes implicando num homossexualismo transitório, como retratado no filme “Leonera”<sup>959</sup>) e da família, o afastamento da convivência com os filhos (ainda que existam creches nos presídios *femininos*, como no Paraná) e as dificuldades para retornar ao convívio social<sup>960</sup>. Nesse sentido, o documentário “O Cárcere e A Rua”<sup>961</sup> que acompanha a situação prisional de três mulheres e a tentativa de seu retorno ao convívio social.

Mas o drama humano que acompanha essas *mulheres*<sup>962</sup> parece ter algo em comum ao que ocorre com os *homens*: a premência e a urgência de uma vida socioeconômica precária no contexto de uma modelagem *neoliberal*. Modelagem que – como no sistema prisional masculino – produz mais do que *dor*, produz *sofrimento*, mas que colabora para o aumento dos *Arquivos-prisão*.

<sup>959</sup> *Leonera*. Direção Pablo Trapero. Argentina. 2008. Drama. DVD (113 min). Colorido.

<sup>960</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de. A mulher e o fenômeno da criminalidade. In *Verso e Reverso do Controle Penal* – (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva. Vera Regina Pereira de Andrade (Org.). Homenagem a Alessandro Baratta. V. 1. Florianópolis: Boiteux. 2002, p. 164-167.

<sup>961</sup> *O Cárcere e a Rua*. Direção Liliana Sulzbach. Produção. Brasil. 2004. Documentário. DVD (80 min). Colorido.

<sup>962</sup> Como relatado na pesquisa científica, com coleta empírica de dados, conduzida na Universidade Federal do Paraná por Katie Silene Cáceres Argüello, com o título “*O tráfico de drogas e as mulheres condenadas: estudos sobre a população prisional feminina na cidade de Curitiba e Região Metropolitana*” (Registro BANPESQ/UFPR 9996999904).

### Capítulo III – *Desarquivando: é possível não desistir das pessoas?*

Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram  
e se reconhecem e se abraçam,  
e este lugar é o amanhã.

(GALEANO, Eduardo. As tradições futuras. In *O livro dos abraços*. 2011, p. 133).

#### 3.1. *Transgressão: palavra, olhar e ação da mulher*

**“(...) é através da mulher que desliza a verdade sobre o mundo dos homens.”**

(SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 30).

A frase acima aparece no texto de Joel Rufino dos Santos em artigo denominado “Quase dois irmãos” que comenta o filme de Lúcia Murat, de mesmo nome; frase que se refere à personagem Helena. A diretora do filme, expressa política durante o Regime Militar, propõe-se no dito filme a contar em três tempos a relação entre Miguel, branco, filho de uma jornalista e de uma dona-de-casa, e Jorge, negro, filho de um sambista e de uma empregada doméstica:

O projeto "Quase Dois Irmãos" é um pouco entrar no túnel do tempo. Reviver uma infância em um Rio de Janeiro privilegiado no seu esplendor preto e branco; reviver os anos de chumbo onde muitos mitos, não só o do bom bandido, marginal-herói, se defrontou com a dura realidade da cadeia; reviver o nosso dia-a-dia de uma cidade-exemplo da violência mundial.

Poder desenvolver este projeto, pensado de maneira fragmentária no decorrer de algumas décadas, é ir também contra a corrente de quem quer tratar a violência como fetiche. Se a violência é feia, a quem interessa o glamour dos personagens manchados em sangue?

O filme pretende mostrar as transformações ocorridas nos últimos 50 anos no Rio de Janeiro a partir de dois pontos de vista: da classe média e da marginalidade. Para isto, suas relações e conflitos vão ser dramatizados a partir de dois núcleos familiares.

Ao ritmo da industrialização dos anos 50, a classe média ascendente romantiza o malandro, jogador de capoeira e sambista. Neste momento, as relações são amistosas, marcadas por um certo carinho paternalista que se expressa em inúmeras produções culturais. O intelectual "descobre" os

talentos do morro. E o morro não ameaça, nem reclama seus direitos.

A ditadura vai encontrar estes dois arquétipos na cadeia. As relações amistosas não conseguem sobreviver ao enfrentamento diário. Mas, além da separação, a convivência trouxe um aprendizado de ambos os lados. A classe média neste momento entra em contato com as transgressões - drogas e homossexualidade - que vê na cadeia. O jovem marginal, por sua vez, se aproveita da organização dos militantes para criar sua própria organização.

Nos anos 90, mais uma vez, a realidade os aproxima. Não é mais uma relação paternalista nem um enfrentamento de igual para igual.. Como nos 50, a classe média volta a ter poder dentro da sociedade civil. Só que do outro lado encontra um novo poder estabelecido com a entrada das drogas na sociedade. Um poder que também não está desvinculado do seu mundo, pois o contraponto desta realidade é o uso indiscriminado das drogas na própria classe média.

A importância para mim de "Quase Dois Irmãos" é poder confrontar esses dois mundos, essas duas razões, esses dois olhares.<sup>963</sup>

Joel Rufino dos Santos põe em questão o fato de que Lúcia Murat pudesse pretender narrar uma história de “aumento de violência”, quando para o autor o Brasil teve sua história *sempre* mediada pela violência<sup>964</sup>. Vale destacar que, o filme, Jorge e Miguel, negro e branco, têm suas vidas encontradas porque a mãe do primeiro trabalha como empregada doméstica na casa do segundo. Helena, a mãe de Miguel, parece não ver com bons olhos a relação do marido com o sambista-marido da empregada. Noites de festa e de bebedeira, parecem ser os únicos óbices.

Mas Miguel e Jorge se encontrarão durante a Ditadura Militar no presídio de Ilha Grande, o primeiro como preso político – o que sua condição de filho da classe média letrada lhe permitia como contestação; já o segundo, preso como ladrão, *marginal* da rua. No presídio de Ilha Grande, a convulsão gerada pelo confronto institucional entre os “presos políticos” e os “da rua”, a ladroagem, daria ensejo à facção criminosa “Falange Vermelha”.

Anos mais tarde, a vida os ligaria uma última vez: Miguel, membro do Parlamento Federal vai à prisão onde Jorge encontra-se cumprindo pena por

<sup>963</sup> Disponível em [http://www.taigafilmes.com/quase/o\\_filme.html](http://www.taigafilmes.com/quase/o_filme.html). Acesso em: 26 mai. 2013.

<sup>964</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *Quase dois irmãos*. 2004, p. 27-30.

tráfico de entorpecentes lhe propor um projeto de revitalização da favela. Jorge dispensa Miguel lembrando a ele o lema “Paz, Justiça e Liberdade”. Naquela noite Jorge é enforcado na prisão.

Do lado de fora, outro encontro, desconhecido dos dois: Juliana, filha de Miguel, protagoniza a metáfora “amor bandido” e apaixona-se por Deley, filho-do-tráfico de Jorge. Numa de suas idas ao morro, Juliana é surpreendida pelos adversários de Deley e é vítima de um “estupro coletivo” e largada no pé do morro. Então, Helena, avó de Juliana, olha contemplativa para a neta no hospital e diz algo como “os *homens* talvez nunca tenham entendido onde a violência é capaz de chegar.”

Esse filme invoca em seu nome uma metáfora – “quase dois irmãos” – que pode representar um Brasil de muitos brasis; um Brasil que lega oportunidades a determinadas classes e impede que outras tracem algo além do que já se escreveu para a próxima cena.

O interessante, entretanto, é o ponto ressaltado por Joel Rufino dos Santos, que faz as *mulheres* transitarem nas cenas pelos papéis que a história também lhes outorgou, o que não impediu – entretanto – que o seu *olhar* pudesse evocar algo que não corria aos olhos dos *homens*: a violência multifacetária que percorreu a história. Violência da escravidão e do trabalho escravo, do jugo feminino e das revistas íntimas, do presídio e da polícia, do estupro e do tráfico. Todas como mediações históricas em torno de um mesmo fio condutor. O *olhar* de Helena evoca a pergunta pela *fala* – ensaiando algo – que parece por em questão o cenário e a narrativa trágica construídos pelo “mundo dos *homens*”, onde a *guerra* e a *morte* rondam as personagens.

Tânatos também aparece em outra história, uma história *verdadeira* que é trazida pelo documentário “Notícias de uma guerra particular”. O nome dado ao documentário é fruto de uma frase dita pelo personagem-real Rodrigo Pimentel, à época oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, dirigida a uma das roteiristas da produção, Kátia Lund: “vocês estão indo embora, mas eu estou indo para a *guerra*”. O documentário parece apresentar como *dicotomia* o “mundo do tráfico” e o “mundo da *polícia*”, transitando por delegacias, prisões e

educandários, morros e campos de treinamento, pelo BOPE e pelos cemitérios; mundos ocupados por *homens*. Às *mulheres* cabem os papéis de chorar e lutar por seus *mortos* e mesmo para que eles não morram, mas se morrem que sejam enterrados. Numa das cenas, as *mulheres* do morro gritam para que os policiais soltem um rapaz que seria – ao que tudo indica – executado em frente às câmeras; noutra as *mulheres* choram nos enterros dos seus filhos-policiais e dos seus filhos-bandidos: para os primeiros o Estado oferece honras militares, para os segundos quase não um lugar para o caixão. Para as *mulheres*, parece que não importa em nada o que cada qual fazia. Eros supera qualificativos de vida, encontra-se na *morte*.

Esses *olhares*, essas *falas* das *mulheres* como a contestar uma história dada pelos instrumentos de poder e pelo estado não é, entretanto, nova. Mas parece ser algo que se insere mesmo como *tragédia* e como *tragédia* precisa ser narrada. O filme e o documentário produzidos um ao final do século XX e o outro no começo do século XXI parecem não ter nada de novo; senão o fato de que os protagonistas construíram-se em torno de estereótipos ou arquétipos distintos.

Antígona, uma das *tragédias* de Sófocles<sup>965</sup>, insere-se como exemplo de narrativa trágica (de mesmo sentido) em que seria possível aludir que ela, mesmo sem o apoio de sua irmã Ismênia e de quem quer que seja, afronta Creonte porque esse – na condição de Rei-de-um-dia – negar igual enterro aos dois irmãos da *heroína*, Etéocles e Polinices. Os dois morreram lutando às portas de Tebas; o primeiro a favor e o segundo contra Creonte, que por isso nega o solo tebano a Polinices para que ele seja exposto ao tempo e devorado por abutres e cães.

A *heroína* Antígona<sup>966</sup>, como fora em outra *tragédia* Helena (talvez aí o sentido de Lúcia nominar Helena como tal), entretanto, não se conforma com o modo como o soberano trata os seus filhos e como distingue aqueles que se

<sup>965</sup> SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret. 2012, p. 74-113.

<sup>966</sup> A complexidade da obra de Sófocles, entretanto, invoca um tanto de reflexão, como já se levou a cabo por muitos estudiosos, mas que foi o livro-base para a “X Jornadas de Direito e Psicanálise”, do Núcleo de Direito e Psicanálise da Universidade Federal do Paraná, coordenado pelo Professor Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, no ano de 2013, entre os dias 22 e 24 de maio.

polarizam, enfrentam-se e morrem numa *guerra* que não é sua. Antes de tudo uma *guerra* de poder. Antígona sabe que o desafio a Creonte lhe custará a vida, pois desde aí a *morte* parece triunfar. O triunfo de Creonte *mata* Antígona; *mata* seu próprio filho e sua própria mulher. As *mortes* de Édipo e outras que antecederam (como *tragédia* essa outra *tragédia*) parecem não ter sido suficientes. Parece que desde aí *contar mortos* era uma experiência a que se punha a humanidade. Mesmo se sabendo que a *tragédia* de Sófocles era uma peça de teatro, o triunfo da *morte* continuaria a ser narrado muitos séculos depois.

O sentido da *transgressão* da *mulher* ao soberano, em Antígona, pode ser bem representado pelas palavras de Dirk Fabricius ao encerrar sua conferência proferida no dia 23 de maio de 2013, com o título “Sófocles – A Constituição de Antígona”, na X Jornada de Direito e Psicanálise, do Núcleo de Direito e Psicanálise da Universidade Federal do Paraná:

Antígona não tem qualquer pretensão de dominação.  
Exerce oposição pacífica contra a tirania  
a partir da posição mais frágil no patriarcado,  
a de uma menina.

A *transgressão*, como em Antígona, parece assim se inscrever como risco, “risco de perder momentaneamente as seguranças conferidas pelo sistema normativo, vivendo assim a possibilidade da morte no registro do fantasma.”<sup>967</sup> O interessante é observar que o risco de *morte* que enfrentam as *mulheres* (aqui referidas como quem *transgride* o *poder*) é para buscar não a vitória de Tântalos, que aparece como “tragédia anunciada”, senão para ter a possibilidade, apenas a possibilidade, de que Eros vença a batalha.

Na visão de Joel Birman, a “experiência da *transgressão*” é possível para o *feminino*, pois ele não está inscrito na experiência fálica e, portanto, pode construir outras condições de possibilidade, de uma subjetividade que pode produzir outros enunciados, “marcados agora pela singularidade e pela

---

<sup>967</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 364.



diferença.”<sup>968</sup> Para Birman, o sentido do *estranho* e sinistro vem dessa possibilidade de que a experiência transgressiva constitua uma nova estética psicanalítica, que permite não apenas constituir, mas conviver com o Outro.<sup>969</sup>

O que o gesto transgressivo busca para a subjetividade é a suspensão do sistema normativo, a sua abolição. Seria pura e simplesmente isso que estaria em questão na experiência da transgressão, por mais paradoxal que possa parecer a um olhar inicial, pois sempre se supõe que isso se faça para a subjetividade enunciar um outro sistema normativo no lugar daquela já instituído, isto é, para o gozo daquela e pela sua ânsia de dominação. [...]

O que aquela procura aqui é inscrever-se no mundo, por palavras e atos, sem que isso implique uma nova regulação normativa. [...]

O gesto transgressivo seria então um ato ético propriamente dito, pelo qual a subjetividade, como *diferença* e *singularidade*, se enuncia e se materializa no mundo.<sup>970</sup>

As possibilidades de sentido, por um outro *olhar* e por uma outra *fala*, não se pretendem como totalidade ou como um “mundo de *mulheres*”, mesmo porque isso faria encontrar aquilo de que se pretende afastar. Apenas pode ser colocar algo da ordem do *diferente* do que o “mundo dos homens” tem produzido como um *mal-estar* de *arquivo* ou, mesmo quando a ele se renuncia, gerando uma experiência de *morte*.

---

<sup>968</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 364. Interessante a questão posta por Jean-Pierre Lebrun sobre o fato de que a inserção da *mulher* nesse contexto e na modificação do sentido de “sociedade hierárquica” evoca o chamamento de um outro ao *lugar* de autoridade e da *exceção* (*A perversão comum: viver juntos sem outro*. 2008, p. 135-139; 179-182).

<sup>969</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 365.

<sup>970</sup> BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 2006, p. 366-367.

### 3.2. Limites para a constituição do *Arquivo*

Tempo virá.  
Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.  
As prisões se transformarão em escolas e oficinas.  
E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo,  
contarão às crianças do futuro estórias absurdas  
de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado.  
Cora Coralina

#### 3.2.1. Desejo de *liberdade* e vida comunitária

A mediação entre desejo<sup>971</sup> de *liberdade* e vida comunitária com a sensação de *segurança* parecem se colocar como uma das tarefas mais complexas num momento em que o estágio do Direito penal encontra-se expandido, com a teia disso decorrente; além da malfadada utilização do Direito processual penal orientado, ainda, por uma *epistemologia inquisitorial* e a Execução penal como mero procedimento administrativo de contenção no fim da linha, como *Arquivo*-último do Soberano. Projeto esse oficializado por um discurso retórico e conveniente que parece encobrir as reais funções a que se lança o sistema de justiça criminal, num modelo econômico de matriz neoliberal.<sup>972</sup>

Todavia, conter a expansão do sistema penal, recuperando o desejo de *liberdade* e o sentido de uma vida comunitária requer um “direito penal consentâneo com sua natureza essencialmente mínima, o resgate de um processo penal orientado pela supremacia da tutela das liberdades sobre o poder de punir.”<sup>973</sup>

Segundo Maria Lúcia Karam, isso implica admitir que se trata o sistema penal (em sua amplitude conceitual) de um sistema “doloroso” e por isso é preciso respeitar e garantir os direitos fundamentais em quaisquer

<sup>971</sup> A expressão “desejo de” aqui é usada como “vontade de”, e não como compreendida pela psicanálise.

<sup>972</sup> Sobre a questão do discurso oficial e as funções latentes desempenhadas pelo Direito penal: SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal: parte geral*. 2006, p. 455-490.

<sup>973</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo*. Escritos sobre a Liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009, p. 45.

circunstâncias; repudiar o totalitarismo, o controle e a vigilância; entender que fatos danosos não desaparecem com a lei penal e que o crime é um conceito artificial; romper com os sentimentos de medo e de vingança que sustentam emocionalmente o direito penal; romper com a lógica maniqueísta de que é possível dividir a sociedade em “bons” e “maus” ou em “cidadãos” e “inimigos”.<sup>974</sup>

Uma sociedade que prime pela *segurança* não pode renunciar à *liberdade*, constituindo-se de forma reacionária e excludente; a orientação deve se pautar por uma forma integradora, flexível, mutável e redefinida constantemente por todos. Nesse horizonte, os valores *liberdade*, tolerância e democracia ganham um papel principal e o espaço público é o *lugar* de discussão e expressão do conflito social e da ordem. Isso não é contraditório, como aparenta ser, e não se constitui como algo violento.<sup>975</sup>

Soluções mágicas podem fazer o circo pegar fogo e matar todos os espectadores, como as soluções estéticas que abrem as bordas para a barbárie, ou as soluções totais que aniquilam qualquer subjetividade plural.

Parece necessário refletir que o próprio conceito de *liberdade* encontra projeções distintas de acordo com quem dele fala, como ressalta Hélio R. S. Silva. Segundo o autor, o conceito partilhado entre professores, pesquisadores e profissionais liberais não é o mesmo daqueles que vivem em universos heterogêneos, sujeitos a uma vulnerabilidade cotidiana; sua realidade, seu *locus*, projetam-se a partir de: “bala perdida, incursões policiais intempestivas, agentes da lei substituídos por agentes da ‘ordem’, disseminação de leituras heterodoxas do universo legal, áreas interditadas, áreas proibidas, áreas segregadas, sobreposição de ordenados pelo tráfico, pela polícia, pela milícia.”<sup>976</sup>

Assim é que não parece ser possível negar a dificuldade de que essas comunidades façam emergir situações cifradas, de experiências-limite, do

<sup>974</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo*. 2009, p. 46-47.

<sup>975</sup> ANITUA, Gabriel I. *Derechos, Seguridad y Policía*. 2009, p. 147.

<sup>976</sup> SILVA, Hélio R. S. Violência e Liberdade. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 76, janeiro-fevereiro de 2009, ano 17, p. 237. A mesma observação pode ser colhida em: GAUER, Ruth M. Chittó. A sedução da liberdade frente à obsessão pela segurança. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 76, janeiro-fevereiro de 2009, ano 17, p. 315 e ss., ao inovar os “clássicos” do liberalismo.

insólito e do bizarro. Sua condição sempre no impasse e no imprevisto mostra que, legadas ao anonimato, “não estão sendo mais acolhidas por nenhum sonho comum.”<sup>977</sup>

Vale lembrar as ponderações de Jessé Souza a respeito da questão do “*habitus*” que fez colar em algumas pessoas, em particular no “negro favelado”, um sentido de *liberdade* visto, não raro, pejorativamente (ou mesmo como “malandragem”, como ponderou Roberto DaMatta, para tratar do “jeitinho brasileiro”). Tal modo de exercício de *liberdade* não é compreendido como a única forma de usufruir de uma *liberdade* de não-escravo, de uma inadaptação ao que poderia muito melhor ser chamado de ‘abandono pela abolição da escravidão’ do que propriamente de *liberdade*<sup>978</sup>. O autor adverte que é preciso compreender o modo como a vida se desenrola: “o *habitus*, ao contrário da tradição racionalista é intelectualizante, permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada um de nós transformando, por assim dizer, escolhas valorativas culturais e institucionais de carne e osso.”<sup>979</sup> Souza propõe considerar que esse *habitus* seja situado concretamente, e assim irá falar em pluralidade de *habitus*, que permite considerar um caráter histórico, bem como uma dimensão genética e diacrônica.<sup>980</sup>

A tomada em consideração das condições reais do que Enrique Dussel chamada de “comunidade das vítimas”<sup>981</sup>, nessa linha, parece ser essencial para invocar o compromisso que se coloca de que o *outro* e a sua *alteridade* precisem se inscrever como limites ao gozo *próprio*. As condições de vida material – por seu “capital cultural”, por sua diacronia e por sua historicidade – favorecem para uma parcela significativa da comunidade na realização de atos, tidos (por vezes)

<sup>977</sup> SILVA, Hélio R. S. *Violência e Liberdade*. 2009, p. 238.

<sup>978</sup> SOUZA, Jessé. Por uma teoria da Ação Social da Modernidade Periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes. In *A Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Jessé Souza (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006, p. 56-57.

<sup>979</sup> SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. In *A Invisibilidade da desigualdade brasileira*. Jessé Souza (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006, p. 33.

<sup>980</sup> SOUZA, Jessé. *A gramática social da desigualdade brasileira*. 2006, p. 36 e ss.

<sup>981</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 415 e ss.

como *crimes*, que autorizam uma interferência estatal sistemática operada pelas *polícias*.

O grande desafio parece residir na superação dos entraves colocados por essas condições de vida material, cujas possibilidades de viragem não devem se orientar por uma perspectiva universalizante nem por mitos que falam da dualidade entre “bárbaros x civilizados”, que culmina numa divisão entre “bons x maus” e “cidadãos x inimigos”. Comumente esse é o argumento de que se vale contraditoriamente o sistema penal que diz operar sobre o todo, mas está marcadamente orientado a buscar nos diferentes, uma forma de sustentação discursiva a fim de não declarar sua autofalência.

A superação, também, terá de enfrentar o *medo* de querer a *liberdade*, a obsessão pela vigilância e pelo controle e o apego à ordem presentes nas instituições.<sup>982</sup> Em particular, o controle e a vigilância exercidos pelas *polícias*, que já começa desde antes de qualquer atitude que indique a ocorrência de delito. Não é à toa que as “pesquisas” feitas, em especial, pelos meios de comunicação, associam falta de segurança com falta de policiais.

Monitoram-se supermercados, *shopping centers*, casas, prédios e ruas, por câmeras de vigilância que, para além do que poderia suscitar uma reflexão *voyeur*, sob o discurso da “sensação de *segurança*”, nada fazem senão produzir uma sensação que parece superar o sopro do vento da *liberdade*. Mas não parece ser fácil se livrar do controle e da vigilância delegados às *polícias* e ao sistema de justiça criminal que acaba por assumir uma característica de naturalidade, especialmente na lógica “custo x benefício”.

Tais métodos são disseminados pelas relações sociais, não se constituindo instrumento típico das instituições públicas; assim cadastros, registros e fotografias estão nos acessos a prédios e estabelecimentos comerciais. Também outros dispositivos de utilização corrente, da tecnologia da informação de grandes corporações mundiais, permitem uma interação e localização simultânea em tempo real.

---

<sup>982</sup> GAUER, Ruth M. Chittó. *A sedução da liberdade frente à obsessão pela segurança*. 2009, p. 328.

Num momento em que se potencializa o *medo* de sair nas ruas, o *medo* de que o amigo de infância seja um *serial killer* e de que o companheiro seja um pedófilo, o calor das relações humanas, do abraço e da afetividade ficam em segundo plano (apesar dos conflitos próprios dessas relações). As pessoas se recolhem em seus *bunkers* e favorecem pelo mito da *segurança* a frieza e a plasticidade das relações virtuais dos computadores e dos dispositivos móveis.

Nesta linha, parece ser importante pensar num sentido de *transgressão* – como forma de colocar em questão o que se tem –, resgatar vozes centrais hoje apagadas, mas que podem promover uma integração<sup>983</sup>, dar lugar aos mediadores seguros<sup>984</sup>, ou ainda conferir palavra aos renunciadores<sup>985</sup>. Isso com o intuito de superar um discurso estéril e desesperançoso que apenas reconduz às permanências. Cenário no qual, a opacidade social parece legitimar a atuação, em primeira linha, das *polícias*.

O afastamento do espaço público pode conferir uma sensação de abandono, de ausência de identidade e de responsabilidade pessoal e social. E parece ser aí que a mediação das relações sociais pode permitir que o desejo de *liberdade* busque a realização numa vida comunitária. Desse desejo podem surgir soluções e posturas criativas<sup>986</sup>, que dispensam até mesmo a intervenção do Estado pois sequer se espera que dele venham<sup>987</sup>. Disto surgem caminhos nas comunidades periféricas, o que pode significar uma *revolução*<sup>988</sup>.

O sentido de vida comunitária, nessa ótica, não estaria inserido nas denominadas comunidades estéticas, nas quais a unanimidade é o fim e constitui seu objetivo<sup>989</sup>. O sentido é o de que a comunidade pode ser o *lugar* em que é possível mediar mesmo que conflitivamente a *segurança* e a *liberdade*; o *lugar*

---

<sup>983</sup> SILVA, Hélio R. S. *Violência e Liberdade*. 2009, p. 246.

<sup>984</sup> BIRMAN, Joel. *O Sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. 2012, p. 148/149.

<sup>985</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 1997, p. 328-334.

<sup>986</sup> Sugeridas por Maria Lúcia Karam: *Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo*. 2009, p. 45 e ss.

<sup>987</sup> SILVA, Hélio R. S. *Violência e Liberdade*. 2009, p. 258.

<sup>988</sup> Diante ponderações a partir de Milton Santos.

<sup>989</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999, p. 263-265. O autor referindo a Kant lembra que a comunidade estética pressupõe uma ideia falsa: a de unanimidade.

onde se pode estar bem, para onde se pode voltar e onde se quer viver. Um *lugar* em que há a sensação de aconchego; que sempre foi e sempre esteve no futuro; talvez seja ele o outro nome do “paraíso perdido”. Não se desconhece que há diferença entre a comunidade que existe e a do sonho, ante a negação do livre curso da luxúria e das paixões. Todavia, é o conflito levado ao espaço público que permite a constituição da comunidade no contraponto entre *liberdade* social e segurança pessoal.<sup>990</sup>

Seria necessário considerar as ponderações feitas em torno da “compressão do tempo”<sup>991</sup> (a velocidade, especialmente propiciada pelas tecnologias) e da “esquizofrenia do espaço”<sup>992</sup>. Conciliar essas estruturas com a ciência social parece estar no próprio ponto de partida de suas concepções.<sup>993</sup> A participação comunitária implica uma posição política, da tomada do espaço e da constituição de atores sociais ativos.

No Brasil, segundo Milton Santos, a classe média parece que jamais quis ser cidadã e os pobres jamais puderam. Isso é essencial para compreender o Brasil e sua organização política, onde os intelectuais parecem ter cometido o grande erro de transporem da política europeia modelos e conceitos para a classe média que os não suportaria.<sup>994</sup> Milton Santos, também, critica a postura de partidos de esquerda que se comportam como de direita; produz-se cada vez mais pobreza, dando a ideia de que se está a combatê-la. Há de se ter um projeto nacional próprio e não o das empresas, partindo da premissa de que a globalização não é uma fatalidade.

É preciso reverter o encanto acrítico com a técnica e o desencanto com o mundo, bem como superar a competitividade e a verticalidade dos interesses corporativos, para construir uma solidariedade horizontal. O projeto próprio da nação precisa repensar o que entende por *território*, *população*, admitir seus

<sup>990</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. 1999, p. 9 e ss.

<sup>991</sup> ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. O autor faz uma incursão sobre o tempo, em que se poderia – talvez indevidamente – sintetizá-la numa análise do *kronos* e do *kairos*, respectivamente, o tempo-passado e o tempo-sentido.

<sup>992</sup> Expressões de Milton Santos.

<sup>993</sup> Vide GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Trad. de Álvaro Cabral. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009, p. 128-129; 136-140.

<sup>994</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 50.

vários relógios, que trarão sentido e levarão à vida reflexiva. O *território* não é só espaço é abrigo. O sentido produz não só a plenitude da vida como, também, a plenitude do homem.

Para isso é preciso superar a “esquizofrenia do espaço”: só é possível ser cidadão num *lugar*. A cidadania se dá com soluções fundadas localmente, de baixo para cima. *Lugar* “não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiências sempre renovadas, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro.”<sup>995</sup>

A própria sociedade deve reconhecer as implicações da perversidade. O grande ponto de viragem pode vir da experiência da classe média quanto à escassez produzida pelo artifício; as coisas, os serviços, as relações, as ideias produzidos pela racionalidade hegemônica. O homem pode se dar conta da soma dos possíveis e dos impossíveis.<sup>996</sup>

Para os despossuídos, a busca pela satisfação é uma batalha, é uma luta pela sobrevivência, a suprema luta é a rotina, e para os “não possuidores” a prontidão de sentidos é uma riqueza. Na busca pelo finito, cultiva-se o infinito: a *solidariedade* e a *liberdade*. A *alteridade* e a *individualidade* se reforçam. Os miseráveis, carentes de tudo, derrotados, precisarão de alguém. Os pobres, em situação de carência em luta e o seu sentimento de urgência serão o motor de conhecimento e de sua luta, uma luta de todos os dias. Cria-se uma política de novo tipo, que interfere e recebe interferência da classe média.

A classe média – até meados da década de 80 – embalada pelo sonho do milagre econômico não experimentava a experiência da escassez nem a disputa pelo mercado. Todos mais ou menos subiam. Era uma “sociedade despreocupada do crescimento, do poder, com os quais se confundia”<sup>997</sup>, e

---

<sup>995</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 114.

<sup>996</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 129.

<sup>997</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 136.



apegada mais ao consumo que à cidadania, tolerava o regime autoritário, pois importava mais o modelo econômico que o cívico.<sup>998</sup>

No que toca ao âmbito do político, a classe média pode constituir um dado novo na política, se troca a condição de consumidor por cidadão. A política de um novo tipo concebe uma integração orgânica, que toca o humano, no *território* dos pobres, e é isso que lhe dá força e permanência. Os símbolos de cima são efêmeros e os de baixo duradouros. Da criatividade dos de baixo é que pode vir a redescoberta cotidiana das combinações, que permite a solidariedade. Milton Santos contraria uma afirmação, normalmente veiculada pela boca da minoria, de que há uma “preguiça” inata das massas. E isso talvez pode trazer à tona questionamentos já feitos em face de um sentido de superioridade que se pode colher do texto freudiano sobre o *mal-estar*.

A independência dos países pobres e a constatação de que nos países centrais onde prevalece o mercado não permanece o bem estar social são também importantes. A maioria dos países é periférica e vive em condições inferiores, de ingovernabilidade e é por isso que cada país “sub” pode achar sua forma de política. É preciso renovar o vocabulário do debate nacional para evitar o ocaso de um projeto próprio. Aqui surgem as nações passivas como protagonistas (são os excluídos do âmbito mundial) e o credo financeiro passa a ser menos aceito.<sup>999</sup>

A produção local de um entendimento de mundo, de um novo *ethos*, de novas ideologias e de uma nova política, fundada na especialidade e na solidariedade, permitirão que a história e a geografia vejam a perversidade do sistema dominante. Esse passo é o primeiro para ganhar o debate político. É uma revalorização radical e uma renovação quantitativa.<sup>1000</sup> O sentido de luta que se colhe da obra de Milton Santos pode conviver com as ponderações de Zygmunt Bauman sobre as armadilhas de que tudo é globalizado: globalização tanto dos problemas e das soluções.

---

<sup>998</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 137.

<sup>999</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 157.

<sup>1000</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2010, p. 167; 172-174.

Na visão de Zygmunt Bauman, o estilo de vida dos globalizados é de uma comunidade de mesmice; é uma uniformidade mundial dos passatempos e dos alojamentos. “A mensagem do modo ‘cosmopolita’ de ser é curta e grossa: não importa *onde* estamos, o que importa é que *nós* estamos lá. [...] A ‘secessão dos bem-sucedidos’ é antes e acima de tudo uma fuga da comunidade.”<sup>1001</sup>

A diferença cultural, a presença de nativos e estrangeiros, as diferenças de hábitos, de línguas que se quer reduzir a zero são na verdade o grande motor da mudança e da possibilidade de uma subjetividade plural. É a busca de uma “zona livre de comunidades” que anuncia o perigo da pureza inatingível.<sup>1002</sup> “O melhor pode ser o inimigo do bom, mas certamente o ‘perfeito’ é um inimigo mortal dos dois.”<sup>1003</sup>

Todos precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida – mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido *coletivamente*.

Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.<sup>1004</sup>

A consideração de que talvez não exista um necessário paradoxo entre “*liberdade* social x *segurança* pessoal”, senão que representam a condição de possibilidade da vida comunitária, parece importante para assumir os conflitos como algo inerente às relações humanas. Compreender que as tentativas de mediação, antes de separarem podem unir, antes de incitarem os “ismos” promovem o aceite e a convivência; e que também permitem o entendimento de que esse é um processo sempre novo e renovado.

<sup>1001</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003, p. 53-55.

<sup>1002</sup> KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008, p. 30.

<sup>1003</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 11.

<sup>1004</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. 2003, p. 134.

### 3.2.2. A democracia como meta e os direitos fundamentais como valor

Democracia, representação e cidadania são vértices conceituais por vezes adstritos aos estudos de teoria do estado, história do direito, e outros e por isso deixam de ser considerados como importantes aportes teóricos para diversos saberes, inclusive aqueles envolvidos no sistema de justiça criminal.

A democracia nem sempre teve uma conotação positiva; nem sempre foi ela referida como um valor a ser buscado ou mesmo como um valor ideal.<sup>1005</sup> A própria remissão à democracia *grega* mostrou-a ligada de forma seletiva aos “cidadãos” (homens livres) que podiam fazer política, deixando de lado mulheres, jovens, crianças, estrangeiros e escravos. Mas não apenas aí. Nas próprias revoluções ditas liberais as previsões constitucionais decorrentes centraram a democracia como algo nas mãos dos homens, brancos, proprietários.<sup>1006</sup>

Sua trajetória histórica, com todos os riscos – como salienta Pietro Costa – que a linha e o labirinto da historiografia podem representar, não a mostrou sempre como o centro do debate, nem mesmo que tivesse – como em muitos momentos – um lugar de destaque ou mesmo um lugar virtuoso.<sup>1007</sup> Por isso não se pode deixar de considerar que a expressão “democracia” está impregnada mesmo de certa retórica e de um ocidentalismo, parecendo até mesmo contraditório se falar em direito penal ou direito processual penal democrático.

---

<sup>1005</sup> COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. 2010, p. 211.

<sup>1006</sup> COSTA, Pietro. *Poucos, Muitos, Todos: Lições de História da Democracia*. 2012, p. 13-21; 155-177. A concepção cultural como predeterminação masculina viria da política aristotélica, que olhava a *desigualdade* talvez como virtude, como *poder* exercido na família; modelo em que à mulher estava destinada uma vida privada e ao homem o espaço público: é ele quem vai à e que atua na *polis*. Pietro Costa salienta, inclusive, certo valor que se apresenta numa distinção qualitativa e como se valoriza a participação na *polis*, momento em que, para Aristóteles, “a oligarquia e a democracia têm em comum o defeito de serem a expressão de uma parte social (os poucos ricos e os numerosos pobres) que governa em seu interesse prevalente: a democracia (com o seu patrimônio de igualdade e liberdade) é, então, somente o trunfo de uma parte, enquanto o bem do todo exige conciliar e harmonizar as prerrogativas dos poucos e as pretensões dos muitos.” (*Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. 2010, p. 213).

<sup>1007</sup> *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. 2010, p. 70-78.

Todavia, é necessário corrigir o olhar e enfrentar o desafio como fazem quanto ao primeiro Paulo César Busato e Sandro Montes Huapaya<sup>1008</sup>; quanto ao segundo Alexandre Moraes da Rosa e Sylvio Lourenço da Silveira Filho<sup>1009</sup>, colocando a questão toda sob o ponto de vista do garantismo e da contração do “sistema penal”.

Salienta Pietro Costa que a perspectiva da igualdade só pode ser pensada se tomada a ideia da diferença, tendo-se em vista que a igualdade é um traço do ser humano que vale para a construção de seu *status* político<sup>1010</sup>, com destacada relevância a questão do sufrágio universal. Apesar de todas as limitações que hoje se possa apontar em torno do voto como forma de exercício único e pleno de democracia.

A questão que se coloca como fundamental pode levar novamente à referência sobre Revolução Francesa no que toca à atuação do povo. Momento em teve lugar o “terror jacobino” e sua radicalidade revolucionária, inclusive algo a se combater e a se evitar: a igualdade que o fundamentava permitiu que os liberais pensassem que o poder do povo podia ser *perigoso*<sup>1011</sup> e destrutivo.

Nesse momento, o termo *liberal* indicava o apreço à *liberdade* como a garantia e o exercício dos direitos civis, estes ao alcance de todos. Já os direitos políticos eram entendidos como poder e como tal nem todos o tinham e nem deviam tê-lo.<sup>1012</sup> Aqui é que a atuação popular, como suscitada por Milton Santos, faz com que Pietro Costa assinale as preocupações do poder com uma possível ascensão das multidões ao Parlamento e como suas leis acabariam com o governo dos melhores (os proprietários). Poderia se refletir que da propaganda

<sup>1008</sup> BUSATO, Paulo Cesar; HUAPAYA, Sandro Montes. *Introdução ao Direito Penal. Fundamentos para um sistema penal democrático*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2003.

<sup>1009</sup> ROSA, Alexandre Moraes da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. *Para um processo penal democrático: crítica à metástase do controle social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

<sup>1010</sup> Considerando as propostas de Rousseau: COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. 2010, p. 216 e ss.

<sup>1011</sup> Aliás, para o Direito Penal, os conceitos de *perigoso* e de *periculosidade* têm muita força retórica para a adoção de medidas punitivas mais severas desde o momento investigativo, passando a justificar boa parte das prisões preventivas pela ofensa “à ordem pública”, cuja interpretação dada pelos *excelentes* do Poder Judiciário. Para mais considerações: V. Capítulo 2.

<sup>1012</sup> Algumas considerações sobre a democracia e o modelo neoliberal, quando este último sequer apreciaria o primeiro: HARVEY, David. *Neoliberalismo, história e implicações*. 2008.

tríade revolucionária burguesa “*liberdade*, igualdade e fraternidade”, em especial a última parece ter estado sempre e de fato em último lugar.

Como pondera Maria Lúcia Karam, a realização plena desses princípios, aos quais se agrega a solidariedade, parece restar dificultada por sociedades inigualitárias, “nas quais os privilégios dos que se colocam no topo da escala social se contrapõem às privações e às discriminações sofridas pelos que são subalternizados, igualmente se contrapondo ao isolamento egoísta e à desumana falta de solidariedade no convívio entre pessoas que avultam nas sociedades contemporâneas.”<sup>1013</sup>

Maria Lúcia Karam aponta o abolicionismo do sistema penal como o que pode permitir que se busque a concretização e o aprofundamento do Estado de direito democrático e de consequência dos direitos fundamentais, pois esses não nasceram prontos e ainda não estão. Lembra a autora, que a própria ideia “originária” de democracia olhava para um modelo hoje tido como desigual e excludente.<sup>1014</sup>

Aperfeiçoar o conceito de democracia pode fazer com que no futuro um Estado de direito democrático não permita de forma ordinária, sistemática e banal nem a violação aos direitos humanos nem a investida contra os direitos fundamentais; não permita também a prisão em troca da *liberdade* como a concretização do desejo de punir (era o que ponderava Bauman acerca das armadilhas de modernidade<sup>1015</sup>).

Tais premissas podem ter consequências diretas para as próprias *polícias*: na revisitação da formação dos policiais e no uso das *polícias* como expressão da cidadania e da universalização dos direitos; no fato de que a polícia deve ser pensada como serviço público para a proteção da defesa e da cidadania e seja possível conceber que “o fundamento da autoridade policial é a sua capacidade de administrar conflitos.”<sup>1016</sup>

<sup>1013</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Segurança pública e processo de democratização*. 1998, p. 176.

<sup>1014</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo*. 2009, p. 49-50.

<sup>1015</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. 1998, p. 8-9.

<sup>1016</sup> LIMA, Roberto Kant de. *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. 2008, p. 238.

Às *polícias*, como as que estão mais próximas do povo, incumbe a difícil tarefa – num Estado de direito democrático – de garantir as liberdades e o exercício pleno dessas liberdades, somente restringindo-as de forma excepcional quando estejam afetando outras. Só que isso deve ser feito de modo que a própria intervenção não constitua em si mesma um abuso e uma violação aos direitos fundamentais.

Isso pode ensejar uma viragem cultural que não mais tenha nas *polícias* a representação, por excelência, da violação aos direitos fundamentais, inclusive do direito à vida, com as chacinas e as execuções promovidas por milícias, grupos de extermínio e organizações paramilitares. É necessário superar algumas concepções equivocadas que se colam à democracia.

Os fluxos contemporâneos de vidas conjugam democracia e punição, representação eleitoral e participação na política e em programas econômicos, caracterizando uma era institucional fundada na segurança, confiança e participação, trinômio gerado pela fusão entre obrigações formais de Estado e colaborações sociais não-governamentais.

A busca por ampliações de segurança, pela confiança em autoridades centralizadas e por participação constante caracteriza uma era de diplomacias que produz uma plethora de direitos que não contém as maneiras de castigar exteriores à lei. A mais noticiada é a execução sumária realizada por integrantes de gangues, matadores profissionais contratados, ou policiais, num regime de pena de morte que progride independentemente da lei universal, ou melhor diante dessa mesma lei, que faz vistas grossas para algo que não cessa e que orienta na administração, culpando os indivíduos e poupando as instituições.<sup>1017</sup>

Assim pode ser possível que o povo não seja apenas lembrado pelo “terror jacobino”, tampouco seja a vítima contumaz de práticas de terrorismo de Estado que pretendem justificar políticas legislativas e atuações jurisprudenciais de varredura social e de gestão da exclusão social. O enfrentamento precisa ser amplo – mesmo ciente das resistências e do embate entre democracia política e Estado constitucional – a fim de que haja interferência tanto na esfera legislativa quanto jurisprudencial para mudar o *status* dos *súditos* frente ao Soberano.

---

<sup>1017</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 18.

Os atores políticos, como adverte Pietro Costa, devem se dar conta de que o “constitucionalismo parece jogar suas cartas com sucesso, conferindo aos princípios e aos direitos fundamentais um estatuto que os põe acima”<sup>1018</sup> de suas vontades e que lhes confere o lugar do indecível.

### 3.2.3. O abolicionismo como horizonte

Assim como se luta, ainda, para abolir “realmente” a escravidão, quando se depara cada vez mais com o trabalho escravo e a política genocida de matriz racista, pode ser possível *sonhar* com a abolição do sistema penal, das polícias, dos magistrados e das prisões. Se o caminho até pode ser longo e se saiba que a ele não se consiga chegar, o seu cultivo como *sonho* pode trazer a vontade de um sistema de justiça criminal que com ele mais se pareça. A miragem última, embora se diga utópica, do alcance da *liberdade* tem o abolicionismo no horizonte.

O abolicionismo penal é uma prática anti-hierárquica que não se limita ao sistema penal. Trata da demolição de costumes autoritários difundidos na cultura ocidental, ancorados na autoridade central de comando com o direito de dispor dos corpos.

O abolicionista penal sabe que todo direito emerge de um acontecimento violento. Não fala com exclusividade sobre justiça criminal nem de sua tão combatida seletividade dirigida, na maioria dos casos, a pobres e *diferentes*.

O abolicionismo penal é uma prática de liberdade que soma experimentos.<sup>1019</sup>

As propostas abolicionistas atuais não são anarquistas e partem da “deslegitimação do poder punitivo e de sua incapacidade para resolver conflitos, postula o desaparecimento do sistema penal e sua substituição por modelos de

<sup>1018</sup> COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. 2010, p. 260.

<sup>1019</sup> PASSETTI, Edson. *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan. 2004, p. 11.

solução de conflitos alternativos, preferencialmente informais.”<sup>1020</sup> “O abolicionismo penal requer práticas libertadoras. Desse ponto de vista, ainda que possa ser tomado como utopia da sociedade igualitária livre de prisões e manicômios, ele é mais e menos do que isso.”<sup>1021</sup>

Um de seus mais radicais ou destacados cultores foi Louk Hulsman, cuja história pessoal foi apanhada pelo nazismo em plena Segunda Guerra Mundial. Para Vera Malaguti Batista, Hulsman era um antiteórico, isso porque colocava em xeque toda a questão do Direito penal: “um pacifista como Louk, em sua militância contra o poder da dor, forja um horror a tudo o que lembra o nazismo, seus minúsculos detalhes, seus massacres do dia a dia. Ele gostava de desconstruir tudo isso, o tempo todo.”<sup>1022</sup>

O próprio Hulsman pondera que a justiça criminal parece estar marcada por duas questões: i) sua imagem é construída a partir do retrato feito pela mídia e ii) sua linguagem é a da punição. É em torno dessas questões que se pretende construir uma legitimidade da instância criminal fundada equivocadamente a ponto de encobrir a realidade do processo.<sup>1023</sup>

O ponto nodal que Hulsman, entretanto, questiona é que, a rigor, a linguagem sobre o crime, a justiça e a segurança precisa ser distinta daquela que se pratica para que se funde uma legitimidade substancial que se baseie em valores explícitos. Valores que num primeiro nível, para Louk Hulsman, incluem: a) o respeito pelo diferente; b) a concepção de que profissões e autoridades servem pessoas em sua diversidade; e c) a validade da reconstrução de uma prática social. Já os de segundo nível, giram em torno das leis, doutrinas

---

<sup>1020</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et. al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 648.

<sup>1021</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 17.

<sup>1022</sup> BATISTA, Vera Malaguti. O Maior de Todos os Cronópios. In *Tributo a Louk Hulsman*. Nilo Batista e Ester Kosovski (Orgs.). Rio de Janeiro: Revan. 2012, p. 63. Mas vale registrar outros abolicionistas como Thomas Mathiesen, orientado por uma perspectiva marxista, que seria um *estrategista* do abolicionismo, além de Nils Christie, que se baseia no argumento da historicidade, e até mesmo Michel Foucault (Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et. al.* *Direito Penal Brasileiro*: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. 2003, p. 648-650).

<sup>1023</sup> HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*. 2004, p. 36-37.



e decisões judiciais que devem se orientar pelos direitos humanos e pugnar para que sobre eles se desenvolva a dimensão da *liberdade*.<sup>1024</sup>

Hulsman desenvolve sua proposta de abolicionismo orientada a “descobrir o mundo de alternativas” ou “das alternativas escondidas”, o que faz a partir de um grupo de casos, onde inclusive é vítima em um deles. Considera – sobretudo – os critérios de seletividade e da construção irreal do que seja crime, bem como das expectativas do que as penas possam efetivamente realizar. Talvez a maior dificuldade para o sistema de justiça criminal e antes dele a dos operadores e dos acadêmicos é que, como conclui Hulsman, “não há um manual de procedimentos alternativos.”<sup>1025</sup> Lembra o autor que por isso é necessário olhar o universo de peculiaridades dos envolvidos.

Tendo em conta essa proposta, o sistema de justiça criminal ficaria a dever – pela lógica neoliberal – ao Conselho Nacional de Justiça, cujas metas de “eficiência” estão construídas em torno da “quantidade de casos resolvidos”, e “casos resolvidos” são os que têm “sentença de mérito”.

É por isso que vale lembrar, como ressalta Edson Passetti, que “dentre as múltiplas singularidades há o abolicionismo penal. Ele não é propriedade de ninguém, não postula ser universal, não se orienta pelo saber dos profetas intelectuais, das imagens de futuros arruinados. É um discurso estratégico composto de forças liberadoras e libertadoras das práticas punitivas modernas.”<sup>1026</sup>

Considerando os dados já vistos sobre o *Arquivamento* em massa de homens, jovens, pobres e em sua maioria negros é que o abolicionismo coloca em questão a forma pela qual o modo de gestão dos adultos e da vida adulta é transferido – sem peculiaridades – para o mundo das crianças, dos adolescentes e dos jovens.<sup>1027</sup>

O envolvimento de crianças, adolescentes e jovens com o tráfico de drogas (inclusive matando essas pessoas em larga escala) e as infrações penais

<sup>1024</sup> HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*. 2004, p. 41-42.

<sup>1025</sup> HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*. 2004, p. 68.

<sup>1026</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 15-16.

<sup>1027</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 14-15.

dele decorrentes, como furtos e roubos faz eclodir – dentro do próprio discurso – a falência de um pretenso modelo de educação e de família. A primeira porque inacessível ou porque desinteressante; a segunda porque premida por novos modelos e arranjos ou por novas dificuldades. As dificuldades em lidar em particular com o “tempo livre” dessas categorias, porque fora da escola, sem lar e sem trabalho, especialmente nas comunidades de alta vulnerabilidade social estão diante do abandono das instâncias seguras e à mercê das violências do tráfico de drogas e das *polícias*.

As fraturas se abrem mais quando se olha para o fato de que são vítimas sistemáticas de *homicídios “matados”* que leva o país a figurar como o 4º, em âmbito mundial, nesse flanco de *tragédia*. Além do que – não apenas porque são pessoas mais suscetíveis à vontade de consumir – ou porque precisam viabilizar condições mínimas para uma (sub)vivência que talvez desconheçam o próprio sentido do que é ser “minimamente” digna. Aí outros riscos de letalidade precoce, com causalidade multifacetária.

O abolicionismo penal é mais do que a abolição do direito penal ou da prisão moderna. Ele problematiza a sociabilidade autoritária que funda e atravessa o Ocidente como pedagogia do castigo em que, sob diversas conformações históricas, atribui-se a um superior o mando sobre o outro. Abala o domínio no qual a criança e o jovem encontraram-se confinados à condição de assujeitamento imposto pela obediência às hierárquicas regras da *educação* na infância e na adolescência e ao modelo do adulto legitimador de mentiras necessárias.<sup>1028</sup>

Importa observar como se coloca no âmbito discursivo que é preciso combater o crime e a criminalidade, nublando as facetas de um sistema punitivo de matriz tradicional, que combate pessoas e não fatos.

O abolicionismo (como possibilidade de superação da esquizofrenia punitiva) pode colocar em evidência os envolvidos, as condições nas quais o conflito se estabeleceu e as possibilidades de enfrentamento construídas para aquele caso. Daí podem surgir soluções distintas daquelas dadas pelo “mundo do

---

<sup>1028</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 16.

direito penal”, o que pode favorecer seu “sucesso” por envolver maior legitimidade e maior compromisso de quem as construiu.

### 3.2.4. A desjudicialização dos conflitos e a despolicização da vida

A retirada da amplitude do conflito do jugo do poder dos *magistrados* e da ingerência *policial* cotidiana – tendo em conta o clamor punitivo – não pretende nem desmerecer nem desprestigiar a “função em si”, tampouco quem a exerce. O intuito é pensar que é necessário colocar esses sujeitos frente a uma nova realidade que, todavia, já se anuncia há algum tempo. Nem se pretende, como pondera Edson Passetti, que o abolicionismo constitua uma “política de desemprego”.<sup>1029</sup>

Entretanto, faz-se necessário refletir numa linha que aponta para um valor democrático – tendo em conta o que se alinhavou no tocante ao poder seletivo em primeira linha dos *Arquivistas-polícias* e dos *Arcontes-magistrados* no âmbito criminal. Sobretudo de que, quanto aos últimos, é preciso voltar as atenções para os magistrados-juizes<sup>1030</sup>; embora complexa a tarefa, como alerta Coutinho, porque não é possível fazer isso *ex ante*, mas o que se não deve é incentivar isso, porque o que se não pode é deixar que sofram os cidadãos.<sup>1031</sup> Preciso é não louvar os juizes-motoqueiros-juizes, à moda de *Nicolas Marshall*.<sup>1032</sup>

<sup>1029</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 31, Nota 18.

<sup>1030</sup> Salo de Carvalho ainda adverte para as posturas daí decorrentes e evidenciadas em pesquisas de opinião junto à própria magistratura, como o prestígio ao regime fechado, a defesa da redução da maioria penal (com o recrudescimento de questões correlatas, como o aumento de tempo da medida de internação para adolescentes); a diminuição das hipóteses de liberdade provisória; o aumento de pena para o delito de tráfico de drogas, entre outros. Embora tenham se manifestado favorável e ambigualmente, segundo o autor, pelo aumento das hipóteses de penas alternativas e pelo efeito ressocializador das penas: *O Papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo* (o exemplo privilegiado da aplicação da pena). 2010, p. 103-106.

<sup>1031</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*. In Estudos Constitucionais. 2007, p. 148.

<sup>1032</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *O Juiz e o complexo de Nicolas Marshall*. Disponível em: <http://alexandremoraisdarosa.blogspot.com.br/2009/01/o-juiz-e-o-complexo-de-nicolas-marshall.html>. Acesso em: 02 jun. 2013.

Talvez seja necessário admitir – como faz Alexandre Morais da Rosa – que se está no processo penal ao mesmo tempo falando em “jogos de guerra” e da própria “teoria dos jogos”; mas como salienta o autor, é preciso ter em conta que **“esses novos jogos penais viciados pelo populismo não servem para estabilizar, mas para renovar o estado de medo e pânico”**<sup>1033</sup>. Isso é importante para que se não perca a dimensão coletiva de garantia, tampouco que num modelo democrático seja possível condenar pessoas tendo em conta fins políticos ou midiáticos: **“Daí a função contramajoritária do processo penal:** deve ser o jogo democrático pelo qual se pode, ao final, se e somente se, cumpridas as normas, aplicar-se uma sanção estatal (Cap. 3º). Do contrário, a trapaça prevalecerá.”<sup>1034</sup>

Invocar o abolicionismo aqui permite ter em conta que – além dos vários fatores já considerados, como as fraturas que o sistema de justiça criminal apresenta e que já evidenciam suas gangrenas – é necessário se orientar por práticas liberadoras e libertadoras que não estão trilhadas num “caminho claro, traçado e pavimentado, como o das utopias. O abolicionismo penal constrói percursos que são atravessados segundo as situações-problemas apresentadas e equacionadas diante das reformas penalizadoras formalizadas em lei e disseminadas pelos costumes autoritários.”<sup>1035</sup> E por isso fomenta um complexo processo de construção de enfrentamentos, mais do que soluções para os conflitos e o retorno a práticas tradicionais fundadas em costumes que não privilegiam castigos.<sup>1036</sup>

Aqui parece necessário retomar a ideia de controles sociais informais, que precedem os formais, como lembra Caridad Navarrete Calderón, potencializando estratégias de socialização que visam fortalecer a participação

---

<sup>1033</sup> ROSA, Alexandre Morais da. *Guia compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2013, p. 20-21. O autor traz para esse cenário a “Teoria da Guerra”, de Carl von Clausewitz, para que se compreenda a dinâmica (ver nota 14, p. 19, obra citada) e a “Teoria dos Jogos”, a partir do Equilíbrio de Nash.

<sup>1034</sup> ROSA, Alexandre Morais da. *Guia compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos*. 2013, p. 21.

<sup>1035</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 17.

<sup>1036</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 18.

das pessoas, em diferentes níveis; a observância de regras decididas coletivamente; e o cumprimento das obrigações e deveres sociais.<sup>1037</sup>

Soluções consensuais, mesmo que construídas ainda que demoradamente sobre situações conflitivas – mas que não significam penas alternativas – devem ser únicas como únicas são as pessoas envolvidas, podem ser mais pacificadoras, além de mais perenes e duradouras que as judiciais, de regra, condenatórias. O culto à justiça criminal e ao poder policial pode, de outro lado, evidenciar a busca pela hierarquia, numa sociedade desierarquizada, que abre brechas para o autoritarismo e para o poder do Soberano.

A potência dessa vontade, lembrando a ponderação de Louk Hulsman de que a justiça criminal é concebida e entendida pela forma como a mídia a comunica, parece ser bem representada pelas instâncias do sistema penal, através da formação de imagens.

Essa concepção imagética passa pelas figuras policiais, em particular, pela questão da farda, das armas e das viaturas, como o próprio poder de prender (e o sentido cultural de que também detem o poder de *matar*) como a representação “real” de um poder. Também é possível indicar o tribunal do júri, com sua arquitetura imponente, o uso de becas e de togas<sup>1038</sup>, a presença – não rara – de um grande crucifixo por sobre o *lugar* em que senta o *magistrado* e a presença de “pessoas do povo”, como jurados. Esses símbolos fazem com que, muito além do que é a restrita atividade de cada qual desses sujeitos, a *polícia* e o *juiz* acabem sendo colocados em primeiro plano.

O sobrelevo da justiça criminal e de suas decisões é comunicado como a única solução possível; concepção que a “mídia cidadã”, como refere Nilo Batista, empenha-se cada vez mais em construir.<sup>1039</sup> Todavia, quanto mais se

---

<sup>1037</sup> Embora a autora olhe um modelo de implementação em Cuba, é possível notar importância no estudo por prestigiar uma intervenção construída socialmente e não forjada unicamente no âmbito estatal. Ainda porque, mesmo tendo em linha o regime cubano, traz a experiência em relação a questões que têm ocorrência em outros regimes de matriz capitalista ou neoliberal, como a questão da violência contra as mulheres: NAVARRETE CALDERÓN, Caridad. Controle social informal e projeto social preventivo. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. Semestres de 1999, p. 159-185.

<sup>1038</sup> STRECK, Lenio Luiz. *Tribunal do Júri*. Símbolos e Rituais. 4ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2001.

<sup>1039</sup> BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. 2002, p. 271-289.

“comunica” o crime e a necessidade de intervenção do sistema de justiça criminal e quanto mais eles se repetem, mas não resolvem, mais a demanda aumenta. Talvez porque não se entende o “crime” como algo artificial e socialmente construído, senão como algo produto de decisões livres de gente muito má.

Nilo Batista conclui que “o alimento criminológico do público, portanto, são esses hambúrgueres conceituais, servidos em poucas linhas nos jornais e em poucos segundos na televisão. Não cabe examinar seu baixo nível nutricional.”<sup>1040</sup> Mas talvez seja por isso que daqui a pouco se está com fome outra vez. Daí que demonizar o traficante de drogas, reunindo nele os atributos de alguém que é o “mal em si”, joga uma cortina de fumaça sobre a confluência de vários dramas sociais do entorno do tal “criminoso” e da própria coletividade.

O mito, entretanto, de que o castigo educa já permite conviver com uma privilegiada “sociedade sem penas” no meio da “sociedade punitiva”<sup>1041</sup>, hipóteses, todavia, baseadas na mesma linha de interesses hegemônicos. É o caso, por exemplo, das medidas dulcificadoras no âmbito dos delitos econômicos e da negociação entre *polícias*, juízes e órgãos do ministério público, como no caso da delação premiada. Esses exemplos mostram que o sistema já sabe “compartir” interesses comuns ou circunstanciais que permitem uma conjugação complexa que nem sempre termina em castigo. Nem sempre para os que estão em determinadas condições ou posições de poder<sup>1042</sup>.

Também vale lembrar, que não é interessante e nem possível punir tudo e todos.

Mas os libertários procuram inovar e socializar a partir da vida cotidiana, buscando possibilidades não penais para os conflitos sociais. Daí ser possível que se tenha outras práticas construídas concretamente que podem ser citadas como formas de valorização de um modo de vida comunitária e da busca por *liberdade*, que estão distantes da dominação e do poder hegemônico.

---

<sup>1040</sup> BATISTA, Nilo. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. 2002, p. 278.

<sup>1041</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 19.

<sup>1042</sup> PASSETTI, Edson. *A atualidade do abolicionismo penal*. 2004, p. 26-27.

Vale citar o exemplo da *justiça restaurativa*<sup>1043</sup> que se orienta pela ideia de pacificação do conflito e de uma tentativa de restauração do acontecimento. Não se orienta pela pretensa e impossível restituição de um *status quo*, senão como forma de enfrentamento do caso a partir dos próprios envolvidos. Isso expõe, inclusive, as limitações dos órgãos do sistema de justiça em lidar com a *dor* e reparar o *sofrimento*.

Também vale consignar que formas mais democráticas e socializadas de acesso à justiça, com novos atores que dialogam com os envolvidos e que podem construir soluções, parecem ser possíveis pelas Defensorias Públicas, Assessorias Jurídicas Universitárias e Advocacia Popular.<sup>1044</sup> Outra forma é o oferecimento de ferramental jurídico para que os próprios envolvidos possam se constituir como potências transformadoras em suas localidades, como os tais mediadores seguros. Isso pode ser encontrado no empoderamento e na emancipação propiciados, sobretudo, por ferramentas de educação popular como a capacitação jurídica de líderes comunitários e das Promotoras Legais Populares.<sup>1045</sup>

Como já se disse, a “sociedade sem penas” já existe, e muito mais do que um *manual*, como um “livro dos desejos e das soluções prontas”, é preciso ter não apenas criatividade, mas também sensibilidade em operar a “máquina de moer gente” do sistema de justiça criminal.

Nesse sentido, o registro do relato do Juiz de Direito do Estado do Paraná, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, quando presidia, em 2012, um júri ocorrido em Curitiba – Paraná, na 2<sup>a</sup>. Vara do Júri. O caso envolvia dois amigos de infância, um na condição de vítima, outro na condição de acusado. Certo dia quando um deles manuseava uma arma de fogo disparou-a acidentalmente e o amigo, embora não tenha morrido, ficou paraplégico. O réu submetido a júri foi

<sup>1043</sup> PALLAMOLLA, Rafaela da Porciuncula. *Justiça restaurativa: da teoria à prática*. Monografia, 52). São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2009.

<sup>1044</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez. 2011, p. 50-55; 59-62; 64-68.

<sup>1045</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 2011, p. 57-59; 62-64. Sobre as Promotoras Legais Populares, ainda: <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/9-2-promotoras-legais-populares>. Cabe registrar que a Universidade Federal do Paraná tem o Curso de Formação de Promotoras Legais Populares, registrado na Pró-Reitoria de Extensão Comunitária. Estando atualmente (2013) em sua 2<sup>a</sup>. Turma.

condenado por tentativa de homicídio. O insólito, segundo o referido juiz, veio depois da decisão do Conselho de Sentença e da aplicação da pena: o acusado pediu se poderia dar um abraço no amigo. Sem muito saber como lidar com a situação, o magistrado reuniu defesa e promotor de justiça para pensarem na questão, e, após perguntada à vítima sobre se aceitava, ela aquiesceu. Seguiu-se o abraço e, na narrativa do juiz, “lágrimas de muita gente”.

Esse abraço, é possível pensar, pode ter atravessado um caminho – para todos – e para os próprios atores do “tradicional” sistema de justiça criminal que chegou muito mais longe do que a pena de prisão, que na sequência foi se cumprir. Ainda sob o influxo das regras prontas.

O caso lembra um tanto do que é referido como a experiência pessoal do próprio Louk Hulsman que conta que alguns rapazes por três vezes seguidas furtaram sua residência e praticaram alguns atos que bem poderiam ser definidos como “vandalismo”. As partes já haviam se conciliado fora do âmbito da justiça e até as famílias passaram a partilhar um sentido comunitário quando a promotora disse, apesar de compreender a situação, que não podia abrir mão da pena de prisão.<sup>1046</sup>

Em termos normativos, a previsão constitucional dos Juizados Especiais Criminais<sup>1047</sup>, para as infrações penais de menor potencial ofensivo (Art. 98, CR/88), que poderia – em algum momento – ter pretendido essa “justiça consensual”, deparou-se com uma complexidade de fatores: desde o despreparo das instâncias policial e do sistema de justiça criminal para essa nova ótica<sup>1048</sup>, passando pela carência e pela necessidade de atenção das pessoas, até o culto da judicialização da vida.

Isso tornou em pouco tempo, aquilo que poderia ter sido outra possibilidade de “justiça” – mesmo com vários dispositivos inconstitucionais da Lei 9.099/95, que regulamentou a matéria – uma justiça absolutamente

<sup>1046</sup> HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*. 2004, p. 55-63.

<sup>1047</sup> Cf. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Manifesto contra os Juizados Especiais Criminais (Uma Leitura de Certa “Efetivação” Constitucional). In *Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005, p. 3-14.

<sup>1048</sup> CARVALHO, Salo de. *O Papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo* (o exemplo privilegiado da aplicação da pena). 2010, p. 93-94.



expandida. Justiça que, não raro, na maioria dos Juizados Especiais Criminais fomentou um grande “mercado” sob a ameaça de pena. Ampliando desastrosamente o poder de punir.<sup>1049</sup>

A ressalva feita por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho quanto ao Juizado Especial Criminal de Curitiba<sup>1050</sup>, pelo menos nos idos tempos, de que se tratava ou se tentava de fato uma solução consensual sobre um conflito dado, já não parece mais ter lugar. Isso porque o Tribunal de Justiça do Paraná, no ano de 2011 entendeu que não havia número expressivo de casos tramitando nos Juizados Especiais Criminais, tendo em conta o baixo número de “sentenças de mérito”, não valendo para a contabilidade dos casos tanto os denominados “acordos de boa convivência” ou qualquer outro que implicasse cumprimento de obrigações morais ou de natureza não penal ou não patrimonial. Assim, reuniu as competências dos Juizados Especiais Criminais com a dos Juizados Especiais Cíveis que se encontravam solapados por demandas envolvendo prioritariamente instituições financeiras, bancos, empresas de telefonia e planos de saúde. Tudo na lógica de uma justiça que até nessa esfera opera sob o influxo do modelo neoliberal.

---

<sup>1049</sup> PASTANA, Débora Regina. *Justiça Penal no Brasil contemporâneo: discurso democrático, prática autoritária*. São Paulo: Editora UNESP. 2010.

<sup>1050</sup> COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Manifesto contra os Juizados Especiais Criminais (Uma Leitura de Certa “Efetivação” Constitucional)*. 2005, p. 3-14.

### 3.3. Limites para os *Arquivistas*

[...] as elites que sempre governaram o país usaram-no historicamente, enquanto funcionários do estado, para os serviços mais difíceis mais brutais e brutalizantes, inclusive algumas vezes para os serviços sujos; usaram-nos e mantiveram-nos bem longe de qualquer coisa importante; bons para a porta da garagem, porém sem nenhum acesso à sala de visitas.  
(Batista, Nilo. *Trocando em miúdos*. 1990, p. 170-171).

#### 3.3.1. A compreensão de que os “problemas” das *polícias* são antes de tudo “problemas” estruturais

A proposta de conceber uma *polícia* fundada na ética da alteridade e orientada a uma prática democrática passa por duas questões: a) restaurar o *lugar* da polícia na investigação e b) reorientar ou quiçá eliminar sua *função* de controle social, de prevenção e de repressão.

É imprescindível levar em conta a questão da alteridade com a configuração do *outro como igual a mim* para que se possa fazer o rasgo desta história. Também necessário ter em mente o processo real de absoluta exclusão em que se encontra a sociedade brasileira, como seus demais vizinhos latino-americanos, que parecem demandar por *solidariedade*.

Aquele que opera ético-criticamente *deve* (está obrigado a) libertar a vítima, como participante (por ‘situação’ ou por ‘posição’ – diria Gramsci) da própria comunidade a que pertence a vítima, por meio de a) *uma transformação* factível dos momentos que *causam* a negatividade material (impedem algum aspecto da reprodução da vida) ou discursivo-formal (alguma simetria ou exclusão da participação) da vítima; b) *a construção*, através de mediações com factibilidade estratégico-instrumental críticas, de novas normas, ações, microestruturas, instituições ou até sistemas completos de eticidade onde essas vítimas possam viver, sendo participantes iguais e plenos.

Tratar-se-ia – como já repetimos com frequência – de um desenvolvimento, de um ‘progresso qualitativo’ histórico. Esta obrigação tem pretensão de universalidade; quer dizer, vale para todo ato e toda situação humana. O *interesse libertador* (que se funda na proposta regulativa de uma sociedade

sem vítimas – embora se saiba de sua impossibilidade empírica – e, concretamente – e isto, sim, é empiricamente possível –, sem este tipo histórico de vítima, pela qual cada um é empiricamente responsável, e por isso é preciso lutar para que seja possível a sua libertação) move pulsionalmente e abre o horizonte desta obrigação levada a cabo pela *razão libertadora* (razão *ético-crítica* prático-material, discursiva consensual e estratégico-instrumental).<sup>1051</sup>

Também necessário colocar uma trava na engrenagem da “máquina de moer gente” que é o sistema penal, para quebrar o ciclo vicioso que perpetua a exclusão social, por meio das ações de *polícia* e do sistema de justiça criminal.

Resgatar a alteridade do outro significa resgatá-lo com a ideia de fraternidade, para que possa tê-lo como igual e propor a *liberdade*<sup>1052</sup>, mesmo para mim. Tais possibilidades passam pela ideia do *amor*<sup>1053</sup> e *esperança*<sup>1054</sup> e assim ao exercício das liberdades *públicas* para a proposição de um reconhecimento do *outro* e de sua alteridade. Para tanto, pode-se pensar (i) na formação de laços simbólicos, no seio da sociedade (criação de uma identidade, não como forma de “ismos” excludentes, mas como forma de inclusão) dispensando atos reais como a marginalidade e a punição<sup>1055</sup>; (ii) no retorno do homem ao espaço público como sujeito responsável pelo processo político de

---

<sup>1051</sup> DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação – na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 565.

<sup>1052</sup> Significa resgatar o meu próprio desejo de *liberdade*: DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação – na idade da globalização e da exclusão*. 2007, p. 544 e ss., ao discutir o *princípio libertação*.

<sup>1053</sup> LÉVINAS, Emmanuel. *Filosofia, justiça e amor*. p. 143-164 e *O outro, utopia e justiça*, p. 286-299, In *Entre nós: Ensaios sobre Alteridade*, 1997, p. 143/164, propondo o resgate deste conceito na filosofia e mais: a ideia de proximidade e da feição do *rostro* do outro; BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. 2005, expondo e propondo a mudança da fragilidade dos laços humanos, para o fortalecimento sobre o *desejo* e sobre o *amor* pelo outro.

<sup>1054</sup> Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (*O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*). In Estudos Constitucionais. 2007, p. 148-149). Poder-se-ia neste ponto mesmo falar em *felicidade*, como a concepção grega de *eudaimonia* (apesar das críticas às concepções de Aristóteles), que acaba por não encontrar um vocábulo em português que seja capaz de expressar tudo que se quer dizer lá, com a concepção de que só se é realmente feliz quando se faz algo pelo outro; o que é diametralmente oposto ao hedonismo, que fomenta o desejo e o prazer a qualquer custo, mesmo com a ideia de punição.

<sup>1055</sup> Vale reiterar a reflexão trazida por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (*O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos)*). In Estudos Constitucionais. 2007, p. 148-149), ao se referir a Contardo Calligaris, tendo feito alusão ao “Marcola”, então Chefe do Primeiro Comando da Capital (PCC), referindo a questão da prisão que poderá fomentar a criação de um sujeito preso, pensante e revoltado, e que pode levar a atos de barbárie.

construção da democracia<sup>1056</sup>; (iii) no desprestígio à punição como primeira razão; (iv) na impossibilidade de delegar à polícia, como agentes do Estado, o justicamento e a executivização, com seleção de *joio* e *trigo*, (v) na construção de um modelo com menos medo, mais vergonha, voltado para uma prática democrática e fundado na alteridade.

Não se olvida que as dificuldades são prementes. Alberto M. Binder lembra ser preciso construir uma República, uma democracia e um Estado de Direito num lugar onde há uma sociedade desigual, na qual a desigualdade não é apenas diferença, senão o fato de que milhões de pessoas vivem abaixo da linha das condições mínimas para uma vida digna.<sup>1057</sup>

Por isso, tentou-se coletar algumas *impressões* tanto sobre a concepção de *polícia* quanto sobre as atividades que desempenha. Essas *impressões* podem indicar que a essa concepção das *polícias* e dos *papéis* que desempenham estão colados, também, às vontades sociais e do Soberano. Talvez seja isso, mais do que a própria *polícia*, que permitiu uma identificação e uma reputação policial marcadas pelo binômio redutor “corrupção-tortura”.

Essa coleta de *impressões* também pode ter permitido notar que é preciso uma tomada de consciência popular sobre o caráter limitado e transitório do poder da *polícia*, em comparação com outros meios de controle social. Cenário, no qual preciso é sair do marasmo e da modorra em que se enleia a vida e que confere certa opacidade aos brasileiros, que siderizados assistem ao espetáculo cotidiano da violência e da barbárie. Quando não o protagonizam.

Faz-se necessário considerar o trato da segurança pública voltada para uma prática democrática<sup>1058</sup>, apartada da ideia de concentração de poder e do efeito criminógeno que isto projeta, particularmente em um indivíduo isolado. Parece ser preciso olhar para *frestas*, para um mundo além, para o que é impossível. *Fraternidade* e *amizade* precisam entrar em cena.

<sup>1056</sup> Além das considerações feitas, pode-se refletir acerca da retirada do homem do espaço público em momentos de crise, com referência à 2ª Guerra Mundial: ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. 2004. No contexto latino-americano: BINDER, Alberto M. *Justicia Penal y Estado de Derecho*. 2004, p. 297-319.

<sup>1057</sup> BINDER, Alberto M. *Justicia Penal y Estado de Derecho*. 2004, p. 306-307.

<sup>1058</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998, p. 169-192.

No contexto apresentado não se poderia olhar a questão da polícia como *falha passageira* (na apropriação da expressão de Carlos A. Albert, por Augusto F. G. Thompson<sup>1059</sup>) ou fundá-la na *premissa da falha individual*; é preciso enfrenta-la como modelo estrutural e inserido num dado regime sócio-político-econômico e não como acidente, problema pontual ou fruto da má administração, vindo a nublir a percepção real de sua própria raiz.

Lamentável é que inúmeras pessoas de bons propósitos embarquem na canoa ajudando a trucidar as fornadas de policiais nos altares da purificação, verdadeiros bodes expiatórios, cujo holocausto se concede como garantia de existir da parte do poder vero desígnio de alterar a situação. Lá se vão escrivães e detetives, e soldados e sargentos, a pagar por um estado de coisas que persistirá, pois a corrupção das personagens é imprescindível para o adequado desempenho dos papéis, de acordo com o roteiro da peça.<sup>1060</sup>

No mais, confirmar que o “problema” é individual seria confirmar que o comportamento ilegal é sempre praticado pelos desvalidos, tal e qual a alusão que se faz aos “criminosos”. Os mesmos brados que se voltam contra esses, são os que se dirigem aos policiais.

### **3.3.2. A concepção da atividade das *polícias* como serviço público e não como força**

O desprestígio da *violência* como mediadora das relações sociais e do *medo* como o vetor sobre o qual se estruturam as práticas de *polícia* pode implicar, na sequência, que as *polícias* – assim como as demais atividades do poder público – sejam compreendidas como um serviço público e não como o exercício de força, em especial, com armamento letal.

<sup>1059</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 247.

<sup>1060</sup> THOMPSON, Augusto F. G. *Reforma da polícia: missão impossível*. 2000, p. 248.

Esse pode ser o primeiro e necessário passo para que se distancie de uma cultura ainda presente quanto às atividades de *polícia* que festeja “o uso ilimitado do poder policial; que os fins justificam os meios; que a crueldade dos criminosos justifica qualquer ação violenta policial e ainda a tese da incompatibilidade dos direitos humanos com a repressão ao crime nos países menos desenvolvidos.”<sup>1061</sup>

Na mesma linha, a oferta pelo sistema jurídico de limites bastante claros para o poder de *polícia*, permitem viabilizar, inclusive, o controle externo e interno de suas atividades, pautando-se pelo acompanhamento, não apenas das instâncias públicas, mas também por parte da sociedade.

É preciso que seja publicizado o plano de segurança pública que as instâncias, federal, estadual e municipal pretendem levar a cabo, para que se possa controlar as suas diretrizes e confirmar se estão orientadas para uma política de segurança pública respeitante dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. Ainda para que se possa avaliar a destinação dos recursos para os objetivos propostos e os resultados alcançados pelas operações policiais.

Parece imprescindível que seja viabilizado um controle dos resultados das operações policiais e dos atos pelos quais os policiais são acusados, em especial *tortura, corrupção e homicídio*, respeitados os princípios da presunção de inocência, dos direitos à privacidade e do contraditório e da ampla defesa. Um controle numérico ou estatístico, sem a exposição de nomes ou de qualquer outro fator que identifique os sujeitos envolvidos parece ser suficiente. No limite, como propõe Cerqueira, é mais importante a estratégia do que propriamente o controle<sup>1062</sup>.

Os planejamentos policiais, segundo as recomendações da Organização das Nações Unidas, devem sempre estar orientados pelo respeito e pela obediência à lei, à dignidade inerente à pessoa humana e aos direitos

---

<sup>1061</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 213.

<sup>1062</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 216.

humanos<sup>1063</sup>. Uma prática orientada por menos força e respeito à legalidade pode favorecer a superação de questões como: prestação de contas à sociedade; subordinação aos poderes políticos; imparcialidade político-partidária e atendimento adequado às demandas do público.<sup>1064</sup>

A ligação ao poder civil busca superar uma tradição de atuação policial não completamente livre porque à disposição de interesses das Forças Armadas. No entanto, terá de lidar com a proximidade indesejada com os interesses políticos e até mesmo partidários que, por vezes, influenciam pelo discurso criminógeno a atuação policial<sup>1065</sup>.

Para Cerqueira, a construção imparcial desta relação entre o organismo político e a instituição policial passa pela obrigação de as *polícias* subordinarem-se ao executivo, e esse, de sua vez, de construir uma política pública de segurança de caráter comunitário, sem parcialidade e sem partidarismo.<sup>1066</sup>

### **3.3.3. A concepção das atividades de *polícia* fora de um discurso de guerra e a consequente desmilitarização da *polícia***

Para Maria Lúcia Karam, diversamente de Carlos Magno Nazário Cerqueira, o ponto fundamental para uma reestruturação das polícias é a sua desmilitarização, “que não se limita à simples discussão em torno da necessidade de unificação das polícias ou da proposta de extinção da polícia militar.”<sup>1067</sup> Pondera a autora que o fundamental nesse ponto é reorientar a atividade de polícia fora de um discurso pautado na doutrina da segurança nacional, mas também pela própria concepção de segurança que alude à existência de uma

<sup>1063</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 213.

<sup>1064</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 215.

<sup>1065</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 179.

<sup>1066</sup> CERQUEIRA. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 215.

<sup>1067</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998, p. 177.

“guerra interna”, na qual os infratores devem ser combatidos e presos, senão eliminados.<sup>1068</sup> A dificuldade pode estar tanto por se concordar com ele, quanto por não conseguir se conceber outro modelo não militarizado.<sup>1069</sup>

Aqui podem ser reunidos alguns itens, como decorrências dessa concepção<sup>1070</sup>:

a) o abandono da cultura bélica: que implica uma virada histórica do perfil da atuação policial voltada a um *inimigo*, com a distinção entre os conceitos de *segurança nacional* e *segurança pública*;

b) o fim da militarização das polícias: separando-se as funções de *polícia* e de *exército*, o que se dará não só com a retirada de uniformes, mas, sobretudo com a perda da dimensão de uma hierarquia autoritária como valor fundante de uma corporação, condutora de um arbítrio interno que, em sua latência, emerge como revolta nas ações policiais individuais;

c) o caráter comunitário: através de um permanente diálogo com a sociedade civil organizada;

d) o caráter preventivo: a determinação da origem das causas dos crimes e das violências, com a adoção de uma política pública conjunta de planejamento administrativo, com o incremento de planos diretores para as facetas sociais, bem como a aproximação dos agentes de polícia com a comunidade, por serem – dentre os agentes estatais – os mais próximos da população mais desfavorecida;

e) a eficácia: com a diminuição das instâncias burocráticas, evitando o maxi-controle estatal e o favorecimento da corrupção;

f) a legalidade: a introdução do apreço pela legalidade, afastando a concepção de que se combate o crime com o crime, rompendo com a espiral infinita da redução dual da polícia;

---

<sup>1068</sup> KARAM, Maria Lucia. *Segurança Pública e processo de democratização*. 1998, p. 177. Nesse mesmo sentido: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 188-189.

<sup>1069</sup> CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *Outros aspectos da criminalidade da polícia*. 1998, p. 189.

<sup>1070</sup> Propostas baseadas reunindo-se as reflexões feitas por Nilo Batista (*Trocando em miúdos*. 1990), Carlos Magno Nazareth Cerqueira (*A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999) e Maria Lúcia Karam (*Segurança Pública e processo de democratização*. 1998).



g) a socialização: a acessibilidade aos serviços de polícia a todas as camadas da população, banindo os privilégios das classes que detêm os contatos favorecidos.

h) o uso de armamentos menos letais e a utilização de tecnologias da informação, com caráter menos lesivo aos direitos fundamentais.<sup>1071</sup>

De todo modo, Mireille Delmas-Marty pondera ser necessário um controle sobre os meios de controle usados pelas polícias. Isso porque a hipérbole dessa estratégia poderia se aliar ao apelo do “Estado excepcional” que, tanto pelo belicismo quanto pela veia policial ensejam uma repressão “desdobrada”<sup>1072</sup>, que só tem a aparência de liberal porque permanece como forma de investida contra os direitos fundamentais.

### **3.3.4. A mudança de critérios para a seleção policizante, a formação policial e a necessidade de valorização profissional**

O ponto fundamental aqui – e talvez por isso constitua um desafio – é o rompimento da cultura de que “polícia vem do mesmo lugar do bandido”, o que pode ser traduzido pela possibilidade de que, especialmente nas categorias de base e nos cargos de mais baixa remuneração, as *polícias* sejam compostas pelas “classes baixas”.

Romper com essa ótica, significa forjar uma nova tradição, distante daquela secularizada desde que se começa a alinhar as primeiras figuras que têm uma conotação de “poder policial”. É preciso construir coletiva e democraticamente o que se entende como o “papel das *polícias*”, para que se

---

<sup>1071</sup> Alguns exemplos podem ser encontrados em: MANNING, Peter K. As Tecnologias de Informação e a Polícia. In *Policimento Moderno*. Michael Tonry & Norval Morris (Orgs.). Trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003, p. 375 e ss. O cuidado que deve se tomar é que como o texto é escrito para a realidade norte-americana, alguns dos exemplos ali indicados como “kits de testes de álcool e drogas” precisam ser lidos sob a ótica constitucional brasileira.

<sup>1072</sup> DELMAS-MARTY, Mireille. *Os Grandes sistemas de política criminal*. Trad. Denise Radanovic Vieira. São Paulo: Manole. 2004, p. 240.

defina o que fazem os policiais e assim como se devem escolher quem ocupará tais funções.

Talvez seja necessário, então, criar – de fato – uma teoria sobre as *polícias*. Por isso vale a retomada da proposta de Von Justi sobre a necessidade de um espaço para as polícias na *universidade*, como um *lugar* onde seja possível conceber uma teoria sobre a *polícia*. Sobretudo parece imprescindível que essas possibilidades sejam construídas coletivamente com as próprias *polícias*. Winfried Hassemer alerta que somente com a participação das próprias *polícias* é que se pode avaliar tudo aquilo que se sugere e que se fala das *polícias* e sobre as *polícias*.<sup>1073</sup>

Na *universidade* também pode ser construída uma formação voltada para uma perspectiva crítica e capaz de orientar os profissionais das carreiras da segurança pública para uma cultura de direitos fundamentais e dos direitos humanos, pela qual se desfaça a dicotomia “nós-eles” e que se funde na ética da alteridade as práticas dos operadores do sistema.

A mudança de concepção exigiria uma alteração estrutural dos programas de formação e atualização dos policiais, renovando inclusive as cadeiras de dogmática e criminologia.<sup>1074</sup> A orientação deontológica da polícia, para além de uma construção meramente retórica de sua formação é a construção de uma *polícia* fundada nos paradigmas democráticos de um modelo ético orientado pela alteridade. Isso pressupõe o reconhecimento da realidade nacional e a concepção de um projeto próprio das *polícias*.

Por isso é necessário abandonar o “manual de polícia” formatado pelos reformistas mais influentes da polícia do Século XX August Vollmer, Bruce Smith, Harry Fosdick e O. W. Wilson<sup>1075</sup>, “manual” que orienta a polícia para a concepção de que pessoas e coisas suspeitas é que são fatores de risco. Entre essas pessoas suspeitas estão os “criminosos, ambulantes, prostitutas,

---

<sup>1073</sup> HASSEMER, Winfried. *Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. 1999, p. 273.

<sup>1074</sup> CERQUEIRA. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 218.

<sup>1075</sup> MANNING, Peter K. *As Tecnologias de Informação e a Polícia*. 2003, p. 375. O autor salienta que nem mesmo nos Estados Unidos o referido “manual” foi adotado por toda a polícia norte-americana em decorrência de uma série de fatores.

homossexuais, embriagados, loucos, agentes subversivos, agitadores, fanáticos, entre outros”.<sup>1076</sup> Aqui, ao menos no Paraná, o “manual” do Capitão Élio Manoel<sup>1077</sup> está na mesma linha e por isso inservível numa perspectiva democrática.

É importante, ainda, construir um espaço que elimine as barreiras do estranhamento – não raro, recíproco – entre as *polícias* e a comunidade, propiciando uma valorização do trabalho policial, entendido então como a função estatal que atua para a garantia do pleno exercício das liberdades públicas e não para a sua violação.

### **3.3.5. A superação da matriz *inquisitorial* e o distanciamento entre *polícias-Arquivistas* e *magistrados-Arcontes***

Ainda que pareça mentira, como alerta Eugenio Raúl Zaffaroni, a estrutura demonológica ditada pelo *Martelo das Feiticeiras* mantém-se até o presente; o que permanece desse discurso inquisitorial ou demonológico não é tanto o conteúdo e sim o programa e a estrutura.<sup>1078</sup> Por isso se fala em *epistemologia*, em *cultura e método inquisitorial*, que se seguir livre, sem contenção, culmina num massacre.<sup>1079</sup>

Esse parece ser um dos maiores desafios para o sistema penal, em sua ampla concepção, porque a *matriz inquisitorial* transita há mais de quinhentos anos impregnando fortemente a atuação dos sistema de justiça criminal, desde a atividade das *polícias*, passando pelos *magistrados*, até os *Arquivos-prisão*.

Mas como exalta Zaffaroni, ainda bem que sempre houve “rebeldes” e “transgressores” como Spee que – em meio a toda a desgraça e o massacre que se produzia em relação às bruxas – conseguiu escrever o *Cautio Criminalis* como

<sup>1076</sup> CERQUEIRA. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 218.

<sup>1077</sup> MANOEL, Élio de Oliveira. *Manual de Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. 2004.

<sup>1078</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La cuestión criminal*. 2012, p. 42.

<sup>1079</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La cuestión criminal*. 2012, p. 43.

discurso crítico. O interessante da obra de Spee foi – não duvidar das bruxas, embora tenha registrado que nunca conheceu nenhuma – mas dizer que pelo procedimento inquisitorial qualquer um podia ser condenado por bruxaria.<sup>1080</sup>

Assim é que mudar o fundamento que sustenta as bases do sistema de justiça criminal significa mudar substancialmente a sua compreensão e a tal questão da “produção de verdade”, bem como o reconhecimento de suas limitações.

Em particular, no âmbito da polícia judiciária, seria colocar em xeque aspectos que sustentam o binômio reducionista “corrupção e tortura”. Tais aspectos, ao longo do tempo, admitiram a *cultura* de “prender para depois investigar, torturar para obter confissão; atribuição prematura de culpa; interferências arbitrárias em relação à privacidade dos suspeitos; níveis intoleráveis de parcialidade nos procedimentos investigatórios.”<sup>1081</sup>

Em termos mais pragmáticos, no âmbito da polícia civil, a Organização das Nações Unidas sugere a realização de treinamento para os policiais voltando-se para:

[...] aspectos éticos, técnicos e legais da investigação criminal; esforço do governo para dotar os setores da polícia judiciária dos recursos científicos e técnicos indispensáveis para o trabalho investigativo; intercâmbio sistemático com os centros de pesquisa universitários e das próprias universidades para a capacitação dos peritos criminais ou mesmo para a realização de perícias que envolvam sofisticados instrumentos científicos e técnicos; intercâmbio com polícias estrangeiras que disponham de serviços de investigação criminal de reconhecida competência.<sup>1082</sup>

Nesta mesma linha, necessário: a) sistematizar os serviços de polícia; b) manter uma relação e um controle dos serviços de informantes confidenciais; c) construir sobre uma base ética e legal a relação das polícias com os acusados, com as vítimas e com as testemunhas; d) investigar os atos de violência cometidos por polícias.

---

<sup>1080</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl; REP, Miguel. *La cuestión criminal*. 2012, p. 55.

<sup>1081</sup> CERQUEIRA. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 218.

<sup>1082</sup> CERQUEIRA. *A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação*. 1999, p. 219.

O Projeto de Reforma Global do Código de Processo Penal (PLS 156/2009), que contou com uma Comissão de Juristas, propõe-se a imprimir maior celeridade, rapidez e modernidade na fase investigatória, sobretudo com o intuito de cristalizar um sistema acusatório.

Pondere-se que a redução do papel das *polícias* (na investigação) e a desburocratização da investigação preliminar diminuem as possibilidades de *tortura e corrupção*, eis que retira das *polícias* um poder que teria sobre a vida e a morte do acusado e sobre o mito falso da (re)produção da “verdade”. Nilo Batista chega a propor, no início da década de 90, que fosse proibida a realização de interrogatório na fase do inquérito policial.<sup>1083</sup>

Mas ao contrário do que poderia parecer, a proposta busca valorizar a atividade policial, embora se pretenda – numa perspectiva acusatória, constitucionalmente orientada – distanciá-la do juiz, apartando-o da investigação e da iniciativa probatória, como na figura do juiz das garantias.<sup>1084</sup>

A figura do juiz das garantias – dissociada completamente daquela do juiz do processo – pode orientar uma matriz acusatória, com estrutura (inclusive, principiológica) que o sustente, para se consagrar no processo penal um modelo democrático. O que poderia afastar uma iniciativa probatória do juiz desde a fase preliminar, preservando assim seu distanciamento a fim de evitar a influência na formação dos elementos de prova para os envolvidos. Sobretudo para coibir uma vinculação que se forma não apenas com as polícias civil e federal, mas hoje particularmente com a polícia militar, eis que boa parte das acusações em andamento – na justiça estadual decorrente de prisões em flagrante – tem estes policiais como testemunhas arroladas na denúncia.

O Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, que foi juiz da Central de Inquéritos Policiais de Curitiba, fez uma reflexão pública de que se deu conta de que era “estranho” ser

<sup>1083</sup> BATISTA, Nilo. *Trocando em miúdos*. 1990, p. 31.

<sup>1084</sup> Sobre o Juiz das Garantias: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema Acusatório e Outras Questões sobre a Reforma Global do CPP (In O Novo Processo Penal à Luz da Constituição: análise crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. V. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 17-36); SÁ, Priscilla Placha. Juiz de Garantias: Breves Considerações sobre o Modelo Proposto no Projeto de Lei do Senado 156/2009. 2010, p. 159-166).

mais procurado por Delegados de Polícia, em seu gabinete, do que pelos Advogados.

O juiz das garantias pode contribuir para que os resquícios inquisitoriais dessa fase preliminar não colem na fase processual. A Comissão, por isso, assentou que a preocupação deste juiz é com as garantias do investigado, por isso o nome “juiz das garantias”. Esse juiz atuará com duas estratégias bem definidas: a) otimização da atuação jurisdicional criminal, inerente à especialização na matéria e ao gerenciamento do respectivo processo operacional; b) manter o distanciamento do juiz do processo, em relação à decisão de mérito, distanciando-o da prova e de seus elementos de convicção.

Mesmo nas pequenas Comarcas, apesar da necessidade da adequação das normas de Organização e Divisão Judiciárias estaduais, conforme o Art. 678, do Projeto do CPP, isto deve ser preservado, ainda que diante de dificuldades – normalmente de cunho operacionais – eis que os princípios estruturais que regem o Projeto e que são corolários das garantias constitucionais não podem ser desprestigiados por questões práticas ou econômicas.

O rumo pretendido pelo Projeto do CPP está direcionado ao *giudice per le indagini preliminar* (GIP), ou seja, o juiz para as investigações preliminares, que substituiu na reforma do CPP italiano o juiz de instrução. Isso porque o juiz de instrução está relacionado ao forte tom inquisitorial.

Na sistemática atual, a figura do *giudice istruttore* (que atuava junto aos tribunais, numa figura que se poderia denominar de conselheiro instrutor adjunto) não mais existe. Dessa nova configuração pode emergir um modelo tipicamente acusatório, desde a investigação em que atua o GIP, sem autonomia probatória, mas que atuará nas medidas cautelares pessoais e reais, nos pedidos de interceptação telefônica, etc.

Da análise do Art. 326 e seguintes do CPP italiano parece ser possível compreender que tal figura aproxima-se bastante da tratativa do PLS 156/2009, em seus Arts. 15 a 18, em que o juiz atua com função preordenada de garantir o investigado. Ainda numa dimensão comparativa, na fase judicial, como também

no Projeto do CPP brasileiro, haverá uma espécie de *giudice dell'Udienza Preliminare* (GUP), cujo regime de atuação é incompatível com o GIP.

A orientação para um modelo de matriz acusatória, fundado em um regime democrático, precisa se estruturar, superando o discurso prático, as fogueiras das vaidades dos sujeitos processuais e a recondução de cada qual aos seus lugares constitucionais e não deixar vincar marcas inquisitoriais que existem, ainda, na própria Itália.

O que se quer dizer é que mesmo num modelo idealizado sob a orientação nitidamente acusatória, os buracos podem ser preenchidos pela *matriz inquisitorial*. Afinal, está aí por muito tempo. Volte-se a Franco Cordero: a questão é saber nas mãos de quem ficam as cartas.

Cabe também a questão levantada por Jorge Luis Borges, no poema “Ajedrez”: o que está por trás de quem mexe o jogador que mexe as peças do tabuleiro de xadrez. O fato é que, como diz o provérbio italiano, “no fim do jogo, o rei e o peão voltam para a mesma caixa”.

## Conclusão

**“Romper a cultura e a arquitetura do medo pressupõe transformar loucura em obra, desejar um futuro a partir de uma memória que se entrelaça no singular e no coletivo. A construção da utopia está visceralmente ligada à história”.**

(BIRMAN, Joel. *Psicanálise, negatividade e heterogêneo: como a psicanálise pode ser obstáculo para a barbárie?* In: *Caderno de Psicanálise*, v. 15, no 18. Rio de Janeiro: SPCRJ 1999).

O prestígio à intervenção dos meios de controle estatal, sobretudo penal, tem em conta a perspectiva de que é possível gerir ou lidar com tudo o que venha a ser considerado *crime*, não se dando conta da artificialidade do conceito. Isso faz com que, sobretudo, as *polícias* como *first-line enforcer* operem seletivamente, no que seria a mais importante atividade desse âmbito jurídico-político, por meio de idiossincrasias e estereótipos construídos não pelas próprias *polícias*, senão como o fruto da vontade e dos (des)afetos sociais. Atividade na qual é o Soberano que se coloca desde a seletividade operada por seus *Arquivistas* até o selo dos *Arquivos* dado pelos *Arcontes-magistrados*.

Assim, quanto mais condutas são consideradas crimes, mais pessoas podem ser consideradas criminosas o que desencadeia todo o funcionamento da “máquina-mortífera” do sistema de justiça criminal. Sistema que aqui compreende as *polícias*, os atores do sistema de justiça e as *prisões*, tudo inserido numa lógica neoliberal, lidando, sobretudo, com “custo econômico”.

Fala-se em uma “necessidade de intervenção penal frente às novas realidades”, como, por exemplo, o meio ambiente, as biotecnologias e as tecnologias de informação. Parece ser possível notar, entretanto – a partir dos *Arquivos-prisão* – que o mesmo modelo econômico de matriz neoliberal que potencializa essas “novas” necessidades como dignas de intervenção, dita – em realidade – uma política criminal *real*, de matriz penal e de segurança pública, que olha em outro sentido. As implicações *reais* coletam as mesmas gentes desvalidas de sempre, embora reconfiguradas pelos mesmos interesses econômicos de outrora que usavam distintas roupagens: uma transição de permanências.



A gestão feita – na linha de frente – pelas *polícias* e selada pelos *Arcontes-magistrados* parece ser não propriamente uma gestão da criminalidade, senão de pessoas, cujas condutas impactam nos interesses econômicos hegemônicos; interesses econômicos, todavia, mediados por discursos fincados num modelo de matriz *inquisitorial* e bélico-militar, orientados pela constituição de *inimigos* públicos. Quando não pelas ideias do *mal* em si e da demonização das pessoas.

O discurso de *guerra* contra o tráfico de entorpecentes aparece, ao menos no último século, sistematicamente como o objeto-problema em face do qual se pretende sustentar a atual política penal e de segurança pública; até mesmo a política de segurança nacional, que chega a invocar o *terrorismo*. Troca-se os *comunistas* de outrora pelos *traficantes* de drogas de hoje. Decorrencia disso, o *arquivamento* massivo de homens e mulheres nas prisões; acusados e condenados por tráfico de entorpecentes e pelas condutas afins (furto e roubo) somam mais de 70% do total das condenações. Aqui as *mulheres* – talvez como decorrência tanto da questão de gênero quanto do modelo econômico e os impactos sócio-familiares disso consequentes – acabam cada vez mais se envolvendo no “crime”. Fato que não parece propriamente indicar uma conquista do espaço da *rua*, senão porque há uma premência social que as inclina, tanto quanto os *homens*, ao “mundo do crime”.

Numa *guerra*, atributos como força e virilidade, qualidades que seriam próprias dos *homens*, soerguem como essenciais e o processo de dominação masculina permite a composição das fileiras policiais, em especial, os “grupos de elite”, quase que exclusivamente por *homens*. *Mulheres* são vistas como frágeis e dóceis, podendo contribuir apenas num pretenso processo de humanização das *polícias*.

O empenho massivo na “luta contra o tráfico de entorpecentes” parece ser de tal modo intenso e paranoico que se não consegue (e talvez nem se queira conseguir) contar o número de *mortes* produzidas. A cifra de quase 800.000 *mortes* “*matadas*” (contabilizadas aí apenas as decorrentes das intervenções com armas de fogo) parece indicar um extermínio sistemático de pessoas; extermínio

que ocupa o discurso da segurança pública, antes do sistema de justiça criminal. Tratam a coisa toda como “estatística” e parecem se deslocar do *humano* para o *número*, do *morto* para a *morte*.

A abolição do sistema de justiça criminal – se pensada como sonho – foi usada como o abolicionismo de um modelo de pretensões universalistas que elege valores universais vertidos em *crimes* e soluções também universais que são as *penas*. Proposta que pode permitir – ao menos – a contração do sistema, como por exemplo pela descriminalização de condutas que reduziriam a interferência do sistema, que opera, inclusive e cada vez mais, letalmente.

A descriminalização do tráfico de entorpecentes já permitiria contar menos *mortos* do que o seu próprio combate tem produzido. Em particular, porque parece que tal conduta – como levada a cabo pelo sistema de justiça criminal atual – permite, na maioria absoluta dos casos, apanhar apenas o “varejo” operado pelos pequenos “traficantes” – que de algum modo vivem ou morrem disso. Nesse panorama, é necessário reavaliar com seriedade questões sociais que, em outros tempos – tal e qual se faz agora com os traficantes – enfileiraram pessoas para a *morte*, assim como se fez como os negros e os índios. Ou levaram-nas para os *Arquivos-prisão*, como os comunistas, os sem-teto, os sem-terra, os sem-trabalho, os sem-nada-e-sem-tudo. Pessoas que de algum modo (quando se sabe que operam tosca e, portanto, visivelmente) colocam em evidência as clivagens urbanas.

Para além do tráfico de drogas, a questão do furto e do roubo suscita a questão de como o modelo atual empenha-se sofregamente em punir uma massa completamente desvalida socioeconomicamente, gastando muito mais para mantê-los *arquivados* do que proporcional e racionalmente se comparados o custo da prisão com o prejuízo econômico produzido. Ou ainda se realocados os recursos investidos no sistema de justiça criminal (em âmbito ampliado, desde as *polícias* até as *prisões*) para que isso não acontecesse, o que implicaria investimento pesado nas políticas públicas de base como saúde, educação e emprego. O empenho do Soberano se arrefece, entretanto, quando tem em conta que a coleta social e política dos frutos somente é feita muitos governos à frente.

A lógica levada a cabo, todavia, nada tem de novo. Parece ser assim que de alguma maneira foram construídas social e juridicamente as premissas inicialmente tidas que diferenciam não apenas os *crimes* mas também e especialmente as *penas* para outro “tipo” de gente. Diferenças que constituem sanções mais dulcificadas para a gente que opera o próprio sistema neoliberal, no que concerne aos delitos econômicos em sentido estrito, embora esses sim com lesões de grande impacto social.

Se excluídos fossem os delitos de matriz patrimonial individual, como furto e roubo que compõem de forma absolutamente majoritária os *Arquivos-prisão*, do foco de atenção das *polícias* e, de consequência, dos demais atores do sistema de justiça criminal e de segurança pública, poderia ser possível olhar para as centenas de milhares de *mortes*. Numa linha que – ao menos mira o abolicionismo – além de se poder dar a atenção devida em particular às *mortes* “matadas”, poderia se investir em mecanismos sociais, políticos e jurídicos que inibissem até mesmo sua ocorrência.

É necessário evidenciar a desrazão de frases que tanto vaticinam que ‘bandido bom é bandido morto’ quanto de que ‘no meu bairro se mata por menos’. Punir pura e simplesmente os policiais que protagonizam os *homicídios*, ou os casos de *tortura* e *corrupção*, seria quase que uma solução fácil. Isso porque, no limite, para as instituições, para o Estado e para a própria sociedade ficaria a pecha de que se trata de uma *falha individual* e não que estes atos representam uma velha política de Estado, vestida com novos trajes.

Assim, também, porque em muitos dos casos de *homicídios*, os policiais militares e civis envolvidos – não raro – pertencem às categorias de base (os praças) e oficiais de patentes menores (aspirantes e tenentes), ou são os agentes e investigadores, o que faz com que se destine a sanção penal – volátil, embora *real* – para a mesma fatia social dos próprios *bandidos*.

Embora se saiba ser difícil romper com a ideia de que às *polícias* incumbe a tarefa de deixar viver e fazer morrer uma razoável quantidade de gente. A vontade de *morte*, não contida pelo paradigma civilizacional ocidental (ou seria incentivada por ele?), lega importância ainda destacada para Tântatos

em comparação com Eros. Mesmo que seja difícil imaginar um labor consciente e coletivo orientado a essa pulsão *arquiviolítica*, ele acaba sendo partilhado pela comunidade que exalta a segurança em detrimento da *liberdade*, pois coloca o *medo* antes da *vergonha*.

O apego às instâncias – policial, judicial e prisional – que, de algum modo, desempenham ou representam o sentido de uma “sociedade hierárquica” pode ser pensado como o desejo de que em algum *lugar* ainda se pode colher uma fonte de *autoridade* e de *exceção*, como o limite ao tudo e ao *gozo*. Todavia, essas instâncias como primeira ordem podem ser letais; é o Estado que se não assombra quando seus próprios filhos são devorados; quando não é ele mesmo quem os devora e nega-lhes o luto e o enterro jogando-os aos abutres.

Não se está a falar em fim dos conflitos, pois que inerentes ao seres humanos, como decorrência do convívio social. Até mesmo porque a pretensão de acabar com todo o conflito pode dar ensejo ao fim de toda a *liberdade* e a uma sociedade plástica que, marginalmente, pode construir bordas de barbárie. O sentido se encaminha para não potencializar ou hiperbolizar conflitos e sim para recolher o sentido da vingança social que incita sentimentos de ódio, tornando-os *crimes*.

Assim que desprestigiar a interferência punitiva de ordem penal – com a *polícia* e com a *magistratura* operando como combatentes, até mesmo culminando em *mortes* – pode permitir construir enfrentamentos sociais e coletivamente diferentes, com mecanismos que coloquem em cena os atores sociais focados na diversidade e na subjetividade plural. Talvez isso permita vir à cena mediadores sociais de outrora, o que recolheria as *polícias* a uma função restrita, pensada então como serviço público, não mais como força de *guerra* e de *combate*. Minimizando o discurso de que é necessário operar lateralmente, por meio das chacinas protagonizadas por milícias, organizações paramilitares e grupos de extermínio.

Em termos operativos, tanto a polícia de prevenção como a de investigação precisam se reorientar por uma proposta, pertinente aos valores constitucionais. Isso passa pela reconciliação com uma perspectiva de sua

limitada capacidade operativa tanto para constituir laços sociais duradouros e combater a criminalidade, quanto para as possibilidades investigativas que quase sempre visaram uma reprodução do fato-crime.

Nesse cenário, que talvez seja geracional, a alteridade deve se colocar junto à fraternidade e ao amor, revisitando o argumento democrático e valorizando concretamente os direitos fundamentais. E isso no que se tem, parece significar *transgressão* a uma normativa que se orienta, como assinalado, no sentido de que ‘as soluções universais para problemas universais’ são as únicas possíveis. O sentido do *arcôntico*, numa mirada democrática, ao não se defrontar com um centro de poder, permite que os irmãos de forma fraterna partilhem a *liberdade*. Irmãos que não sejam separados por lutarem contra ou em favor de Creonte.

A *transgressão* ou *rebeldia* no sentido do *feminino*, que esse texto pretendeu alinhar, coloca-se não como melhor nem tampouco como superior, mas apenas e tão somente como algo diverso, como algo que se entristece, mas não se conforma, com a *morte* dos seus filhos ou irmãos; como algo que não tem crença na violência como mediadora das relações sociais. Algo que pode por em questão outra *fala* e outro *olhar*. Oxalá que seja possível dar em algum tempo uma vitória a Eros e não mais a Tânatos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### a. Artigos. Livros.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1o. e 2o. semestres de 2000, p. 286.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. V. 1. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. Edição e posfácio: Reginaldo Pinto de Carvalho. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Globo, 2004.

ALMEIDA, Marta de. **Perspectivas sanitárias e representações médicas nos congressos médicos latino-americanos (1901-1913)**. *Horizontes*. v. 21. Bragança Paulista, p. 37-47, jan./dez. 2003. Disponível em [http://www.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume\\_06/uploadAddress/horizontes-7\[6297\].pdf](http://www.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_06/uploadAddress/horizontes-7[6297].pdf). Acesso em: 31 mai. 2012.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Derechos, seguridad y policía**. 1ª. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2009.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo**. Trad. de Roberto Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade e Julgamento**. Trad. Rosaura Maria Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Coleção Sujeito e História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Tradução e prefácio de Juarez Cirino dos Santos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARCELLOS, Caco. **ROTA 66: a história da polícia que mata**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BATISTA, Nilo. ***Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje***. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

\_\_\_\_\_. **Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I**. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. v. 5. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 271-289.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo e o método**. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º e 2º semestres de 2000, p. 187-195.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura do Medo**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 99-106.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Alemão é muito mais complexo**. Revista Justiça e Sistema Criminal. Curitiba: FAE Centro Universitário. V. 3, n. 5, jul./dez. 2011, p. 103-125.

\_\_\_\_\_. **O Maior de Todos os Cronópios**. In Tributo a Louk Hulsman. Nilo Batista e Ester Kosovski (Orgs.). Rio de Janeiro: Revan. 2012, p. 63-65.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vidas Desperdiçadas**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto de Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

- \_\_\_\_\_. **Confiança e Medo na cidade.** Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad.** Traducción de Jorge Navarro, Daniel Jiménez, e M<sup>a</sup> Rosa Borrás. 1<sup>a</sup> edición. Barcelona: Paidós Ibérica S.A., 1998.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. 2<sup>a</sup>. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte.** São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1997.
- BINDER, Alberto M. **Justicia Penal y Estado de Derecho.** 2a. ed. Buenos Aires: Ad hoc, 2004.
- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, negatividade e heterogêneo: como a psicanálise pode ser obstáculo para a barbárie?** In: *Caderno de Psicanálise*, v. 15, no 18. Rio de Janeiro: SPCRJ 1999.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade Sitiada.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. semestres de 2004, p. 117-142.
- \_\_\_\_\_. **Arquivos do mal-estar e da resistência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Passagem ao ato na constituição da criminologia psicanalítica.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 15, números 17 e 18, 1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. semestres de 2010, p. 119-135.
- \_\_\_\_\_. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BOCAYÚVA, Helena. **Pecados nefandos ao sul do Equador.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. semestres de 1999, p. 225-230.
- BORDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 7<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.



- BRETAS, Marcos Luiz. ***Ordem na Cidade : o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930***. Trad. de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BUGLIONE, Samantha. **A mulher enquanto metáfora no Direito Penal**. Instituto Carioca de Criminologia. Discurso Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º. e 2º. Semestres de 2000, p. 203-220.
- BUSATO, Paulo Cesar; HUAPAYA, Sandro Montes. **Introdução ao Direito Penal. Fundamentos para um sistema penal democrático**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes inquisitoriais no Brasil: o medo na colônia**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 237- 243.
- CALLIGARIS, Contardo. **Quinta Coluna**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. **Tensões Atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira**. In Lei Maria da Penha: Comentada numa perspectiva jurídico-feminista. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/69962706/Campos-Carvalho-Tensoes-entre-Criminologia-Feminista-e-Criminologia-Critica>. Acesso em: 19 mai. 2013.
- CAPELA, Fábio Bergamin. **Em busca de uma quantidade razoável de pena: as funções da pena e seus critérios individualizantes**. Dissertação. Mestrado em Direito do Estado na Universidade Federal do Paraná. 2013. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29582/R%20-%20D%20-%20FABIO%20BERGAMIN%20CAPELA.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 abr. 2013.
- CARDOSO, Tom. **O Cofre do Dr. Rui: Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas – O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CARVALHO, Salo de. **Revisita à desconstrução do modelo jurídico inquisitorial**. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais. V. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 2, Janeiro-Junho 2005, p. 229-252.

- \_\_\_\_\_. **Antimanual de Criminologia**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris; ITEC, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O papel dos Atores do Sistema Penal na Era do Punitivismo (O Exemplo Privilegiado da Aplicação da Pena)**. (Coleção CriminologiaS : Discursos para a Academia). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- CASARA, Rubens. C. **Juiz das Garantias: Entre uma Missão de Liberdade e o Contexto de Repressão**. In O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009, p. 167-176.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Ano 3, Números 5 e 6, 1º. e 2º. semestres de 1998, p. 179-193.
- \_\_\_\_\_. **A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 211-224.
- CORDERO, Franco. **Guida Alla Procedura Penale**. Torino: Utet, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Procedura Penale**. Settima edizione. Milano: Giuffrè, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. **A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública**. In O Desafio ético. Ari Róitman (Org.), 2001.
- \_\_\_\_\_. **Violência e Psicanálise**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- COSTA, Luiz Henrique Manoel da. **O controle externo da atividade policial militar**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 205-209.
- COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Poucos, Muitos, Todos: Lições de História da Democracia**. Trad. Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **O papel do pensamento economicista no direito criminal de hoje**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º e 2º. semestres de 2000, p. 75-84.

- \_\_\_\_\_. **O papel do novo juiz no processo penal.** In *Crítica à Teoria Geral do Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Renovar. 2001, p. 3-56.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto contra os Juizados Especiais Criminais (Uma Leitura de Certa “Efetivação” Constitucional).** In *Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005, p. 3-14.
- \_\_\_\_\_. **A segurança pública e suas políticas no Paraná.** Esboço de Anteprojeto das diretrizes básicas às Políticas de Segurança Pública ao governo do Paraná, gestão 2003-2006.
- \_\_\_\_\_. **O gozo pela punição (em face de um estado sem recursos).** In *Estudos Constitucionais*. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho *et al.* (Org.). Rio de Janeiro : Renovar. 2007, p. 137-150.
- \_\_\_\_\_. **As reformas parciais do CPP e a gestão da prova: segue o princípio inquisitivo.** In *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. São Paulo. Ano 16. V. 188, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Novo Processo Penal à luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei no. 156/2009, do Senado Federal).** Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Sistema Acusatório: Cada Parte no Lugar Constitucionalmente Demarcado.** In Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n.º 156/2009, do Senado Federal)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010, p. 1-19.
- \_\_\_\_\_. **Sistema Acusatório e Outras Questões sobre a Reforma Global do CPP** In Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n.º 156/2009, do Senado Federal)*. V. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 17-36.
- \_\_\_\_\_. **Direito e Psicanálise: interseções e interlocuções a partir da obra O leitor de Bernhard Schlink.** Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- DAL RI JÚNIOR, Arno. **O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEL OLMO, Rosa. **A legislação no contexto das intervenções globais sobre drogas**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan, Ano 7, número 12, 2º. semestre de 2002, p. 65-80.
- DELMAS-MARTY, Mireille. **Os Grandes Sistemas de Política Criminal**. Trad. Denise Radanovic Vieira. São Paulo: Manole, 2004.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada**. Trad. Maria Lucia Machado; tradução e notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese. Doutorado em Sociologia. Disponível em <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33002010028P1/TES.PDF>. Acesso em: 14 mai. 2013.
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia : O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena**. 2a. reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- DIAS, Mauro Mendes. **Os ódios: clínica e política do psicanalista, seminário**. São Paulo: Iluminuras, 2012.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança (Entre Pombos e Falcões)**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- DOTTI, René Ariel. **Casos Criminais Célebres**. 3ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão**. Trad. George I. Massiat. São Paulo: Paulus, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michael Schröter; trad. Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

- \_\_\_\_\_. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX.** Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o tempo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes.** Tradução Ruy Jugmann; rev. Renato Janine Ribeiro. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- EYMERICH, Nicolau; comentários de Francisco Peña. **Manual dos Inquisidores.** Trad. Maria José Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.** 3a. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. **História concisa do Brasil.** 2a. ed., 3a. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **História do Brasil.** 14<sup>a</sup>. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas : o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico.** Petrópolis: Vozes Editora, 2006.
- FERNANDES, Neusa. **A Inquisição e as etnias.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1<sup>o</sup>. e 2<sup>o</sup>. semestres de 1999, p. 231-236.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989). **NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3a. ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio.** 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim de Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramallete. 30<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978).** Trad. Eduardo Brandão. Revisão Claudia Berlinger. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber.** Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção Manoel Barros de Motta. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FRADE, LAURA. **O que o Congresso Nacional brasileiro pensa sobre a criminalidade.** Disponível em [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1450/1/Tese\\_Laura%20Frade.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1450/1/Tese_Laura%20Frade.pdf). Acesso em: 13 mar 2011.
- FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão.** Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O Mal-estar na civilização (1930).** In O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a sexualidade feminina.** In O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 372-398.
- \_\_\_\_\_. **Por que a Guerra? (Carta a Einstein, 1932).** In O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 417-435.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Trad. de Galeno de Freitas. 48<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** Trad. de Sergio Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Dias e Noites de Amor e de Guerra.** Trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- GEORGE, Susan. **O Relatório Lugano – Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI.** Tradução e notas de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- GARGARELLA, Roberto. **El derecho de resistir al Derecho.** Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2005.

- \_\_\_\_\_. **La coerción penal en contextos de injusta desigualdad.** Disponível em [http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella\\_SP\\_CV\\_20100506.pdf](http://www.law.yale.edu/documents/pdf/sela/Gargarella_SP_CV_20100506.pdf)). Acesso em: 13 mar. 2011.
- GAUER, Ruth M. Chittó. **A sedução da liberdade frente à obsessão pela segurança.** In Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 76, janeiro-fevereiro de 2009, ano 17, p. 312-333.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** Trad. de Álvaro Cabral. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** Trad. Maria Betânia Amoroso; trad. dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **História Noturna.** Trad. Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GÓMEZ URSO, Juan Facundo. **La Selectividad penal:** el poder punitivo subterráneo en la Pcia. de Buenos Aires, un estudio empírico del modelo operativo de las agencias ejecutivas en relación a la privación administrativa de la libertad ambulatoria. Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido Editor, 2012.
- GRECO, Rogério. **Atividade Policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais.** 2a. ed. Niterói: Impetus, 2009.
- JAKOBS, Günther. **Direito Penal do Inimigo.** Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. 2ª. tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- KARAM, Maria Lucia. **Segurança pública e processo de democratização.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 3, Número 5 e 6, 1 e 2º. semestres de 1998, p. 169-178.
- \_\_\_\_\_. **Recuperar o Desejo da Liberdade e Conter o Poder Punitivo.** Escritos sobre a Liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise.** 4ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Trad. Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras.** Introdução histórica de Rose Maria Muraro. Trad. Paulo Froés. 22a. ed. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2011.

- KUSHNIR, Beatriz. **Pelo buraco da fechadura : os arquivos do Dops (RJ e SP)**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 7, Número 12, 2º. semestre de 2002, p. 207-223.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo, história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.
- HASSEMER, Winfried. **Persona, Mundo y Responsabilidad : bases para una teoría de la imputación en derecho penal**. Traducción de Francisco Muñoz Conde e Maria del Mar Díaz Pita. Valencia: Tirant lo blanch, 1999.
- HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. (Coleção Olhares). São Paulo: Annablume, 2010.
- HULSMAN, Louk. **Alternativas à justiça criminal**. In Curso Livre de Abolicionismo Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2004, p. 35-68.
- IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LACAN, Jacques. **O Seminário : Livro 20: mais, ainda**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de M. D. Magno. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Nomes do Pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LANGENFELD, Friedrich Spee von. **Cautio Criminalis, or, a Book on Witch Trials**. Second edition. Virginia: University of Virginia Press, 2003.
- LAS CASAS, Bartolomeu. **Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião**. Obras Completas I. Frei Carlos Josaphat (coordenação geral, introduções e notas). Trad. Noelia Gigli, Hélio Lucas. São Paulo: Paulus, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola**. Trad. Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- LEBRUN, Jean-Pierre. **A perversão comum: viver juntos sem outro**. Trad. Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O futuro do ódio**. Mario Fleig (Org.); trad. de João Fernando Chapadeiro Corrêa. Porto Alegre: CMC, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Mal-estar na subjetivação**. Trad. Mario Fleig, Francisco F. Settineri e Cristóvão A. Viero. Mario Fleig (Org.). Porto Alegre: CMC, 2010.



- LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. **Quem vigia os vigias? – um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. 6a. ed. Trad. de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Revisão etnológica de Júlio Cezar Melatti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós: Ensaios sobre a alteridade**. Trad. Pergentino Stefano Pivatto (coord.), Evaldo Antônio Kuiava, José Nedel, Luiz Pedro Wagner e Marcelo Luiz Pelizolli. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LIMA, Lana Lage da Gama. **As contraditas no processo inquisitorial**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 11, Números 15 e 16, 1º. e 2º. semestres de 2007, p. 307-316.
- LIMA, Roberto Kant de. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro : seus dilemas e paradoxos**. Trad. de Otto Miller. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Ensaios de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção de Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada**. Roberto Kant de Lima e Michel Misse (coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- LOPES, Edson. **Política e segurança pública: uma vontade de sujeição**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. semestres de 2010, p. 359-364.
- LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. v. I. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- \_\_\_\_\_. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar no processo penal**. 5a. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LÓTMAN, Iúri Mikailovich. **Que nos traz uma abordagem semiótica? (1980)**. In Ensaios de Semiótica Soviética. Introdução, selecção e notas de: Salvato Teles de Menezes. Trad. Victória Navas e Salvato Teles de Menezes. Lisboa: Horizonte. 1981, p. 27-30.
- \_\_\_\_\_. **Semiótica dos Conceitos de <<Vergonha>> e <<Medo>>**. In Ensaios de Semiótica Soviética. Introdução, selecção e notas de: Salvato Teles de Menezes. Trad. Victória Navas e Salvato Teles de Menezes. Lisboa: Horizonte. 1981, p. 237-240.
- MANNING, Peter K. **As Tecnologias de Informação e a Polícia**. In Policiamento Moderno. Michael Tonry & Norval Morris (Orgs.). Trad. Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003, p. 375-426.

- MANOEL, Élio de Oliveira. **Manual de Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Optagraf, 2004.
- MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. v. 1. Campinas: Bookseller, 1997.
- MARRAFON, Marco Aurélio. **O Juiz de Garantias e a Compreensão do Processo à Luz da Constituição: Perspectivas desde a Virada Hermenêutica no Direito Brasileiro**. In O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, Ano 2009, p. 145-158.
- MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **"Policiais habilitados não se improvisam": a modernização da polícia paulista na primeira república (1889-1930)**. Rev. hist. [online]. 2011, n.164, pp. 243-269. ISSN 0034-8309. Acesso em: 31 mai. 2012.
- MASOTTA, Oscar. **"O Comprovante da falta": lições de introdução à psicanálise**. Trad. Maria Aparecida Balduino Cintra. Campinas: Papirus, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Lecturas de Psicoanálisis Freud, Lacan**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- MATOSINHO, Dea Rita. **"RoboCop, o policial do futuro" (O futuro da paz urbana)**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1º. e 2º. semestres de 2004, p. 197-204.
- MELMAN, Charles. **O Homem sem gravidade : gozar a qualquer preço**. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- MENDONÇA, Kleber. **A não-voz do criminoso: o Linha Direta como crônica moral contemporânea**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 319-323.
- \_\_\_\_\_. **Lembrando Galileia: 50 anos de luta pela terra nos jornais**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. semestres de 2010, p. 521-530.
- MENEGAT, Marildo. **Quem decidiu esta Guerra em que Todos Morremos?** In: MENEGAT, Marildo e NERI, Regina (Org.). Criminologia e subjetividade. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005, p. 55-64.
- MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

- MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. 2a. tiragem. Coleção Conflitos, Direitos e Culturas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2005.
- MORETZSOHN, Sylvia. **A lógica do jornalismo impresso na era do “tempo real”**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. semestres de 1999, p. 261-266.
- \_\_\_\_\_. **A ética jornalística no mundo avesso**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º. e 2º. semestres de 2000, p. 317-323.
- \_\_\_\_\_. **O caso Tim Lopes: o mito da mídia cidadã**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 291-316.
- NAVARRETE CALDERÓN, Caridad. **Controle social informal e projeto social preventivo**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Ano 4, Números 7 e 8, 1º. e 2º. Semestres de 1999, p. 159-185.
- NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- OESTERIE, Pauline. **Friedrich Spee**. In Acta Scientiarum Human and Social Sciences. Maringá, v. 26, no. 1, p. 169-175. 2004, p. 172. Disponível em <http://periodicos.min.br/ojsindex.php/ActaSciHumanSocSci/article/.../925>. Acesso em: 17 mar. 2013.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **A mulher e o fenômeno da criminalidade**. In Verso e Reverso do Controle Penal – (Des)Aprisionando a Sociedade da Cultura Punitiva. Vera Regina Pereira de Andrade (Org.). Homenagem a Alessandro Baratta. V. 1. Florianópolis: Boiteux. 2002, p. 159-171.
- PALLAMOLLA, Rafaela da Porciuncula. **Justiça restaurativa: da teoria à prática**. Monografia (n. 52). São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2009.
- PAVARINI, Massimo; MELOSSI, Dario. **Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)**. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- PASSETTI, Edson. **A atualidade do abolicionismo penal**. In Curso Livre de Abolicionismo Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2004, p. 13-33.

- PASTANA, Débora Regina. **Estado punitivo e encarceramento em massa: retratos do Brasil atual**. In Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 77, março-abril de 2009, ano 17, p. 313-330.
- \_\_\_\_\_. **Justiça Penal no Brasil contemporâneo: discurso democrático, prática autoritária**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- PECHMAN, Roberto Moses. *Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PIQUÉ, María Luisa; SOBERANO, Marina. **El derecho penal y La protesta social**. In Teoría y Crítica Del Derecho Constitucional. Tomo II – Derechos. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2008.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Tortura, Intolerância e Direitos Humanos**. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp\\_tortura.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/pspinheiro/psp_tortura.htm). Acesso em: 20 mai 2013.
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Silvia. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 20<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ROSA, Alexandre Moraes da **Decisão Penal: A Bricolage de Significantes**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- \_\_\_\_\_. SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. **Para um processo penal democrático: crítica à metástase do controle social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Juiz e o complexo de Nicolas Marshall**. Disponível em <http://alexandremoraisdarosa.blogspot.com.br/2009/01/o-juiz-e-o-complexo-de-nicolas-marshall.html>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Guia compacto do Processo Penal conforme a Teoria dos Jogos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim: uma história da polícia paulista no final do Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo | FAPESP, 2010.
- ROXIN, Claus. **Derecho Penal. Parte General. Tomo I. Fundamentos. La Estructura de la Teoría del Delito**. Traducción y Notas. 2<sup>a</sup> ed. alemaña. 1<sup>a</sup> reimpressão. Diego-Manuel Luzón Peña; Miguel Díaz y García Conlledo; Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 1997.

- \_\_\_\_\_. ARZT, Gunther; TIEDEMANN, Klaus. **Introdução ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal**. Trad. Gercélia Batista de Oliveira Mendes. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Trad., revisão técnica e nota introdutória de Gizlene Neder. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. v. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SÁ, Priscilla Placha. **Juiz de Garantias: Breves Considerações sobre o Modelo Proposto no Projeto de Lei do Senado 156/2009**. In O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009, p. 159-166.
- \_\_\_\_\_. **Sobre escutas telefônicas e sobre como Jack Bauer descobre os seus segredos**. In O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise Crítica do Projeto de Lei n. 156/2009, do Senado Federal). Jacinto Nelson de Miranda Coutinho e Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Org.). v. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2011, p. 85-93.
- SALÉM, Marcos David. **A polícia na República Velha: a serviço das classes dominantes**. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 11, Número 15 e 16, 1º e 2º semestres de 2007, p. 279-293.
- SANTOS, Boaventura. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. v. 1. A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e Dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974-1989)**. Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: Feevale, 2010.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **Quase dois irmãos**. Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Revan. Ano 9, Número 14, 1º e 2º semestres de 2004, p. 27-30.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SCHLINK, Bernhard. **O Leitor**. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Record, 2009.

- SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. **A “Polícia” e as funções do Estado – Notas sobre a “polícia” no Antigo Regime**. Revista da Faculdade de Direito – UFPR. Curitiba, n. 49. 2009, p. 74. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/download/17033/11240>. Acesso em: 19 mar. 2013.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1954: um tiro no coração**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SILVA, Hélio R. S. **Violência e Liberdade**. In Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 76, janeiro-fevereiro de 2009, ano 17, p. 232-264.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 10a. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1995.
- SILVA SANCHEZ, Jesús-María. **A expansão do Direito Penal : Aspectos da Política Criminal nas Sociedades Pós-industriais**. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Coleção Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.
- SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret. 2012, p. 74-113.
- \_\_\_\_\_. **Édipo Rei**. Trad. de Jean Melville. São Paulo: Martins Claret. 2012, p. 21-72.
- SOLER, Colette. **O que Lacan dizia das mulheres**. Trad. Vera Ribeiro. Rev. Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- SOUZA, Jessé. **A gramática social da desigualdade brasileira**. In A Invisibilidade da desigualdade brasileira. Jessé Souza (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006, p. 23-53.
- \_\_\_\_\_. **Por uma teoria da Ação Social da Modernidade Periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes**. In A Invisibilidade da desigualdade brasileira. Jessé Souza (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006, p. 55-69.
- STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do Júri. Símbolos e Rituais**. 4ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SULOCKI, Victoria-Amalia de Barros Carvalho G. de. **Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

- THOMPSON, Augusto F. G. **Reforma da polícia: missão impossível.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1º. e 2º. semestres de 2000, p. 243-248.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Confissões da Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia Policial-Militar: ética profissional recomendada para os Cursos de Formação, Aperfeiçoamento de Oficiais e Superior de Polícia Militar.** 3ª. ed. rev. e amp. Curitiba: Associação Vila Militar, 2003.
- VASCONCELOS, Karina Nogueira. **O modelo punitivo-carcerário: entre a crise teórico-ideológica e o reafirmar-se político.** Revista Brasileira de Ciências Criminais. Revista dos Tribunais: São Paulo. V. 78. Ano 2009, p. 349-387.
- VIOLA, Eduardo; OLIVIERI, Alejandro. **Globalização, Sustentabilidade e Governabilidade.** In A Sociedade democrática no final do Século. A. A. C. Trindade e M. F. Castro (Org.). Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.
- WACQUANT, Lôic. **Punir os pobres : a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva].** Trad. Sérgio Lamarão. 3ª. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada.** Trad. de João Roberto Martins Filho... *et al.* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Rumo à militarização da marginalização urbana.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 11, Números 15 e 16, 1º. e 2º. semestres de 2007, p. 203-220.
- \_\_\_\_\_. **Apêndice teórico: um esboço do Estado neoliberal.** Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 15, Números 17 e 18, 1º. e 2º. Semestres de 2010, p. 137-162.
- YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.** Instituto Carioca de Criminologia. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal.** Trad. Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

- \_\_\_\_\_. *et al.* **Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Criminología: aproximación desde un margen.** Bogotá: Editorial Temis S.A., 2003.
- \_\_\_\_\_. **O Inimigo do Direito Penal.** Trad. de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- \_\_\_\_\_. *et al.* **Direito Penal Brasileiro: segundo volume – Teoria do Delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar.** Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini (Org.). Saraiva: São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. y Miguel Rep. **La Cuestión Criminal.** Buenos Aires: Planeta, 2012.
- ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002).** Rio de Janeiro: Record. 2005.

#### **b. Dossiês. Pesquisas. Relatórios.**

**Dossiê Mapas de Extermínio.** Disponível na íntegra em [http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE\\_pena%20de%20morte%20final.pdf](http://www.acatbrasil.org.br/down/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final.pdf). Acesso em: 06 mai. 2013.

**Mapa da Violência 2012 – Os novos padrões da violência homicida no Brasil.** Realizado pelo Instituto Sangari, sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013.

**Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil.** Realizado pelo Instituto Sangari, sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_crianca.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_crianca.php). Acesso em: 05 mai. 2013.

**Mapa da Violência 2013 – Mortes matadas por armas de fogo.** Realizado pelo Instituto Sangari, sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz. Disponível em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf). Acesso em: 05 mai. 2013.



**Pesquisa Nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores, em relação à violência e aos direitos humanos – 2010.** Realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP). Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

**Relatório da ONU, produzido pelo Relator Especial sobre a Tortura da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado em Genebra em 11 de abril de 2001.** Disponível em <http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/38963>. Acesso em: 20 mai. 2013.

**Relatório de Cumprimento de Metas do ENASP – 2012.** Disponível em <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2013.

**Relatório elaborado no ano de 2005 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no âmbito federal.** Disponível em [http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/a\\_pdf/relatorio\\_cdhcf\\_tortura\\_br\\_2005.pdf](http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/a_pdf/relatorio_cdhcf_tortura_br_2005.pdf). Acesso em: 20 mai. 2013.

**Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Realizado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, de Relatoria do Deputado Estadual Marcelo Freixo.** Disponível em <http://www.marcelofreixo.com.br/site/upload/relatoriofinalportugues.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2013.

**Relatório final da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil em 2009.** Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/25098935/Relatorio-Final-1%C2%AA-CONSEG>. Acesso em: 29 mar. 2013.

**Relatório produzido nos anos de 2001/2002. Ministério da Justiça e pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos do Brasil.** Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2003/03/249199.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

**O tráfico de drogas e as mulheres condenadas: estudos sobre a população prisional feminina na cidade de Curitiba e Região Metropolitana.** Pesquisa conduzida por Katie Silene Cáceres Argüello. Universidade Federal do Paraná. 2012-2013. Registro BANPESQ/UFPR 9996999904.

**c. Notícias. Reportagens.**

**“Após polêmica, 'caveira' é retirada da farda do Bope da PM da Paraíba”.** Por Hermes Luna. Disponível em <http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/policia/policia-militar/2013/03/21/NWS,221422,8,160,NOTICIAS,2190-APOS-POLEMICA-CAVEIRA-RETIRADA-FARDA-BOPE-PARAIBA.aspx>. Acesso em 22 mar 2013.

**“Ausência de Certeza - Somente depoimento policial não vale para condenação”.** Por Lilian Matsuura. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-ago-26/depoimento-policial-si-nao-vale-prova-condenacao>. Acesso em: 17 mar. 2013.

**“Glória e Perdição”.** Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-75/anais-do-crime/ gloria-e-perdicao>. Acesso em: 17 jan. 2013.

**“Governo quer fim de ‘resistência seguida de morte’”.** Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-federal-quer-fim-de-resistencia-emseguida-de-morte-,900041,0.htm>. Acesso em: 29 jul. 2012.

**“Homem com fama de mau dá adeus à ROTA”.** Por Cristina Christiano. Disponível em <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/3253/Homem+com+fama+de+mau+da+adeus+a+Rota>. Acesso em: 18 mar. 2013.

**“Justiça condena Rambo a 47 anos e 3 meses de prisão”.** Por Gonzalo Navarrete. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/favelanaval.htm>. Acesso em: 20 mai. 2013.

**“Saiba quem são os 25 mais procurados pela Polícia Civil de São Paulo”.** Por Kleber Tomaz. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/03/saiba-quem-sao-os-25-mais-procurados-pela-policia-civil-de-sp.html>. Acesso em: 14 mai. 2013.

**“Vocês foram feitos para caçar e não para serem caçados.”** Notícia do Jornal O Dia, 18. Out. 00, primeira página. Florilégio. Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan. Ano 7, Número 12, 2º. semestre de 2002, p. 316.

**d. Autos de Processo Criminal:**

**Autos de Processo Criminal sob n.o. No 1036362-90.2011.8.19.0002 – 3ª. Vara Criminal de Niterói.** Informação obtida junto ao sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.tjrj.jus.br> - no link <http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaProc.do?numProcesso=2011.002.054127-7>). Acesso em: 22 mai. 2013.

**e. Sítios de internet. Redes sociais.**

**Perfil oficial do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.facebook.com/pmpr.bope>.

**Sítio da Memória Globo da Rede Globo de Televisão.** Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-257167,00.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

**Sítio da ONG Repórter Brasil.** Disponível em <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php%3Fid%3D1393>.

**Sítio do Coronel PM Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada.** Disponível em <http://www.coroneltelhada.com.br>

**Sítio Oficial da Câmara dos Deputados.** Disponível em <http://www.camara.gov.br>.

**Sítio Oficial da Corregedoria da Polícia Civil do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.corregedoriapoliciacivil.pr.gov.br>.

**Sítio Oficial da Escola Superior da Polícia Civil do Estado Paraná.** Disponível em <http://www.escolasuperiorpoliciacivil.pr.gov.br>.

**Sítio Oficial da Ouvidoria da Secretaria do Estado da Segurança Pública do Paraná.** Disponível em <http://www.ouvidoria.seguranca.pr.gov.br>.

**Sítio Oficial da Polícia Civil do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.policiacivil.gov.pr.br>.

**Sítio Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo.** Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br>.

**Sítio Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.pmpr.gov.br>.

**Sítio oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba.** Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br>.

**Sítio Oficial da Secretaria do Estado da Segurança Pública do Paraná.** Disponível em <http://www.seguranca.pr.gov.br>.

**Sítio oficial do Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br>.

**Sítio oficial do Conselho Nacional do Ministério Público.** Disponível em <http://www.cnmp.jus.br>.

**Sítio oficial do Departamento da Polícia Federal.** Disponível em <http://www.dpf.gov.br>.

**Sítio oficial do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.depen.pr.gov.br>.

**Sítio oficial do Ministério da Justiça.** Disponível em <http://www.mj.gov.br>.

**Sítio oficial do Ministério Público Estadual do Estado de Minas Gerais.** Disponível em <http://www.mp.mg.gov.br>.

**Sítio oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.** Disponível em <http://www.mst.org.br>.

**Sítio oficial do Senado Federal.** Disponível em <http://www.senado.gov.br>.

**Sítio oficial do Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <http://www.stj.jus.br>.

**Sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.** Disponível em <http://www.tjsp.jus.br>.

**Sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.** Disponível em <http://www.tjpr.jus.br>.

**Sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em <http://www.tjrj.jus.br>.

## **f. Documentários. Filmes.**

**Cidade de Deus.** Direção Fernando Meirelles. Co-dirigido Kátia Lund. Produção Andréa Baratta Ribeiro e Maurício Andrade Ramos. Brasil. Ano 2002. Drama. DVD (130 min). Colorido.

**Como nascem os Anjos.** Direção Murilo Salles. Produção Cinema Brasil Digital. Coprodução Secretaria do Audio Visual/MINC, da Riofilme, do Banespa e da Quanta. Brasil. Ano 1996. Drama. DVD (96 min). Colorido.

**Juízo: o maior exige do menor.** Direção Maria Augusta Ramos. Produção Diler Trindade e Maria Augusta Ramos. Brasil. Ano 2007. Documentário. DVD (90 min). Colorido.

**Justiça.** Direção Maria Augusta Ramos. Produção Luiz Vidal *et al.* Brasil. 2004. Documentário. DVD (107 min). Colorido.

**Leonera.** Direção Pablo Trapero. Argentina. 2008. Drama. DVD (113 min). Colorido.

**Lili Carabina – A Estrela do Crime.** Direção Lui Farias. Brasil. 1988. VHS (82 min). Colorido.

**Luto de Mãe.** Direção Luis Carlos Nascimento. Produção Cinema Nosso, TVZERO e Jabuti Filmes. Brasil. 2009. Documentário. DVD (70 min). Colorido.

**Notícias de uma guerra particular.** Direção Katia Lund e João Moreira Salles. Produção Raquel Freire Zangrandi e Mara de Oliveira. Brasil. 1998-1999. Documentário. DVD (56 min). Colorido.

**O Cárcere e a Rua.** Direção Liliana Sulzbach. Produção. Brasil. 2004. Documentário. DVD (80 min). Colorido.

**Quase dois irmãos.** Direção e produção Lúcia Murat. Brasil. 2004. Drama. DVD (102 min). Colorido.

**Salve Geral.** Direção Sérgio Rezende e Patrícia Andrade. Produção Joaquim Vaz de Carvalho. Brasil. 2009. Drama/Policial. DVD (119 min). Colorido.

**Tropa de Elite : missão dada é missão cumprida.** Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Eliana Soarez e James Darcy. Brasil. 2007. Ação. DVD (116 min.). Colorido.

**Tropa de Elite 2 : o inimigo agora é outro.** Direção José Padilha. Produção Marcos Prado e José Padilha. Coprodução Wagner Moura e Bráulio Mantovani. Brasil. 2010. Ação. *Blu-ray Disc* (115 min.). Colorido.

## **g. Outros:**

**COUTO, Mia.** Conferências de Estoril 2011. Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE&feature=player_embedded). Acesso em: 20 dez. 2012.